

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA
SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDUCAÇÃO A CÉU ABERTO E ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO
FORMOSO - um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais
locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas**

Olho D'água e Lagoa Mirim

GEOVANIA MACHADO AIRES

São Luís - MA

2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA
SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDUCAÇÃO A CÉU ABERTO E ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO
FORMOSO - um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais
locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas
Olho D'água e Lagoa Mirim**

GEOVANIA MACHADO AIRES

São Luís - MA

2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDUCAÇÃO A CÉU ABERTO E ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO
FORMOSO - um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais
locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas
Olho D'água e Lagoa Mirim**

GEOVANIA MACHADO AIRES

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Camila do Valle.

São Luís - MA

2016

Aires, Geovania Machado

Educação a céu aberto e escolarização no território do formoso: um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas Olho D' água e Lagoa Mirim / Geovania Machado Aires. – São Luís, 2016.

235 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós- graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia PPGCSPA , Universidade Estadual do Maranhão , 2016.

Orientador: Profª Drª Camila do Valle

1.Educação. 2.Saberes. 3.Território do formoso4. Quilombolas I.Título

CDU:374:316.347(=1-86)(812.1)

GEOVANIA MACHADO AIRES

**EDUCAÇÃO A CÉU ABERTO E ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO
FORMOSO - um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais
locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas
Olho D'água e Lagoa Mirim**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em
Cartografia Social e Política da Amazônia da
Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

São Luís, 26 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Camila do Valle
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria da Consolação Lucinda
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís - MA

Membro externo: Prof^ª. Dr^ª. Lígia Dabul
Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro - RJ

Membro interno: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís - MA

DEDICATÓRIA

Ao dar novos passos desta produção, quero agradecer a todos aqueles que vêm prestigiando e contribuindo nesse momento;

À Prof^a. Dr^a. Camila do Valle com sua inspiração poética e competente orientadora, que me auxilia com sua leitura e capacidade intelectual;

À minha Mãe que me ensina os saberes da vida;
Ao meu irmão, Vando, por contribuir na minha pesquisa antes de sua partida.

Ao Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia e à Universidade Estadual do Maranhão;

Aos familiares e às amigas pedagogas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA pelo apoio e acolhimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esse momento significativo na minha vida acadêmica. Agradeço também a minha família; em especial a minha mãe, Maria Nice, e, em memória, a meu irmão Vando, pelo contato direto e pelos saberes envolvidos entre nós.

Agradeço a minha professora e orientadora Camila do Valle, pela dedicação na construção deste trabalho acadêmico.

Agradeço aos colegas da terceira turma de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão: Andrea, Arivaldo, Barbara, Carol, Enoc, Henrique, Jéssica e Keylla.

Agradeço à professora Cynthia Martins pelo apoio e pelo empréstimo dos livros.

Agradeço a minha madrinha, Elicilda Ramos, pela força e atenção que sempre esteve presente na minha caminhada acadêmica.

Agradeço a todos os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia pelo acolhimento.

Agradecer às minhas amigas da Universidade Federal do Maranhão do Curso de Pedagogia; Gleciane, Ildinete e Edyanne pelo companheirismo nunca é demais.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia pelo ensino e pelo estímulo de continuar na luta com meus parentes quilombolas.

Agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa para realização da minha pesquisa de mestrado é necessário.

Agradeço à família do Ernandes, pelo acolhimento em sua residência no Rio de Janeiro.

Em agradecimento a todos os quilombolas das comunidades de Penalva, em especial, às duas comunidades quilombolas, Lagoa Mirim e Olho D' Água, pela luta contínua por todos nós e pela contribuição preciosa para a realização deste trabalho.

O desafio, no momento atual, para nós compreendermos o significado de quilombo e o sentido dessa mobilização que está ocorrendo implica em entender como é que historicamente esses agentes sociais se colocaram frente aos seus antagonistas, entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo e desenvolvendo suas práticas de interlocução.

Alfredo Wagner Berno de Almeida

RESUMO

Neste trabalho, a ideia utilizada de uma “educação a céu aberto” é justamente aquela que vivenciamos no território, ao longo do processo de transmissão dos saberes e conhecimentos tradicionais. Esses saberes e conhecimentos não estão mencionados nos planos curriculares de escolarização, embora a Lei 9.394 de 1996 faça constar a necessidade de diálogo das escolas rurais com os saberes locais, e embora vários tratados dos quais o Brasil é signatário valorizem o patrimônio material e imaterial dos conhecimentos tradicionais e exijam a realização de “consulta” para a implantação de qualquer projeto nas comunidades. No entanto, a interação com os saberes das identidades locais não costuma ocorrer nas escolas ora pesquisadas, Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza, localizadas nas comunidades Olho D’água e Lagoa Mirim. A educação a céu aberto que vivenciamos e que, aqui, pesquisamos, trata de valorizar os saberes e nos faz questionar quais são as necessidades de aprendizado naquele território, justamente para podermos desenvolver práticas de interlocução com o espaço escolar. Podemos, também, observar, quão rico é o território que pratica seus inúmeros conhecimentos e coloca em circulação tantas informações para a reprodução social e cultural dos grupos sociais que ali vivem, no Território do Formoso. Uma educação que se presencia diariamente através da roça, da feitura da farinhada, do ritual de cura, das práticas culturais realizadas, seja em movimento festivo ou de santidade, das ervas medicinais usadas por benzedores, doutores do mato, parteiras e curadores, e das várias reuniões e encontros realizados nestas comunidades quilombolas. Uma escolarização que contemple a perspectiva da educação a céu aberto que já ocorre pode, inclusive, auxiliar a enfrentar os conflitos impostos para a comunidade. Muitos conflitos vivenciados poderiam funcionar como conteúdo didático em material já produzido, inclusive, por outros pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, e que trata da instalação de grandes projetos, de desmatamentos e queimadas das áreas de babaçuais, venda de terra e da madeira ilegal, ameaças e mortes, poluição dos campos naturais e cercas elétricas em área de floresta em pé. São assuntos que poderiam ser explorados nas escolas quilombolas do Território do Formoso. Este trabalho parte de uma tentativa de estabelecer o diálogo entre meu pertencimento como pesquisadora e meu pertencimento como quilombola no tocante à percepção dos processos de educação praticados nas duas comunidades citadas que se localizam no Território do Formoso, Baixada maranhense.

Palavras - Chave: Educação, Saberes, Território do Formoso, Quilombolas.

ABSTRACT

In this work, the idea of an "open education" is precisely what we experience in the territory, along the process of transmitting traditional knowledge and knowledge. These knowledges and knowledge are not mentioned in the curriculum plans of schooling, although Law 9.394 of 1996 notes the need for dialogue between rural schools and place knowledge, and although several treaties to which Brazil is a signatory value the material and non-material patrimony of Traditional knowledge and require "consultation" for the implementation of any project in the communities. However, interaction with the place identities does not occur in the schools investigated, Cosme Almur Dequeixes and Tomaz de Aquino Souza, located in the Water eye and Lagoon Mud communities. The open education that we live in and that we research here, tries to value the knowledge and makes us question what are the learning needs in that territory, precisely so that we can develop practices of interchange with the school space. We can also observe how rich is the territory that practices its numerous knowledge and puts in circulation so much information for the social and culture reproduction of the social groups that live there, in the Territory of Handsome. An education that is present daily through the countryside, the making of the flour, the ritual of healing, the culture practices performed, whether in festive or holiness movement, of the medicinal herbs used by pharmacists, doctors of the bush, midwives and healers, and Meetings and meetings held in these Quilombola communities. A schooling that contemplates the already open education perspective can even help to face the conflicts imposed on the community. Many conflicts experienced could be used as didactic content in material already produced, including by other researchers of the New Social Cartography Project, which deals with the installation of large projects, deforestation and burning of the areas of babassu, sale of land and illegal wood, Threats and deaths, pollution of natural fields and electric fences in standing forest area. These are subjects that could be explored in the quilombolas schools of the Territory of Handsome. This work is part of an attempt to establish a dialogue between my belonging as a researcher and my membership as a quilombola in relation to the perception of the educational processes practiced in the two communities mentioned in the Territory of Handsome, Downloaded, Maranhão.

Key words: Education, Knowledge, Territory of Handsome, Quilombolas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Território do Formoso, Enseada da Mata, Sansapé e Monte Cristo.....	48
FIGURA 2: Dona Alaíde Sousa, moradora da comunidade Lagoa Mirim, Território do Formoso.....	50
FIGURA 3: Alaíde Sousa, na casa de forno.....	51
FIGURA 4: Tocadores do Tambor de Crioula.....	52
FIGURA 5: Coreira do Tambor de Crioula.....	52
FIGURA 6: As caixeiros do Bambê do Território do Formoso.....	54
FIGURA 7: Os brincantes do Bambê, no lançamento do fascículo em Lagoa Mirim	54
FIGURA 8: Os cazumbas no festejo de São João, no Território do Formoso.....	55
FIGURA 9: Algumas fotos do canteiro de ervas medicinais, do senhor Fabrício Nabate.....	61
FIGURA 10: Retirada da madeira ilegal do território do Formoso	64
FIGURA 11: Lançamento do Fascículo em Lagoa Mirim do Território do Formoso.....	65
FIGURA 12: Fascículos e boletim publicados pelo Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia.....	66
FIGURA 13 - Croquis desenhado por Fabrício Nabate.....	71
FIGURA 14: Escola Municipal Cosme Almur Dequeixes, em Lagoa Mirim	72
FIGURA 15: Escola Municipal Tomaz de Aquino Souza	75
FIGURA 16: Preta e Maria Antônia, filha e mãe, tratando pescado	102
FIGURA 17: Croquis da comunidade quilombola Lagoa Mirim.....	111
FIGURA 18: Croquis da comunidade quilombola do Olho D'água.....	112
FIGURA 19: Filho de Cosme Almur Dequeixes, Roque Soares.....	114
FIGURA 20: Galinheiro feito para criação de galinhas.....	116
FIGURA 21: Soco do senhor Arnaldo Meireles, produzido por pessoas comunidade.....	129
FIGURA 22: Artefato encontrado na Ilha do Formoso pelo pescador seu Domingos.....	131

FIGURA 23: Cofos feitos por seu Arnaldo Meireles, morador de Lagoa Mirim.....	132
FIGURA 24: Dona Maria Antonia e dona Marinalva Trindade nos afazeres da comilança.....	135
FIGURA 25: Curadores no terreiro de cura de Zé Machado.....	136
FIGURA 26: Zé Machado em seu Terreiro de cura.....	137
FIGURA 27: Zé Machado no quintal de sua residência.....	145
FIGURA 28: Exposição na casa do Maranhão.....	147
FIGURA 29: Casa de Forno da comunidade quilombola Olho D'água.....	157
FIGURA 30: Tipiti pendurado na casa de Forno da comunidade Quilombola do Olho D'água	158
FIGURA 31: Modelo de etiqueta da exposição.....	159
FIGURA 32: Pilão.....	161
FIGURA 33: Dona Alaíde com suas roupas de cura e parteira.....	165
FIGURA 34: Dona Maria e a roupa de caixeira.....	166

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ	- Associação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas
AGERP	- Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
CCN	- Centro de Cultura Negra do Maranhão
CD	- Compact Disc
CNPJ	- CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS	- Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DAP's	- Declaração de Aptidão do Pronaf
DOEMA	- Diário Oficial do Estado do Maranhão
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
IML	- Instituto Médico-Legal
MA	- Maranhão
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	- Movimento de Educação de Base
MIQCB	- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNCSA	- Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PT	- Partido dos Trabalhadores
SDH	- Sociedade dos Direitos Humanos
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 - Histórico de pesquisa.....	17
1.2 - Descrição do lugar de fala.....	24
2 Múltiplas Identidades: uma experiência de um estudo etnográfico a partir das vivências no Território do Formoso.....	47
3 Mobilizações e Resistência: história de vida e organização dos quilombolas extrativistas, agricultores (as), pescadores (as) e quebradeiras de coco babaçu do Território do Formoso.....	77
3. 1 - Organizações associativas e sindicais.....	86
3. 2 - Os intelectuais locais.....	92
4 - Saberes e conhecimentos tradicionais locais: uma análise das narrativas, versos, ladainhas, toadas de bumba meu boi e músicas de lutas (locais) vistas como proposta de conteúdos para as escolas municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza do Território do Formoso.....	109
4. 1-Terras quilombolas: Lagoa Mirim e Olho D'água	109
4.1.1 - Olho D'água do Formoso.....	117
4.1.2 - Ocupação da terra formosa.....	117
4.1.3 - Os invisíveis.....	119
4. 2 - Trabalhos do dia a dia: os tipos de roça no Território do Formoso.....	121
4. 2.1 - Roça coivara ou Roça de toco: processamento do roçado.....	122
4. 2.2 - O que se planta na roça	123
4. 2. 3 - A colheita da roça.....	125
4. 2. 4 - Roça com cerca ou de verão	127
4. 2.5 - Roça de quintal.....	128
4. 3 - Pescaria	128
4. 4 - Prática de ritual de Cura.....	135
4. 5 - As toadas e os versos	141
5 - Centro de Ciências e Saberes como fonte de contribuição para educação dos quilombolas do Território do Formoso.....	147
6 - Considerações Finais	168
Referências bibliográficas.....	170
ANEXO.....	175

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho dissertativo apresenta e discute os saberes e conhecimentos tradicionais locais, preocupando-se, inicialmente, em demonstrar como um processo que poderíamos chamar de “educação a céu aberto” é desencadeado pela transmissão desses conhecimentos no cotidiano da comunidade. Este trabalho vinha inicialmente preocupando-se, também, com uma discussão sobre quais seriam os “conteúdos para uma educação diferenciada para o território do Formoso”, partindo da constatação de que a escolarização no Território do Formoso – por volta de vinte e oito comunidades e dezoito escolas – não privilegia e tantas vezes nem mesmo contempla uma relação de troca de saberes com as identidades locais. Foram selecionadas, então, duas escolas: uma em Olho d’água e outra em Lagoa Mirim, justamente por serem comunidades onde ainda não havia muita pesquisa, conforme informações de uma rede local de entrevistados, a começar por Maria Nice, quebradeira, quilombola, extrativista e minha mãe. O fato de eu pertencer à comunidade também me dava um posto de observação singular do que ia ocorrendo na relação entre as escolas e a comunidade. Tentei aproveitar este posto de observação singular em meu trabalho de graduação em Pedagogia e retomar o trabalho de campo, ampliando-o e aprofundando-o, na pesquisa para o mestrado. A ideia primeira era realizar um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais locais que poderiam ser utilizados como conteúdo nas escolas. Foi possível desenvolver o referencial teórico a partir das reflexões de diversos autores, alguns deles pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social que já vinham desenvolvendo uma atividade de pesquisa nos quatro territórios de comunidades quilombolas do município de Penalva. O desenvolvimento da presente pesquisa me levou a problematizar as seguintes questões, que se desdobram umas das outras: identificar as múltiplas identidades do território a partir das vivências do Formoso; identificar quais as formas de luta que fazem diferença no dia a dia dos quilombolas, quebradeiras de coco, agricultores (as), extrativistas e pescadores (as); quais saberes e conhecimentos tradicionais locais poderiam ser vistos como conteúdos para as Escolas Municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza, nomes das escolas escolhidas e localizadas no Território do Formoso. A partir daí, passei a analisar o que as escolas têm a contribuir para os alunos desse mesmo Território. A contribuição do Centro de Ciências e Saberes será mencionada mais adiante. Para responder às questões colocadas, foi necessário desenvolver uma pesquisa teórica e empírica.

A análise da relação entre a escola e os saberes do Território do Formoso passou pela constatação de que vários conteúdos já faziam parte de materiais produzidos que identificavam as questões identitárias e territoriais mencionadas mais acima. Esses materiais não eram, não são, utilizados nas escolas. Os materiais aos quais me refiro foram produzidos de diferentes formas, com pesquisadores de diferentes formações, em diferentes momentos, com a participação dos grupos sociais que vivem no território e em regiões circunvizinhas e estão diretamente relacionados aos quilombolas do município de Penalva. Os pesquisadores se acham referidos ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, projeto com o qual essas comunidades já se encontram em diálogo há vários anos. Além do já exposto, tento produzir neste trabalho uma reflexão sobre como as escolas, de um lado, e o Centro de Ciências e saberes, de outro, podem contribuir para a educação dos povos tradicionais que ali vivem. Ressalto, portanto, e desde já, a diferença entre educação e escolarização. A educação é um processo mais amplo que já ocorre no cotidiano das comunidades. A escolarização tem que ver com a institucionalização e, o que aqui nos interessa sobremaneira, a reprodução social e cultural de determinados saberes. E nos interessa sobremaneira justamente porque percebemos conflitos entre esses conteúdos: os que estão sob céu aberto e os que estão dentro das paredes da escola.

Ao longo da História da Ciência, sabemos como foi rica a contribuição dos povos e comunidades tradicionais para o desenvolvimento desta, sem que houvesse um visível reconhecimento destas últimas. Basta citar, como exemplo, os acervos dos museus, em geral localizados nas capitais, e que são constituídos de coleções enviadas pelos viajantes de séculos passados, ou basta olhar para o desenvolvimento da importância mundial da borracha¹, um produto indígena, ou seja, um produto de povos e comunidades tradicionais. Poderíamos citar tantas outras substâncias que se tornaram importantes para a indústria química, ou tantos outros procedimentos que se tornaram importantes para o desenvolvimento das artes, vide os quadros de artistas que viviam ou passavam para visitar as artes africanas nas exposições universais que eram feitas em Paris e em outras capitais européias. Esses povos e comunidades e seus saberes foram estudados a partir do impulso que E. R. Leach chama de “coleccionador de borboletas”². Entendendo aqui a propensão à coleção como uma atitude valorizada cientificamente ao longo da história, sobretudo em séculos passados, mas

¹ “Pode-se tomar como símbolo desse corte a viagem de La Condamine à Amazônia, no século XVIII, que, em 1735, divulgou a borracha usada pelos índios para o mundo.” DOMINGUES, H. M. B. *In: Nunes et al*, 2016, p.21.

²“ A comparação é uma questão de colecionamento de borboletas – de classificação de arranjo das coisas de acordo com seus tipos e subtipos.” LEACH, E.R. 2010. P.16.

não só, ainda que hoje muitos critiquem isso, as instituições criadas a partir deste impulso continuam valorizadas, se não cientificamente, ao menos socialmente. Como exemplo dessa valorização, temos os museus, que permanecem com suas coleções e classificações dos “outros” povos, movidos pelo impulso classificador e científico inicial e oficial, impulso este advindo de um contexto de colonização, ainda que hoje comecem a demonstrar uma perspectiva crítica, conforme escutamos de participantes no seminário realizado em abril de 2016, na UEMA, em São Luís do Maranhão e intitulado “Seminário Internacional Centro de ciências e saberes - Trabalho etnográfico e cartografia social”.

Entendendo, também, as “borboletas” como uma metáfora, como tantas vezes os sujeitos e seus saberes foram apresentados nas “coleções” de humanos, conhecidos como os zoos humanos³ das Exposições Universais nas capitais europeias até 1951⁴, produzo uma reflexão sobre minha posição e autoria como fator de ruptura e surpresa para uma continuidade linear e previsível dessa História da Ciência. Afinal, não eram objetos, muito menos “borboletas” sem voz. A “insurreição de saberes” também se dá nessa ruptura entre o lugar que é falado, o lugar do objeto, e o lugar que fala, o lugar do sujeito. Outros autores preferem tratar dessa mesma questão observando o comportamento do conceito de “representação” envolvido⁵. Tento construir minha autoria – que é, em todo caso, minha identidade de quilombola dialogando com a identidade de pesquisadora - em relação tanto a esses saberes quanto à forma como foram apropriados pelas práticas acadêmicas, reunindo em um único percurso uma identidade dupla, a de quilombola e pesquisadora.⁶

No entanto, repito aqui as palavras de Pierre Bourdieu em um livro que foi importante para minha reflexão, o *Esboço de auto análise*: “Isto não é uma autobiografia”. Tanto quanto possível, descreverei as “condições de possibilidade”⁷ de surgimento de minha autoria científica sendo eu, desde o nascimento, quilombola, e minha família, há várias gerações, quilombola. As implicações desta identidade em uma construção acadêmica não são poucas, pois muito da estigmatização social que os quilombolas sofrem obrigam-nos a contar parte de nossas vidas como forma de mostrar o quanto as fronteiras étnicas são desrespeitadas,

³ “(...)apresentava grupos humanos fechados em jaulas, em meio a uma decoração exótica. Os indígenas eram deslocados de cidade em cidade através de toda a Europa.” VALLE e MARÍN. In: SISS e MONTEIRO. 2011, p. 57.

⁴ Data retirada do catálogo de uma exposição de 2012 no *Musée du Quai Branly* e oferecido como material didático e crítico por minha orientadora em uma disciplina de nosso Mestrado.

⁵ SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

⁶ Ver a noção de autoria no texto de apresentação do volume 3 da coleção *Insurreição de saberes*, organizada por MARTINS; CANTANHEDE e PEREIRA JUNIOR. 2013, p.14.

⁷ Ver FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.151. Expressão utilizada por vários professores.

o que faz parecer que estamos “apenas” contando uma história de vida, uma autobiografia. Não se trata disso, embora alguns possam ler dessa forma. Trata-se de descrever o local social de onde surge minha identidade como autora e as violências que se impõem sobre esse lugar social. Sendo minha formação de graduação em Pedagogia, meu olhar se volta mais para contextos relacionados com a educação, razão de existir da instituição escola. Este duplo pertencimento, como quilombola e pesquisadora, no presente trabalho e também ao longo de minha trajetória de formação, rendeu, e rende, muita reflexão de minha parte. Esta atitude de autorreflexividade, tento deixar marcada aqui como condição de possibilidade de pertencer à comunidade acadêmica e está no cerne daquilo que acredito ser necessário discutir em seus significados mais profundos: identidade, território, escola, conhecimentos tradicionais e política.

1.1- Histórico de pesquisa

Esta dissertação busca estudar os conteúdos para uma educação diferenciada no Território do Formoso, localizado no município de Penalva, Estado do Maranhão. Não quero aqui apenas defender minha preocupação com a educação, mas mostrar a intelectualidade dos quilombolas através dos seus saberes e conhecimentos tradicionais locais em seus territórios e que, de fato, possam ser úteis e reconhecidos nas práticas escolares locais, fazendo notar que se deseja, a partir da comunidade, preservar as fronteiras étnicas.

Na Baixada Maranhense está a cidade de Penalva, onde encontra -se o Território do Formoso com suas práticas e manifestações culturais a fazerem parte da fonte intelectual tradicional quilombola. Deste ponto, apresento história de vida e luta dos quilombolas, agricultores e quebradeiras (os) de coco do Formoso, através das narrativas, ladainhas, cantigas, toadas de bumba meu boi, rituais de cura e danças como: bambaê e tambor de crioula. Apresento os conflitos que se alargam entre fazendeiros e quilombolas, e, sobretudo abranger as estratégias de contribuição, para uma educação diferenciada do Território do Formoso. Quero defender algo que seja relevante ao nosso povo, que não fique apenas numa educação voltada para o mercado de trabalho, mas uma educação libertadora e sem qualquer manipulação para indagar ou legitimar seus interesses educacionais. Queremos gente da gente que nos defenda, que traga mudanças educacionais para melhor se consumir, quem sabe

assim, possamos conhecer nosso território melhor e reproduzir nossas identidades com mais vigor.

Quando estabeleci o campo da pesquisa, a comunidade escolhida já demonstrava desejo de ser pesquisada, desejo percebido e confirmado por mim em inúmeras ocasiões. Esta é uma união de saberes entre a academia e a comunidade que reúne conversas e entrevistas durante o processo contínuo deste *locus* de pesquisa, envolvendo visões focadas nos discursos dos informantes. Muito material fotográfico e de vídeos foi feito durante as diversas incursões a campo.

Assim, a partir de um posicionamento compromissado com a educação e as orientações das conversações adquiridas com a militante Maria Nice, que me proporcionou conviver com a grande valentia de seus saberes sobre o Território do Formoso e dando a mim força a persistir na pesquisa. Não foi fácil escrever minha realidade no papel, a qual abordarei mais adiante. Quanto a isso, passei várias vezes pela sensação de desistência, por uma ideia de não concluir este trabalho. Mas também havia, por outro lado, informações que me mostravam outros caminhos a seguir em frente. E a senhora Maria Nice sempre acreditava que eu ia conseguir narrar meu lugar de onde falo. Justamente ela, que tem sido escolhida pelo grupo para falar por eles, por nós, tantas vezes. Mas o esforço é bem grande. Com os debates junto à Maria Nice, carrego a oportunidade de estar realizando um trabalho acadêmico relevante e próximo à realidade de lutas da Baixada Maranhense, tendo como ponto de referência a cidade de Penalva, de onde nasci e, hoje, me aproprio do campo atuando como pesquisadora deste mestrado. O mestrado foi onde pude me entregar e concretizar minha pesquisa.

Para aprofundar os primeiros pronunciamentos deste trabalho, preciso dizer que a educação sempre esteve nas minhas reflexões, seja na educação infantil, quilombola, ou em quaisquer áreas relacionada à educação. Escrevi alguns trabalhos e artigos nos quais procurei ir aprofundando ainda mais meus conhecimentos e interação com a comunidade. Em datas passadas, estive na comunidade quilombola Lagoense, do Território do Formoso, como bolsista do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e, também, como aluna do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, tendo como resultado da pesquisa a defesa monográfica que originou-se com o seguinte título: “A educação escolar quilombola: um estudo de caso em Lagoa Mirim”. Um estudo que foi realizado em ambiente escolar.

O Projeto Nova Cartografia tem representado o fortalecimento dessas comunidades quilombolas, e produz os mapeamentos, depoimentos que sociabilizam os

diálogos entre os agentes sociais e suas interações de luta nos próprios movimentos. E, ao longo do tempo, junto aos quilombolas, quebradeiras de coco, agricultores, têm estudado as inúmeras situações de conflitos e conquistas nos âmbitos das comunidades denominadas tradicionais.

Volto a pesquisar o Território do Formoso, agora como pesquisadora de mestrado, e venho a questionar em que medida a escola não contempla esses saberes desses grupos locais. Isso me fez pensar na proposta inicialmente apresentada, sob o título: *Conteúdos para uma educação diferenciada para o Território do Formoso: um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais locais*. No entanto, a pesquisa e, sobretudo, a convivência no cotidiano da comunidade me fez refletir que não era uma questão de produzir conteúdos em forma de material didático, embora isso também possa colaborar como ferramenta auxiliar da educação quilombola e muito do material já produzido em pesquisas anteriores do Projeto Nova Cartografia poderia ser utilizado. Começou a me parecer que era mais uma questão de produzir uma relação entre o cotidiano da escola e o cotidiano da comunidade, que estavam divorciados apesar de compartilharem não só o território, mas as mesmas pessoas circulavam entre um ambiente de conhecimentos tradicionais e outro de conhecimentos escolares, como se não pudesse fazer parte da escola o que se sabia em comunidade. E como se a ideia de escola e educação estivessem confinadas na construção desses prédios que mostro em fotografias ao longo desse trabalho.

A proposta que foi se redesenhando consiste em uma inquietação em relação às práticas dos conteúdos não incorporados dos saberes e conhecimentos locais. Estes são elementos que estão desagregados do currículo escolar do Território do Formoso. Espero que, assim, essas inquietações, que não são só minhas, mas da comunidade, possam contribuir, partindo para uma educação diferencial que seja coincidente com o desejo dos quilombolas do Território do Formoso. Quando falo de uma educação diferenciada, estou tratando de saberes locais a serem valorizados na rede escolar do território. Um dos primeiros passos será pelos saberes não acionados nas escolas desse território. Desse modo, as práticas educadoras escolares deveriam ser sensíveis ao local onde são ministradas e contribuir na formação desses povos, valorizando suas práticas e manifestações culturais, suas narrativas e demais saberes que, etnicamente, vão deixando de ser reproduzidos pelos próprios moradores. Nossas inquietações nos fazem pensar que tipo de educação queremos adotar.

Paulo Freire (1967, p. 119) nos coloca que, se essa inquietação não se manifesta, as mudanças não ocorrerão e ficarão nos discursos. O grande interesse aqui é mostrar as reivindicações para uma educação libertária e diferenciada, que assim caminhará na direção

da obtenção da demarcação das terras, e observando sempre o respeito às diversidades, a preservação das florestas e de um meio de vida sustentável também para a reprodução das identidades do Território do Formoso.

Esta proposta de pesquisa permite-nos, também, não só estudar a base conteudista escolar desse espaço, mas, sobretudo, estudar as práticas culturais, as histórias de luta, os saberes, narrativas que podem agregar essa relação entre a escola e os conhecimentos locais. E que essa nova compreensão dessa forma de estudo que contemple a relação escola-comunidade venha a se desenvolver e, no decorrer do tempo, possamos nos debruçar sobre as variadas formas do aprender diferente, já que o Território do Formoso é, ele próprio, uma escola.

De outro ângulo, tudo isso é preocupante, já que isso deveria ser cumprido diante da Lei 9.394/1996 que vigora esse direito no artigo 28º, que favorece “na oferta de educação básica para a população rural”. O artigo também cita que:

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação e às peculiaridades da vida rural, de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 9).

São levantamentos que o objeto de estudo vai dando forma a partir de observações sucedidas na pesquisa e mostrando as possibilidades de perceber o que está incorporado nas discussões deste trabalho que, gradualmente, passou a ser construído. A maneira como estou envolvida na pesquisa, me permite enxergar suas particularidades e ter acesso aos amplos conhecimentos dos grupos sociais, e, assim, analisar os estudos a partir das vivências e experiências comunitárias.

Garantir educação voltada aos quilombolas dentro de sua realidade e seu lar de sobrevivência é um respeito a sua história. Para o Território do Formoso, esses conteúdos se tornariam uma referência. Talvez muitos quilombolas venham a se interessar por essas questões, percebendo a valorização de seus saberes locais.

Nesta abordagem, caminho com o estudo etnográfico no Território do Formoso. Pretendemos pesquisar os saberes locais que poderiam ser incluídos na escola voltada para uma educação diferenciada. Julgo ser preciso levantar dados de escolas do Território Quilombola do Formoso, localizado no município de Penalva, Maranhão. Escolho duas, pela sua localização e por indicação das comunidades envolvidas: a Escola Municipal Cosme Almur Dequeixes e a Escola Municipal Tomaz de Aquino Souza. Contemplando os saberes,

narrativas, ladainhas, as toadas, histórias de vida e luta, os conhecimentos tradicionais locais dos quilombolas, agricultores e quebradeiras (os) de coco babaçu, do Território do Formoso como proposta de serem inseridos nos currículos escolares.

O processamento da pesquisa no Território do Formoso tem sido o centro das atenções dessa produção acadêmica, trazendo um estudo das duas escolas citadas acima, para mostrar a realidade e os contextos nas vivências dos espaços escolares desse território que se autodefine como quilombola. Este estudo também pretendo mostrar que a luta contra a força de opressão dos fazendeiros locais pode ter a educação como aliada. Com esse leque de informações, compreendemos que a educação também é uma forma de luta e resistência, não se restringe apenas em um *locus* acadêmico, mas que compreende as diversas entrelinhas, que a educação faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo, que é sempre mais amplo e significativo do que o contexto escolar.

Com esta iniciativa de pesquisar quais saberes e conhecimentos tradicionais locais poderiam ser estruturantes dos conteúdos das escolas municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza, do Território do Formoso, do município de Penalva, Maranhão, penso fazer assim uma proposta para que sejam fortalecidos nossas identidades e saberes. E atende-se, assim, dessa forma, a uma antiga reivindicação das comunidades quilombolas locais.

Apesar de existir escolas no Território do Formoso, a qualidade da educação não atende à demanda desses quilombos. Por isso, a luta ainda se torna um meio de realizar a educação para pensar a escola e garantir os direitos assegurados na constituição. A educação para esses quilombolas é uma referência a ser compreendida no seu processo histórico e, levando em consideração a sua atualidade também. Os saberes, as formas de lutas, manifestações e práticas culturais estão espelhados, por exemplo, nos fascículos publicados sobre o Território do Formoso, e a vinda do projeto do Centro de saberes para Penalva pode demonstrar ainda mais o que já sentimos no cotidiano: o território tem seu patrimônio de conhecimentos para ensinar. O reconhecimento desse patrimônio, que já estava em movimento no território, é que encontra florescimento no Centro de saberes. Mas já estava semeado.

Este não é um trabalho acabado, mas sempre estará em processo de construção. O exemplo: a própria comunidade pesquisada está sempre em processo de mudança, cada tempo surgem novos moradores, e saem outros, novas situações surgem. Ou famílias se locomovem quando alguém casa ou morre ou adocece. Por isso, a coleta de dados nos traz elementos que

podem ajudar a compreender o problema a partir de uma conversa ou entrevista com moradores que contribuem de forma direta ou indiretamente.

As coletas de dados começaram a partir do momento que, como pesquisadora, passei a me relacionar com esses agentes sociais e passei a conhecer melhor as situações de reivindicações e luta nas reuniões, congressos e visitas, passagens em residências. Passo a analisar e organizar os dados da pesquisa – entrevistas, imagens, mapas, croquis - de forma a contemplar, dentro do possível, o objetivo das reflexões desse estudo. Mas não posso impedir que ao analisar os dados, minha memória também funcione como dado e como um mecanismo de interpretação dos mesmos.

Atravessando os campos e estradas, a fim de conseguir informações detalhadas das duas comunidades pesquisadas e meus informantes, entrevistei alguns em casa, quintais, congressos e reuniões. Me sito a vontade de abordar seus nomes, nos quais foram: os Senhores Fabrício Nabate Maranhão, José da Conceição Barros e José Ribamar dos Santos Machado, as senhoras Maria Nice Machado Aires, Maria Brasilina Cutrim e a professora Célia de Jesus Nabate. Em conversas breves, trago a contribuição de Arnaldo dos Santos Meirelles, Antônio Carlos da Paixão, Seu Gonçalo, Roque Soares, Mauro Leite, Sabino Correa. Estes contribuintes fortaleceram esta escrita.

Ainda nesses procedimentos metodológicos, mostrar através dos croquis das duas comunidades do Território do Formoso pesquisadas, o trajeto das escolas, onde estão centradas seus saberes e práticas culturais. O território tem uma rica diversidade cultural, onde as comunidades estão sempre a concentrar nas tradições anuais. Assim, ao pesquisar essa região que defende seus saberes e adereços é elogiável apresentar sua luta por uma educação que faça a diferença.

O fato de conhecer a localidade do campo da pesquisa, talvez tenha facilitado a sistematização do meu objeto de estudo, mas também podemos encontrar outros obstáculos que nos venha a problematizar, de enfrentar outras dificuldades. Quanto a isso, é preciso não generalizar a realidade local. Neste trabalho, prosseguimos os estudos com a fala de quem quer falar e representar seu povo. Em dados momentos, disponibilizaremos trechos de entrevistas realizadas durante o campo pesquisado, em mobilizações e eventos em que se fizeram presentes os grupos entrevistados.

Diante da perspectiva do trabalho, busco compreender, no decorrer da pesquisa, alguns questionamentos:

- 1 – Quais os saberes não adotados no currículo escolar do Território do Formoso poderiam ser adotados?

2 – Como esses grupos intelectuais locais contribuiriam com a educação escolar?

3 – Qual a relação entre a escola e os saberes locais?

A partir desses questionamentos, reconhecemos conflitos que se configuram, a partir da presença da escolarização, como obstáculos à reprodução social e cultural dos grupos quilombolas. Definimos o seguinte objetivo geral: pesquisar quais saberes e conhecimentos tradicionais locais poderiam ser adotados como proposta de conteúdo para as escolas municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza, através da perspectiva dos quilombolas do Território do Formoso.

Explicitando a ideia acima, delineamos os seguintes objetivos específicos:

A) Identificar as múltiplas identidades, a partir das vivências do Território Formoso;

B) Identificar quais as formas de luta que fazem diferenças no dia a dia dos quilombolas, quebradeiras de coco, agricultores (as) e pescadores (as);

C) Analisar quais saberes e conhecimentos tradicionais locais são vistos como proposta de conteúdos para as escolas municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza do Território do Formoso;

D) Analisar quais concepções as escolas e o Centro de Ciências e Saberes têm a contribuir para os alunos e outros moradores do Território do Formoso.

Com a abrangência deste estudo, tive, ao longo do desenvolvimento, pressupostos que estão sendo construídos, na medida em que o objetivo do conhecimento se locomove num processo contínuo, que estará sempre inacabado. E, assim prosseguir nas interpretações e comparações dos diversos teóricos e estudiosos que trabalham com temas correlatos que nos ajudam a pensar.

A atual pesquisa de campo está ocorrendo no Território do Formoso, incluído dois espaços escolares municipais: escolas Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza. Foram realizadas entrevistas em locais como residência, ilha do Formoso, quintais dos informantes, em espaços de eventos, ainda, sobretudo, sempre estabelecendo essa interação entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, mas o conhecimento prévio, sendo a pesquisadora uma moradora local, também quilombola, possibilita obter espontaneidade dos entrevistados ao longo das conversas para a pesquisa, nem sempre entrevistas.

1.2 - Descrição do lugar de fala

Pretendo refletir sobre a dimensão social da identidade tradicional da qual participo. Ao escrever o lugar donde falo, isso me faz lembrar e escutar as histórias antigas e novas daqueles que construíram meu território. Eu como autora deste trabalho, nascida de um parto de alto risco, do qual minha avó parteira de parte de pai realizou os primeiros procedimentos até minha chegada ao hospital Jesus de Nazaré, em Penalva. Considerando que o parto foi de gêmeos, primeiro, nasceu meu irmão, Geovanio Machado Aires, nasceu no dia 12 de outubro no horário das 22 horas, e já minha pessoa nasceu às 04 da manhã do dia 13 de outubro de 1987. Vim a nascer a caminho do hospital Jesus de Nazaré, em Penalva. Naquele momento, estava minha avó Arcângela Sousa (parteira) e meu pai Martinho Sousa Aires. Nascida no quilombo Achuí I do Território Enseada da Mata, do município de Penalva, Maranhão, volto no tempo, e trago minhas experiências vividas ao longo da infância.

Para dialogar com meu espaço, me aproximo das falas da militante Nice, minha mãe, e dos agentes sociais, a partir de suas narrativas e histórias contadas, as quais passo a informar como parte de minha trajetória como sujeito e objeto, ao mesmo tempo, também, desta pesquisa. E, de certa forma, contar ao leitor onde vivo e com quem convivo.

Vivendo cerca de seis anos no Achuí, relembro as histórias de Maria Nice, quando viajava para participar de reuniões, congressos ou outros acontecimentos em prol das comunidades. Na sua volta para casa, aproveitava para nos carregar de informações e aprendizado. Quem não gostava era meu pai, que não tinha muito interesse sobre os assuntos das comunidades, mas nos cuidava muito bem quando ela passava bom tempo longe dos familiares. Sua vida de estudante foi passada no município de Viana. Ao terminar as primeiras séries do ensino médio, passou mais quatro anos estudando magistério. Onde teve que levar a família para morar na região. Nesse período, eram nascidas apenas Sandra, Célia e Celitânia.

Aos sete anos de idade, saio da comunidade quilombola Achuí I na companhia dos meus cinco irmãos e meus pais, com destino à Comunidade do Bairro. Nossa ida foi devido ao comprometimento de saúde da minha avó por parte de mãe, Luzia Costa Machado que, naquele momento, precisava de cuidados. E havia a preocupação com o futuro dos filhos. Naquele ano de 1993, meus avós moravam no Bairro São Pedro.

Chegando à comunidade quilombola do Bairro Novo, também em Enseada da Mata, 1993, exatamente onde hoje é o galpão⁸, era nossa residência. Posteriormente, Nice

⁸Hoje, está localizada a sede da associação de moradores do Bairro Novo e o “Centro de saberes”.

doou sua residência para a associação construir a sede. Havia, na localidade, cerca de cinquenta famílias, a maioria vieram do Açuí, Saubeiro, e outros municípios: Viana, Zé Doca e demais localidades da Baixada Maranhense.

Ao chegar no Bairro Novo, a visão era parecida com a Comunidade do Açuí, sem escola, sem associação, sem sindicato, apenas moradores. Relembro muito bem, que o bairro tinha mais ou menos 70% de floresta fechada em pé. Tinha uma “solta” que era do senhor Surulina, que ficava de frente pra minha casa e, nessa solta tinha todos os tipos de frutas igual na comunidade Açuí. A diferença era que, no Açuí, tínhamos total liberdade de pegar as frutas. Por mais que a Comunidade do Bairro Novo esteja localizada em zona rural quilombola, não tínhamos esse direito, porque aquela terra tinha dono. O dono não era quilombola, e muito menos a favor dos quilombolas. A terra pertencia à elite (fazendeiro). O pior que, em certo tempo, toda aquela “solta”⁹ foi loteada e destruída toda “aquela riqueza”¹⁰. Permito-me dizer que, mesmo não tendo acesso às frutarias, mas defendíamos a “floresta em pé”. A “solta” atualmente fica localizada no bairro da Alvorada, nas proximidades do Bairro Novo. É certo que Maria Nice passou liderar a comunidade do Bairro Novo, como se fosse membro de sua família, mas não teve o poder suficiente, para aquela floresta permanecer em pé.

Diante das narrativas ouvidas, me recordo que, em 1995, quando eu estava por volta dos oito anos de idade, ocorreu a primeira reunião das mulheres organizadas para fundar o MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, na casa da minha mãe. Naquele momento, parecia outro mundo do conhecimento, brincava de professora, ganhava presentes (caderno, lápis, borracha e bonecas, sobre bonecas... tinha pesadelo com bonecas. Preferia ganhar bolas que bonecas). Nas reuniões, ficava sempre fazendo as cartinhas e desenhos para as amigas da minha mãe e dando atenção às conversas de tantas reuniões realizadas nesses períodos. Anos depois, ocorreu o encontro de mulheres do Cocais, Baixada, Médio Mearim, Muniz e Lençóis.

Em princípio, Rosenilde Gregório dos Santos Costa (Viana), Zulmira de Jesus Santos Mendonça (Viana) e Sandra Regina Monteiro (São Miguel, Tocantins) estavam na eventual data citada para a organização de mulheres. Posterior a esse momento, no mesmo ano, viajei junto a elas. Foi minha primeira viagem a outro Estado (Pará). Pareceria ser

⁹ Solta - Para a militante, Maria Nice, era o nome dado aos pequenos lotes de terra vendidos a proprietários diversificados.

¹⁰ [...] riqueza é aquilo que todo mundo vive... Quando a gente fala de riqueza... quando você vive bem, onde você tem uma saúde de qualidade, uma educação de qualidade, que os filhos das quebradeiras que vão para a escola não estejam sentados no chão. (VALLE *et al.* 2016, p.52/53).

fantasia naquele momento, mas lutar por direitos das mulheres organizadas chegaria ao grupo interestadual do MIQCB.

Este processo me fez conhecer o lado intelectual de minha mãe, Nice, com a referência da luta pelos direitos a serem assegurados aos povos e comunidades tradicionais. A Baixada Maranhense era seu ponto de partida. Talvez, a reunião de brincadeiras como professora possibilitou minha caminhada acadêmica em pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão¹¹.

Das andanças de 2009 pra cá, os fatos foram acontecendo. Saindo de Penalva a São Luís, são outros tempos que, a seguir, pretendo narrar. Esta formação priorizou meu interesse em estudar a educação. Recordo das minhas cartinhas em versos que eu gostava de escrever e lançava minha profissão de professora. E ser freira? Não sabia àquele momento qual o discurso das duas ocupações, mas meu interesse estava ali naqueles cadernos, lápis e canetas ganhados das colegas de trabalho da minha mãe. Quanto a ser freira, não lembro o motivo.

Quem sabe essa influência de ser professora também não o foi pela função que exercia Maria Nice, que havia sido professora na Escola Domingos Gomes¹², que a mesma ajudou a instalar. Fazia de suas noites as correções das tarefas escolares. Vale recordar que eu era aluna ouvinte também da escola.

Percorrendo o saber dialogado com Nice, venho questionar de que território estou falando? A territorialidade da qual falo passou a ser tratada como campo de saber a ser reivindicado pelas comunidades quilombolas. Esse diálogo é recorrente nos discursos de Maria Nice, repassado do seu avô Pedro Celestino e seu pai Apolônio Machado, que já trabalhavam com as práticas de defesa das comunidades quilombolas a serem divididas por territórios. Por vezes, parece que esses territórios foram divididos dessa forma para se organizarem coletivamente, e, assim, se tornarem mais fortes priorizando os mesmos objetivos.

Deste entendimento, Nice, aos 14 anos, já trabalhava nos seus discursos em defesa das comunidades quilombolas da Baixada ocidental. Daí, percebo a formação territorial do meu campo de pesquisa, que se relaciona diretamente com o Quilombo de Enseada da Mata: ambos estão relacionados em festejos, rituais, reuniões, políticas que discutem as atividades locais e seus conflitos. As atividades conjuntas são inúmeras: quebra de coco, pescaria, a

¹¹Formada em 2009, com ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia pelo sistema de cota para negros. Foi a última turma do vestibular tradicional. Posteriormente, passou a ser utilizado o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

¹²Localizada na Comunidade do Bairro Novo, Território de Enseada da Mata.

produção de farinha que dá ensejo à farinhada, as festas de santidade – São Marçal, São João, São Pedro, Santa Barbara, São Sebastião, São Benedito e baile de São Gonçalo e baile de rebeca; produção de caixas do Bambaê, Toque do Divino, Divino Espírito Santo e tambores para as festas do Tambor de Crioula e Bumba meu Boi, rituais de cura com curadores, benzedores, doutores do mato, pais e mães de santo entre outras. Tudo isso abrindo possibilidades de reivindicações pela terra, pela educação e saúde. Não deixo de pensar que esse espaço me compete no momento de elaborar minha posição como pesquisadora junto à minha categoria de moradora e autodefinição como quilombola.

Preocupa-me saber como lidar com as situações de conflitos ou proporcionar melhorias ao quilombo. Com minhas intervenções de pesquisadora, sinto-me aflita por não resolver as questões que surgem. Às vezes, penso o papel do pesquisador, e no que este se diferencia do papel de morador em relação às lutas do território. Isso me faz correlacionar as duas redes de relações e tentar compreender meu objeto de estudo, no qual, estou, ao mesmo tempo, implicada como o sujeito que faz a pesquisa.

O risco de estudar a mim mesma é algo que ocupa minhas reflexões. Sinto-me mais tranquila ao perceber que os moradores repassam essa afinidade e parecem atribuir a mim uma confiança por parte desses intelectuais locais na minha pesquisa. Isso compreenderia Bourdieu (2005, p. 96):

O fato de que eu seja aqui ao mesmo tempo sujeito e objeto da análise redobra uma dificuldade, muitíssimo comum, da análise sociológica, o perigo de que as “intenções objetivas”, depreendidas pela análise, pareçam intenções deliberadas, estratégias intencionais, projetos explícitos e, no caso particular, a intenção consciente ou quase cínica de preservar um capital simbólico ameaçado.

Às vezes, me vejo pensar como Johannes Fabian (2006, p.12), a sua prática etnográfica do movimento Jamaa, que “[...] havia o ensinamento, havia o testemunho, e a interpretação de sonhos etc”. No Território do Formoso, há esse ensinamento, os saberes, as narrativas a serem interpretadas, a luta pela vivência, pela titulação do território e pela valorização e reconhecimento do conhecimento local. Também existe um controle de proteção desses sujeitos e objetos porque também me atribuem responsabilidade e contribuem para a afirmação de minhas identidades como quilombola e pesquisadora daquelas situações envolvidas naquele território. É certo que o quilombo está ali, mas as formas que designam sua permanência são as lutas, manifestações em defesa do Território, e “[...] todas essas causas e razões não bastam para explicar de verdade meu investimento total, um tanto insano,

na pesquisa”, Bourdieu (2005, p. 96). Talvez a luta pela possibilidade de construção e reconhecimento da minha dupla identidade.

Ainda nesse contexto, muitas das vezes, minha inocência passa despercebida a entender esse universo de saberes, conhecimentos ditos nas narrativas pelos agentes sociais do Território do Formoso. Acrescento, deste modo, “o retorno às origens faz-se acompanhar de um retorno, embora controlado, do que fora recalcado”¹³.

Porventura meu afastamento dos saberes, partiu, quando saí da minha comunidade do Bairro Novo para terminar meus estudos na Cidade de São Luís em 1999, quando saindo da escola Municipal Wilson de Sá Marques de Penalva, em busca de mais aprendizado, e percebendo hoje que o limite de estudo não parava apenas naquele espaço escolar de quatro salas, e devido à separação dos meus pais, quando tinha oito anos de idade, me senti desprotegida diante de tantos acontecimentos familiares. Havia naquele momento um jogo de desestruturação familiar, onde os filhos tinham a escolha de permanecer com o pai ou com a mãe. Meu compromisso foi morar com minha avó por parte de mãe, Luzia Costa Machado, e, após, minha madrinha, 1999, para poder estudar. Isso também me ajudou a reconstruir, refletir meus interesses e percepções.

Por outro lado, me sustento nos questionamentos de Fabian (2006, p.11): “o que estou fazendo aqui?” “O que levarei comigo de volta?” Pensar nesse questionamento, às vezes, gera uma inquietação, uma incerteza, como se tudo que estou fazendo estivesse errado ou afetando os entrelaçados da pesquisa. Depois, volto atrás com os questionamentos, e passo a entender que o espaço das dúvidas vem sendo enfrentado no decorrer do tempo dissertativo e o será, novamente, no pós-dissertativo. Pois a luta é sempre.

De 2000 até o momento, me localizo na Capital do Maranhão, São Luis, para estudar, mas atribuo meu pertencimento ao meu Território Quilombola de Enseada da Mata, onde mora toda minha família: mãe, irmãs, irmãos, pai, sobrinhos e sobrinhas. Foi um período também de separação entre mãe e filha, esse do estudo, mas valia um jogo de interesse por parte da minha educação. Interesse meu e de minha família e comunidade, assim como das comunidades quilombolas ao redor. Assim, parte dos meus estudos prosseguiram em São Luís, capital do Maranhão e no presente momento no Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia.

São recordações que também guardam rancores, quando, em 2004, período que minha mãe Nice foi vereadora por um mandato, meu irmão gêmeo, Geovanio Machado Aires,

¹³ BOURDIEU, 2005, p. 90.

conhecido como Gil, foi alvo de violência, perdendo a mão esquerda devido a sua mobilização política forte, que dava forças aos trabalhos da sua comunidade do Bairro novo e as demais, e líder do grupo de jovens. Exercia sua autonomia para desenvolver trabalhos que valorizassem as práticas culturais do Território de Enseada da Mata.

O fato ocorreu no município de Penalva, no Bairro de Trizidela, onde acontecia uma festividade e apresentação de práticas culturais locais. Estavam cerca de 300 pessoas reunidas. Por volta de 20 horas, Gil, amigos, mãe e demais parentes estavam reunidos perto de um bar, quando chegou o rapaz chamando por ele, pra ele tirar a moto do lugar onde estava, porque ela não podia ficar onde estava. E, quando ele chegou perto da moto, tinha um outro rapaz. Quando, o mesmo foi pra retirar a moto, o rapaz, por trás, deu um golpe de arma branca nas suas costas. Gil, já cortado, levantou da moto e saiu andando, e o rapaz continuava a cortá-lo. Segundo Gil, o alvo era cortar sua cabeça. Com os lances que a arma branca ia levantando, ele ia protegendo sua cabeça com a mão esquerda, o que resultou na perda total da mão esquerda, embora também tentassem cortar a direita com afinco, para que ele não pudesse mais escrever ou ajudar nos bordados das roupas das festividades locais. Nessa época, ele tinha ajudado nossa mãe a escrever os panfletos dela como candidata, e ela foi vencedora das eleições. O resultado dessa perseguição a Gil foram elevados cortes no corpo todo e duas perfurações do lado esquerdo da costela e do lado direito da barriga.

Com os gritos fortes dele, minha tia Eunice, parte de pai, reconheceu de longe a voz dele. Nessa hora, o povo que estavam por lá foram em cima. A polícia foi acionada, mas não conseguiram prender. Imediatamente, levaram ao hospital municipal Jesus de Nazaré de Penalva. O médico Zé Maria realizou os primeiros procedimentos e foi transferido por Socorrão I, em São Luís. Dias depois, foi transferido ao hospital particular Ludovicense, onde passou mais ou menos dois meses internado.

O ocorrido comoveu a cidade. Assim, as comunidades quilombolas de Penalva fizeram uma promessa. Se ele voltasse vivo, realizariam um Baile de São Gonçalo, que ele ia se vestir e ficar assistindo todo o ritual. Outra promessa foi dita pelo patrão de bumba meu boi de Viana (Zé Sinésio), que chamaria outras turmas de bumba meu boi de Penalva, se ele ficasse bom, e realizaria uma boiada na sua residência. Todas as promessas foram realizadas, pois o mesmo retornou para sua casa.

Esse não é o primeiro fato que ocorre. Antes deste ocorrido, e contado em detalhes, alguns anos antes, o mesmo foi almejado com uma bala perdida numa festa que aconteceu no festejo de Santa Maria, na comunidade quilombola Santa Maria. Que, afinal de contas, não foi bala perdida, mas disparada para matá-lo. O motivo não disfarçado dessas

agressões era que ele, além de mobilizar a juventude para se juntar nas festas, e isso dá a ele grande conhecimento, ele era o motoqueiro de sua mãe e estava sempre disponível para suas lutas sociais. Com a perda da mão, meu irmão mais novo, Vando, assumiu o cargo de motoqueiro. O que anos depois resultou numa morte trágica, a ser narrada mais à frente. Hoje, o trabalho de Gil resguarda os valores do Bambaê, que reúne cerca de três mil jovens. Atualmente, resiste na luta como secretário da Fetraf- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, na Comunidade do Bairro Novo do Território Enseada da Mata.

Só que os ataques continuaram a povoar minha família e a violência contra os quilombolas. Assassinaram mais uma liderança forte que atravessava fronteira nas causas e defesa do seu território. Uma liderança jovem que trabalhava nos quatro territórios de Penalva: meu outro irmão, Martinho Sousa Aires, conhecido como Vando. Os jornais tentam transparecer a ação como sendo da facção “Bonde dos 40”, como se tivessem sido estes os autores da violência brutal, a ponto de ser decapitado. Mas existem outras interpretações, envolvendo a política partidária. Como diz Maria Nice: “envolve muita gente grande”. E isso nos preocupa a vida e a luta de outras lideranças que estão ameaçados de morte em suas comunidades, o senhor Fabrício Nabate, por exemplo, e a própria senhora Maria Nice, dentre outros.

Pelo caso ser recente, não me vejo em condições de contar em detalhes essa ação brutal. Em respeito a ele, meu motoqueiro de pesquisas, pelo qual tinha muita admiração. Sempre estive à minha disposição. Jamais falhou ou reclamou para transportar minha pessoa a Lagoa Mirim e Olho D’água quando precisei. Vejo-me com peso nas costas ou ficaria mais tarde com a consciência pesada em relatar a violência cruel e a sangue frio feita contra ele. Outros já escreveram o caso. Para mim, guardo um certo silêncio nessa descrição em respeito a ele, já que sequer gostava de tirar foto. A única pessoa que o convencia de tirar foto era eu, mas nem sempre acontecia. A visão que tinha de tirar foto é que isso representaria coisas negativas. Quando era vivo, não permitia que tirassem fotos dele trabalhando ou fazendo qualquer coisa.

Minha sugestão dada a nossa família, quando falei via telefônica com minha mãe, era que não deixasse ninguém tirar foto dele dentro do caixão ou do seu velório. Pressenti no sonho que tive com ele. Até os jornais com a notícia de sua morte pedi que escondessem. Mesmo chegando depois do enterro, ouvi comentários que algumas pessoas tiraram fotografias. Aquelas pessoas que tiraram fotos, mesmo não sendo parentes, pedi que apagassem. Isso tudo foi difícil controlar, mas, para mim, era uma missão mandada em

sonhos por ele. Aqueles que não apagassem ficariam com consciência pesada. Este lutador que se foi deixou quatro sucessores para dar continuidade à luta. Seus filhos: Killyan Ricardo, Ana, Nicole e Madison.

Após sua morte, nem o caixão foi aberto. Meu irmão mais velho, Gil, não permitiu que abrissem. O mesmo sentiu o que eu senti, a consciência pesada. Para Gil, quando perguntei sobre o caso, ele sequer conseguia falar. Mas diz que seu silêncio era forma de respeitar sua memória, e que houve de fato um pacto entre os dois irmãos. Esse pacto ou segredo não pode revelar, pois sua consciência não permite. Abrir o caixão naquele momento não representaria forças positivas para a família.

O jornal “Aqui Maranhão” conta uma versão do fato que não é a da família. Sua morte foi justamente no dia 08 de outubro de 2014, quando acontecia a minha primeira aula no mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia. Quando foi em 18 de outubro, tive notícias por telefone dadas pela minha irmã, Célia, que tinham encontrado seu corpo no IML. A notícia foi dada após a aula da Professora Rosa Elizabeth Acevedo no Prédio de História da Uema, no Centro Histórico de São Luís. No horário da aula, meu telefone tocou por diversas vezes, e, para minha aflição, todas as ligações eram de familiares. A notícia era essa, foi encontrado sem vida.

A luta dos meus familiares resiste numa rede de lideranças que entrelaçam saberes. E somos feridos por ataques violentos. Mas isso não nos distancia nem diminui nossas manifestações nos territórios: nos aproxima mais ainda do direito de reivindicar nossas pautas de luta. Isso me permite lembrar a primeira reunião que fui na comunidade quilombola em São Maquias, quando garota.

Os laços fortes progrediram mais ainda, quando escrevi, em 2009, minha monografia sobre “*EDUCAÇÃO NA ESCOLA QUILOMBOLA LAGOA MIRIM: um estudo de caso*”, orientado pelo professor e educador Acildo Leite Silva. Este saber, aproximou-me ainda mais dos intelectuais locais e do próprio Território do Formoso. E vinculando meu trabalho com o CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas -, em 2009, na aplicação de DAP’s - Declaração de Aptidão do Pronaf -, que tem como propósito o acesso às políticas públicas, através deste instrumento de identificação do agricultor familiar, deste ponto, de credenciar os extrativistas quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu e demais, a participar do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF.

Com isso, também se intensificaram meus encontros com os intelectuais do Território do Formoso e Enseada da Mata, e sustentando minha pesquisa, onde desde criança

presenciei as práticas culturais, a convivência e os conflitos perpetuando ano a ano. Com o aprendizado, coletei alguns dados referentes ao total de família, escolas, renda familiar, nível de estudos, as manifestações culturais e totais de hectares e habitantes, isso em âmbito de pesquisa monográfica para a graduação. São quatro territórios compartilhados por 180 comunidades quilombolas no município de Penalva, e cerca de 92 escolas. Isso dá um total de mais ou menos 34 mil quilombolas.

O período mais forte desta caminhada de pesquisa se estabeleceu de 2009 a 2012, quando, parte da minha convivência, dediquei a estudar o Território do Formoso, quando tive a iniciativa de estudar os quilombolas da minha região. Por que estudar quilombolas? O meu interesse de estudar os quilombolas, e, em particular a educação quilombola, partiu ainda na graduação no terceiro período quando decidi falar do meu lugar. Em 2012, ingressei no Território do Formoso, não mais tão-somente como mais uma quilombola vizinha em visita, mas como pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia para estudar a educação quilombola em Lagoa Mirim.

Tempos depois, fui a trabalho para Brasília, e mais uma vez me distanciei da minha terra. Retorno em 2014 ao meu território, agora como pesquisadora do Programa de Pós Graduação de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia na UEMA – Universidade Estadual do Maranhão. Com tudo isso, senti fortalecer minha identidade como quilombola e filha de quebradeira de coco babaçu.

Dos cumprimentos mais fortes desta trajetória são as inúmeras entrevistas realizadas com Maria Nice, que retrata as resistências, sua liderança e sua luta. Junto a ela, recentemente, acompanhei três mil lideranças entre jovens e adultos, num III Chamado da Floresta, na reserva São Pedro, do rio Tapajós Arapiuns - Santarém, Pará, para consolidar a negociação que prioriza o direito dos extrativistas quilombolas, indígenas e demais povo da floresta a garantir perante a pauta do evento, o reconhecimento e regularização fundiária, política educacional que adéqua às exigências solicitadas, Política de produção que atende o processo de escoamento, fomento/crédito, exportação e importação dos produtos no mercado público e privado, a política de saúde para ampliação dos agentes comunitários, implantação dos postos de saúde, incentivos às parteiras e demais, serviços ambientais, infraestrutura básica, segurança, organização e gestão na garantia e apoio à participação junto aos Conselhos Deliberativos e outros planos de reivindicação da classe.

A organização partilhada no CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas - reforça os debates e defini prioridades juntos representantes de movimentos sociais a socializar seus interesses a negociar com as autoridades do Estado. O compromisso

foi reafirmado nos dias 28 e 29 de outubro de 2015, com a delegação de 16 quilombolas de quatro municípios do Maranhão (Penalva, Viana, Mirinzal e Imperatriz) que socializaram e compartilharam a história de luta dos diferentes grupos representativos no III Chamado da Floresta. Comemorávamos 30 anos de resistência e luta do CNS em defesa da Amazônia em pé.

Na base constituída durante o evento prevalecia o diálogo da juventude com a experiência dos fundadores do CNS. Naquele momento, havia troca de experiência dos variados saberes das diferentes regiões do Brasil. Apresentaria fortes debates entre duas gerações, a respeito disso, Ângela Mendes, filha de Chico Mendes, Raimundão, Pedro Ramos, Manoel Cunha, Cristina da Silva e Maria Nice, Joaquim Belo, dentre outros. Ali havia uma causa maior, defender o povo da floresta, seja qual for a raça ou religião.

O aprendizado desta viagem, junto a tantos movimentos sociais, fortaleceu minha base política, no compromisso de sustentar meu debate e formar estratégias nesse engajamento de luta, e, assim, compartilhar na construção de uma política pertinente aos quilombolas.

Ao sair da minha região em busca de outros saberes, pude perceber a grandeza dos saberes que por lá deixei, mas com o tempo volto a estudar onde nasci e vivi. Vivenciei que os saberes permaneciam lá: a questão é que esses conhecimentos não eram explorados pelos docentes da minha escola, e me sentia atordoada por não ver valorizados tantos saberes que o tempo deixou levar. Desta parte, vou tentar ser informante sobre os saberes que precisam ser incorporados na escola, mas diante das vivências e conversas no Território do Formoso.

Em tais momentos, contei com a colaboração da militante, quilombola, quebradeira de coco babaçu, Maria Nice, e com sua rede de relações envolvida, construí reflexões junto com meus informantes que, na maioria das vezes, estavam presentes em reuniões, congressos e eventos nos quais passei a ouvi-los mais atentamente sobre suas regiões. Entre eles, Roque Soares e Zequinha sempre me contavam sobre situações positivas e negativas das suas comunidades. A partir daí, foram surgindo aqueles que considero meus principais informantes. No movimento de ir às comunidades de Lagoa Mirim e Olho D'água, tive companhia familiar dos meus sobrinhos Gabriela Gomes e Marcos Aires, que me acompanham em algumas idas às comunidades citadas, e meu irmão, motoqueiro, Martinho Sousa Aires, conhecido como Vando, que me acompanhou bom tempo nas pesquisas.

Durante conversas, Maria Nice abriu caminhos para que eu pudesse conhecer melhor outros territórios vizinhos. Talvez muitos me perguntarão por que não estudar o Território Enseada da Mata? Para esta resposta, Maria Nice salientou que o Território de

Enseada da Mata já está contemplado com pesquisas, e por que não conhecer outros espaços que ainda não tivessem sido pesquisados. Mas esses outros territórios e esses saberes estão interligados entre eles e “somam na luta”. Segundo Maria Nice, conhecer as lutas de outros territórios vizinhos “nos faz fortalecer e conhecer outras lideranças para somar na luta”.

Meus primeiros contatos com as lideranças ocorreram no lançamento do fascículo: *Quilombolas, Agricultores (as), Quebradeiras de coco, Pescadores do Território de Formoso, Penalva, Maranhão*. Depois do lançamento, no almoço na casa de Roque Soares, este me fez entrosar nas conversas, sendo ele o presidente da associação da comunidade Lagoa Mirim, sua esposa Margarida, e de outros momentos com Fabrício Nabate e Maria Barros. Desses diálogos, ocorridos nos quintais do Seu Roque Soares e Arnaldo Leite, no caminho do Engenho São Luís, nas casas de Maria Nice, Zequinha, Zé Machado e outros, passamos a formar uma rede de comunicação, à qual chegavam informações de outros agentes sociais para que eu pudesse realizar conversas ou entrevistas.

O contato de pesquisadora e, ao mesmo tempo, sendo observada por eles, percebo que todos eles são familiares em meu convívio, o mundo que parecia me distanciar a essa realidade se dissolvia no contato frequente, e me aproximei muito junto a esses agentes sociais ou intelectuais locais, que convidei para participarem da minha escrita no sentido de dizerem o que eles achavam que deveria constar. O próprio Bourdieu (2005, p.88) situa que:

“[...] a relação familiar com o mundo social, mas de maneira quase experimental, ao tomar como objeto de uma análise objetiva, até objetivista, um mundo que me era familiar, onde eu conhecia todos os agentes pelo nome, onde as maneiras de falar, de pensar e de agir me pareciam de todo naturais, e objetivar, num relance, minha relação de familiaridade com tal objeto [...]”.

Esta análise faz transparecer o objeto de estudo no ato de estabelecer as redes de relações para chegar, segundo Bourdieu (2005, p. 89), “[...] munido de instrumentos de objetivação”. Estas escolhas dos entrevistados partiram também da percepção das questões discutidas quando do lançamento do *Boletim Desmatamentos e conflitos em Territórios Quilombolas da Baixada Maranhense: Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata*, no dia 2 de maio de 2015. O mesmo tendo ocorrido quando aceitei o convite do senhor Mauro Leite, que me convidou para participar do festejo da comunidade Ponta da Areia, Território Sansapé, dia 31 de julho a 01 de agosto de 2015.

Durante a festividade, o senhor Zé Machado, convidado de Mauro Leite, não compareceu, perguntei-o porquê o senhor Zé Machado não apareceu? Com muitas informações dadas por Mauro Leite, fiquei curiosa de conhecer os saberes de seu Zé

Machado. Na tarde de 2 de agosto, eu estava na casa do senhor José Ribamar Santos Machado, onde minutos depois chegou da pescaria. Nesta passagem da tarde pra noite, Zé Machado, assim conhecido em todos os quatro Territórios quilombola de Penalva, conta brevemente sua trajetória de luta e posterior canta seus saberes aprendidos desde 10 anos pelo seu pai, Domingos Avelino Machado, das toadas de bumba meu boi e de suas práticas culturais que realiza há anos.

Posterior a isso, fui convidada por Zé Machado a participar do seu ritual de cura. Após estar presente no seu ritual do 05 de setembro de 2015, fui convidada a conhecer outros momentos vivenciais, festas e festejos dos curadores ali presentes. Esta seleção envolveu uma rede de relações também familiar que, gradativamente, foi compondo as informações necessárias e surgindo novos entrevistados durante conversas em reuniões, congressos, e, sobretudo, no campo da pesquisa.

Desta maneira, me aproprio de Gonçalves (2014, p. 35): ele nos expõe que, quando passo a compreender esse mundo dos saberes, também, através da experiência afetiva, eles passam a fazer parte da minha rede de relações interpretativas do lugar da fala, sobretudo, evocando, segundo ele, “uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção”.

Ao escrever minhas escolhas pelo Território do Formoso, passo a reunir as relações sociais e familiares a fim de compreender o espaço de luta, as narrativas num campo de afinidades e as vias de comunicação que interligam essas redes de saberes. Com essas afinidades, pude compreender também meu objeto de estudo a partir do momento que os intelectuais começam a conversar, relatar seus saberes e histórias do seu lugar. O que me parece compreensível, segundo Pierre Bourdieu (2005, p. 40), quando sociabiliza que, para “compreender é primeiro compreender o campo como o qual e contra o qual cada um se fez. Sob pena de surpreender um leitor que espera talvez me ver começar pelo começo, isto é, [...]examinar de início o estado do campo no momento em que nele ingressei”.

Nesse momento, acho eu, que o ingresso de compreender o campo já se ilustra nos diálogos e vivências que passei a construir nas minhas próprias relações participantes no objeto de estudo. Para estabelecer essa transição de saberes da comunidade para a academia, os diálogos com minha mãe Nice, foram fundamentais para entender gradativamente a construção desses territórios que ainda guardam histórias, as quais passo a descrever a partir de minhas narrativas familiares e de relação com os demais agentes sociais.

Sobre a formação desses territórios? E por que escolhi pesquisar o Território Formoso? Para entender a formação do território do Formoso, é necessário ouvir as narrativas dos povos que formaram e vivem nesse território, e nos contam suas experiências de luta que aqui descrevo. Quando passo a descrever as falas destes agentes sociais com propriedade, e certa legitimidade, que a priori me faz pensar também, como Gonçalves, citando a teoria de Clifford (2014, p. 18) “porque eu estava lá” para observar/participar de ações festivas, narrativas e o modo como vivem. O ser do lugar, por vezes, lhe dá certa proximidade com os significados dos entrevistados, certa autoridade do que falar e perceber a forma como os informantes me veem.

Inicialmente, a história passa a ser narrada por Fabrício Nabate a partir da pesquisa realizada pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia para publicação do Fascículo Quilombolas, agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do território de Formoso - Penalva, Maranhão. Segundo Fabrício Nabate, os primeiros moradores a chegar no Território foi a Família Reis, o senhor Tabajaco Reis, que trouxe seus irmãos e posterior, as variadas famílias vindo de outros municípios, Zé Doca, Pedro do Rosário, São João Batista, Viana, e foram formando as vinte oito comunidades.

Das primeiras comunidades a serem habitadas foi Lagoa Mirim, e posterior, as demais: Jacaré, Praça da igreja, Ponta da Areia, Rua do Namoro, Capoeiro, Limeira, Lontra, Mormorana, Cajazeira, Garapé Grande, Bacaba, Baixo da Onça, Cansado, Centro do Caboclo, Tororama, Olho d'Água, Brejinho, Colônia, Centro dos Machados, São Raimundo, São Mateus, Paudarco, Castelinho, Boa Vontade, Catitu - é o povoado que está a Ilha do Formoso. Todas elas têm mais de trinta anos, menos Lagoa Mirim, que conta mais de cem anos. Já Frieza, Tarumã, Paudarco, Sitio Novo, Prata, Ouro, essas últimas formaram um assentamento pelo INCRA em 07 de julho de 1992¹⁴, ambas tomaram a união de um assentamento, Ouro. E as demais comunidades acima estão discutindo sobre as Reservas Extrativistas Quilombolas e titulação da terra.

Alguns agentes sociais consideram que o assentamento não resgata sua história, e passará a negar sua identidade. Para eles, a maioria que aceita o assentamento não se autodefine como quilombola. De apoio maior, Roque Soares, morador que nasceu no Território do Formoso, conta que antes dos índios Gamelas aparecerem por Lagoa Mirim, já existia engenho São Luis, que era uma grande fazenda que ainda se poderia encontrar vestígios da mesma. Já havia pessoas morando nesta região, foram justamente os que

¹⁴<http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?> Documento digital.

trabalhavam nos Engenhos e iam formados seus quilombos. Até hoje existe alguns restos de alvenarias do engenho, a referência é dois pés de bacurizeiro, um pé de mangueira, o poço que ficava ao lado do engenho.

Mais tarde, muitos vieram de São João Batista e São Vicente de Ferrer. Sendo que os avós do morador acima vieram de São João Batista. Já para Fabrício nos mostrou os restos dos tijolos do engenho que antes não possuíam furos como os de hoje. Era um engenho onde produzia muita cachaça, café que era exportado para Penalva. “Eu ainda cheguei a ver alguns pés de café, mas com o tempo roçaram e queimaram tudo. Hoje se encontra apenas capoeira”.

As demais comunidades em meados dos 1970 se formaram a partir das reuniões realizadas por Maria Nice. Por isso, a construção deste trabalho, teremos sua contribuição sobre as experiências e saberes nesses períodos. O seus trabalhos de militância começou justamente em dois Territórios: Enseada da Mata e Formoso, a seguir Monte Cristo e Sansapé.

Nesses dois Territórios de Monte Cristo e Sansapé, quem dominava era os políticos partidários de Penalva, lembro do ex – prefeito que não saía de lá, até que a comunidade viu que ele não estava nem aí pra eles, e vieram atrás de mim. E mesmo porque não tinha muitos conflitos nesses dois. A única questão que lá dentro o conflito é por questão de partidos partidários¹⁵.

Sobre esse caso, afirma ainda que, “esses dois Territórios não aceitavam fazer reuniões, pois acreditavam que não ia dar em nada”. As primeiras reuniões realizadas foram no Saubeiro, Boa Vontade e Lagoa. Quero afirmar que o foco da minha pesquisa está centrada apenas as comunidades do Olho D’água e Lagoa Mirim. Em Lagoa, as reuniões eram realizadas na capela de Santa Barbara padroeira do Território Formoso, Já de Olho D’água localizada na residência do presidente Genialdo Serra. Assim, procedia aos avanços nas comunidades trabalhadas por elas.

De acordo com a demanda e necessidade de tais comunidades, os quilombolas realizavam mutirões para garantir seus objetivos. Os mutirões também serviam quando moradores do quilombo realizavam os trabalhos de construção de casa, associações, roçados das roças e quebra de coco babaçu.

O fato marcante em Lagoa Mirim, e que vale mencionar, que a igreja onde centrava as reuniões foi destruída devida compra de terra pelo fazendeiro (C) que ficava ao lado da Escola Cosme Almur Dequeixes. Hoje, a igreja centraliza no meio da comunidade Lagoa Mirim. Faça lembrar que o presente momento, as reuniões ocorrem na casa do forno.

¹⁵ Entrevista ditada por Maria Nice, em sua casa. No momento, eu estava sem o equipamento de gravação. 2016.

A união dos moradores das diversas comunidades persiste pela conquista da terra, educação e saúde, e manifestam até o presente momento. Ainda está em jogo nossas lutas em defender novos compromissos e afirmações que guardamos a um século a desapropriação das terras quilombolas.

Com a terra desapropriada, possam realizar seus plantios, roçados e afins. Segundo Maria Nice, “Os ditos donos das terras cercam até os campos naturais e toda população da zona rural são proibidas de tirar seus sustentos no ato da pescaria.”¹⁶. O Formoso é um exemplo de pescaria, mas com a chegada de tais fazendeiros C e L se responsabilizaram de demarcar o campo com cerca elétrica.

As denúncias foram feitas pelos moradores de Lagoa Mirim e demais localidades vizinhas, mas o caso não foi solucionado. Esses contextos também persistem a tempo, o que ocasiona mais ainda conflitos entre quilombolas e fazendeiros.

Para esclarecer este fato, seu Zequinha, nos relata que “essa briga não começou desde agora, já veio de muito tempo. Antes era pior. Não podia nem colocar o pé dentro da área cercada que os capangas mandados pelos fazendeiros vinham fazer as coisas de ruim com a gente.”¹⁷. Com a persistência dos conflitos entre os moradores e fazendeiros, começaram a se organizar os grupos de presidentes de comunidades vizinhas, e com a contribuição da igreja católica nesse período, manifestava - se junto às categorias trabalhistas.

A Igreja interagiu e buscava meios que resolvessem os problemas de terra. Nesse período, Maria Nice nos relata que “na época já de 1975, por aí, já foi surgindo outros movimentos. Dentro desses movimentos começou a trabalhar na CPT que era uma entidade apoiada pela Igreja Católica, e assim trabalhava e orientava os trabalhadores da zona rural para se afirmar seus direitos a terra”. (VALLE *et al.*, 2016, p.98).

A CPT era

Coordenada inicialmente pelo Pe. Victor Asselim, a C.P.T. do Maranhão desde 1979 é dirigida pelo Pe. Xavier G. de M. d’Ableiges e tem se preocupado não apenas em dar assistência aos trabalhadores rurais, mas sobretudo em organizar cursos de educação sindical e apoiar os trabalhadores rurais em suas reivindicações fundamentais. (ALMEIDA, 2015, p. 117).

¹⁶ ANEXO B, 2016, p. 6.

¹⁷ ANEXO H, 2015, p.24/25.

A partir dessa comissão da pastoral da terra - CPT¹⁸ - acompanhada pela igreja católica, realiza reuniões para discutir os direitos das comunidades quilombolas. Segundo Nice,

[...] é pra fazer a segurança das pessoas na terra. A CPT segurava os direitos dessas pessoas. A lei que tinha e que era quilombola era pra não sai de lá. Tinha os advogados que contribui, a igreja, os padres, bispos contribuía muito com nós. Dava força para as comunidades. Era uma comissão de gente que saía pra dar aula e preparando as pessoas. (VALLE *et al.* 2016, p. 111).

Sua resistência foi enfrentar os descasos ocasionados que mulher não podia assumir cargos que só os homens exerciam. Isso não permitiu seu afastamento pela luta, pelo contrário, ajudou mais ainda sua base política. O primeiro passo foi fundar as pequenas associações nas comunidades feitas de taipa e coberta de palha, depois as escolhas dos presidentes, assim, Maria Nice persistia nas reuniões para a tirada das documentações dos moradores, onde buscava projetos, convênios e demais ações que fortalecessem e beneficiassem os quilombolas.

Através das associações registradas os próprios moradores passavam a fundar escolas sem determinação do Estado. O exemplo, a escola de Olho D' água. Esta comunidade sentiu a necessidade de construir e garantir o direito a educação dos filhos. Esta situação também pode ser vista no município de Caxias, segundo o pesquisador professor Alfredo Wagner:

Várias outras tentativas das Associações revelavam a disposição de independência do Estado e das demais agências externas: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Capinzal (ULTAC) decidiu abrir uma escola de alfabetização para os filhos dos associados; Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias criou no povoado Olho D' Água Sêco uma escola para os próprios "lavradores". Outras Associações passaram a estimular as formas de ajuda mútua, reparando estradas e poços. (ALMEIDA, 2015, p.38/39).

Com a organização avançada, os próprios moradores pagavam uma quantia de 150,00 a 200,00 reais, dependendo do escritório para fazer os estatutos das comunidades. O exemplo abaixo foi lavrado no escritório de Viana. Com isso, as demais comunidades vizinhas deram continuidade à legalização documentária. O Estatuto e Ata de Lagoa Mirim foram lavrados há quase meio século, A maioria se pronuncia em defesa e permanência do

¹⁸CPT sempre esteve nos diálogos de Maria Nice e do seu companheiro de luta "Cabeça", Ednaldo Padilha, que reafirmar ter contato com esta entidade na defesa dos direitos nas comunidades quilombolas. Ler mais: SANTOS, Dorival dos. Ednaldo Padilha, *Resistência e Fé: narrativas de um quilombola*. Rio de Janeiro: Casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.

território e se autodefinem como quilombolas. Assim, disponho o seguinte escrito. O entender deste documento foi registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em Viana – Maranhão, oficializado por Raimunda da Conceição Gomes Barros, Substituto, Reginaldo Campelo Moreno e Escrevente Juramento, João Batista de Barros Filho, deste, informo abaixo:

USANDO dos poderes que a lei me confere e a requerimento verbal de parte interessa. **CERTIFICO** que, revendo os livros de registro deste Cartório, deles verifiquei constar às fls.31, matrícula 4.751, do Livro “B” nº 09, em data de 24.05.05, destinado a Registro de Títulos e Documentos, o registro do teor seguinte: **“ATA DE FUNDAÇÃO ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODTORES RURAIS EXTRATIVISTAS DO POVOADO LAGOA MIRIM DO MUNICÍPIO DE PENALVA-MA.”** Aos nove dias do mês de maio de 2005, às 09.00hs, reuniram-se em Assembleia Geral dos moradores do Povoado Lagoa Mirim, que foi criada desde 16 de junho de 1988, mais por ainda não ter nenhum documento autenticado Cartório de Registro de Título. Os trabalhos foram presidido pelo Srº Roque Soares que falou sobre a importância da Associação, que o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal seria de (04) anos conforme prever o Estatuto que vai de 09 de maio de 2005 à 09 de maio de 2009. Em seguida passou – se então para a discussão do Estatuto Social, o qual depois de lido e aprovado por todos presentes. Em seguida realizou-se a eleição para Presidente, Vice Presidente, (1 e 2) Secretários, (1 e 2) Tesoureiros, um Diretor Social, Conselho Fiscal e Suplentes.

Este documento estabelece o interesse de legalizar o Território e comprovar o lugar da existência. E assim minimizar os conflitos da terra, por outro lado, reivindicar melhorias através dos documentos existentes.

Um fato recente a fazer notar ocorreu quando o Secretário de Educação do Município de Penalva ameaçou o fechamento de três escolas, e uma delas é da comunidade Achuí I, comunidade onde nasci e nela passei parte da minha infância. Isso porque as comunidades afetadas não comprovam o total de crianças estabelecidas, e por não possuir nenhum documento que comprovasse a existência da comunidade do Achuí I. Só lembrando que Maria Nice foi presidente de associação na comunidade Achuí, devido sua vinda pro Bairro Novo, não foi possível legalizar o estatuto, pois os cartórios negavam o registro do mesmo.

Penso que a partir desse relato, a escritura no papel tem mais valor que a própria história narrada pelos agentes sociais, e que a partir do ponto de vista do Secretário de Educação do município, a existência de determinado lugar tem a obrigatoriedade de estar escrito no papel e que as narrações e os fatos vivenciados não comprovam suas existências.

Talvez, isto deve estar associado à luta desta quilombola que há anos luta para garantir uma escola de alvenaria. Pode considerar, segundo a Erica Rodrigues, presidenta da associação da comunidade que:

Isso não passa de um jogo de interesse político, o tempo que era pra eles serem vereadores, eles passavam todos os dias na comunidade, agora viram que não vão fazer é nada, eles estão ai querendo fechar a escola e colocar as crianças pra outra comunidade distante da nossa. Fazer a escola de tijolo e melhorar o ensino eles não querem, eles querem é bagunçar com o que já está feito. Assim é, si gabando que está fazendo alguma coisa, dá uma revolta disso¹⁹.

O que aqui me permitiria, por outro lado, a repetir reflexões de Alfredo Wagner, “mesmo quando não se obtém resultados expressivos nos levantamentos de fonte secundarias prevalecem as narrativas dos agentes sociais entrevistados. Ou seja, também o documento tem que ser relativizado consoante as condições reais de registro e de conservações das fontes”. (ALMEIDA, 2011, p.72). De certo modo, essas narrativas não prevalecem nem têm valor nas atitudes do secretário.

É mais que relevante saber ouvir e prosseguir os diálogos de Maria Nice, quando pronuncia histórias contadas pelo seu pai, Apolônio Machado, que ouvia do seu avô, Pedro Celestino Costa avô de sua mãe, Luzia Costa, e Satiro Costa tio irmão de Joana Birgona Costa Machado e sua tia Sebastiana Costa Ferreira irmã de Luzia Costa contavam histórias dos engenhos, muitos dos seus familiares moravam na região da Matinha no engenho Nazaré e muitos deles foram transferidos pra Enseada da Mata com a decadência dos engenhos. Tanto seus familiares e os que foram chegando na região começaram a formar os primeiros quilombos, Lagoa Mirim, São Braz, Boa Vontade e Saubeiro. São pronúncias que “demonstra ser, dessa forma, uma ‘fonte de autoridade da memória quilombola’. A memória é a ligação entre os dados”. (VALLE *et al.* 2016, p. 20). Lembranças empregadas ao seu avô que lhe contava que seu pai ia fazer compras no Engenho São Luís, Sansapé, e muitas vezes, na busca de açúcar e cachaça. Foi um período de diversos engenhos e também engenhocas. As ruínas que ali ficaram desempenharam papel relevante em acontecimentos recentes em que pessoas externas aos quilombos roubavam essas ruínas na tentativa de descaracterizar que eram quilombos.

Segundo Nice, nas conversas com seu pai, destaca o grande movimento desses engenhos nos anos 40. “Talvez muitos não acreditassem que, naquele período, meus avós não

¹⁹ Entrevista ditada pela moradora e presidenta da associação da comunidade quilombola Achuí I, Erica Rodrigues. Nesta conversa a mesma foi falando e eu descrevo sua fala. No momento não pude gravar a conversa, pois estava sem o equipamento de gravação em mãos.

foram escravos, já que havia escravidão, depois que teve a abolição”. Mas menciona que seu avô naquele tempo era um grande líder comunitário que reunia as pessoas para participar das festas, batizados e trazia melhorarias a comunidade local. Já seu bisavô trabalhava no engenho. Era no da Enseada da Mata que existia, um engenho de cafezal, cachaça, rapadura, mel e açúcar.

O mais importante dessa luta, que suas narrações nos levam a compreender o surgimento desses territórios. E me faz pensar, talvez, em um conjunto de saberes repassados de geração a geração. Assim, Nice nos expõe sobre os engenhos.

[...] esses de Nazaré dava mel um litro de mel, dava um quilo de açúcar grande, quando não dava um litro de garapa, não litro, era em balde que eles levavam, e os outros não dava nada só penha nas pessoas e aí os filhos tudo comia mel, tomava garapa, então, não ganhava dinheiro, mais tinha esses alimentos que todo mundo já esperava tarde que os pais levavam. (VALLE *et al.* 2016,p.91).

Seu pai, meu avô era comprador dessas mercadorias que se vendiam nos engenhos e nas casas, onde tinha pessoas com condições de vida. E seu Apolônio tinha condição. E não era só em Enseada da Mata que ele fazia compras: ele conhecia todos os engenhos da região da Baixada maranhense, inclusive, segundo Nice, ele comprava, também, no engenho de Nazaré e de São Luís, que ficam na comunidade quilombola Lagoa Mirim.

Meu avô era conhecedor de grandes valores festivos, assim menciona minha mãe. Lembro que, todo ano, meus pais, quando ainda morávamos no Açuí, antes de nos mudar pro Bairro Novo, também Território de Enseada da Mata, pagavam promessa de São João, período junino, e meu avô sempre ajudava nas preparações das festas, divulgação. O fato que, quando criança, não participava das brincadeiras, porque achava que o brincante que ficava debaixo do boi comia gente. Isso porque meus irmãos mais velhos me contavam que o boi comia gente. Com o passar do tempo, fui aprendendo que boi é uma grande prática cultural na nossa comunidade do Bairro Novo. O interessante era que a turma de Bumba meu boi que todo ano ia brincar na minha residência era de Domingos Machado, pai de Zé Machado, que herdou seus dons.

Apolônio é primo de Domingos Machado. Ambos moravam na comunidade Saubeiro. Essa experiência do avô se mantém como história viva porque recontada por Maria Nice, sua filha, que hoje tem total liberdade de expor aos netos como parte importante da história da formação dos Territórios quilombolas de Penalva.

Nesses aspectos, Nice continua a dizer que, depois dos engenhos, seu pai conta que criaram várias engenhocas, nesse período que os engenhos faliram e muitas das pessoas

que trabalhavam nos engenhos, e que tinham um pouco de cada produção de açúcar, mel, fumo e cachaça, criaram pequenas engenhocas para sobreviver nos territórios.

[...] com passar do tempo, mais ou mesmo em 1940, meu pai tinha uma compra de cachaça pra lá, nessa época criaram vários engenhocas, eram pequenos engenhos que não pertencia mais a escravaturas, tinha o engenho São Luis, é justamente o que está localizado dentro de Lagoa Mirim, o da prata, que eles compravam cachaça, que ainda existe essa engenhoca da prata, que hoje funciona no assentamento do ouro que engloba hoje 12 povoados como: Prata, Ouro, Frieza, Limerá, Taquipé, Cajazeira, Tucum, Olho d'água, Tarumá, uma parte do Momorama, a onde fica o engenho. (ANEXO S, 2013, p.54).

Apresenta também seu Inocência, amigo de Apolônio, como conhecedor dos engenhos, quando ela viajava para Cajarí para realizar reuniões. Sempre, nos finais da tarde, ficava na comunidade para “bater papo” com seu Inocência, que era amigo do seu pai. A fonte de saberes encontrada em Cajarí também estava presente nas histórias que seu pai contava. E, sobre isso, não me resta dúvida que esses saberes serão repassados a outras gerações, e, assim, chega à minha. Seguindo as análises, Nice passa a contar a formação desses territórios.

Primeiro é a questão do território. Em 1970, eu tinha pouca experiência sobre território, aí meu avô Pedro Celestino Costa, ele falava que essas áreas pertenciam aos negros, era terra de preto que falavam, a terra de preto que é a área dos quilombolas, e pertencia a eles, porque aí ele foi dizendo que o avô dele, e a avó dele era escravo, eles que trabalhavam nessa região. Aí ele foi dizendo o nome dos engenhos, ele falou do engenho da Enseada da Mata, Engenho Sansapé, Monte Cristo e São Luís. Então, esse engenho ele era do grupo igual às fazendas agora. Tem um fazendeiro aqui, um em Viana outro em Cajarí, em Penalva, assim que era. Ele disse que tinha uns donos de engenho que era melhor que os outros, e tinha outros que eram mais mal que o outro. (VALLE *et al.* 2016, p. 113/114).

Assim, seu avô falava que o engenho de Enseada da Mata, que fica no Bairro Novo, era o mais perverso de todos. Já o de Sansapé ainda dava açúcar, mel, garapa para os trabalhadores escravos, para levar para seus filhos. O de Monte Cristo, ele dizia que era um pouco cruel, o de São Luís não era muito bom. Além do mais, era só um grupo que trabalhava nas quatro fazendas, que todas faziam parte do engenho.

[...] desse engenho, o de Sansapé, construiu um elevador. O elevador era um motor que pegava lenha e jogava debaixo do tacho. Por isso, os outros fugiam da Enseada da Mata e os outros de Monte Cristo fugiam e iam por Sansapé, porque tinha essa melhora. E não forcejavam pra jogar dentro do tacho porque o fogo era mais forte do que tudo. Tinha uma briga entre eles, porque esse de Sansapé, quando o povo chegava pra trabalhar ele aceitava, né. E esse outro não tinha elevador. O povo fugia e dentro da razão tinha mais gente trabalhando no de Sansapé do que no de Enseada da Mata. Eles mandavam bilhete um para o outro, brincavam. Um negro de um

levava para o de outro, o outro vinha deixar, e era aquela confusão. (ANEXO A, 2015, p. 1/2).

Todas as histórias de engenho, segundo Nice, foram passadas pelo seu avô, seu bisavô, seu pai, e, agora, está repassando aos filhos. As formas de proteção dos territórios começam com essa interligação, movimentação de saberes. Isso constrói uma relação identitária forte nos quilombos.

Ao entender o percurso sobre os territórios, começa a trabalhar nos movimentos e compreender: o que era escravo? O que era engenho? O que é ser quilombola? O que era Território? Diante dessas perguntas, me faz a pensar junto a Bourdieu (2005, p. 90): “É toda uma parte de mim que me é devolvida, essa mesma pela qual eu me ligava a eles e a qual também deles me afastava, porque eu só podia negá-la dentro de mim ao renegá-los, na vergonha deles e de mim mesmo.” E o que é o Território, esses nossos territórios?

[...]. território é aquela área que era o tamanho do engenho todinho; esses quatro engenhos que contam na carta régia, é que esses quatro engenhos, têm duzentos mil hectares. Aumentou mais gente. Já temos cinco mil e duzentas famílias e 31 mil e 100 habitantes ou talvez 34 mil, que às vezes não são conferidos certos dentro dos quatro territórios. A gente acha até que diminuiu. Já têm outras áreas de assentamentos que já pegou um pedaço do território, mas o que nós estamos falando tá inteiro. É só que vão ser criadas as reservas extrativistas quilombolas. Então, quando se fala em reserva extrativista quilombola, porque você preserva, conserva e respeita as tradições, as culturas, os costumes e tem a preservação ambiental é porque muita gente, se não tiver uma capacitação ambiental, eles não vão preservar, vai ajudar a destruir. Então, a reserva é dar um curso de formação para que a água seja sadia. Que a floresta seja viva; que tenha os animais na floresta; que nós tenhamos uma saúde digna, de qualidade; não ser humilhado, que vivemos do nosso extrativismo e de nossa agricultura. Então, os dois projetos se unem e se juntam em só um [...]. (ANEXO A, 2015, p.2).

Tudo isso nos ajuda a entender sobre a experiência com algumas reservas extrativistas quilombolas que deram certo, que continuam ainda com as tradições, costumes, suas culturas e preservação. Como exemplo, a reserva de Frechal. Note que a reserva, quando foi desapropriada, apresentava apenas capim, não existia nenhum pé de pau, hoje virou floresta, já se insere rio com água, peixe, lagoas, igarapés, olhos d’águas, e demais flora e fauna. “Nós não precisa comprar nada, porque lá tem tudo”²⁰.

Para melhor trabalhar nas comunidades, Dona Nice reuniu representantes de várias comunidades quilombolas para que soubesse da divisão regional da Baixada em quatro Territórios. Cada município tem seu Território, e dentro do Território foi dividido em núcleo.

²⁰ ANEXO A, 2015, p 2.

Em Penalva, os Territórios foram divididos em quatro núcleos. O núcleo de Enseada da Mata com 54 cinquenta e quatro comunidades, 1600 mil e seiscentas famílias, 11 onze mil hectares de água e 74 mil hectares de terra, totalizando 85 (oitenta e cinco) mil entre terra e água. Nas informações do Território de Formoso, encontram-se 86 (oitenta e seis) mil hectares de terra. Em Sansapé, são 23 (vinte e três) mil hectares de terra e Monte Cristo são 18 (dezoito) mil entre água e terra.

São 18 dezoitos comunidades no Território de Sansapé, 28 comunidades e 18 ilhas no Formoso, totalizando 46. Em Monte Cristo, são 12 comunidades. E as demais ficam em assentamentos, formando um total de 180 comunidades nos quatro Territórios. Sobre isso, Dona Nice relata que foram divididos assim porque havia descontrolado nas organizações das comunidades quilombolas, e muitos assentamentos feitos nas comunidades quilombolas não estão identificados como quilombolas. Nessa conversa, enfatiza que são alguns assentamentos localizados no Território de Monte Cristo. Explica detalhadamente outros informes sobre essa divisão.

Nós dividimos em núcleos e conseguimos formar em um grupo só. Então, a nossa ideia é fazer a desapropriação, a titulação, a demarcação e a sinalização de toda área completa. Que todo mundo seja beneficiado, que não saia só um projeto e que os quatro núcleos sejam formados em só um. Nós dividimos não pra separar, mas para melhorar, articular e conscientizar as pessoas. Agora, todo mundo formou um livro que nós chamamos de cartografia, tá, com todo detalhe da história do trabalho. Assim é que era. Então, com as informações que eu tinha do meu avô, tinha do meu pai, eu já nasci com aquela ideia de trabalhar. Então, eu não trabalhei só aqui. Eu trabalhei na região do Cajarí, que é outro município, na região de Monção, Pedro do Rosário, da Matinha, de Viana, de Cururupu. Trabalhamos também na reserva do Ciriaco. A gente é um grupo que não trabalha só no território da gente. Trabalhamos nos outros territórios para somar. Então, esse é meu trabalho. Faço no Maranhão todo e no Brasil também. E tem outras reservas em outros estados que também fazem parte do trabalho. Quando comecei a trabalhar no CNS todas as reservas nacionais que a gente faz parte... A ideia da gente só no Maranhão têm 60 reservas extrativistas, no momento tem só quatro trabalhadas e queremos ver se nós passamos pra 56 pra ser trabalhadas. No momento a gente está indicando 15 pra ser prioridade, que estão mais organizadas. Nossa ideia é essa. Estamos participando dos trabalhos de base do município, das regiões, do estado, interestadual, nacional e internacional. Porque já fizemos essa discussão não só no Brasil, mas em outros países, que a gente tem feito essa discussão da criação da reserva extrativista dos quilombolas e trabalhando na agricultura. Porque todos os trabalhos, um contribui com o outro. Porque a agricultura está ligado ao extrativismo. O que você trabalha pra sobreviver é chamado de agricultura familiar. (ANEXO A, 2015,p 3).

Na formação dos territórios, Nice conta que os presidentes de comunidades logo começaram a solicitar a documentação do povo. Depois da documentação, começaram a se organizar debaixo das árvores, quintais e igrejas; em seguida, criam as associações. As associações carregam forças jurídicas. Como diz Nice: “sem associação não tem força

jurídica. A associação também é uma entidade jurídica. Torna peso as reivindicações, projetos feitos nas comunidades”. Realça que as lutas fazem parte de organizações que acompanham, na maioria das vezes, resultados para as reivindicações. Prioriza as seguintes indagações sobre as associações como força de poder:

Porque ela dá alguns direito de trabalhar a questão social e as questões políticas que precisam ser trabalhadas nas áreas de todo mundo. Primeiro a gente criou, com a documentação, e trabalhou com as mulheres. E mulher nesse tempo não saia, ficava na cozinha ou pra parir, não se engajava nos movimentos. Depois de trabalhar com a juventude, né... A juventude precisa porque 60% da população do Brasil é jovem. Se eles não estão envolvidos a gente enfraquece. E fomos trabalhar nesse sentido, dessa capacitação e informação; e que eles também se envolvessem. E, hoje tá todo mundo envolvido e preparado pra criação da reserva extrativista. E dentro do movimento, das associações tá todo mundo, e não tem ninguém pra dizer, hoje estou fora. Aí, têm umas pessoas que não têm documento, porque nem todo mundo é só de um jeito. E nós estamos trabalhando pra que todo mundo seja igual. (ANEXO A, 2015, p.3/4).

Para ela, o documento representa também força, apesar de que o Estado só nos reconhece no papel carimbado. As associações necessitam ser jurídicas com seu Estatuto controlado e CNPJ em dia. Se não, o Estado não reconhece seus “direitos”. Meu objetivo não é trazer as informações dos saberes locais narradas por uma quebradeira de coco que moldam minhas ideias e, assim, me construir no campo da pesquisa. Sobre outras colocações, perguntei sobre sua relação junto ao seu pai, na interação dos trabalhos com os movimentos sociais, onde sua trajetória foi marcada com narrativas contadas pelo mesmo, e que hoje herdou essa força resistente a trabalhar pelas comunidades. Uma ação que começou por ele.

Eu primeiro tenho uma experiência do meu pai negro assim - aliás, preto na cor e negro na raça, né - muito assim, inteligente. Era criado dele mesmo né. Ele sabia falar bem, ele entendia as coisas rápido, né. Eu era a única pessoa que compreendia ele, né. A primeira pessoa que foi em São Luís, dessa região, foi ele e foi sozinho. Nesse tempo existia uma lancha chamada Ribamar. Ele entrou em contato com o dono da lancha e pediu que levasse ele na casa do governador. Era Pedro Neiva de Santana. Não lembro nem que ano foi. Eu tava bem pequena. Ele foi e passou um mês. Todo mundo já tava dizendo que ele tinha se acabado ou morrido lá. Aí, não foi. Porque ele fez uma roça e a roça deu um mal nesse tempo que acabou com todo arroz. E ele foi lá no governador pra poder ver o que se poderia fazer. Aí, o governo contribui com ele e com os outros, né. Aí, ele já começou desse tempo, já direto com o governo fazendo empréstimo, trabalhando e pagando, já entendeu. Nem pensava nisso. Foi a primeira pessoa. Aí, ele foi lá e todo mundo pensava e chorava por que ele não chegou. Ele nunca tinha ido, não sabia ler, mas ele era muito inteligente pra compreender as coisas. Foi a primeira pessoa que usou rádio. Ele escutava rádio e compreendia tudo o que o rádio dizia e através do rádio ele aprendeu a ir em São Luís. Eu nem sabia. Eu era bem pequena e nem pensava nisso. Ele me incentivava muito. Primeiro na questão da igreja. Eu gostava muito de cantar. Ele dizia: é bom tu ir pra igreja. E nego cantava! E depois veio um chamado pra ter participação na igreja. Eu tinha 11 anos. Ele foi o primeiro a indicar o meu nome. Ele achava que eu dava conta do trabalho. E daí nós fomos. Começou primeiro pela articulação da

Igreja Católica: treinamento que eu fazia. E daí com 14 anos eu já começava a coordenar, a fazer reunião da base. Aquela coisa toda. (ANEXO A, 2015, p.4/5).

Sua jornada de luta iniciaria no chão da igreja católica aos 14 anos, e, posterior, começa a se engajar nos movimentos sociais, como ela mesma faz questão de reproduzir.

[...] quase todos esses movimentos eu ajudei a criar. Eu era bem nova quando começou. Aí, eu estou até hoje e nunca larguei, e é assim que é. E aí veio a CPT [Comissão Pastoral da Terra], a Cáritas - que trabalhava com a Igreja Católica. Primeiro tinha o movimento CCN [Centro de Cultura Negra], tinha monte de movimentos antes desses que tem agora e que é voltado pra negro - da conscientização do negro pra respeitar as culturas, nosso trabalho e todo trabalho da gente fosse respeitado. No passado, pessoas que trabalhavam como doutor do mato tinham que trabalhar escondido porque ele podia ser preso, já entendeu? (ANEXO A, 2015, p. 5)

Por vezes, percebo o quanto torna a realçar a voz na busca por direitos, que só podem ser assegurados através da luta, das mobilizações que envolvam os quilombolas. “O que está aprovado, nós estamos brigando pra sair do papel, e que seja na prática”, assim afirma Nice.

2 - Múltiplas Identidades: uma experiência de um estudo etnográfico a partir das vivências no Território do Formoso

As palavras e as coisas que serão ditas aqui são resultados de minhas observações, pesquisas e vivências nas duas comunidades do Território do Formoso, situado na Baixada maranhense, no município de Penalva. Nesta convivência com as comunidades pesquisadas, trago para discussão as reflexões de um povo que luta com suas manifestações e práticas culturais, a fim de garantir a liberdade de expressão e ter seus direitos assegurados.

As palavras levam a conduzir diálogos, comunicação na construção do mundo. A palavra instaura o mundo do humano, mas entendemos também que pode ser uma arma, artifício que lhe pode destruir. E nossa intenção aqui não é destruir essas fontes culturais, e tampouco tomar sua liberdade, se é que esta existe, mas expressar o que acontece por trás dessas manifestações e práticas culturais do Território do Formoso.

Para entender melhor as comunidades, passo a falar do Território no qual estão situadas. Saindo da comunidade Ponta Grande, Território Enseada da Mata, é necessário atravessar um campo natural até chegar à estrada da comunidade. Essa é a entrada que percorremos até o Território do Formoso, que é composto por mais de duas mil (2.000) famílias, treze mil (13.000) habitantes e oitenta e seis mil e quinhentos (86.500) hectares de

poço de antigo engenho e mata velha. Mas, por outro lado, encontramos os conflitos de terra, conflitos com fazendeiros, extração ilegal de madeira, cerca elétrica, cercamento ilegal de caminhos nos campos naturais por fazendeiros, conflitos dos babaçuais, queimadas dos babaçuais, devastação dos babaçuais e açoreamento. Eis a descrição do mapa, a narrativa que este mapa nos mostra.

Mediante a pesquisa, as duas comunidades quilombolas (Lagoa Mirim e Olho D'água) nos revelam seus sagrados saberes e conhecimentos tradicionais. Comunidades que trazem seus atos culturais, que permeiam os tambores de crioula e de mina; o ritual de cura realizado pelos curadores ou doutores do mato, que ainda guardam seus segredos. Estes segredos nem sempre são revelados. E para este informante abaixo, a cura é tida como umbanda. Segundo o senhor Cearense, a umbanda é um ritual de macumba, e, em seu ponto de vista, a macumba não é cultura. Para o senhor Cearense “a cultura é bumba meu boi, tambor de São Benedito, carnaval. A macumba significa um dom que Deus deu pra gente. Macumba é uma ciência”. Sobre isso, ele nos cita um exemplo:

[...] inventaram uma cura numa escola de Penalva. As crianças se vestiram com a roupa de macumba, começaram a fazer os rituais de cura e entrou o diabo neles (encantado mal). Deu foi luta pra tirar o chefe (espírito) deles. Nesse dia, estava eu, finado Zé Maia, Cândida Curadeira, Severino, Gonçalo e Xita, pra retirar um espírito. O espírito entrou nesses meninos que fez horror. Eles estão pensando que cura é qualquer cultura. A cura não é reggae, é um dom que Deus deixou pra gente. E para retirar o espírito dos alunos foi feito remédio (cura) pra poder retirar o satanás que baixou. Porque a cura chama o bom e o ruim. Estou trabalhando dentro desse quarto aqui, está me atingindo e atingindo todo mundo dentro de casa. (ANEXO U, 2013, p. 58).

Percebemos, de fato, várias falas sobre a questão da “macumba” abordados por outros curadores da região. O exemplo: o senhor José Ribamar Machado que, em sua opinião, “não é coisa do diabo, coisa do mal, porque existe a macumba do mal e a do bem, quem quer fazer o mal faz, e quem quer fazer o bem, faz, só isso. Já para Maria Nice, seu entendimento pode ser identificado no seguinte trecho:

Nice: [...] macumba é o instrumento que a pessoa tem que bate. Não é feitiço, não é nada que o povo chamam. Macumba é um tipo de instrumento, é os três tambores.
 Cynthia: Existem esses instrumentos aqui?
 Nice: Têm, os três têm. Ele tem lá, compadre tem.
 Patrícia: ele tem falado muito esses em macumba.
 Nice: São três tambores, é um grande e dois menores,
 Patrícia: Hum,
 Nice: Não é maldade não, macumba é uma coisa que usa pra bater instrumento, pra poder toca pra dança.
 Patrícia: Tá,
 Cynthia: A macumba são três tambores.

Nice: É, macumba é o som, não é outra coisa diferente.

Cynthia: Essa festa de terecô que eles fazem no fim do ano é de Santa Barbara?

Nice: É 3 e 4 de dezembro, macumba é o tambor e terecô é a festa, a dança, o tipo de dança que tá rolando entendeu. (VALLE *et al.* 2016, p. 79).

FIGURA 2 - Dona Alaíde Sousa, moradora da comunidade Lagoa Mirim, Território do Formoso.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Alaíde Sousa, representante de umbanda do Território do Formoso. As vestes que ela utiliza são escolhidas de acordo com seu encantado. Para Alaíde, existem dois tipos de cura: aquela pra fazer o bem e a cura para fazer o mal. Sobre o assunto, perguntei qual é seu lado? De imediato, respondeu:

A minha vida é fazer o bem, e lhe digo, com certeza, se vier algum me pedindo pra mim fazer o mal, eu despacho na mesma hora. Eu não recebo esse tipo de ação pra fazer o mal, agora quem quer seguir o mal que vá, agora, eu não vou. Minha filha, trabalhei com Zé Maia há muitos anos e ele me ensinou isso, ele fazia bem pra muita gente²¹.

Durante a conversa em sua residência, se retirou da sala e foi até o quintal pegar uma galinha de sua criação para me entregar de presente. “Minha filha, faça o bem que Deus te abençoará. Não tenha medo, segure ela e leve pra tua casa. Aqui, eu tenho muitas criações

²¹ Entrevista ditada em 2015 por Alaíde Sousa, moradora da comunidade quilombola de Lagoa Mirim, Território do Formoso. No momento não estava com o equipamento de gravação em mãos.

de galinha, pato, porco, assim que eu faço, sempre dou uma. Eu moro só com a graça de Deus”²².

Ao realizar meu trajeto de pesquisa, fui ganhadora de outros alimentos, como farinha d’água, jussara, galinhas, frutas e artesanato. Este ganhado de coisas é uma forma carinhosa da comunidade agradar as pessoas. Eles costumam presentear quando gostam de quem chega na comunidade. Segundo Maria Nice, também não é qualquer pessoa que eles agradam.

FIGURA 3 - Alaíde Sousa, na casa de forno.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Alaíde Sousa, moradora da comunidade Lagoa Mirim, apresentando o Tambor de Mina. Alaíde é curandeira, benzedeira e doutora do mato.

²² Entrevista ditada em 2016 por Alaíde Sousa, em sua casa. Moradora da comunidade quilombola de Lagoa Mirim, Território do Formoso. A mesma foi falando e eu escrevendo. No momento não estava com o equipamento de gravação.

FIGURA 4 - Tocadores do Tambor de Crioula.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Tocadores de Tambor de Crioula da comunidade quilombola Lagoa Mirim. à esquerda, Florimar tocando o tambor Pererenga, ao centro, Antônio de Cotinha tocando o tambor Leão e à direita, João Velho tocando o tambor Grande.

FIGURA 5 - Coreira do Tambor de Crioula.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Manifestação cultural realizada dia 26 de agosto de 2013, no lançamento do primeiro Fascículo do Território do Formoso. As brincantes Domingas Nogueira, Sebastiana Freitas e demais dançantes do Tambor de Crioula.

Debruçamo-nos sobre o Território do Formoso que contém terreiro, casa de santo, e não casa de umbanda ou mina. Somos convocados a chamar de “terreiro”, pois essa foi a

expressão em seu linguajar. Ficamos inquietos com tal expressão, ainda que a expressão “terreiro” nos levasse a compreender o respeito com os terreiros de umbanda ou terreiros de mina. A expressão “terreiro” identificada no Território do Formoso é utilizada como forte aliança identitária. Quando são empregadas as expressões casa de mina ou umbanda, os praticantes desses saberes são agredidos, sofrem preconceitos e injúrias contra suas práticas e saberes. A partir dessa violência é que entendemos suas reações em não pronunciar casa de umbanda ou mina. Mesmo porque consideram a umbanda como maldade. Dessa forma, vimos como preconceito os casos em que os praticantes limitam seu linguajar para acarinhar os maldosos, “indiferentes”, a ponto de se distanciarem de seus modos de vida. Essa é uma dimensão da opressão que chega ao Território do Formoso.

Suas preferências pela palavra “terreiro” libertam seus encantados para brincar nas noites de santidade. Seus verbos pronunciados na hora do ritual libertam do sofrimento causado pelas atitudes racistas mas, também, liberam as alegrias despojadas.

Esses pajés, doutores do mato, afirmam que são quilombolas: manifestam seus rituais, levantam suas bandeiras de luta para quebrar os mitos que negam suas existências e seus saberes invocados nas práticas.

Uma de suas práticas está no contexto da dança do bambaê. O bambaê é uma dança típica do estado do Maranhão que surgiu como manifestação cultural. O envolvente ritmo é dançado por casais (homem e mulher) e o instrumento tocado é chamado de caixa. A caixa é produzida com couro de bode, madeira de paparaúba, fio grosso de algodão e miçangas coloridas. A caixa também vem acompanhada por uma vareta, que dá ritmo ao som.

No Maranhão, a compreensão do bambaê, muitos dizem que existe desde o tempo da escravidão, quando os escravizados manifestavam sua libertação e, ainda hoje, a dança guarda muitas de suas características originais. Suas coreografias se expressam por meio de giros e troca dos casais, ora de frente, ora de costas. Para cantar os versos, são convidados Maria Barros, Sabino Corrêa, Zé Machado, Benedita e Domingas. Todos dão voz a esse patrimônio que o Território do Formoso tem a mostrar. São eles que ensinam a tocar nos períodos de festejo, entre eles: Festejo de Santa Barbara, São Benedito e Santa Maria. Através desta dança, os jovens, crianças e adultos do Território do Formoso buscam seu valor pela cultura, que é um dos princípios que leva o povo a acreditar e valorizar suas tradições, costumes e suas identidades.

Para a preparação das festas, suas vestes são feitas por costureiras da região e seus versos, em sua maioria, são produzidos em conjunto e no momento da festa. Os brincantes costumam realizar ensaios coreográficos, antes da dança. Nesse sentido, a dança é uma

aprendizagem cultural e, além de tudo, conhecimento. Assim, torna-se importante mostrar à escola seu valor cultural, tendo em vista que o processo da educação está interligado à cultura, à dança, aos costumes e às tradições. Enfim, o bambaê é fonte de vida que alimenta a tradição do povo do Território do Formoso. A seguir, na figura 6, vemos as caixeiras tocando bambaê. À esquerda, Domingas, ao centro, Valentina, e à direita, Dica Leite. Na figura 7, Sabino Corrêa de camisa listrada e demais moradores dançando o bambaê.

FIGURA 6 - As caixeiras do Bambaê do Território do Formoso.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

FIGURA 7 - Os brincantes do bambaê, no lançamento do fascículo, em Lagoa Mirim.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Procuro mostrar também o bumba meu boi de Antônio de Cotinha da turma de Nogueira, tocado por maracás, as matracas, os pandeirões, a zabumba, o tambor de fogo e a cuíca. Levam, em multidão, cantador de toadas, vaqueiros, caboclos de pena, índias, cazumbas e, sobretudo, as rezas em promessa por graças alcançadas por brincantes. Os cazumbas são máscaras feitas de isopor, com a arte desenhada pelo próprio brincante. São confecções que levam fitilhos coloridos, miçanga, canutilhos, tinta de tecido em variadas cores, bordado em veludo, reflexo de lâmpadas, carregadas com baterias. Suas criatividadeas levam ao festejo de São João, São Pedro e São Marçal, as máscaras de devoção. Em todas as máscaras produzidas são vistas as santidades desenhadas e todas são confeccionadas pelos próprios brincantes, em suas residências. Eles têm a responsabilidade de batizar o boi. A dura realidade, não apresentada à sociedade, esquece os prazeres de um saber. Saberes talvez desconhecidos pela sociedade, mas de audácia incontestável para as comunidades do Território do Formoso. Os cazumbas da turma de bumba meu boi de Nogueira aparecem na figura 8. Festejo realizado dia 28 de junho de 2015. Dos cazumbas presentes, estavam Raimundo Nonato e Mocinha, ambos do Território do Formoso.

FIGURA 8 - Os cazumbas no festejo de São João, no Território do Formoso.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

Nos festejos de São João, São Pedro e São Marçal, do período de 23 a 30 de junho, são reunidas as manifestações e os únicos momentos para que os brincantes apreciem suas danças, toadas e enfeites produzidos pela própria turma de bumba meu boi. E também é

um momento em que suas práticas culturais acontecem na casa de forno (casa de farinha), ou um barraco provisório, construído de taipa.

O tambor de crioula é outra prática cultural que acontece anualmente nas comunidades. Com ênfase sobre esse detalhe, está prevista a troca de experiência entre saberes e conhecimentos locais e o espaço escolar deste território que nos fala. Essa, talvez, seja a maneira do educar diferente, do educar privilegiando seus atos culturais, do educar para saber conhecer e conhecer o saber não incorporado entre essas duas visões que, atualmente, se separam. Com esta pesquisa, pretendemos unir ambas as visões e fazer a ponte que interliga as bases do diálogo como fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem dessas escolas. E, também, não perder de vista as ladainhas realizadas no momento de festividade de seus festejos de santo do mês, que, aqui, cabe lembrar as dos senhores Fabrício Nabate e Zé Machado que serão explicitadas mais adiante.

As toadas de bumba meu boi ouvidas na voz dos cantadores (Antônio de Cotinha, Zé Machado, Mauro Leite e Sabino Corrêa) carregam consigo o dom de juntar as palavras e criar rimas ou não rimas para manifestar alegria, tristeza e insatisfação. As toadas cantadas pelos quilombolas retratam os sentimentos que precisam ser ditos, aclamados e reivindicados no espaço de luta e festejo.

O Território do Formoso nos mostra outra fonte de cura: as ervas medicinais, para não deixar seu quilombo doente. Só que essa fonte está ameaçada por fazendeiros. Na abrangência conflitante, a territorialidade desses saberes se configura através das tradições, dos costumes e crenças transmitidas oralmente, e as ameaças de violência fazem seu povo se deslocar para não sofrer consequências, diante das ameaças e extermínios, inclusive, dos seus canteiros de ervas. Nas informações do Sr. Fabrício Nabate está denunciada a destruição dos seus canteiros de ervas medicinais que eram mantidos na região de Lagoa Mirim, no Território do Formoso. Seu maior problema passa a ser a construção de uma estrada que interliga as fazendas, deixando marcas de destruições nos lagos e suas riquezas naturais.

Com as decisões tomadas e o medo das balas certas, o senhor Fabrício se recusa a plantar as ervas no quilombo, e passa a cultivá-las na cidade. Quanto a isso, nos permite dizer que fazer a casa das ervas medicinais é uma maneira de preservar os canteiros medicinais para feitura dos remédios e garrafadas caseiras destinadas ao uso dos enfermos. Ao extremo sofrimento causado pelas doenças, suas palavras acumulam ainda mais dores, causadas pelas ameaças dos fazendeiros. Sendo assim, ele explana:

A gente não pode fazer nada, eles são os donos²³ da terra, enquanto não sair a desapropriação da terra eles vão pintar e bordar com a gente aqui nesse lugar. Sou ameaçado todo tempo. A construção da estrada foi mais para beneficiar a produção da madeira ilegal dando acesso a suas fazendas²⁴.

Considerando o depoimento, a legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro assegura os direitos das comunidades quilombolas e os procedimentos administrativos para a regularização fundiária e o acesso às políticas públicas, no entanto, muitas vezes são engavetadas, e, restando assim, ser oprimido pelo próprio sistema jurídico. Desse ponto, os moradores do Território do Formoso permanecem vivendo em um cenário de conflitos.

Sobre a legislação, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002), no livro *Quilombos e as novas etnias*, menciona que, em seu ponto de vista, a Constituição Brasileira de 1988 opera uma inversão de valores no que se refere aos quilombos em comparação com a legislação colonial, uma vez que a categoria legal, por meio da qual se classifica quilombo, anteriormente considerado como um crime, passou a ser considerada como categoria de autodefinição identitária, voltada para reparar danos e acessar direitos.

O que acontece contemporaneamente com os saberes tradicionais é que uma determinada ciência considera como prática ultrapassada para cura de enfermidades. Mesmo com a ideia de exterminar os saberes medicinais tradicionais, podemos nos lembrar que, nos séculos passados, tivemos grande utilização das ervas medicinais. Recordamos um exemplo extraído do livro *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006, p. 346), no qual é retratado o cultivo das ervas: “[D]urante o almoço, o Sebastião substituiu a Antônia no serviço de mesa e misturou na comida da sinhá algumas ervas que a fariam dormir por três ou quatro horas”.

O Formoso também tem essa sabedoria dos doutores do mato, benzedores, curadores e parteiras leigas que utilizam - se desses saberes para fazer o bem. Pontuamos, também, esta prática presente no livro *O Reino deste Mundo*, do escritor cubano Alejo Carpentier (2009), que retrata que as ervas eram conhecimentos engendrados na terra, só os escravos/negros guardavam esses saberes.

A herança desses conhecimentos está nas ervas e orações do seu Fabrício Nabate, da Comunidade Quilombola Lagoa Mirim, que tem nos seus registros culturais e pessoais atividades de doutor do mato, curador e benzedor. Além disso, seus dons com as ervas

²³Referente aos fazendeiros, que se dizem donos da terra.

²⁴Entrevista ditada pelo seu Fabrício Nabate Maranhão, na residência de Maria Nice. No momento, eu não estava sem o equipamento de gravação em mãos. 2015.

medicinais e as orações cantadas são privilegiadas no momento das manifestações culturais do seu terreiro e fazem engrandecer as lutas do Território do Formoso. E, nas palavras do Senhor Cearense, curador e benzedor da Comunidade do Jacaré ²⁵: “Cada terreiro tem um chefe e é diferente”. O que nos faz afirmar que “os agentes sociais são protagonistas do processo e elegem os próprios critérios de definição dos elementos que compõem sua religião e sua autodefinição”. (MARTINS, 2012c, p. 11).

Esses saberes, que representam o fortalecimento da identidade do quilombo, presentes no Território do Formoso, produzem instrumento de poder. Esse poder se manifesta através da apropriação do conhecimento, seja ele sobre as ervas medicinais, assim como sobre o bambaê, o tambor de caixa, o bumba meu boi, marcas de pertencimento identitário.

Sobre esse pertencimento, lembramos a reverente resistência da personagem Kehinde do romance *Um defeito de Cor*, citado anteriormente, em que, quando teve seu nome trocado por Luisa, em louvor aos brancos, carregava o peso da angústia, mas não permitia que sua identidade fosse negada. E, quando os opressores não aceitam a diferença, a ponto de descaracterizar a imagem daqueles que possuem tesouros escondidos, vamos de encontro à construção do conhecimento.

Na *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire nos afirma

Vemos como o respeito às diferenças e obviamente aos diferentes exige de nós a humildade que nos adverte dos riscos de ultrapassagem dos limites além dos quais a nossa autovalia necessária virá arrogância e desrespeito aos demais. É preciso afirmar que ninguém pode ser humilde por puro formalismo como se cumprisse mera obrigação burocrática. A humildade exprime, pelo contrário, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém. A falta de humildade, expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre outro, de uma classe ou de uma cultura sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do ser mais. (Idem, 1996, p. 76).

O pertencimento busca o fortalecimento identitário e propõe vencer obstáculos e a luta pela liberdade da reprodução cultural.

Essas práticas das diferenças culturais não surgiram a partir do contexto organizacional local, ao contrário, um contraste cultural preestabelecido passa a se conjugar com um sistema social, também preestabelecido, tornando-se relevante de diversas maneiras para a vida local. (LASK, 2000. p. 56).

Essas ações culturais dos grupos fortalecem suas bandeiras de luta.

²⁵ A Comunidade do Jacaré é uma comunidade quilombola que faz parte do Território do Formoso.

A luta pelo reconhecimento tornou-se rapidamente a forma paradigmática de conflito político no fim do século XX. Demandas e por “reconhecimentos das diferenças” alimentam a luta dos grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. [...] e reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconômica como remédio para injustiças e objetivo da luta política. (SOUSA, 1997, p. 245)

Essa forma de fazer política traz problematizações a serem solucionadas e, para isso, os agentes sociais se engajam nos movimentos sociais em prol do fortalecimento dos quilombos. Suas formas de trabalho posicionam-se na mediação coletiva que dialoga com uma política para além do voto.

Assim, seu Gonçalo²⁶ também morador de Jacaré, outra localidade do Território do Formoso, menciona seus saberes através deste relato. Saberes que perpassam o benzer, o aprender e contar histórias sobre sua comunidade quilombola. Um conhecimento atrelado aos quilombolas que lá vivem e aos indígenas Gamela que vivem nessas regiões. Assim, dispõe sua fala abaixo:

Geovania - Qual é seu nome?

Gonçalo - Gonçalo Araújo Soares. Eu nasci e me criei em Lagoa. Estudei com Rita Pimenta. A primeira professora foi Rita Pimenta. A gente chamava de Rita Macaca e esses meninos mais velhos Valdevino, Bernardino, esses meus irmãos tudo estudaram com ela. O gênio era Cosme, pai de Emílio, Roque Soares. Cosme era um carta mão, ele só trabalhava por povo. Era um político que nunca perdia uma eleição aqui. O que ele arranjava era por povo. Bem onde é esse colégio era a casa de Cosme. Uma casa de assoalho, de comércio grande que tinha lá. Ele vendeu essa casa pra fazer o colégio. Antes da igreja, do lado direito, ele fez a casa dele. O nome da casa dele era Ursinha. Lá que veio esse colégio. Daí, depois de Rita Pimenta veio outros professores como Faustino Sá, Joana Melo e esses outros professores eram de Penalva. Joana Melo ainda está viva em Penalva. É mãe de Rosalana. Rosalana já faleceu.

Geovania - Cici foi secretária de educação?

Dica Leite - Ela foi secretária de educação.

Gonçalo - Também, Afonso Bandeira.

Geovania - Como era o nome da escola que o senhor estudou?

Gonçalo - Estudei no Darcy Vargas, o primeiro nome da Escola. Depois fizeram o Colégio colocaram o nome de Presidente Kennedy. Há 70 anos veio surgindo esses nomes mais novos. Tinha a professora Edinéia. Foi embora! Tinha muitos alunos nesses tempos, o primeiro lugar era Lagoa, depois que era Jacaré. Agora que Jacaré cresceu. **Neto de Roque Soares (conhecido por Cabeça)** - Lagoa era Comarca.

Gonçalo - Tinha Cartório, até casamento fazia em Lagoa. Valdevino e Oswaldo Serra eram os juizes daqui que faziam os casamentos. Todo ano o finado Cosme fazia festa. Festa de maio. Festa de Santa Terezinha, era padroeira de lá. E, em maio era de Santa Maria.

Geovania - E os materiais didáticos?

Gonçalo - De material escolar não tinha nada. O que tinha era uma palmatória desse tamanho.

Dica Leite - Ou aprendia, ou respeitava.

Gonçalo - Desse tempo os alunos respeitavam. Ela batia em cima da mesa com a Palmatória e tudo ficava silêncio. Não é como agora: é uma gritaria que nem escuta nada. Desse tempo era estudo mesmo.

Dica Leite - Quem tava em uma cartilha quando se chamava antigamente, quem saía de uma carta de ABC, antigamente, lia qualquer coisa, lia qualquer carta, pegava qualquer livro e lia. Não era Gonçalo?

Gonçalo - Estudei até o quarto ano. Nesse tempo era até o quarto ano. Eu faço conta de somar, dividir, eu sei que faço. Primeiro era do ABC, Cartilha 1º, 2º, 3º e 4º ano. Não era quarta série. Rita Pimenta que ensinava. Era até o quarto ano. Depois não tinha mais. Já estava grandinho, já queria era namorar.

Cabeça - Quem tinha o quarto ano já era doutor.

Gonçalo - Ia pra roça trabalhar com o pai. Não tinha emprego mesmo. O mais importante era aprender a ler e fazer conta. Eu e Matias, a gente sabe fazer conta bem.

Geovania - Quem era Darcy Vargas?

Gonçalo - Getúlio Vargas eu sei que era o Presidente da Republica. Agora Darcy, não sei. Lagoa tinha uma lagoa que não secava. Quando meus pais chegaram aí, eles são de São Vicente de Ferre, quando chegaram aí, amanhecia que parecia cachorro, mas era rasto de onça na Lagoa. E índio que tinha de mais. Eles vinham, faziam festa, andavam tudo nu só com aquela tanguinha. Eles vinham, as pessoas se ajuntavam, davam roupas pra eles. Eles ficavam contente. Tinha muito índio aqui. Eles passavam aqui bravos, iam lá pro campo.

Geovania - Tem algum índio aqui?

Gonçalo - Aqui tem descendente de índio, seu Honório. Mataram muitos índios. Nastácio irmão de Tonico, eles mataram muitos índios.

Geovania - Existia algum engenho na região?

Gonçalo - Existia o engenho aí na Concórdia. Ele fica depois da Barreirinha. Quando eu nasci não existia mais. Nesse engenho existia ferro, pedaço de tijolo. Era um engenho de moer cana, açúcar, cachaça.

Dica leite - Era difícil ter o engenho e não ter café.

Gonçalo - Eu não sei se não tinha café. Aqui na Lagoa minha mãe era rezadeira, Maria Araújo Soares. Era rezadeira desse trecho todinho, era só ela. Ela curava. Eu que não sou curador, não quis mesmo. Depois que ela morreu, eu fiquei rezando e benzendo. Eu ajudava ela. E fui aprendendo. (ANEXO M, 2013, p.38, 39 e 40).

Notamos que são grupos sistematicamente violados pelo preconceito às suas culturas, aos seus saberes, suas crenças e às suas narrativas e, dotados de sanções aos seus valores de pertencimento. Para os intelectuais locais do Território do Formoso, essa é uma forma de curar os enfermos, já que muitos não têm condições de comprar medicamentos, e mesmo porque hospitais e postos de saúde não existem ou ficam distanciados das comunidades.

FIGURA 9 - Algumas fotos do canteiro de ervas medicinais, do senhor Fabrício Nabate.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

O uso das ervas medicinais na comunidade quilombola gerou este conhecimento contínuo preservado por alguns benzedeiros, curadores e doutores do mato viventes na localidade. Dados recentes, em depoimentos de agentes locais, contabilizam cerca de 100 variações nos plantios de ervas medicinais. Suas ervas são preservadas nos quintais, já que as terras estão em processo de desapropriação. E, enquanto o resultado de desapropriação não chega, os conflitos continuam a trazer temor às comunidades do Território do Formoso.

Em concordância com Freire (1996, p.76):

Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso escutar quem pensa e elabora seu discurso de outra maneira que não a minha. Nem tampouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da gramática dominante. E como estar aberto às formas de ser, de pensar, de valorar, consideradas por nós demasiado estranhas e exóticas de outra cultura?

E é justamente através das práticas medicinais tradicionais, de culturas como bambaê, bumba meu boi, tambor de crioula, tambor de mina, tambor de caixa que, ao longo dos anos, podemos fundamentar o reforço da identidade territorial da região. Estas também são formas de luta, embora ainda reste um duro enfrentamento para conseguir a titulação das comunidades quilombolas citadas anteriormente.

A partir de fevereiro de 2015, realizamos várias viagens ao Território do Formoso, para entendermos melhor as vivências dessas comunidades. Entre elas: a Comunidade Quilombola Lagoa Mirim e a Comunidade Quilombola Olho D'água. O Território do

Formoso é composto por vinte e oito comunidades e quinze ilhas estabelecidas no Lago do Formoso.

A Ilha do Formoso é composta por várias outras ilhas: Ilha do Castelinho, Ilha do Jabuti, Ilha do Pau, Ilha do Poleiro, Ilha da Pindoba, Ilha do Tarumazino/Agulha, Ilha do Baiano, Ilha D'água, Ilha da Lontra, Ilha do Lúcido, Ilha do Tarumã, Ilha do Tucum, Ilha Solta, Ilhinha do Jabuti, Ilha da Sapucaia, Ilha da Tamanduá, Ilha das Pacas, Ilha de Benedito Correa. Os versos cantados e tocados por Zé Machado, Antônio de Cotinha e Maria Barros fazem homenagem a essas ilhas. Muitos falam delas, mas poucos cuidam. Os poucos, como seu Arnaldo, contam sua emoção sobre esta ilha.

Lá é muito bonito. Lá tem tanta beleza que se as pessoas forem lá, provavelmente vão se encantar pelo resto da beleza que existe. Tem várias coisas que chamam atenção: tem o lago muito bonito, mas também uma coisa eu lhe digo, toda essa boniteza, toda essa coisa que lá existe precisa ser preservada. [...] Os povos que vinham, os caçadores, as pessoas que queriam atravessar pra outro lado, eles passavam nessa ilha. Porque era difícil acesso de embarcação. Então, eles aproveitavam quando ela encostava, e as pessoas entravam pra dentro, ela levava eles. E lá eles soltavam pra onde eles queriam ir. Então, era coisa muito importante. (ANEXO N, 2013. p.40, 41 e 42).

As duras realidades explanadas pelos moradores em defesa da floresta, dos campos e lagos existentes no Formoso, clamam, segundo seu Arnaldo, pela “bela que ainda resta”. Ainda que Zequinha, também defensor do encanto da Ilha do Formoso, nos relate que “Formoso é uma riqueza incontestável, só valoriza quem gosta. Se você valoriza a roça, seu território e seu povo é sinal que você gosta”. E, para seu Roque Soares “a vida antes aqui era bom de viver”. Com os depoimentos, observamos que eles não se preocupam somente com a preservação das matas verdes, com a proteção dos pássaros, dos animais, mas, sobretudo, se preocupam com o cercamento elétrico da Ilha do Formoso, onde se arriscam para coletar o coco babaçu, pescar e cultivar suas roças. A ação da vez são empreendimentos empresariais que sucedem sobre o território a disputar o lugar. E, assim, se pronuncia a implantação do projeto de turismo, o qual pode afetar e remanejar diversos quilombolas.

O projeto de turismo ainda está em fase de conclusão, mas já gera transtornos aos diversos moradores. O projeto está previsto a funcionar na base da Ilha do Formoso, e não resta dúvida que o lugar tem dono. Agora, não sabemos quem é o dono? Para seu Zequinha “pode jorrar sangue, mas que na terra de negro, os brancos não bagunçam”. Suas resistências são armas para vencer os inimigos latifundiários e a morosidade do judiciário.

Não só o projeto de turismo pode envolver um ou mais conflitos, mas, também, outros empreendimentos a serem instalados posteriormente dentro dessas comunidades. É o

que já vem ocorrendo, por exemplo, com os desmatamentos e a extração da madeira ilegal no Território do Formoso, conforme lemos abaixo:

Atividades relacionadas à extração ilegal de madeira, à pecuária, à soja, à mineração, à siderúrgica, às plantações de eucalipto e acácia e denominadas “obras de infraestrutura” (hidrelétricas, estradas, portos) estão provocando sucessivos desastres ambientais e sociais nessa região, tais como: desmatamentos constantes, poluição dos rios, especulação imobiliária, grilagem de terras, concentração fundiária, perseguição e ameaça aos povos e comunidades tradicionais e formas de imobilização da força de trabalho, oficialmente designados como análogos ao trabalho escravo. (BOLETIM INFORMATIVO, 2014a, p. 2).

Nessas observações, avistamos a construção residencial de fazendeiros que se apossam de áreas no Território do Formoso. Para Zequinha, “os donos da residência é um dos grandes fazendeiros da região. Formoso é uma das generosidades que os moradores procuram preservar.

Diante do descaso é que ocorrem os grandes conflitos (desmatamento da floresta e extração ilegal de madeira). Segundo Zequinha,

[...] os fazendeiros e os madeireiros estão acabando com as belezas naturais. Tem muitas coisas boas nessa ilha. Temos o peixe que é retirado da Ilha do Formoso para ser vendido em Zé Doca, Penalva e outros lugares perto daqui; temos animais dentro desta ilha; temos frutas, só que os fazendeiros querem acabar com tudo. (ANEXO I, 2015, p.28).

As várias denúncias feitas em conjunto pelos quilombolas aos órgãos públicos e entidades que defendem as ações, até o momento, esperam seus posicionamentos oficiais. A luta dos moradores inclui, portanto, a defesa da floresta em pé, pois até os campos perenes, atualmente, secam devido à imensa queimada do verde que vira cinza, dos búfalos criados soltos, dos fazendeiros e, até mesmo, dos moradores adjacentes que querem devastar a região.

A referente imagem abaixo mostra tal situação de desmatamento e transporte ilegal de madeira da região. Torna difícil o apoio e a confiança da Prefeitura local (Penalva), pois, segundo Zequinha os próprios grileiros são aliados do poder estatal.

FIGURA 10 - Retirada de madeira ilegal do Território do Formoso.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

Diante dos fatos, observamos no falar de Zequinha outro problema, a venda da madeira ilegal a outros municípios do Maranhão, e a outros estados brasileiros. Essas questões acima são uma pequena parte das conversas que realizamos com os agentes sociais do Território do Formoso, para compor esse trabalho. Esses encontros aconteceram no quintal de Roque Soares, no quintal de Fabrício Nabate, e nos caminhos dos povoados que ligam Lagoa Mirim à Ilha do Formoso, na residência de Nice, casa (sala) e quintal de Zé Machado e na casa de seu Zequinha. Lembramos que nas conversas estavam sempre presentes a reverente militante Nice na força de lutar pelos territórios. O povo do Formoso ilustra Nice como a mulher que sabe o quer e diz o que sabe.

O mais extraordinário durante as vivências são as sabedorias que nos encantam, e a fala do povo em defesa de seu território. Nosso interesse inicial por esse estudo é perceber quais as possibilidades dos saberes e conhecimentos desse território contribuiriam como práticas e conteúdos para as escolas do Território do Formoso.

Seria conveniente reafirmar que já obtivemos contato com o Território do Formoso, pois se deu através das viagens realizadas no intuito de colher dados empíricos da escola municipal Cosme Almur Dequeixes para realização monográfica, concluída em 2013, durante um ano de pesquisa na região Lagoense.

A primeira vez que pisei como pesquisadora no chão do Formoso, fomos privilegiados com o lançamento do fascículo *Quilombolas, agricultores (as), quebradeiras de coco e pescadores do Território de Formoso*, em Lagoa Mirim, no qual colaborei para a

construção do mesmo. Naquele momento, obtivemos acolhimento de representantes das vinte e oito comunidades, que apresentaram suas manifestações culturais.

FIGURA 11 - Lançamento do Fascículo em Lagoa Mirim do Território do Formoso.



Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

Posteriormente, foi realizado o boletim informativo do Território de Sansapé, Território Formoso e Território Monte Cristo, para abordar as ocorrências dos desmatamentos e conflitos que comovem a vida dos quilombolas destas regiões.

Foram contabilizados três trabalhos exercidos neste município penalvense, em conjunto com os agentes sociais, pesquisadores e colaboradores em alerta ao alarmante índice de devastação que afeta a diversidade e a vida dos povos e comunidades tradicionais. São articulações que podem montar estratégias que visam a proteger seus legados.

Deste modo, trazemos essas articulações dos saberes, anteriormente mapeados e trabalhados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em alguns estudos realizados pelos pesquisadores²⁷. Estes se posicionaram através da pesquisa em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais aqui lançados.

Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política. (ALMEIDA, 2016, p. 7).

²⁷ Cynthia Carvalho Martins, Camila do Valle, Geovania Machado Aires, Jhulyenne Santos, Juliane Mendes, Patrícia Maria Portela Nunes, Poliana Nascimento e entre outros.

Sugerimos que estas produções sejam vistas, também, como conteúdo disciplinar aos olhares das comunidades e da escola. O mapa atual é uma reprodução viva, e foi realizado através desta construção coletiva, uma forma de pensar os saberes dentro de um mapa, e um censo coletado e consultado pelas próprias comunidades. O mostrar do mapa já se torna um domínio não dominado pelo Estado. A comunidade estabelece sua autoridade diante do território a partir de seus saberes. Subverte o sentido de que nos fala Benedict Anderson na seguinte afirmação:

Poucas coisas mostram mais claramente essa gramática do que três instituições de poder, as quais, embora inventadas antes de meados do século XIX, modificaram a sua forma e função quando as zonas colonizadas ingressaram na era da reprodução mecânica. Estas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio - a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. (ANDERSON, 2008, p. 227).

O mapa produzido pela comunidade e os pesquisadores nos revela muitos casos e informações levantadas pelos próprios quilombolas entrevistados. Esses trabalhos de pesquisa reafirmam o fortalecimento desses grupos quilombolas, agricultores, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, doutores do mato, benzedores, curadores.

Esses materiais, fascículos e mapas, são documentos que abrangem a situação dos povos e comunidades tradicionais mediante a participação dos agentes na elaboração dos mesmos. Esperamos que essas produções possam ser estratégias pedagógicas de suma importância e que possam ser utilizados como recursos didáticos para o conhecimento geográfico destes espaços diversamente culturais.

FIGURA 12 – Fascículos, caderno e boletim publicados pelo Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia.

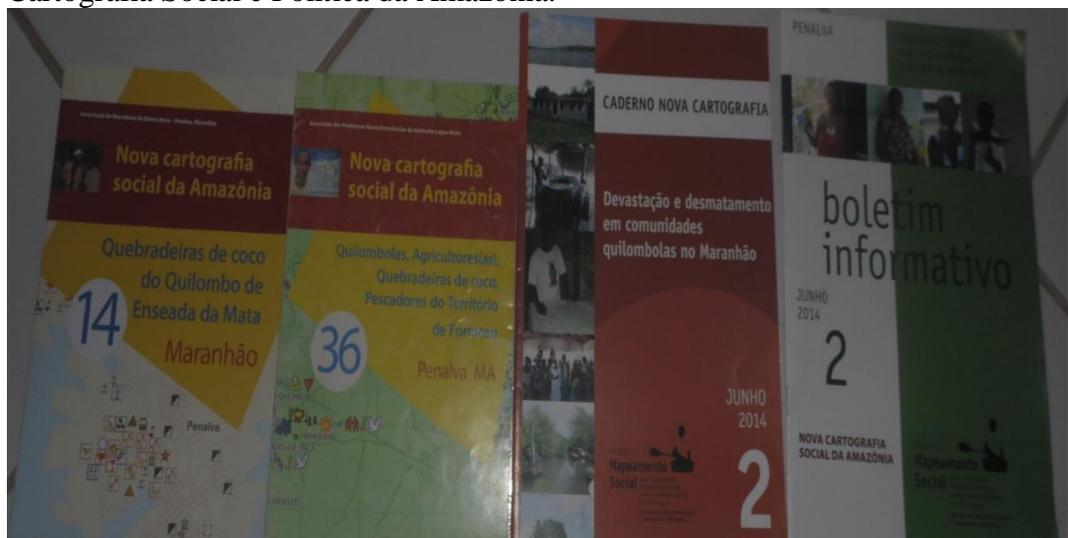


Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

Ao falar de manifestações culturais e das formas organizativas em defender seus espaços de luta, as mulheres quebradeiras de coco babaçu do Território do Formoso refletem suas trajetórias e conquistas. Diante dos conflitos, desafios e vitórias, as quebradeiras de coco babaçu são parte das referências dos que lutam por mais conquistas. E estão também a/batalha pelos projetos e programas que fortaleçam suas reivindicações.

Podemos entender, diante dos fatos, que as mulheres de luta estão presentes na sociedade, pois defendem seus territórios mesmo sem acesso à terra e ao uso do babaçu. Mulheres de luta que acendem espaços de discussões que abrangem não só “livre” acesso ao babaçu, dito por lei, mas um conjunto de elementos que agregam qualidade de vida.

As invasões e compras de terras pelos fazendeiros de outros estados, a exemplo de Amazonas, e por grandes empresas, acarretam o deslocamento de trabalhadores e quebradeiras de coco deste território. O alarmante processo de devastação ocasiona grandes problemas nos babaçuais. Os depoimentos de Maria Nice nos confirmam o desconforto e o enfrentamento do dia a dia:

Nós, no Brasil, as empresas, as empresas se acham dona do mundo. É muitos, a maioria dos governos não tem essa visão de respeito pela terra, de respeito pela população. Ele quer se sentir bem, não quer saber se o negro é gente, se o índio é gente, se o agricultor é gente, se a comunidade tradicional vive... Ele não quer saber disso, o importante pra ele é dinheiro e moeda. (VALLE *et al*, p. 62/63).

Nas reflexões de Almeida *et al* (2000), a organização desse movimento se constitui a partir de um trabalho conjunto envolvendo redes voluntárias de associações, grupos de mulheres, cooperativas, clubes, Igreja Católica e comissões que resistem na preservação de áreas de babaçuais, pela garantia do livre acesso ao babaçu, por políticas voltadas para o extrativismo e a equidade de gênero.

Os conflitos existem há longas datas, nos anos 1970 e 1980, e desencadearam a intensa prática de cercamento empregada feita por proprietários/grileiros. Podemos dizer, a partir das pesquisas realizadas, recentemente, que ainda permanecem conflitos em comunidades quilombolas de Lagoa Mirim e Olho D’água, partes do Território do Formoso. São resultados que pairam nos discursos atuais.

Nas dadas informações, menciono o relato da professora e quebradeira de coco babaçu, Kamila Pereira Castro, que dá aulas na escola Municipal Cosme Almur Dequeixes. Kamila nos diz que “quando chegava da escola não tinha comida, mudava a roupa, ia juntar coco para quebrar pra poder comprar lápis, caneta e caderno porque não tinha quem lhe

desse”. Percebemos, assim, que o babaçu é uma fonte importante que garante subsistência e modo de produção às diversas famílias do Formoso.

Retomo o trabalho de Almeida (2004. p.25,26), que afirma:

Bandeiras de luta de preservação ambiental, mobilizações que se contrapõem aos desmatamentos e instrumentos legais no plano municipal para garantir áreas reservadas constituem alguns dos elementos deste processo de territorialização. [...] E assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras os babaçuais [...].

Não há só a devastação em larga escala da Ilha do Formoso, mas dos babaçuais, juçaras, buritizais, além das questões do envenenamento das pindobas em função da expansão da pecuária. Os fazendeiros estão assassinando as pindobas das comunidades próximas da fazenda e gerando problemas ambientais decorrentes de desmatamentos e queimadas do coco inteiro. Identificamos, também, nas conversas de algumas quebradeiras (Kamila Pereira Castro e Célia de Jesus Nabate Coelho) da região, as suas reivindicações a serem alcançadas: a venda dos produtos, as condições de moradia, o direito à terra, e, sobretudo, a educação para seus filhos.

Elas se organizam em grupos locais de mobilização política e identitária. Mas as quebradeiras de coco babaçu ainda ressentem-se da invisibilidade de suas práticas sociais e produtivas na região e denunciam as ações que desmatam e devastam os babaçuais. Ademais, as quebradeiras resistem à recusa ao reconhecimento de sua existência, enquanto grupos e ações querem abolir com as palmeiras e, principalmente, as quebradeiras de coco babaçu. Viemos, através deste trabalho, dizer que o Formoso tem quebradeiras, Penalva tem quebradeiras e o Maranhão possui quebradeiras. E, para Maria Nice, “[...] a nossa luta não é só da questão da amêndoa do babaçu, é o babaçu permanecer em pé e nós também. É reforçar a luta da terra”. (VALLE *et al.* 2016, p. 60).

No município de Penalva está localizado o Bairro Novo, comunidade do Território Enseada da Mata, que concentra um dos seus sonhos: a fábrica de óleo, sabão e sabonete que atende diversas quebradeiras de coco babaçu, inclusive, do Território do Formoso. A fábrica atende pelo nome “Fábrica dos sonhos”.

As ações de resistências estão, também, apoiadas nos seus atos culturais que dão força ao seu projeto de luta. Através do coco babaçu, elas aprenderam a fabricar objetos e outros produtos que servem como meio de sobrevivência, tais como: alimentos, remédios, bijuterias e cosméticos. Tais práticas ainda se destacam por ajudar os agentes sociais como

forma de se manter no território. Os projetos são desenvolvidos a fim de oferecer sustentabilidade às quebradeiras de coco e aos seus quilombos.

As quebradeiras de coco ganharam visibilidade na esfera da produção e comercialização através de seu trabalho extrativo. Dentre os projetos feitos estão assentamentos, criação de Resex – reservas extrativistas, criação de fábrica de óleo e de sabonetes. São projetos que possibilitaram parte dos recursos ao investimento das cooperativas.

Para Almeida,

O estado, as unidades da federação e, os municípios parece que ainda não descobriram a importância de reconhecer essas experiências e o poder de sanções comerciais estaduais e municipais que estão ao seu alcance para defender os resultados de uma produção “regionalizada” e específica. (ALMEIDA, 2000, p.41).

As quebradeiras não querem cá a descontinuidade e, assim, privilegiam as conquistas mantendo as relações com entidades, projetos e programas que apoiam suas lutas para que cresçam no mercado com produções nacionais e internacionais. Refletimos em nota a importância da produção destes produtos de serem consumidos e transportados para o mercado. Para o antropólogo Almeida (2000, p. 41):

Este meio de produção contribui para expandir os circuitos de trocas inerentes ao mercado regional e integra povoados e comunidades vistas socialmente como mais isoladas. Eles potencialmente passam a ter vinculações estreitas com aqueles circuitos específicos de mercado, ultrapassando, inclusive, o poder de troca dos comerciantes locais de óleo babaçu, tradicionais mediadores com a sociedade envolvente.

“O livre acesso não é livre” e sempre aterroriza as mulheres de luta. Hoje, pode-se dizer que as quebradeiras de coco babaçu têm conquistados alguns espaços, o que se soma na pronúncia de uma das coordenadoras (Maria Nice Machado Aires) do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Ela disponibiliza suas ideias:

Uns dos maiores tesouro que temos é o estudo. A educação das quebradeiras não chegava nem na quarta série. Mas que eu consegui chegar ao 2º grau, mas continuo estudando, acredito que valorizar os estudos é valorizar a vida. Nunca deixe de estudar e descobrir coisas novas, pois cada dia que aprendemos coisas novas, é como seu fosse uma folha nova de uma árvore que sempre se inova. Se não lutar para defender nossas causas, jamais teremos espaço e chance de tornar nossos sonhos em realidade, e jamais chegaremos no topo da igualdade²⁸.

²⁸ Entrevista ditada por Maria Nice, no 6º Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu. São Luís: MIQCB, 2009. No momento da conversa, eu estava sem o equipamento de gravação. A mesma foi falando e eu escrevendo.

São mulheres de luta que desafiam a sociedade em prol de regulamentação de suas práticas e de uma história traduzida na quebra do coco babaçu e nos produtos criados a partir dele. Essa é uma história que, talvez, só elas saibam viver.

Diante das reivindicações citadas pelas quebradeiras, menciono que as professoras Kamila Pereira Castro e Célia de Jesus Nabate da comunidade quilombola Lagoa Mirim e Izeni Pinto Costa da comunidade Olho D'água são quebradeiras e defendem suas classes no fortalecimento de suas identidades, assim como todas as outras quebradeiras.

No estudo sobre a educação diferenciada do Território do Formoso o desafio é de agrupar esses saberes e fazer com que a proposta pedagógica venha contribuir com a promoção e a demanda para as escolas e que elas sejam oferecidas de acordo com consentimento dos moradores. Afinal, de nada adianta efetivar algo sem interação, trocas de ideias, se essa oferta não corresponder aos interessados. Não menciono, nesse momento, uma produção acabada, mas um estudo que contribuirá e continuará mostrando o que pensam e como agem os quilombolas e outras identidades do Formoso.

Nas andanças em canoa, voadora e automóvel, percorremos o caminho da comunidade quilombola Lagoa Mirim, que está localizado no município de Penalva, na Baixada maranhense. Segundo as falas dos moradores, a região tem mais de 100 anos. O que nos consta que Penalva é mais nova, já que em 08 de agosto de 2015, a cidade completou 100 anos.

A história de Lagoa Mirim passa a ser contada, a partir de um *croquis* feito pelo morador Fabrício Nabate. Sendo assim, a história começa com a vinda do senhor Tabajaco Reis, que veio pra região morar com a família e, posteriormente, trouxe os irmãos Rufino dos Reis e Januário dos Reis. A família dos Reis.

Aqui na região existia uma Lagoa, hoje ela é um açude. Lagoa Mirim na época os animais como; onça bebia água e comiam peixe. Tinha muito peixe. Uma lagoa com grande profundidade, mas com o tempo resta apenas o capim que alimenta a boiada dos fazendeiros. Secou. Foi destruída pela mão dos forasteiros. (ANEXO U, 2013, p. 57).

Ainda em conversas com o morador, ele afirma que fizeram o povoado e, neste local, o cemitério foi construído por Cândido, o qual apelidavam de Candão. Toda a família Reis está enterrada em Lagoa Mirim.

FIGURA 13 - Croquis desenhado por Fabrício Nabate.

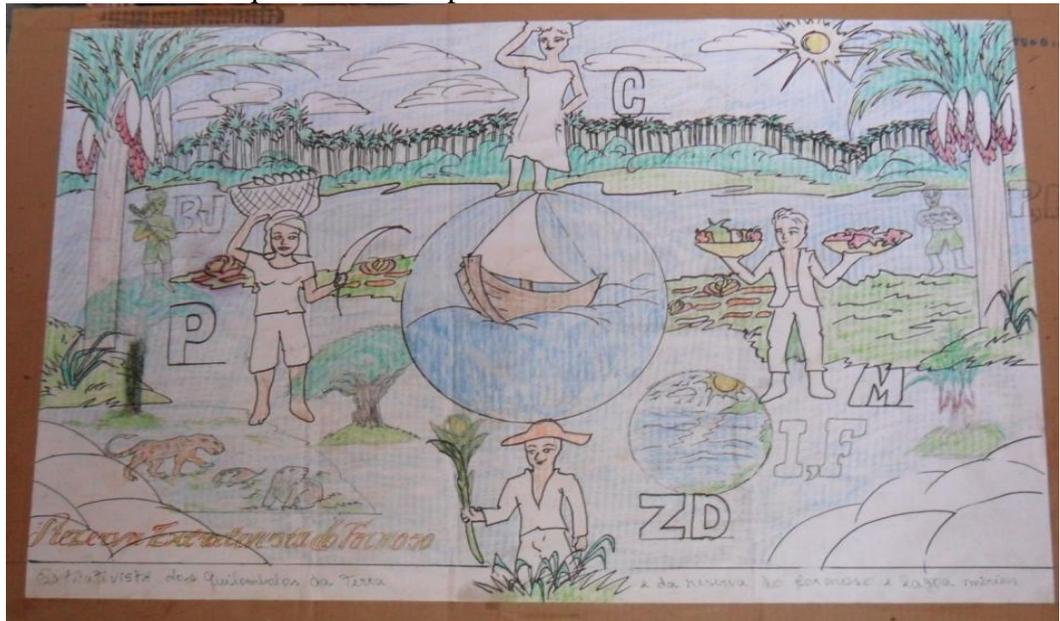


Foto: Geovania Machado Aires. 2012.

A formação desses espaços foi sendo construída com a chegada de povos de outras localidades, como: Capivari, Boa Vontade, São Vicente de Ferrer e São João Batista. Muitos vinham fazer compras (açúcar, ferro, café) e paravam para se instalar na região. Em períodos passados, só existiam Penalva e Lagoa Mirim. A maioria dos habitantes se locomovia em direção ao Formoso. Com certo tempo, foram formando as primeiras comunidades em Lagoa Mirim.

Com isso, chega à região Cosme Almur de Dequeixes. O italiano se instalou na comunidade e improvisou em sua própria casa a primeira escola da comunidade. E, quando ganhou as eleições para vereador da região, construiu uma instituição em alvenaria. O surgimento desta escola partiu da elite, e hoje a comunidade agradece sua vinda.

Para o filho de Cosme, Roque Soares, morador de Lagoa, fruto de um triângulo amoroso, a escola, para seu pai, era um exemplo de vida. Com o passar dos anos, a escola recebeu seu nome “Escola Municipal Cosme Almur Dequeixes”. Esta escola, atualmente, trabalha com a educação infantil e fundamental de alunos entre 04 e 12 anos.

Com a formação do Território do Formoso, identificamos a política de defesa para estabilizar a aliança cultural deste espaço. Uma luta que promove a diferença, reconhecendo seus direitos e reafirmando suas identidades, embora, por mais conflitantes que sejam, procuram escapar das armadilhas do Estado opressor. As agressões raciais, as injustiças, o rebaixamento e a desqualificação de seu povo não são manchas para sujar seu chão, mas motivações para reafirmar seus espaços de luta.

FIGURA 14 - Escola Municipal Cosme Almur Dequeixes, em Lagoa Mirim.



Foto: Geovania Machado Aires. 2013.

Seu Fabrício Nabate, nos fala que:

Lagoa já foi um povoado grande, mais de 100 casas, já teve Juiz, casamento, tabelião, a primeira sessão eleitoral e a delegacia foram em Lagoa Mirim. O primeiro delegado da região foi João Reis. Foi chegando gente de outros locais como de Capivari, Boa Vontade, São Vicente de Ferre, São João Batista, muitos vinham fazer compras (açúcar, ferro, café). Na época só existia Penalva e Lagoa. Foram indo para o Formoso. Iam formando outras comunidades em Lagoa e hoje vivemos, trabalhamos e continuamos na luta com fazendeiros que querem acabar com nossas culturas, tradições da região. Em Lagoa Mirim tinha o engenho São Luís, faziam ferro, açúcar, tinha muito índio, aqui era um lugar onde tinha tudo. Hoje só restam poucas casas, uma escola, uma casa de forno, uma igreja de taipa e nossa Ilha do Formoso. (ANEXO U, 2013, p. 57).

São preciosas, também, as informações que Nice nos coloca. Sobre estes assuntos, é importante adicionar o que ela tem a dizer sobre Lagoa Mirim. Uma militante que já trabalha na área há 40 (quarenta) anos:

Eu tinha um trabalho de retiro da igreja católica, uma capacitação nas comunidades, e como se organizava as comunidades, em 1973. E nessa época a gente conversa com as pessoas mais velhas e elas contavam as histórias do local. Eles falavam que Lagoa era um pequeno lago que não secava e chamava de Lagoa Mirim. Era um barro que afunda, a gente pisa nele e afunda. É muito respeitado. Para sair, a gente precisa ser tirado por outra pessoa. Quando eles trabalhavam no engenho, eles fugiram do engenho e conseguiram encontrar essa Lagoa que tinha várias coisas, como peixes, água muito limpa, tinha pássaros. Eles se agradaram do lugar e foram fazendo os quilombos e atravessaram uns rios, que se chama hoje rio do castelo. Uma parte em penalva e outra no Formoso. A nascente é em formoso. E foram fugindo e foram formando quilombo. Em determinado tempo tinha muitos negros morando lá, em Lagoa. (ANEXO S, 2013, p. 54).

Para Lagoa, também, vieram refugiados dos engenhos para serem libertados do trabalho escravo. Em suas explicações, a militante realça mais suas informações de que em Lagoa, quando promulgaram a lei que determinava que o escravo era “livre”, a partir daquele momento, eles não poderiam ser mais servos dos engenhos. Maria Nice ainda afirma que

[...] a comunidade na época tinha tabelião, delegacia, escola, campo de bola, professores que nasceram na comunidade, antes de Rita Pimenta. Este local era extensível, cerca de 510 famílias. Só em Lagoa apresenta 86.500 mil hectares de terra. Já tinha benzedor, parteira, tinha farmácia, era praticamente uma cidade. A região tinha pescador, artesanato, cemitério e as culturas que atualmente se presencia. (ANEXO S, 2013, p. 54).

Com o passar do tempo, os moradores se deslocaram de Lagoa Mirim, e a maior parte, centralizou-se na comunidade do Jacaré. Suas retiradas ocasionaram diversas situações que agravaram sua memória sob perseguições de grileiros, a insuficiência das condições básicas e a carência de escolas de Ensino Médio (antigo 2º grau).

Nessa comunidade, pode-se estudar até a quarta série. Depois disso, os pais procuram um jeito para que seus filhos desfrutem de mais estudos e, por isso, acabam se locomovendo para outras regiões. Como diz Nice, “a cidade está despreparada para receber a demanda. E muitos aparecem no índice da violência (...)”.

Destas realidades, muitos bairros da cidade de Penalva são criados com estes moradores que se deslocaram em busca de condições melhores. Neste trecho, a militante Nice critica, “muitas vezes a cidade toma nossa liberdade de viver. No campo, não temos uma escola de 2º grau, mas temos o poder de lutar por ela, e quando fugimos dela, nossas reivindicações não são atendidas”. E, com relação aos deslocamentos destes moradores, segundo seu ponto de vista, eles devem se unir para os benefícios chegarem às comunidades.

Quando Nice iniciou sua jornada para apoiar e defender a causa do povo e das comunidades tradicionais, esse fato reduziu, consideravelmente, a saída dos moradores dos territórios para a cidade. Muitas das comunidades não possuem o Ensino Médio (antigo 2º grau), incluindo a Escola Municipal Cosme Almur Dequeixes e a Escola Municipal Tomaz de Aquino Souza. Mas, devido a exigências, a prefeitura do município de Penalva disponibilizou ônibus escolar para as regiões realizarem o trajeto dos alunos até estas escolas da cidade (de Penalva) e as comunidades do Território do Formoso.

Não excluindo os fatos históricos de Lagoa Mirim, a militante conta que, em 1940, seu pai (Apolônio Machado) tinha compras de cachaça no Território do Formoso,

Na época criaram vários engenhocas que eram pequenos engenhos que não pertencia mais a escravatura. Tinha o engenho São Luís, que é justamente o que está

localizado dentro de Lagoa Mirim, o da prata, que eles compravam cachaça e que ainda existem essas enghocas da prata. Hoje ele funciona no assentamento do ouro que engloba doze povoados como: Prata, Ouro, Frieza, Limeira, Taquipé, Cajazeira, Tucum, Olho d'água, Tarumá, uma parte do Momorama - onde fica o engenho. (ANEXO S, 2013, p. 54/55).

Destas partes, ela guarda na memória as datas festivas das comunidades. Os tambores de crioula, tambor de mina, cura de maracá, bambaê, toque do divino espírito santo e bumba meu boi, geralmente realizados de 23 a 30 de junho. Os festejos de novena e festejo Santa Bárbara são glorificados entre 3 e 4 de dezembro. Já o Festejo de Santa Maria começa no período de 1 a 30 de maio. E, sempre, juntamente com os festejos, ocorrem partidas de futebol entre as comunidades que acabaram se tornando tradições nas eventuais partidas masculina e feminina entre os jovens e adultos das comunidades quilombolas do Território do Formoso. Com as chamadas partidas são também realizadas apostas oferecendo dinheiro, cervejas ou refeições.

Para Nice, a comunidade de Lagoa é mais antiga que a comunidade do Jacaré. Sendo que muitas coisas mudaram. Por exemplo, hoje, Jacaré possui hospital, quatro escolas, dentre elas, uma de ensino médio. Nas conversas, nos caminhos do Território do Formoso, Nice nos afirma que muitos adolescentes e jovens da Comunidade quilombola Lagoa Mirim estudam na comunidade do Jacaré. Também nos conta a definição de benzedor, curador, doutor do mato e responso. Esperamos que o leitor possa compreender seu ponto vista.

Benzedor: não cura, e nem faz festa, só faz remédio. E tem vez que ele sabe fazer tudo.

Curador: cura, faz a festa. Não é em todo mundo que baixa o santo. Faz remédio. E tem curador que cura, mas não faz remédio.

Doutor do mato: Cura faz remédio. Benze e às vezes faz remédio, mas não cura.

Responso: Alguém rouba um celular, leva alguma coisa, ele diz quem foi à pessoa e onde tá. (ANEXO S, 2013, p. 56).

Nesse domínio de compreensão do Território de Formoso concentram-se as redes de saberes colocados. As leituras destes Territórios nos levam a caminhar a outros saberes, as histórias da comunidade quilombola do Olho D'água que avistamos no educar diferente, o educar de pés no chão. Como diz o pedagogo Moacyr de Góes “de pé no chão também se aprende a ler”. As primeiras aparências nos fizeram refletir nas palavras de Freire, o “círculo de cultura²⁹” de aprender o mundo sem ao menos ter calçados para calçar. Não nos dói ter calçados nesse momento, mas nos dói não ter escola pra estudar. E esse conhecimento encontrado vale mais que um calçado, por mais que a escola não tenha brilho de alvenaria, os

²⁹Ver FREIRE. Pedagogia do Oprimido. (1987, p. 6).

alunos querem aprender de pé no chão. Esta realidade, encontramos nas proximidades da comunidade quilombola Olho D'água. Uma escola com doze crianças de 04 a 10 anos, esperando a construção de uma escola de taipa. Talvez, as escolas de taipa sejam mais interessantes do que escolas de alvenaria, já que refletem uma forma de arquitetura tradicional local. A instituição Tomaz de Aquino Souza já existe há dezesseis anos. O ensino é voltado à educação infantil e tem como educadora Izeni Pinto Costa.

FIGURA 15 - Escola Municipal Tomaz de Aquino Souza.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

Freire também nos convoca a refletir que o espaço escolar pode produzir alienação. A escola pode ser um espaço que violenta e criminaliza nossas ideias, culturas e saberes. A escola pode significar tudo, à medida que cada educando reflita sua realidade, suas complexidades e aprenda a dialogar com o mundo dos letrados.

Para eles, a aprendizagem está na roça, na floresta, nas culturas que embelezam seus olhares. O seu brincar ainda ganha espaço com as bonecas de espiga de milho e o carrinho produzido com lata de sardinha. São crianças que criam expectativas e idealizam o que desejam aprender na concretude dos saberes locais. São conteúdos encontrados no tradicionalismo.

O termo escola ainda está pautado no ler, escrever e fazer contas. Nosso interesse é fazer essa reconfiguração do tradicionalismo e incorporar as práticas inovadoras dos

conhecimentos locais. Como diz Freire (1987), é preciso trazer metas libertadoras para que sejam reconhecidas nos espaços escolares.

Para uma prática inovadora, Olho D'água tem saberes, como o tambor de crioula, tambor de mina, bumba meu boi. Tem fonte de água cristalina, gente de vários lugares: Monção, Viana e Zé Doca. Pois, assim, Zequinha nos afirma, “terra de negro aprende lidar com negro.” São quilombolas, agricultores, extrativistas, quebradeiras de coco que socializam com seu mundo local. Existem neste lugar, 60 famílias, cerca de 360 habitantes. Onde sua farinha de mandioca se torna fonte de produção e sobrevivência.

A Ilha do Formoso traz elogios que só Zé Machado, compositor local, sabe fazer. A ilha dos mistérios, de paisagens naturais e encantarias, dos usos dos recursos ecológicos, onde os pássaros voam livremente. Não fechamos este estudo com o que diz Zé Machado sobre o Formoso, mas passaremos a expor sua cantoria em forma de lutar pelo nosso território. Esta passagem abaixo reflete quando, em 2010, atearam fogo nas matas verdes do Formoso. A toada de bumba meu boi composta por Zé Machado surgiu quando Antônio de Apolônio, irmão de Nice, foi visitar Zé Machado na comunidade do Ludovico e trouxe a notícia sobre a queimada provocada na Ilha do Formoso. Logo abaixo, temos a letra da toada:

Me deram uma informação que Ilha do Formoso faz mais de dois anos que nunca mais viajou; que Antônio de Apolônio me contou; Me deram uma informação que Ilha do Formoso faz mais de dois anos que nunca mais viajou; Que Antônio de Apolônio me contou. Tocaram fogo na Ilha que todos os passarinhos voou, o jacaré não gemeu mais e a buritizeira queimou. O marinho da ilha se zangou, foi embora e não voltou. Tocaram fogo na Ilha que todos os passarinhos voou, o jacaré não gemeu mais e a buritizeira queimou. O marinho da ilha, se zangou, foi embora e não voltou. (ANEXO C, 2015, p.13).

Assim, os valores educacionais, culturais e políticos deste lugar, são narrativas que estão presentes nas comunidades do Território do Formoso, mas que não são incorporados na prática dos saberes escolares. Espero que a partir desta pesquisada realizada sobre os saberes e conhecimentos tradicionais locais das comunidades quilombolas do Território do Formoso, a educação praticada a céu aberto dos sujeitos locais seja valorizada nas escolas.

3 - Mobilização e Resistência: história de vida e organização dos quilombolas extrativistas, agricultores (as), pescadores (as) e quebradeiras de coco babaçu do Território do Formoso.

Neste capítulo, busco alcançar quais relações estão entrelaçadas entre esses agentes sociais. Entendo seus espaços de luta no decorrer de suas ações organizativas locais e sociais. São quilombolas que lutam pelo reconhecimento territorial e proteção de suas representações identitárias, lutam por políticas públicas, benefícios aos quilombolas do Território do Formoso, dando ênfase às comunidades quilombolas Lagoa Mirim e Olho D'água.

Os agentes sociais dessas lutas são homens e mulheres da roça, da floresta, e do coco babaçu. São quilombolas, agricultores, quebradeiras que atuam com seus costumes, religiosidades, práticas culturais, e que assim, opõem-se com as mais diversas formas de resistência. Refiro-me aos intelectuais locais que contribuíram para este trabalho: Maria Barros, Nice, Zequinha, Zé Machado, Antônio de Cotinha e Fabrício Nabate. Não esquecendo os outros intelectuais aqui citados por mim em algumas abordagens e eventos. Esses momentos de eventos são mais uma forma de reivindicarem a conquista por direitos. Em suma, os eventos estão mediados pela luta e conflitos com muita rejeição às políticas implementadas pelo Estado, sejam elas políticas de educação ou de direitos territoriais, que são direitos à suas identidades. Ainda que,

Hoje quando esses grupos e povos assumem essa posição de sujeitos sociais têm que enfrentar poderosos antagonistas que monopolizam todas as terras, bem como enfrentar outros interesses industriais (mineradoras, madeireiras) e comerciais, que controlam certos circuitos de mercado. Há uma colisão de lógicas. Isso está nos levando a algumas situações, digamos assim, de dramaticidade; há grupos hoje que tentam estabelecer em relação à natureza uma forma de assegurar a sua reprodução física e social, mantendo uma forma de conhecimento tradicional que é negada continuamente pelos aparatos de poder. (ALMEIDA, 2008a, p. 92).

Com suas várias formas de lutas, evidenciadas nos eventos que são aqui descritos, os agentes articulam sua participação na garantia de demarcar seus territórios. Nessa participação, pronunciam seus versos, toadas, ladainhas, músicas e danças de luta. Todas essas manifestações também são formas de luta. Como diz Nice:

Tem as pessoas que sabe cantar, por exemplo. Nós tamo criando na reserva os cantadores de boi, que fala tudo que vocês falaram aqui. Pra falar, eles não fala, mas se ele cantar, ele faz a toada certinho no que dizemos hoje [...]. Se tiver alguma coisa que, por exemplo, se o governo não apoiou a legalização das terras de quilombo,

eles tiram a toada e manda CD pra lá explicando tudinho o que está acontecendo. (VALLE *et al.* 2016, p. 69).

Através da música, das toadas, as reivindicações também acontecem. Essa é outra forma de mobilização. Suas mobilizações se constituem a partir de variados aspectos: na demarcação e titulação das terras, educação, saúde e moradia. E de outros aspectos conflitantes: conflitos com os fazendeiros, búfalos, cerca elétrica, e, sobretudo, a queimada da floresta em pé e dos babaçuais ou palmeirais. Estas ações acarretam os despejos de famílias “sem terra” e passam a se desvincular das comunidades rumo às “cidades grandes”. A resistência de lutar pelo lugar que vive.

[...] E, que tem resistido a partir de mobilizações e ações conjuntas de denúncias e explicitação dos principais problemas que se agravam, como a colocação de cercas elétricas nos campos, as ameaças de morte aos quilombolas, o impedimento pelo fazendeiro ou capataz da entrada nas áreas cercadas, seja para colocar roça, colher babaçu ou coletar ervas. (BOLETIM INFORMATIVO, 2014b, p. 3).

A cidade grande é argumentada pelos quilombolas como atração de mercado, as pessoas deixam seu lugar de plantio, de sua roça, onde eles produzem seu arroz, sua farinha, sua horta em casa. Por outro lado, para Maria Nice combate o argumento de que na cidade é melhor de se viver, ela diz: “[E]ssa atitude pra mim não é nada, tão tal quem sustenta a cidade grande é aquele agricultor que está na roça, aquele da horta, isso tudo eles não querem enxergar como coisa boa”. (ANEXO B, 2016, p.7).

A roça ainda é o meio de produção e sustento das diferentes famílias encontradas nestas comunidades. As duas comunidades aqui referidas, Lagoa Mirim e Olho D’água, ambas possuem casa de forno. A “casa de forno” são casas semiabertas, construídas pelos moradores, feitas de taipa e cobertas com folhas de palmeira brava. A maioria das roças são feitas em terras que são ditas como se fossem de fazendeiros ou de pertencimento a herdeiro. Elas também são feitas por moradores nos próprios quintais de suas residências. Às vezes, com uma condição: a divisão da roça de meia. Percebe-se a falta de alguns produtos na mesa do agricultor, produtor. Mesmo disfarçadamente é visto a divisão do alimento desigual. O que é parecido na concepção de Martins (2012a, p.177): “os alimentos escasseavam rápido, pois mais da metade da produção era repassada ao suposto proprietário, como pagamento pelo aluguel da terra”.

É o que nos faz pensar também sobre o trecho citado abaixo.

[...] Atualmente há proibições expressas por parte do fazendeiro para o plantio e as áreas das fazendas estão cercadas. Os moradores destas comunidades precisam pedir permissão aos fazendeiros para plantar, sendo a área de plantio definida por estes. O pagamento de *foro* é obrigatório e também é pré - definido, independentemente da colheita. Algumas famílias negam-se a pagar, mas, para tanto, deixaram de cultivar a terra, enquanto outras são constringidas ao pagamento estando subordinadas a formas de imobilização da força de trabalho. (BOLETIM INFORMATIVO, 2014b, p. 5).

Esta “roça de meia” é quando o dono da roça fornece metade de suas produções ao dono da terra. Ou, às vezes, esses tipos de produções não estabelecem a “roça de meia”, pois, segundo Fabrício, alguns fazendeiros são considerados “bonzinhos” e deixam toda produção com o agricultor.

Do lado de Lagoa tem um fazendeiro que é “bonzinho” que deixa a gente produzir nossas roças. A gente costuma dizer que quando é bom não se perde tempo. Quando é tempo de fazer a roça a gente vai na fazenda deles e pede pedaço de linha de terra pra fazer uma roça. Alguns até deixam ficar com a roça toda. Eu fico feliz quando é “bonzinho”: eles deixam a gente plantar nossas roças, colher nosso arroz pra dá de comer pra gente de casa. Então, isso é bom pra gente, ter essa fortaleza de um fazendeiro bonzinho, não é? (ANEXO J, 2016, p. 33).

A ação do “bonzinho”, por outro lado, não aceita que os agricultores façam “rancho” dentro das plantações para passar todo período de “roçamento”, plantações e colheita, pois acreditam que eles possam morar dentro de suas ditas terras. Os ranchos são pequenas cabanas feitas de taipa e cobertas de palmeira brava. Algumas são tampadas de barro (taipa) feito de terra e água. Outras são de folhas de palmeiras bravas. Ou deixam apenas cobertas. Os ranchos são utilizados quando a roça fica distante das residências.

Já para Seu Mauro Leite, isso é inaceitável,

[...] se a gente deixar nossas roças ‘atoreiro’, e não ficar de vigia, eles bagunçam tudo. E, quando já está bom de arrancar a mandioca, a batata, o arroz, o milho eles roubam mesmo, eles não estão nem aí, e quem leva o que está plantado? São os que não têm o fazer; às vezes, só pra prejudicar a gente que trabalha. Eu, quando faço minha roça, eu faço logo meu rancho e fico morando até ficar bom de tirar e levar pra casa. (ANEXO X, 2016, p. 60).

Por outro lado, existe também uma declaração que o proprietário da terra autoriza o agricultor (a) a trabalhar em sua terra. A declaração é registrada no cartório na presença tanto do dono da terra quanto do agricultor.

Nesse caso, na maioria das vezes, o agricultor não fornece metade de sua produção ao proprietário da terra. No documento, não é informado o total da área a ser utilizada e nem informado se o agricultor divide sua produção. Estes acordos são trocados

boca a boca, ou seja, o dono da terra faz um acordo com o agricultor, o quanto de terra ele vai fazer a roça, se é de meia linha ou mais. Nessa ocorrência, sempre estão presentes testemunhas de ambos os lados. Considerada a fala do seu Mauro Leite, eles não trabalham com a declaração em mão, nem o herdeiro/proprietário da terra não aceita a roça de meia. Permite que o trabalhador fique com toda a produção.

A declaração não pode ser utilizada em outras plantações de roça, ambos precisam voltar ao cartório e renovar aquela declaração. Em caso do agricultor terminar a roça e não quiser mais utilizar aquele pedaço de terra, tanto o dono quanto o trabalhador retornam ao cartório e “dão baixa” no documento. Esse tipo de ação funciona muito no território quilombola Enseada da Mata. Não é muito comum encontrarmos esse relacionamento comunicativo entre agricultor e o proprietário (fazendeiro).

Quando a terra é de herdeiro, torna mais fácil a comunicação, isso quando o proprietário da terra não é fazendeiro. O exemplo: a comunidade quilombola Olho D’água, o seu Genialdo Serra, herdeiro das terras, fornece parte das terras para que os moradores façam suas roças.

Seu Genialdo Serra foi o primeiro presidente da associação da comunidade, era filho do antigo dono da terra. Este, por exemplo, vendeu uma parte da terra ao ex- prefeito de Penalva, segundo seu Zequinha. A partir daí, começaram os conflitos.

[...] daquele tempo de 1997, nossa comunidade não teve mais sossego. Brigas constantes, muitas denúncias. O Genialdo era nosso companheiro. Ele vendeu a terra. Ainda estava a frente desse conflito de 1997. Ele também não gostava que ele derrubasse as palmeiras, mas ele fazia de mal, só pra bater de frente com a comunidade. E não era fácil a vida da gente que é pobre. (ANEXO H, 2015, p.24).

A compreensão que tenho desse relato é que mesmo com os desastres florestais que houve em 1997, a comunidade não se curvou por medo dos confrontos e sempre se uniu diante de quaisquer situações na garantia de sua moradia e sua roça. O ex- presidente da associação da comunidade, seu Genialdo Serra, um dos herdeiros da terra, segundo seu Zequinha, nos diz, a reação, em primeiro momento, não era vender o pedaço de terra ao ex- prefeito, mas por ter muita terra naquela região centrada na divisa de Penalva e Zé Doca, não sabia que ia acontecer esse efeito de desmatamento e expulsão das famílias localizada nos terrenos próximos. A finalidade desse conflito era expulsar a população por completo. Nesse período, alguns moradores saíram da comunidade devido o ocorrido. Algumas casas e roças foram destruídas.

Assim, na comunidade do Olho D' água é acentuado o acordo que permanece entre o fazendeiro e a comunidades de ficarem dentro das terras, até que saia a desapropriação. Ambas as comunidades aqui citadas estão em processo de desapropriação, titulação, sinalização e demarcação. Para Nice, “os problemas maiores são esses, o que estamos buscando é apoio e somando é justamente pra isso, pra nós, do Brasil, é isso. Porque na hora que você tem a terra, você tem onde morar, você tem onde fazer a escola, você tem onde produzir, você tem onde preservar”. (VALLE *et al.* 2016, p. 62).

Segundo Almeida (2006, p. 27), “os problemas de implementação daquelas disposições constitucionais revelam, em decorrência, obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação. [...] na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos”. Esta uma razão também abordada por Martins *et al* (2012b, p.68), que não é diferente vermos essas reações em municípios vizinhos como Cajari, na comunidade Camaputia. A autora busca entender que “os quilombolas vivem uma tão situação absurda que [...]”.

[...] as comunidades localizadas no território vêm tendo um enfrentamento recorrente com grileiros e criadores de bubalinos, conflitos que duram quase 30 anos. Nesse período, os moradores das comunidades localizadas no referido território já tiveram que enfrentar, além dos búfalos, que destroem os campos naturais, os cercamentos desses campos, ameaças de morte, prisões indevidas de lideranças, ações de despejo, invasões da Polícia Militar, queima de casa, agressões, lesões corporais e tentativas de assassinatos de pessoas. (Idem).

O que está citado também é referente às comunidades do Território do Formoso. Neste Território do Formoso, as comunidades se autodefinem como quilombolas e existem fazendeiros que se dizem donos da terra. Esses passam a mandar e desmandar.

De certo modo, Almeida (2011, p.62) socializa que, “[a] questão do denominado ‘quilombo³⁰’ hoje passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a estas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado”.

Suas estratégias se reintegram nas ações coletivas através de reuniões, mutirões e encontro anual. Aqui nos possibilita citar falas dos informantes que estão a explicar estes relatos que incluem os saberes de Lagoa Mirim e Olho D'água. Nas duas comunidades, existem as terras de quilombo e as terras de herança. A situação que esta terra de herança não pertence aos moradores que se reivindicam como quilombolas, mas pertence a um morador.

³⁰ Grifado pelo autor.

Segundo Maria Nice, em nossas conversas, o fazendeiro compra um “pedaço de terra” e, ao cercar sua área, cobre toda parte designada aos herdeiros, restando, assim, o conflito entre fazendeiro e quilombolas das referidas comunidades quilombolas.

Essas terras de heranças, segundo Almeida,

Abrangem domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem que se proceda ao formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários que, consoantes disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos. (ALMEIDA, 2006, p.120).

Esse contexto está inserido no caso de seu Genialdo, ex - presidente da associação da comunidade do Olho D’água e seu Fabrício, que doou à comunidade Lagoa Mirim as terras que era de sua mãe. O resultado é que os fazendeiros estão tomando conta, como se fosse deles. As lutas estão referidas a conflitos de terra entre quilombolas e o ex prefeito da cidade de Penalva, na data de 1997. Após o episódio, o mesmo ex - prefeito retorna para compra de terra em 2012. Deste momento, os moradores tornaram se reunir em defesa de suas diversidades culturais amazônicas. E, novamente, diante dos dilemas desrespeitosos, a comunidade ganhou a causa. À frente dessa bandeira, também houve mutirões de outras comunidades vizinhas como, Viana, Zé Doca e Pedro do Rosário e de outros territórios, que ajudaram a manter a comunidade do Olho D’água.

Este “fato de agentes sociais se investirem num sentido profundo de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o Estado”. (ALMEIDA, 2011, p.84), é o que representa o depoimento de seu Zequinha, presidente da associação da comunidade do Olho D’água, que incentiva outros quilombolas a se manifestarem em proteção de seus territórios.

Quando foi em 1997 houve um conflito muito grande nessa terra, aqui no tempo do ex-prefeito. Era o grande fazendeiro daqui. Nesse tempo, foi o maior conflito de terra que já teve em Penalva. Nesse ano, eles queriam invadir nossas terras que ainda nos restam. Derrubaram nossas casas, tocaram fogo nos babaçuais. Foi aquela loucura minha filha, mas a gente teve a força da justiça. A gente fez um mutirão e fomos pra frente do Fórum e denunciemos várias vezes as maldades dos fazendeiros. (ANEXO H, 2015, p. 24).

Depois deste relato, houve várias audiências realizadas na prefeitura da cidade de Penalva e de violências que ocasionaram anos de reviravoltas na comunidade. Esses episódios foram ganhando força e resistência junto aos militantes de comunidades. Esses mutirões

citados por seu Zequinha reuniram mais ou menos 300 pessoas na passeata de 1997, que saía da Rua Celso Magalhães à Praça São José.

A compra da terra era feita para viabilizar a criação bovina e búfalos nos campos naturais e áreas devastadas. Além da plantação do capim, havia destruição de suas roças por parte dos bovinos. Essa ação não é diferente em outros municípios maranhense, a exemplo, a cidade de Caxias, no povoado de Poção, em 1955. Como relata o antropólogo Alfredo Wagner:

Os conflitos gerados pela devastação das roças dos “lavradores” daquele “setor” ou “distrito” pelo gado dos grandes fazendeiros vizinhos tinham se agravado. Os “lavradores” mencionados eram pequenos proprietários e foreiros e haviam feito um acordo com os fazendeiros, separando a zona de criação e pastagem da zona da lavoura. Os fazendeiros, porém, não respeitaram os termos de compromisso que haviam firmado. (ALMEIDA, 2015, p.26).

As práticas de devastação dos plantios agrícolas dos pequenos produtores são recorrentes nas comunidades quilombolas da região. Veremos que também ocorre por trás de toda uma produção existente, o plantio da mandioca, do arroz, do feijão, do milho e demais frutos. Situo posteriormente os tipos e as maneiras de fazer roça, e as diferentes plantações entre as comunidades quilombolas de Lagoa Mirim e Olho D’água.

No ano de 2012, foi relatado por seu Zequinha, outro conflito estabelecido na área do Olho D’água, agora, com a instalação do “projeto de turismo”, assim introduzido pelo ex-prefeito do município de Penalva, Maranhão. Durante meses de debates, as comunidades do Território do Formoso só ganharam a causa devido a audiências realizadas com os moradores da região, onde mostraram à juíza o fascículo realizado pelos pesquisadores do Cartografia. Este fascículo foi utilizado como documento e defesa da riqueza estabelecida na Ilha do Formoso. O “projeto de turismo” seria para movimentar a economia da região. Mas, para seu Zequinha, não passa de uma farsa de empresários do município. E que esta “motivação”, seria mais uma ação de desmatamento, poluição do lago natural local e afastamento dos mistérios da Ilha do Formoso.

Quando o projeto foi lançado, a repercussão da mídia divulgou propagandas de “turismo na região”. Foi visto por seis mil internautas o vídeo *Maranhão Rural e o turismo nos lagos de Penalva - MA*, no site, <https://www.youtube.com/watch?v=I1xLQBzQ4tU>.³¹,

³¹Este vídeo foi publicado em 1 de abr de 2014. Este foi o texto publicado no vídeo. “Não existe nada comparável aos fascinantes espelhos d’água na baixada maranhense, que, no período do inverno, com o aumento

para que as comunidades do território aceitassem a aprovação do projeto. Isso porque a publicação do fascículo construído pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia, e em conjunto com as lideranças quilombolas, em 2012, fortaleceu a comunidade. Devido à produção desse trabalho, a defesa dos quilombolas foi mostrar o fascículo para o prefeito. O “grande” projeto iria desmatar áreas verdes com plantações valiosas aos visíveis e invisíveis do Lago do Formoso. Iria acabar as tradições presentes no lago, onde mistérios dos invisíveis iriam se deslocar a outra região.

Para seu Roque Soares, os mistérios são guardados em segredos, poucas pessoas conhecem ou veem esses invisíveis. Para ele, “os invisíveis, eles podem mudar de lugar dependendo como é tratado. Se ele for maltratado, eles se mudam, ou podem acontecer coisas piores, eles se vigam das pessoas que maltrataram eles”.

Falam seu Roque e seu Arnaldo, tendo conhecimento da Ilha do Formoso:

Roque - O que a gente vê a gente não diz.

Arnaldo - Bem aqui no porto, perto desse pau, existe uma reserva também. É uma casa lá na beira, só uma casa. Eu conheço a pessoa que morava lá. Eu era moleque. Não que eu conheço a história, mas eu morava bem perto. A pessoa era ligada a minha família e sempre passava e conversava. Esta ilha, a mulher desse rapaz pediu que desse uma coisa pra ela, uma riqueza pra melhorar a vida dela, que ela era muito pobre, tal. E, só ela podia dar essa riqueza pra ela. Quando foi de noite, ela chegou lá, encostou na beira e ela olhava perto um buraco de palha, ela olha tudo claro dentro dessa ilha e o movimento de gente dentro dessa ilha, gente falando alguma coisa. Ela ficou nervosa e não saiu mesmo. Ela teve lá, bateu alguma coisa como se fosse ferro e foram embora. Deram uma volta e voltaram pro porto de novo. Bem perto da casa dela, chegaram lá, tudo iluminado como se fosse um navio e ela nervosa nunca saiu. Ela foi embora e não veio mais. Então, eu sempre botei na minha cabeça que existe um mistério sim. (ANEXO N, 2013, p. 45/46).

Para seu Arnaldo, os invisíveis escolhiam quem eles queriam agradecer, só que esta mulher não acreditou nas forças dos invisíveis, e com isso não ficou rica. Não só seu Arnaldo, mas a comunidade acredita na força dos invisíveis.

A minha relação aproximada junto aos agentes sociais locais me permitiu uma posição de observação singular acerca dos projetos de mapeamentos produzidos pelo PNCSA, introduzida a realidade dos quilombolas a partir de suas falas, depoimentos e posicionamento de cada situação vivenciada por conflitos, ameaças e violências desse grupo étnico. Em termo de nomeações de conflitos, identifiquei o chamado “projeto de turismo”, que não seguiu adiante. Estive na Secretaria de Infraestrutura do município para saber o andamento do

no volume das chuvas, mantêm cheios os diversos lagos que se formam. E foi no município de Penalva, no Maranhão, que fomos conhecer os encantos e as belezas naturais que formam essa imensidão de lagos”.

projeto, quais objetivos pretendiam avançar? Se era um meio de sobrevivência da comunidade? Como iria modificar a economia do município através deste projeto? Os próprios funcionários não souberam responder, quando perguntei se em Penalva tinha algum projeto de turismo que pudesse investir na cidade ou coisa assim? Nenhuma das pessoas que estavam na secretaria, não fez referências a algum projeto, a única coisa que responderam que eles não sabiam e se soubesse me falariam. Eu, particularmente, nunca encontrei o secretário no setor administrativo da Secretária de infraestrutura do Município, ou alguém que pudesse me informar a existência de algum documento sobre essa situação. As pesquisas foram em vão, o correto pra mim foi estabelecer diálogos com a própria comunidade prejudicada, comunidade do Olho D'água.

Desta passagem, no dia 07 de setembro, quando as escolas desfilavam nas ruas de Penalva, sem ter intenção de encontrá-lo, o mesmo estava presente, mas não deu atenção. A minha conversa permaneceu com a comunidade do Olho D'água que não aceitava qualquer acordo que venha a desmatar a floresta, e, aos poucos, extinguir o Lago do Formoso. Se este projeto prosseguisse pelos “grandes” empresários, a dominação da terra não seria o limite, mas as águas faria parte de sua dominação territorial. Seria mais um encorajamento de subordinação, invasão e alterações de terras apossadas. A dominação coage também a partir de mediações com capangas contratados pelo fazendeiro para amedrontar a população local.

Assim, Bourdieu diz que

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros. (BOURDIEU, 1996, p.52).

As formas como evidenciam os quilombolas, a luta para se refugiar também dos atos que o Estado está envolvido como forma de oprimi-los. As demandas aqui relacionadas dos quilombolas deste Território ocasionam justamente o interesse do grupo se manifestar pelo bem estar dos próprios moradores, quilombolas, das quebradeiras e demais agricultores. Penso, também, que o Estado afirma “direitos constitucionais” sem assegurar que esses direitos sejam efetivados, estas são reivindicações importantes de nossas identidades. Desta fonte informativa, Almeida (2011, p. 79) evidencia que as demandas por direitos frente aos poderes públicos e as mobilizações por maior acesso a oportunidades econômicas revelam “critérios político – organizativos”. Assim, lembramos aqui as palavras de Helianane Oliveira Rocha:

Diante da violação da liberdade, da emancipação, o homem do campo mantém sua resistência ainda que, há mais de 500 anos, tenha sido torturado e alijado. Este homem do campo vem resistindo à “*cova de sete palmos*” em que os grandes proprietários de terras e o Estado burguês vêm tentando jogar – lós. Ele (o homem do campo) demonstra força e coragem, porque expropriado de terra não significa desistência. Levantando – se com mais persistência e vontade de lutar. Os homens e mulheres do campo vislumbram sua libertação por meio da luta política. Não se veem como coitados e devedores de favores ao senhor latifundiários, pois já se reconhecem como sujeitos de direitos. (ROCHA, 2011, p.36).

Nos quais esses homens e mulheres da roça, da floresta, e do coco babaçu são quilombolas, agricultores, pescadores e quebradeiras que atuam com seus costumes, religiosidades, culturas, e que, assim, resistem das mais diversas formas.

3. 1 - Organizações associativas e sindicais

Entre os quilombolas das comunidades de Lagoa Mirim e Olho D’água que foram formando suas organizações associativas e sindicais, há uma longa história de resistência que reflete não só a dura realidade enfrentada durante décadas para formação das associações, a serem registradas, também para garantir projetos e políticas públicas voltados às comunidades que se autodefinem como quilombolas. Não só as associações destas comunidades quilombolas, mas, também, de outro povoado da região de Caxias, município do Maranhão que vivenciavam / vivenciam na mesma luta para “[...] construir sua sede própria alegando que suas reuniões não podiam continuar debaixo de árvores ou no mato e que suas eleições e assembleias não podiam continuar sendo realizadas na residência dos próprios membros da diretoria”³².

Passo a compartilhar com os agentes sociais suas participações em eventos realizados por entidades que defendem suas causas. É importante relatar seus questionamentos e conflitos que transitam há décadas. Momentos que também são preciosos para relatar suas conquistas. A partir daí, passo a ouvir mais detalhadamente seus versos, toadas, ladainhas e músicas de luta. Estes saberes mencionados aqui são formas também de lutar por melhorias nos quilombos. Assim, sejam citados os versos:

Jovem do Bairro Novo é só jovem considerado;
 Eu já chamei Gil, eu já cheguei, eu vi atender teu chamado;
 Companheiro vou te dizer, companheiro vou te contar;
 Quando precisar de mim mande logo me chamar;
 Eu venho de penalva para fazer diferente;
 Defender a reforma agrária e lutar pelo meio ambiente;

³² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015, p. 39.

Coroa minha história de vida e meu momento de glória. (ANEXO D, 2015, p. 17).

Permito-me revelar que esta música foi o marco iniciativo do bambaê da juventude do Bairro Novo. As contribuições dos compositores locais dão aos jovens a oportunidade de interpretar seu mundo através destas narrativas. São eles os encarregados de manter o futuro do saber das ladainhas, toadas e versos, e fortalecimento identitário. São esses jovens que circulam e fortalecem as raízes negras deste lugar. Eles que se envolvem nos eventos, na intenção de solucionar os problemas encontrados e que acatam as medidas em prol dos seus quilombos.

Destaco o III Congresso Nacional das Populações Extrativistas, realizado na cidade de Macapá, de 05 a 09 de novembro de 2012, tido como proposta a organização e participação para o desenvolvimento sustentável das reservas extrativistas do Brasil. A esses interesses, os agentes sociais se manifestaram em defesa de seus territórios, seja de forma local ou nacional. A estes debates e defesas, o senhor Fabrício Nabate, Nice, Maria Barros, Zé Machado, Antônio de Cotinha e Zequinha se apresentam a favor dos povos e comunidades tradicionais.

Suas lutas pela floresta contemplam o modo de vida do território do Formoso. Contemplam a chamada defesa da mata verde, na qual se pronunciam a acatar seus interesses pela demarcação, titulação e valorização por uma reserva extrativista quilombola. Os intelectuais locais persistem pela floresta viva, assim, “a morte da floresta é o fim da nossa vida”³³ é uma frase parceira de suas lutas. Podemos refletir o que diz o seguinte trecho falado por Mauro Leite.

É pra qualquer hora perder a vida porque a gente sabe que se acabar com a reserva vai acabar com todo mundo porque aí não vai ter o peixe, que é o peixe nativo. Nós não vamos ter o babaçu, não vamos ter a farinha que a reserva é pra nós fazer a roça, que a gente vive da roça e da quebra do coco. (BOLETIM INFORMATIVO, 2014b, p. 6).

Medidas na qual o Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia contribui nos momentos de seminários, oficinas de mapas e lançamentos dos fascículos nas terras de quilombo, e nas demais comunidades tradicionais. O Território do Formoso foi um dos contemplados com suas ações. Os galpões de reuniões trazem resultados importantes na discussão dos trabalhos realizados com a presença desses agentes sociais.

³³Lema escrito por irmã Dorothy Stang. A missionária Dorothy Stang foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005, no interior de Anapu, cidade na beira da Transamazônica, no Pará. Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/uma-decada-sem-dorothy-stang-e-com-muito-sangue-na-terra-6385.html>. Acesso: 22/06/2015.

Vale sociabilizar os fatos que aconteceram na manhã do dia três (03) de maio de 2015, no galpão da comunidade quilombola do Bairro Novo, Território da Enseada da Mata: o lançamento do fascículo do Território de Sansapé, Território de Formoso e Território Monte Cristo. Tivemos o envolvimento de duzentos e vinte oito (228) agentes sociais para socializar as ameaças, conflitos, relações econômicas e manifestações culturais vivenciada em cada território. “De maneira sumária, pode-se concluir que a diversidade político - organizativa está prevalecendo como ponto de partida para a construção de uma forma de representação diferenciada”. (ALMEIDA, 2006, p. 93).

Os trabalhos já realizados “é que permitem refletir criticamente sobre suas próprias condições pedagógicas. [...] que não estão sujeitos aos desígnios de mediadores e reafirmam direitos políticos, étnicos e territoriais”. (ALMEIDA, 2015, p.10). É o que vem se afirmando sobre os conhecimentos e a diversidade das práticas culturais realizadas pela mãe de santo De Lourdes. No seu terreiro também se pratica uma forma de luta para resistência de suas tradições vivenciadas ano a ano no mês de novembro e dezembro. Seu festejo inicia no dia 26 de novembro com o levantamento do mastro até as “brincadeiras” culturais: Bumba meu boi, Ranjão de caixa, Tambor de Crioula de São Benedito, Capoeira, Bambaê, Baile de São Gonçalo e se encerra no dia 5 de dezembro, com a derrubada do mastro.

Estes saberes me fazem lembrar as festas realizadas na terra de Santa, da comunidade Itamatatuiua, narrados na dissertação intitulada “*Territorialidades e Identidades coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense*”, do autor quilombola, Davi Pereira Junior. A esta ligação com a fé, juntam-se estes festejos em comunidades distanciadas, mas que se associam em lutas, nos saberes e nas promessas da devoção de um santo ou uma santa. De um lado, a devoção por Santa Tereza, por outro, Santa Barbara.

Os saberes que atravessam o território do Formoso sofrem ameaças do poder municipal. Este não permite que seus festejos prossigam na área central da cidade de Penalva pois lá não deve haver terreiros de mina. Esta é a concepções do prefeito, segundo dona De Lourdes³⁴.

Lembramos a concepção de Edward Said (2011, p.339) de que “a cultura nunca é uma questão de propriedade, de emprestar e tomar emprestado com credores absolutos, mas antes de apropriações, experiências comuns e interdependências de todo tipo entre culturas diferentes”.

³⁴Quebradeira de coco, benzedeira e mãe de santo.

Para carregar suas bandeiras de luta, juntam-se também nos encontros promovidos pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - Fetraf³⁵, a fim de fortalecer suas ações agrícolas e seus laços de proximidade e familiares. Um desses encontros, recente, ocorrido em 28 de abril de 2014 e 11 de abril de 2015, foram discutidos os passos a serem dados no encadeamento da demarcação, desapropriação das áreas quilombolas do Maranhão, que há décadas vem sendo reivindicação dos grupos quilombolas locais.

Um outro ponto com o que eles sempre demonstram preocupação é em fortalecer suas manifestações no Congresso Nacional em Brasília de 2013. Protestos já ocorreram lá e nos quais eles se sobressaíram ao reivindicar a demarcação da terra e livre acesso aos babaçuais. Como diz Maria Nice: “o pescador é quilombola, a quebradeira de coco é quilombola, entendeu? Então, todo esse povo é quilombola”. (VALLE *et al.* 2016, p.55). Nessa manifestação, estavam Antônio Cotinha, José Mauro Leite, Maria Nice e Fabrício Nabate.

Diante dos enfrentamentos, resistências se fazem representar em manifestações locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Suas participações contêm ações coletivas em prol de políticas educacionais, culturais e sociais voltadas ao nosso povo.

Nas bases discursivas, o espaço da Aconeruj ganha forças quando negros e negras reconhecem suas resistências e passam a discutir propostas ao bem comum e produtivo dos territórios. Nas discussões iniciais de 15 de abril de 2015, na cidade de Penalva, revivemos as situações de conflitos nas comunidades quilombolas.

Continuando as discussões, os quilombolas voltaram a se reunir nos dias dezoito e dezenove de dois mil e quinze, no Centro de Formação Pirapora, localizada no Bairro Santo Antônio, da cidade de São Luis, do estado Maranhão, e, em seguida, na Casa do Maranhão localizado no Centro Histórico de São Luís. Representantes de comunidades quilombolas do Maranhão, discutiram uma nova maneira de produção e manejo. Criar a Cooperativa Quilombola, a ser financiada pela União Europeia. Para Nice,

Participar da criação da Cooperativa é uma conquista para todos os quilombolas que estão presentes e os que não estão. Foi uma vitória conseguida com suor do nosso trabalho, de nossa reivindicação ao governo, né, é muito bom desfrutar do que é nosso e para outros povos. No momento estamos terminando de criar e aprovar a Cooperativa Quilombolas e, depois dos seminários, teve a eleição, todo mundo votou” (VALLE *et al.* 2016, p. 112). .

³⁵ Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar do Maranhão.

A mesma nos informa que esta cooperativa está em fase inicial para criação e aprovação. São apresentados cá os produtos que nós quilombolas produzimos na Baixada. Ela fala em defesa do seu povo:

Aqui nós temos o óleo do coco babaçu, nós temos a farinha, nós temos farinha seca que aquela farinha branca. Temos o corante, que é mesmo caseiro. Nós temos o sabonete, o sabão, temos o livro de cântico com quarenta quatro músicas. Nós temos a macaxeira pra cozinhar, fazer bolo. Temos o arroz com page tem gente que nunca viu. Temos a amêndoa do coco babaçu, temos o limão das comunidades, temos a banana da comunidade Sansapé, a farinha de Sansapé e Lagoa Mirim, o artesanato é da comunidade Campo do Poso I, o sabão, sabonete e óleo é de Penalva, da comunidade Bairro Novo, Temos a receita, o mesocarpo serve pra quem tem problema de nervo, útero. E o sabonete ele serve pra piolho, coceira, catinga. Essa receita tem todo os contatos. Esse aqui é a logomarca Ká-Amubá, é o projeto que nós estamos trabalhando com a cooperativa. Aqui, nós estamos com várias comunidades de Penalva que estão participando e que são agricultores familiares. Que são também quilombolas e extrativistas. Estamos juntos, estamos uma galera de Penalva. (VALLE *et al.* 2016, p.112/113).

Nessa representação estavam vinte e um quilombolas de todos os territórios de Penalva, sendo sete representantes do Território do Formoso. Vale mencionar, a presença de Fabrício Nabate Maranhão, José Vitorino Nabate, José Januario, Domingas Correa, Antônio de Cotinha, Raimundo Claudio Gomes Morais e Ana Rosa Jansen Morais. Estiveram presentes no segundo dia de encontro cerca de trezentos quilombolas das regiões de Cocais, Baixada Maranhense, Médio Mearim, Muniz e Lençóis para expor seus produtos na feira quilombola, com parceria com o governo estadual, realizado na Casa do Maranhão. A feira tem por finalidade da abertura da Cooperativa Quilombola a ser sancionada pelo Governador, Flavio Dino.

Após o sancionado, os produtos serão disponibilizados para merenda escolar das comunidades quilombolas maranhense. Para concretizar essa ideia, a Presidente Maria José, da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ, diz que “os quilombolas realizaram um sonho, a criação da Cooperativa Quilombola”.

Diante dessas participações positivas, esses são movimentos que mostram o outro lado da política dos quilombolas, no qual negativamente, a mídia não exhibe em suas páginas de jornal. Uma política dialogada e fortalecida, a cada etapa fundamentada e que une os quilombolas. Quilombolas que se apresentam numa estruturação, que permite mudança e autonomia. São grupos que definem sua identidade, priorizam a educação como espaço de discussões e defendem a terra, porque, para eles, a terra é vida. Como diz Almeida:

As diferentes etnias estariam se agrupando nestas unidades de mobilização as mesmas, mostrando-se cada vez mais autônomas e demonstrando profundos laços de solidariedade e coesão social, caracterizados inclusive por todos os aspectos emocionais concernentes às afirmações identitárias. Agentes sociais de diferentes etnias são momentaneamente aproximados pelas condições adversas e por antagonistas os mesmos. (ALMEIDA, 2008b, p. 23-24).

Ao término de muitas discussões, suas práticas culturais são dançadas e cantadas pelos quilombolas. Essa também é uma forma de mostrar a força que representa sua territorialidade. Em sua maioria, são apresentados o Bumba Meu Boi³⁶, o Tambor de Crioula e o Bambaê cantado por Maria Barros e Sabino Corrêa. É preciso conhecer o outro lado da história. Quilombolas não representam conflitos, mas constroem sua luta de frente para conflitos que são interpostos vindos de fora. Isso é apenas o começo para entender quem são os quilombolas. Seu Antônio de Cotinha, Zé Machado, Maria Barros e Sabino Correa, José Mauro Leite, todos cantam e prossigam com seus versos e toadas nas apresentações do Tambor de Crioula, Bumba meu boi e Bambaê, para manifestações do seu ritual de luta em defesa de uma vivência livre dos conflitos.

Às vezes, me pergunto qual o lugar da resistência na sociedade que contempla e interage com esses movimentos de luta? Será que há maneiras de contribuir para uma educação local desse “povo”, mantendo suas tradições e valorizando suas lutas? Aliás, o que é democracia diante dos questionamentos quilombolas? São mobilizações significativas que precisam ser refletida e sustentadas pela nossa voz de quilombolas. Como diz Rancièr (1996): “A voz (phone) é comum ao homem e a outros animais que como ele, exprime, por meio dela prazer ou sofrimento. Mas somente o homem tem a palavra, que permite manifestar o útil e o prejudicial”.

Para Maria Barros³⁷, o prazer de cantar lhe representa desde criança. Hoje, desfruta da voz que canta e que foi calada por vários anos. Dispõe aqui um pouco de sua fala:

Maria Barros - Eu comecei a cantar desde 12 anos, daí, não parei mais.

Geovania - Conte um pouco da sua experiência no bambãe?

Maria Barros - Eu gosto muito do Bambaê. Se eu não gostasse, desde os 12 anos já tinha parado. De lá pra cá tou continuando, continuando. E, é assim. [...] Fui batendo, batendo, fui crescendo e aí fui experimentar bater eu sozinha; e eu bati. E

³⁶ Os grupos que se apresentaram são a turma de saubeiro, tem como atual cantador e compositor Zé Machado e família. Desta parte, vale acrescentar que essa turma é uma família de cantores e tocadores de bumba meu boi mais conhecimento do município de Penalva. Temos a turma de Bumba boi de Antônio de Cotinha. Antônio Carlos da Paixão é um cantador e compositor de toadas de Bumba boi do Território do Formoso. Na qual concentra a Comunidade Quilombola Lagoa Mirim.

³⁷ Maria Brasilina Cutrim, conhecida como Maria Barros. Uma das representantes do bambãe. Canta e toca caixa.

quando ela viu que eu dava conta eu já estava mocinha. Ela queria me levar.. (ANEXO D, 2015, p. 15).

Outro ponto importante dessas relações é a letra das músicas, introduzidas pelos agentes sociais. Isso torna um ato de reflexão, de lutas em ação de liberdade, força e resistência pelo território. Este torna um compromisso de defender suas identidades.

Segundo Pereira Junior (2016, p. 13): “nesse trabalho eles sabem que sua voz ou fala será respeitada, o que faz os agentes sociais e grupos, incorporarem os resultados das lutas políticas e sociais e também como instrumento de mobilização e reivindicação de direito junto ao Estado Brasileiro”.

Estabeleço semelhança com as palavras de Mauro Leite, que revela também preocupação em vencer os entraves encontrados no diálogo com o Estado:

Com esse conhecimento adquirido nos encontros nos fortalecem. Por exemplo, nós moradores de Sansapé tivemos conhecimento de que a prefeitura de Penalva tinha verba para mandar asfaltar as ruas, e dinheiro para a cultura da gente. Só que até hoje ele disse que não tem verba. Então, Geovania, fomos à prefeitura e falamos que a gente ia denunciar no Ministério Público tudo o que tá acontecendo na nossa cidade. Agora ele tá que nem um ‘cavalinho’ em nossa mão. Tem algumas coisas que a gente pede e ele faz. Antes isso não acontecia, agora acontece. Geovania as coisas pra gente, tá mudando. E isso tudo porque a gente tá participando dos encontros, saindo pra fora. Se não sair pra conhecer outras pessoas, outras culturas, senão ele deita e rola com a gente. (ANEXO V, 2015, p. 59).

O início das conquistas se completam com esses discursos. Assim, os quilombolas atuam e se articulam coletivamente em defesa e fortalecimento dos seus saberes territoriais. Partindo, assim, de uma etnografia dos intelectuais locais neste trabalho, abordando as histórias de Maria Barros, Maria Nice, Zequinha, Zé Machado, Antônio de Cotinha, Roque Soares e Fabrício Nabate.

3. 2 - Os intelectuais locais

Quanto a este saber dos quilombolas do Território do Formoso, passo a descrever quais seus saberes e conhecimentos sobre os quais o leitor ainda não debruçou. Faço nesse caminho descritivo, as histórias dos intelectuais locais. Chamo atenção para mostrar sujeitos que se pronunciam com o saber próprio, com muitas pluralidades culturais, com seus costumes, crenças e religiosidades. Fato que esses agentes sociais possuem uma

intelectualidade diferenciada, e que o espaço escolar pode estabelecer interlocução com estes conhecimentos.

Sabemos que esses saberes e afazeres vão além da escola. As toadas, versos, narrativas são saberes que provocam a própria escola não quilombola, mas que está ali inserida, numa comunidade quilombola. Estas são reflexões que a escola deveria refletir. Reprime quem está dentro e quem está fora. O que está dentro aproveite o conhecimento alheio, e o que está fora tenta incorporar. Estas lutas, reivindicações são saberes locais de uma educação não formal, uma educação sem sistema, sem controle, onde a comunidade local pode dialogar e seguir a transição da mudança.

Passo a me apropriar do que diz o antropólogo Alfredo Wagner, 2015, p. 10 “os leitores não são os mesmos e as condições de leitura são outras”. A Escola, por outro lado, tem se baseado no sistema controlador, no qual o sujeito é impedido de pensar sobre o lugar de onde fala. Este tipo de escola não serve para o quilombo, mas sim, aquela que recebe opinião e dialoga com o saber local.

A partir deste contexto narrativo acionado pelos meus informantes, que suas vivências e seus pronunciamentos possam demandar a diferença aos espaços escolares quilombolas local. Quando falo em escolas locais é porque cada escola tem uma didática a apresentar, tem uma proposta de ensino e cada local terá saberes próprios para realizar a interlocução com a escola. Proponho uma educação territorializada, no caso, aquilombada com as tradições do Formoso.

Diante deste contexto, passo a contar um pouco da história de vida e afazeres desses intelectuais locais. Destes, destaco *as senhoras Maria Nice, Maria Barros, Fabrício Nabate, Zé Machado, seu Zequinha, Antônio de Cotinha*. Talvez eu não siga uma base cronológica, mas uma história real dos detectores do conhecimento e saberes tradicionais locais, os quais podem se expandir internacionalmente. São estas lideranças que estão à frente da luta e passam a ser designados como representantes de “povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias” (ALMEIDA, 2016, p. 7).

Este é um saber que começo a desenhar a partir da história da quebradeira de coco babaçu, da comunidade quilombola Bairro Novo, do Território Enseada da Mata. Uma militante que está intrinsecamente presente nas entrevistas colocadas neste trabalho. Sua contribuição fortalece mais ainda os espaços associativos, educacionais, das comunidades citadas ao longo das narrações e interpretações desta pesquisa etnográfica.

Maria Nice Machado Aires

A senhora Maria Nice Machado Aires nasceu em Penalva, na comunidade de Saubeiro. Aos 63 anos se completa com mais de 40 anos de luta. Participou e participa de diversos movimentos: CPT - Comissão Pastoral da Terra, CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão, ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão; CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas; FETRAF – Federação dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar; MIQCB – Movimento interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Nessa trajetória, desde os 14 anos já participava de movimentos. Já exerceu durante anos o cargo de agente de saúde, foi professora de primeiras letras (educação infantil), gestora de escola. Em 2004, foi eleita vereadora no município de Penalva pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Mas, para Maria Nice, era pouco, seu valor maior é viajar no mundo. Desistiu de todos os empregos, menciona em nossas conversas do dia a dia que ficar parada não é seu foco. “Eu gosto é de povo, onde tiver mais gente, lá que eu quero ficar e falar”. Sua caminhada sempre está na defesa do seu povo e de assegurar direitos. Para Nice, seu destino maior é a conquista da terra.

O que nos chama a atenção sobre sua personalidade que, em todos seus diálogos, seja de entrevistas ou palestras, torna sua apresentação com a seguinte frase: “meu nome no documento é Maria Nice Machado Aires, e nome de luta é Nice”. Essa é uma característica de resistência: a revelação de uma identidade oficializada e uma instância de luta que se sobrepõe. Com detalhes contados em diversas entrevistas e diálogos, sua caminhada passou por preconceitos, conquistas e lutas.

Quanta relevância citar suas falas a respeito da sua história de vida e luta. Assim, tomo sua contribuição como um fator primordial a este trabalho, a partir dela toda uma rede de relações se abriu para a interlocução que constrói este trabalho. Quanto às sabias palavras, pronuncia abaixo:

Quando foi em 1980, aí surgiu um curso chamado “Pólo Nordeste”. Aí, nesse curso, a gente tinha todas as aulas, todas as preparações. Tinha religião, tinha a ação social, mesmo a matemática, a ciência, geografia, história. Tinha toda matéria pra gente aprender. E nós fizemos o curso. Esse curso durou quatro anos (4) e quem se formou no curso, ficou trabalhando, dando aula de religião. E eu fui das que começou a trabalhar. Nós entramos 120 pessoas. Desses cento e vinte, (120) ficaram oito (08). Eu fui até o final, até em 1984, fui até o final do curso. A gente fez a formação, recebemos o diploma pra poder trabalhar com gente. Ai, eu escolhi uma área que

chamava Ação Social. Essa ação social, a professora era Juvaneilde. A Ação Social que trabalha com gente, com comunidade, com associação, com movimento. A Ação Social era aula que eu fazia na matéria pra trabalhar. Dessa Ação Social só passou eu de todos os municípios da região que tava. (VALLE *et al.* 2016, p.98).

De outro modo, compreende, também, a grandeza das situações que foram reveladas por pesquisa e que resultaram em várias publicações, especialmente no livro: Nice Guerreira - Mulher, Quilombola e Extrativista da Floresta. Uma conquista de reconhecimento pela sua atuação na luta junto aos assim denominados povos e comunidades tradicionais:

[...]. Esse aí foi o ponto principal, eu não trabalhei “atoreiro” não: teve uma formação pra poder chegar até num lugar que tou hoje. A gente estudou, fez o 2º grau e também fez essa matéria que também cada qual escolhia uma matéria que queria., que ficava trabalhando. E daí a gente conseguiu. (VALLE *et al.* 2016,p. 99).

Segundo informações ditas por Nice, o Pólo Nordeste era um projeto que formava as pessoas para trabalhar com comunidades. Esse curso era como se fosse uma bolsa de faculdade. Passavam quatro anos estudando e tendo ajuda de custo. Com a bolsa era mantida o custo de vida. Percebo o quanta força de vontade que carrega consigo, a política social da mudança e resistência do povo que representa.

Além destas formações, havia o Movimento de Educação de Base - MEB que estava preocupado com a situação local dos trabalhadores e a formação destes líderes. Esta base de treinamento fazia com que os formados se aprofundassem na luta e ajudassem os outros companheiros a continuar com os treinamentos nas comunidades de seus municípios.

O trecho abaixo nos informa a proposta do MEB que se interessava em defender a luta dos camponeses no Maranhão, atuando na Baixada maranhense, principalmente no município de Viana, onde a militante passou por um bom tempo se apropriando deste treinamento que veio aparecer também com a CPT.

A igreja Católica, por seu turno, através do Movimento de Educação de Base (MEB) passou a treinar de maneira regular os camponeses. Cursos de treinamento foram realizados em São Luís, Itapecuru e Viana, baseados sobretudo no sindicalismo rural. Em primeiro e nove de setembro de 1962 o MEB treinou em São Luís mais de 20 líderes camponeses de Matinha, Pirapemas, Colina, Viana, Pindaré - Mirim e Cantanhede. A Rádio Pioneira, de Teresina, alcançando todo o interior da noite. Preocupados com o analfabetismo os integrantes do MEB divulgaram os treinamentos de forma irradiada ou então através de quadros desenhados em folhas de cartolina distribuídos por seus monitores. Seus integrantes localizavam-se em diversas regiões do Estado, tanto do Vale do Itapecuru, quanto no do Pindaré. Esta experiência educativa, disseminada por todo o Maranhão, encontrava apoio no Bispo Dom Antônio Fragoso. (ALMEIDA, 2015, p. 84/ 85).

Em 1986, começou a coligar com outra entidade chamada Sociedade dos Direitos Humanos - SDH. Sobre suas palavras, a Sociedade de Direitos Humanos trabalhava com os direitos da mulher, da criança e do adolescente. Foi um período curto, mas importante na sua formação.

“[...] em 1986, começamos a trabalhar com outra entidade que contribui muito com a gente que foi a Sociedade dos Direitos Humanos - a SDH. A Sociedade de Direitos Humanos trabalhava com o direitos da mulher, da criança, do adolescente. Do direito que tinha na terra, como que ele convivia na comunidade, ela também mostrou muitos caminhos pra pessoas. (VALLE *et al.* 2016, p.99,100).

Parte então a caminhar pelos conhecimentos do Centro de Cultura Negra do Maranhão, somando forças a suas práticas do seu lugar de luta. Práticas que atravessam os saberes do Tambor de Crioula, Tambor de Mina, o Bambaê, o Rojão de Caixa, Caixa de Divino, Cacúria e Capoeira e dentre outros aqui mencionados. Admite que o CCN reforça raízes culturais. Relembra o ritmo da companheira Avelina que contribuiu no crescimento da entidade.

Após os laços com o CCN, dedica-se aos trabalhos com a Cáritas Brasileira, uma entidade com o objetivo de informar os sujeitos dos seus direitos e capacitação quanto às leis voltadas a favor das entidades quilombolas. Assim, dispõe:

Depois da CCN, nós começamos a trabalhar com Cáritas Brasileira: era uma outra entidade, que mostrava as leis pra gente, que dizia como se foi pra trabalhar como pra gente visse(...) a escrava no Brasil, já entendeu? Essa era Cáritas Brasileira. Também era ligada à igreja católica. Esses movimentos tudinho tinha formação e capacitação, tá, e gente passou por eles tudinho. (VALLE *et al.* 2016, p. 100).

Quando leio suas entrevistas, me vem a sensação de prazer ao disponibilizar aos leitores seus saberes intelectuais. Intelectualidade mostrada em seus discursos de palestras ou reuniões, em suas quebra de coco babaçu, em sua musicalidade cantada e tocada ao som da caixa de bambaê, e dançada ao som do grupo das “Encantadeiras”.

Já nos anos de 1990, se entrega integralmente ao Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. A criação desta entidade, segundo ela, foi a partir de um quadro de conflitos crescentes e alarmantes de devastação das palmeiras, mas, depois, passa a ser conflitante em diversas dimensões.

Na continuação de década a década, as mulheres quebradeiras de coco babaçu, como Maria Nice, continuaram na luta barrando a devastação das palmeiras e a queimação do

coco inteiro. Busca as variadas formas de alcançar projetos de vida para as quebradeiras. O exemplo: a implantação da fábrica de óleo, sabão e sabonete, localizada na sua comunidade quilombola do Bairro Novo, que hoje beneficia mais de quatro mil e quinhentas quebradeiras dos quatro Territórios Quilombolas (Enseada da Mata, Sansapé, Monte Cristo e Formoso). A “Fábrica dos sonhos” de que já falamos.

Todas carregam em suas mãos, o machado e a maceta (uma ferramenta feita de madeira utilizada na quebra do coco) na defesa dos babaçuais. A sua luta está embasada na desapropriação das reservas extrativistas, e que assim, passa a ter terra para o livre cultivo.

Enfatizando suas histórias, passou a fazer parte desta entidade, CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas, quando participou do Congresso em Japuri, no Acre, em 1995. De lá pra cá, carrega sua bandeira em favor do homem, da mulher, do jovem e das crianças do campo, da floresta e das águas.

Para ela, a defesa florestal é um dos maiores movimentos que trabalha com todas as questões ambientais, e, para ela, “quando se trabalha na questão ambiental, entra tudo da vida que a gente faz parte”. A cada passo que dá, suas reflexões adoçam o direito de ir e vir. Assim, nos fala de suas ideias a comover a quem lhe ouve e aos movimentos que participa.

Cada movimento tem um significado, o movimento é como o órgão de sentido, cada um serve pra alguma coisa, todos tem fundamento, todos tem valor, todos tem necessidade de ser criado e todos tem validade, e nenhum é melhor do que o outro, porque juntos que formam um corpo, mas cada um serve pra alguma coisa, ele não é o mesmo um e mesmo um não, um é diferente do outro. Agricultor Familiar é uma coisa, extrativista é outro quilombola outro, agora, só que soma no só corpo, mas que o movimento é diferente, mas que ele soma. (VALLE *et al.* 2016,p.101).

São movimentos engajados na questão fundiária, das condições e atenções básicas da educação e fortalecimento das práticas culturais atuantes nas comunidades quilombolas e outras comunidades de povos tradicionais.

[...]. Hoje estamos brigando por esses direitos, porque a gente tá falando de educação, mas educação que eu estou falando não é alfabetizado não, não é do pré até o segundo grau não. Tou falando de educação que não tinha juiz, não tinha promotor, tem negro, mas dessa classe não chegou não, advogado, médico, enquanto não tiver ninguém da gente nessas posições, não vai mudar não, porque os que estudaram, nenhum aprendeu pra trabalhar nós, ninguém aprendeu a trabalhar com quilombola, ninguém aprendeu a trabalhar com agricultor, ninguém aprendeu a trabalhar com extrativista, com pescador isso não aconteceu, não. Todo mundo aprendeu a trabalhar com quem tem mais, com ricos, com os latifúndios e com o pessoal da elite. (VALLE *et al.* 2016, p. 102).

A parte do livro de Maria Nice, a qual mais me prende às suas declarações, é quando se pronuncia dizendo:

Na luta, eu continuo morando na zona rural. Não saio dela, só se for depois de morta. Que a melhor vida que tem é na zona rural. Lá eu tenho peixe, tenho babaçu, lá tem a terra, lá tem toda alimentação, lá tem tudo natural que se precisa, é uma biodiversidade rica, agora não tem lugar melhor que esse. Agora, precisa que a gente tenha os projetos e as políticas, pra segurar. Precisa de uma boa moradia, precisa de áreas desapropriadas, precisa de professor formado, qualificado, juiz, precisa promotor, precisa de delegado, médico, enfermeiro, precisamos de todo mundo, desse povo todinho lá onde tá vazio. Porque muita gente aprende é pra vir embora. Muita gente que está no nosso município não sabe nem pra que lado está morando, tá por Rio de Janeiro, quem tá pra Brasília tá, mas tá servindo pra lá, e às vezes nem serve, quando chega lá não consegue emprego que deseja. E hoje, a formação é pra trabalhar onde precisa, e não tem. (VALLE *et al.* 2016,p.106/107).

Suas conversas são vistas como apoio a outros quilombolas. Socializa de forma concreta e, às vezes, lagrimante, nas formas defensivas. Sempre que atua em seus discursos, deixa fortes ensinamentos. Os agentes sociais a seguir citados se consideram companheiros e até, também, discípulos de sua luta em referência aos seus Territórios.

Maria Brasilina Cutrim

É o anoitecer do dia dezoito de junho de 2015, no sítio Pirapora, em São Luís, Maranhão. Podemos conhecer um pouco mais da quilombola, quebradeira de coco, tocadora de caixa de rojão e bambaê. Esta senhora é popularmente conhecida como Maria Barros. Aos 71 anos, apresenta uma história de vida que atua pela cantoria desde criança. Sua resistente força paira nas vaquetas e na caixa do bambaê. Nascida no município de Penalva. Aos 12 anos começa a cantar seus versos feitos na “lua cheia”. E, de lá pra cá, o bambaê tornou sua paixão. Hoje, compõe grupo de rojão com mais de vinte mulheres. Seus versos incentivam crianças, jovens, adultos e idosos a dançarem o bambaê. A sua familiaridade ganhou espaço, quando começou a tocar no grupo de bambaê de jovens, coordenado pelo filho de Maria Nice, meu irmão Gil Aires. Com caixas coloridas, saias rodadas, Maria Barros mostra sua resistência aos quilombolas do Território do Formoso.

A atração cultural do bambaê de caixa tocado por ela costuma ser apresentada em grupos de mais ou menos 24 pessoas, sendo 12 homens e 12 mulheres. O batimento da caixa pode ser tocado por gênero igual ou diferente. Exemplo: Maria Barros e Sabino Correa, ou Sebastiana e Valentina, Zé Machado e Maria Nice, com vestimentas sempre iguais e estampadas. O gosto pela cantoria partiu do convívio familiar. Sem conhecer a mãe, sua tia

que tocava caixa, foi sua inspiração do seu saber. Com tanta habilidade no tocar e cantar passa o ano inteiro fazendo esta atividade. Suas narrações são importantes neste trabalho acadêmico, dispõe neste momento. Quando perguntei o seguinte: esse incentivo de cantar foi de quem, da sua mãe?

Maria Barros - Eu mesma, porque nem minha mãe eu conhecia. Foi uma tia que gostava de cantar, né. Eu dizia pra ela - eu era pequena - eu dizia pra ela me ensinar. Ela dizia: - Ah, eu não vou te ensinar. O que tu sabe? Tu vai apanhar no meio de gente. Eu dizia não... Ela não quis me ensinar. Eu ficava bem pertinho dela e olhava pra mão dela. Ela ficava batendo e eu ficava olhando, olhando. De depois eu pedi pra eles fazerem uma caixa pra mim. Meu pai de criação que me criou, disse: - Eu não vou gastar dinheiro pra fazer caixa que tu vai é apanhar. Tu não sabe tocar caixa nada. Eu dizia: - não, eu chamava ele de padrinho, eu dizia: - Não. Padrinho faz uma caixa pra mim? Ele disse: eu vou fazer. Tirou esse pau de tambor e fez. (AMEXO D, 2015, p. 15).

Mesmo não tendo as práticas do ensino a tocar o bambaê na juventude, sua força de vontade encorajou a aprendizagem. Aprendeu a tocar apenas no olhar. Com a aprendizagem do batuque da caixa, pediu ao seu padrasto que fizesse uma caixa. De início, seu padrinho, assim o chamava, negou fazer a caixa, pois achava que ela não sabia tocar. Depois de tantas conversas, insistências e negação, Maria Barros ganha sua primeira caixa feita com as mãos do seu padrasto, Janselan Costa.

Desta parte, recordamos a entrevista feita com Nice, quando seu pai também apoiava seus caminhos de luta. Assim, se repete a história da caixeira e cantora de Bambaê Maria Barros na trajetória de Maria Nice. Com o ganho da caixa, relata sua emoção.

E quando ele saía eu ficava batendo sozinha. Fui batendo, batendo, fui crescendo e aí fui experimentar bater eu sozinha; e eu bati. E quando ela viu que eu dava conta eu já estava mocinha. Ela queria me levar. Quase eu dizia: - não queria ir com a senhora. A senhora não quis me ensinar. Ela: - Não minha filha, vamos embora. Aí, vamos bater nós duas. Aí, ela morreu; aí, eu parei, tá vendo. Aí, ficou a filha dela, minha prima. Ela ainda tá viva. Mora no Castelo. Aí, eu disse: - Dijá vamos bater caixa nós duas. Batia só numa. Até que ela fez uma pra ela. A gente bate até hoje. (ANEXO D, 2015, p. 15).

Sua aprendizagem parte da relação familiar com a tia e o padrasto, isso ocorre também em outras narrativas a serem citadas mais à frente. Esse meio familiar também transmitiu esses saberes entre gerações. Isso faz também de uma educação quilombola diferenciada. Com a perda de Inês Benedita, sua tia, a prima, filha de Inês, é quem toca, e hoje tocam caixa juntas. O bambaê tocado em sua caixa tem o poder de libertar sua voz. Enquanto pode tocar e alegrar o povo quilombola, ficará satisfeita com seu trabalho. O seu trabalho vem de berço cultural. Desde criança e até hoje participa de outras brincadeiras, como a turma de

bumba meu boi de Zuquinha. Realça falar que a “cultura é uma coisa que tem valor, né, a gente pode aprender muitas coisas que a gente não sabe, né. Eu, por mim, é assim”³⁸.

Mãe de oitos filhos, Maria Barros lamenta a perda de alguns deles. Ao seu convívio, está o mais novo. Os outros estão no Pará e Viana. Relata também, que todos apoiam sua paixão de cantar e tocar o bambaê. No decorrer da entrevista, narrou que seu cantar faz parte da educação. E ensinar seus saberes à comunidade é um exemplo que daria para apresentar às escolas. Já que seu interesse é de cantar, também circula uma rede de saberes a serem ensinados. Menciona também, que muitos querem aprender a tocar. O exemplo: as filhas de Calito que desejam aprender. Enquanto houver passagem desses saberes aos mais jovens, os valores identitários do território se fortalecerão.

Vale lembrar que Maria Barros, Sabino Correa, Zé Machado e Maria Nice são os mais experientes no bambaê. Mas, também, não podemos negar outros tocadores iniciantes e veteranos do bambaê. Dentre esses, antes mesmo de Maria Barros, tinha Zé Maia e Domingos Machado (pai de Zé Machado) e, hoje, deixam seus legados aos filhos e aos aprendizes da caixa do bambaê. Em conversas no quilombo, desvendamos que a Inês Benedita, tia de Maria Barros foi aprendiz de Zé Maia. Zé Maia, citado em outros inscitos, ensinou muitas gerações os seus saberes de benzedor, doutor do mato e bambaê.

Aqui, ficam registrados os detentores do conhecimento local para o fortalecimento dos territórios quilombolas. Seus saberes são partes essenciais para uma educação diferenciada. E, para Maria Barros, essa educação “[...] vale tudo”³⁹. Para muitos dos entrevistados, Maria Nice é um exemplo a ser seguindo. Seu nome carrega respeito e sabedoria. Ao finalizar a entrevista, Maria Barros ressaltou que a comunidade local valoriza o que faz. Em suas palavras, ela diz: “Eles gostam que eu toque. Às vezes eu digo que não vou. Eles dizem que é eu que vou tocar. E quando eles veem que não sou eu que estou tocando, todo mundo vai embora”. (ANEXO D, 2015, p. 16). Assim, encerra sua fala com alegria. “Eu tenho orgulho de cantar o bambê. E, é isso que eu sei fazer e mostrar pra vocês”. (ANEXO D, 2015, p. 16). Maria Barros apresentou sua história a ser narrada em qualquer espaço e tempo da vida.

³⁸ ANEXO D, 2015, p. 16.

³⁹ ANEXO D, 2015, p. 16.

José Ribamar Santos Machado

Deste momento, vamos conhecer a biografia do cantador e tocador de bumba meu boi. E, assim, permite dizer, quem é Zé Machado? Assim, me responde: “Ah, minha filha, sou um homem feliz, negro com orgulho, que trabalha com algumas coisas aí. Sou agricultor, pescador, tocador de tudo, patrão de boi, guio baile de São Gonçalo, toco caixa, toco seresta, tambor de crioula, mina, guio ladainhas. Tudo”. (ANEXO C, 2015, p.8).

Na manhã do dia dois agosto de 2015, acompanhada da minha sobrinha Hanna Gabriele Machado, de 11 anos, e o motoqueiro (Antônio Serra, namorado da minha irmã, Sandra Maria Aires Barbosa), ambos me acompanharam até residência do senhor José Ribamar dos Santos Machado, de 52 anos, filho de Domingos Avelino Machado e Januaria Bispo dos Santos Machado.

Nasceu na comunidade do Saubeiro, pai de quatro filhos, sendo três homens (Dedeco - Edmilson Janse Machado, 21 anos, Netinho - Domingos Avelino Machado Neto, 24 anos e Papudo - Erenilson Janse Machado - 26 anos e uma mulher (Pretinha - Neuriene Janse Machado – 28 anos). Casado com Maria Antonia Jansen Machado há 30 anos. Hoje, nos conta que vive há 30 anos de luta. Privilegia-nos com o cd gravado em 2015, o único disponível em casa, pois todos foram vendidos ao público e aos amantes do bumba meu boi de Zé Machado. Contou-nos que o primeiro cd gravado com toadas de bumba meu boi foi em 2004, e são mais de dez anos que canta e encanta profissionalmente com suas toadas de bumba meu boi.

Sua inspiração de versos começa com algo que incomoda e que atinge sua sociedade. O mesmo não sabe escrever, mas consegue conquistar o público com o talento que Deus concedeu e seu pai deixou a ele. Disponibilizo num trecho, sua fala.

Eu toco violão desde 10 anos. Minha lembrança que tenho do meu pai e do tempo de criança era um tamarineiro onde aprendi tocar violão. Esse pé de tamarindo ainda existe. Ele fez uma música que tá no primeiro CD. Depois canto pra minha filha. Eu agradeço o dom que Deus me deu. Não sei lê, mas sei cantar, tocar, e sei fazer o que eu gosto. (ANEXO C, 2015, p. 9).

Seus saberes vêm de gerações. Seu pai era um exemplo de sabedoria na família e na comunidade do Saubeiro. Seu Domingos Avelino, assim conhecido, deixou o legado para que algum de seus filhos seguissem sua sabedoria. E o senhor Zé Machado foi um desses, continuou com seus saberes.

O primeiro cd compõe em homenagem ao seu pai em 2004, com o lema “Em toda brincadeira que meu pai gostava”. De início, não disponibilizou a falar sobre seus saberes como doutor do mato, benzedor, mas com o decorrer das conversas expõe.

Sua história de vida comove muitos quilombolas do município de Penalva, com sua forma gingante de fazer tudo um pouco dos saberes aprendido e como ele mesmo fala: “é dom que Deus me deu”. Conta-nos que esses dons são concedidos através de um encantado que se manifesta em quem ele deseja que siga seus saberes. Para ele, “esses encantados só aparecem para quem recebe esse dom”.

Para Zé Machado, esses dons aparecem nos momentos de manifestação de suas curas ou no seu cantinho de rezas. O mesmo não mostrou seu cantinho, pois aquele momento não seria ideal para fornecer tais informações. Com isso convidou minha pessoa a participar de um momento de cura em festejo a sua santidade para rezar, festejar no terreiro seus encantados numa noite de ladainha e versos no dia 05 de setembro de 2015, em seu terreiro construído de taipa (paredes de barro e coberto de palha de palmeira brava). Como disse anteriormente, não permitiu que eu entrasse em seu terreiro, questionou que aquele momento não seria agradável a ele. Pois eu estava lá pra ouvir suas toadas, falar de sua vida e conhecer sua família. Em outro momento, eu ia saber quem era Zé Machado? Com isso, não segui em frente com meus questionamentos. Passando isso, almoçamos a peixada que o mesmo tinha pescado e o peixe tinha sido tratado pela sua esposa e sua filha (Pretinha).

FIGURA 16: Preta e Maria Antônia, filha e mãe, tratando pescado.



Foto: Geovania Machado Aires, 2015.

Neste momento, ocorreu o tratar o peixe, ou “concertar” o peixe. Esta estrutura que aparece na foto se chama jirau. O jirau é feito para proteger dos bichos que circulam e atrapalham na hora de “concertar” os peixes. É feito de talo e madeira fina.

Quando cheguei na casa de sua filha, Pretinha, ela nos recebeu e avisou que o mesmo estava pescando com seu marido e seu filho. Depois disso, nos levou à casa da sua mãe que fica ao lado da sua. Aliás, todas as seis casas vistas ao alcance do meu olhar eram familiares a Zé Machado.

Todos fazem parte da família. Entre a casa da filha do senhor Zé Machado e a sua está seu terreiro, que antes chamou de barraco. De todas as pesquisas realizadas no Território do Formoso, os terreiros costumam ter o mesmo modelo. Uma porta central à frente e, ao fundo, do lado, outra porta. O mais interessante: possui apenas uma janela em seus terreiros, localizada na entrada do terreiro. Antes da porta central, uma cruz imensa de madeira. Deste ponto, tenho a curiosidade de saber por que apenas uma janela? Será que existe um saber por trás desta construção? Essas são minhas próximas indagações.

Ao lado da sua casa esquerda havia plantações de ervas medicinais e, ao fundo de sua casa, a roça (plantações de milho, mandioca, arroz). Do lado direito, ao fundo do seu terreiro, ficava o “palhô” (uma casinha de taipa para guardar objetos da roça e alimentos para criação de animais). Do lado do “palhô”, o galinheiro. Todos esses cultivos e criações são de consumo de subsistência, e para as festividades realizadas anuais, por exemplo: período de Festas Juninas, baile de São Gonçalo e rituais de cura.

Continuando, o mesmo nos informou que é primo de Maria Nice Machado e que o seu pai é primo do pai de Maria Nice. Ou seja, somos aparentados. Esta é uma oportunidade de pesquisar a família de cantadores.

As conversas formais e informais aconteceram primeiro na sala de sua casa e, posterior, no quintal debaixo das árvores, onde sua esposa e sua filha tratavam o pescado em cima do jirau. As mesmas ficaram sobre o jirau para que os animais (gato, cachorro, galinha, pinto, pato) não incomodassem seu trabalho. Isso é uma criatividade do saber fazer dos locais.

Enquanto tratavam os peixes pescado pelo marido e filho de Dona Antonia, eu, Zé Machado, sua esposa, Maria Antonia, seus filhos Neuriene e Edmilson conversamos sobre suas histórias de vida, sobre as letras das toadas feitas por eles. Cada música tem um propósito de representar o que lhe cabe criticar ou elogiar. São músicas, toadas e versos apresentando seu lugar, história de alegrias e dores da vida. Para isso, uma explanação de uma das músicas que foi centro de minhas atenções. Vejamos que o mesmo não aprendeu a ler, mas seus filhos tiveram a chance que ele não teve. Como ele mesmo diz, se tivesse aprendido

a ler, talvez não tivesse esse dom de cantar e produzir suas toadas e música, e que Deus deu essa oportunidade de dar essa voz abençoada de cantar e fazer “o povo se divertir”.

Até hoje, eu ainda sou apaixonado. Quando eu vou me lembrar que eu não aprendi ler e nem meu nome eu sei assinar. Meu pai sem ter condição de botar pra estudar. Todo dia vamos pra roça e meu filho aprende a trabalhar!
 Todo dia vamos pra roça e meu filho aprender a trabalhar!
 Também não sou garimpeiro, e nem fazendeiro eu não sou.
 Mais só que eu posso provar que sou filho de um trabalhador.
 Nasci com uma grande paixão... (ANEXO C, 2015, p. 13).

Não aprendendo a ler por conta da idade avançada e difícil acesso à escola, seu pai os coloca pra aprender a trabalhar na roça. Só que esse não seria seu propósito. Seu pai que cantava e tocava na época começou a se interessar pela música. Então, aprendendo a tocar ao convívio com o pai, pediu um violão e, assim, o ganhou. Depois disso, o único jeito era ir para praça central de Penalva e Viana para tocar e cantar, pois isso era sua paixão. Até hoje agradece o que aprendeu.

Ao sair de onde nasceu, compôs diversas toadas de lembrança ao seu povo que ficou no Saubeiro e aos que já partiram do seu convívio (irmãos, mãe e pai). Ele nos fala com alegria do sentimento de viver e agradar o seu povo de origem.

Sua luta permite valorizar o que faz e defender seu povo. Sua saída da terra de origem foi por questões familiares e de sobrevivência. Zé Machado nos concedeu a chance de interpretar sua vida na base do real e fantástico saber que tem para mostrar à escola, para o Formoso e, até mesmo, para a cidade de Penalva.

Fabrcio Nabate Maranhão

O senhor Fabrcio Nabate Maranhão, de 77 anos de idade, morador da comunidade quilombola Lagoa Mirim é doutor do mato, curador, benzedor e agricultor. Este informante já participou de vários eventos em defesa de seu território. Sua defesa maior está na base das ervas medicinais. É um dos mais ameaçados de morte do Território do Formoso. Não costuma falar muito, mas o pouco que fala é de uma amplitude de conhecimentos e saberes profundos.

Nasceu em Lagoa Mirim e, desde criança, já mantinha o interesse de manifestar apoio à sua comunidade. Sua força, segundo ele, está na roça e no seu terreiro. Um quilombola que está sempre à frente dos debates, em defesa do seu território, consagrando seu

ideal de dons, permitindo curar os enfermos através do seu ritual de cura e seus remédios com as ervas medicinais. Em relatos, nos conta.

Nasci e sempre morei lá. Meu grau de estudo é oitava série. Fiz parte do Sindicato dos trabalhadores, fui presidente da comunidade de associação, fui professor de catecismo. Faço parte da ACONERUQ, fui secretário de organização do PT do município, já fui em congresso nacional chamado da floresta, congresso da FETRAF e do PNCSA. Em reunião do MIQCB, fui em encontro de Medicina, trabalho na criação da Reserva Lagoa Mirim, Território do Formoso, desde de 2000. (ANEXO T, 2013, p. 56/58).

Fabrício, assim conhecido na comunidade, costuma realizar seus rituais mais no momento de santidade, a exemplo do mês de dezembro. No período de 01 a 05, realiza cura em devoção a Santa Barbara. Nessas datas, também são realizadas práticas culturais. Cada dia promete um tipo de apresentação: bambaê, tambor de crioula, bumba meu boi e tambor de mina ou cura.

Uma liderança que sensibiliza com as causas sociais, e se pronuncia a esta fala. Para Sr. Fabrício, hoje um dos grandes conflitos no território Lagoense é a destruição das ervas, já que benzedores, curadores e doutores do mato são afetados pela invasão dos fazendeiros que tomam suas terras para criação bovina e bubalina e construção de açudes na criação de peixes.

José da Conceição Barros (Zequinha)

Numa entrevista realizada na sua residência, seu José da Conceição nos expõe um pouco de sua luta. Ele nasceu na terra penalvense, na comunidade quilombola Ricoa. Atualmente, mora na comunidade quilombola do Olho D'água, Território do Formoso. Aos 16 anos, casou, onde teve dois filhos. Algumas de suas considerações:

Quando eu saí da Ricoa foi pro lugar onde eu vivo aqui. Eu já tenho quarenta e oito anos só aqui. Eu fui crescendo e com a idade de dezesseis anos me casaram porque eu tinha que casar. Não deu certo a vivência. Eu era adolescente. Meus pais ficou com eles. Na faixa de uns vinte anos, eu convivi com uma dona há catorze anos. A gente teve um casal de filhos. Mas com a perca da mulher, eu fiquei assim meio perdido, comecei a fazer coisas que não devia, comecei a beber bastante. Com a ajuda de Deus, consegui me recuperar. Em 97, tinha uma associação aqui que comecei a trabalhar. Sou evangélico da Assembleia de Deus. Fui eleito a primeira vez, tive doze votos. Aí consegui ajeitar a associação. Estava com seis anos com CNPJ atrasado, aí eu conseguir botar em dia. Teve outra eleição, tive vinte e dois votos, assumi mais quatro anos. A nossa associação está de parabéns, está elevada nacionalmente. Eu tenho uma companheira que é Nice, uma mulher que admiro

bastante. Parabenizo muito ela, por me levar pra esse conhecimento. E, hoje, a associação da região daqui não é melhor de Penalva, mas eu considero que ela está entre as melhores de Penalva, até porque a gente aprendeu a conviver mais com as pessoas. (ANEXO I, 2015, p.25).

Seu José da Conceição é pescador, agricultor. Em 2016, foi eleito novamente presidente da associação da comunidade quilombola do Olho D'água. Seus objetivos estão entrelaçados à floresta em pé, à educação e à saúde do seu povo. Suas entrevistas foram feitas em sua residência e em telefone móvel. Minha comunicação com este informante foi abundante nos relatos sobre sua vida, a vida da Ilha do Formoso e sua forma de fazer roça. A trajetória de luta perpassa cerca de vinte anos.

Eu tenho uma faixa que trabalhei como presidente de comunidade, quatro anos. Teve uma eleição, aí, fizeram outro grupo. Eu recorri à eleição e ganhei. Ganhei uma diferença de vinte e dois votos do adversário. Agora é eu me manter mais quatro anos. Como membro de associação, já vivo uns doze anos. Mas na luta tenho mais de vinte. [...]Como você sabe aqui na comunidade tem de tudo, tem cultura, cultura do bumba meu boi, o tambor de mina, o tambor de crioula. Aliás, as culturas que têm em Penalva, a gente têm. (ANEXO I, 2015, p.26).

Sua contribuição maior nesse trabalho foram os relatos sobre a escola localizada na comunidade. Ele trouxe todo um contexto, quando surgiu, e de quem partiu a ideia de construir uma escola para todos. A escola é sempre um debate no qual surgem novos diálogos.

Antônio de Cotinha

Seu Antônio Carlos da Paixão é filho de Domingos Barros Viegas e Maria dos Prazeres da Paixão. Nasceu em 1965 na comunidade quilombola Centro dos Caboclo, Território do Formoso. No mês de maio, completará 50 anos. Este é presidente da associação da comunidade, onde nasceu. É casado, tem quatro filhos (Antônio Carlos da Paixão, Selma Regina e Larissa). E é casado com Maria Elzebia Serra.

É agricultor, tocador de tambor de crioula, cantador de bumba meu boi. Este é outro presidente que não foge à luta. Seu destaque está acima, a família e o direito de ir e vir do povo da comunidade. Sempre mantiveram as práticas culturais ativas. Assim, nos coloca que,

Em relação a cultura, nem todos da comunidade, mas a maioria do nosso povoado do Centro dos Caboclos fomos e temos uma estrutura. Lá a gente canta tambor de mina, os orixás, a gente tem um grupo de tambor de crioula que a gente tem o material. A gente hoje pra fundar a associação do nosso bumba meu boi a gente fez um levantamento com três crianças na época - e eu sempre curioso de gostar de cantar bumba meu boi, eu vinha cantando a muitos tempo - e eu consegui com meu

cunhado dar uma ajuda pra eles. Conversar e sair de casa em casa, que me ajudasse a levantar essa cultura. Então, eles gostaram porque eles não tinham essa cultura. Sair. Eles achavam que a gente podia fazer e a gente conseguiu fazer esse grupo, graças as Deus. (ANEXO R, 2016, p. 50).

Estes são alguns dos informantes que contribuíram direta e indiretamente. Fato que não foram só estes que compõem a base desta dissertação, mas um conjunto de sujeitos ora entrevistados, ou consultados, para integrar a rede de relações que depositaram informações ao longo do trajeto descrito no Território do Formoso. Outros que citei durante este trabalho, não aparecem de forma central, mas de ponto discreto. Por outro lado, são agentes que contribuíram e fizeram efeito produtivamente nesta pesquisa.

4 - Saberes e conhecimentos tradicionais locais: uma análise das narrativas, versos, ladainhas, toadas de bumba meu boi e músicas de lutas (locais) vistas como proposta de conteúdos para as escolas municipais Cosme Almur Dequeixes e Tomaz de Aquino Souza do Território do Formoso

A proposta deste capítulo é analisar as narrativas que perpassam Lagoa Mirim e Olho D'água, mas a partir das suas histórias narradas. Destes saberes, destaco os diversificados versos do bambaê, caixa, ladainhas rezadas e cantadas, as toadas de bumba meu boi representado por brincantes e tocadores do sotaque de matraca e músicas contornadas pelas lutas e resistências dos quilombolas do Formoso.

Nessa interpretação, começo a dialogar com alguns autores que buscam entender o saber local das fontes produtivas dos próprios intelectuais locais que abordo em todo o percurso deste trabalho. Busco interpretar a firmeza do autor Davi Pereira Junior que explana sua própria identidade formada na comunidade quilombola Camaputia, e vejo que sua fé está na santidade de uma Santa protetora de seu quilombo, onde a forte ligação da identidade faz com que se torne terra de Santa. Do mesmo modo, pontuo a autora Rita de Cássia, que defendeu seu território e apresenta as estratégias que levaram-na a reconhecer sua comunidade tradicional como ponto de partida de construção acadêmica. Trazendo todo um leque de informações, situando também a festividade da comunidade de Lagoa Mirim e Olho D' água.

E pensar que esta bagagem de saberes e conhecimentos não estão anexados nos currículos das duas escolas citadas a acima. Esta é uma ideia a ser pensada e modificada no decorrer do tempo. Não quero aqui deixar um currículo fechado e acabado, pelo contrário, quero que seja avivando a parti da conformidade de cada comunidade. O meu objetivo não é estabelecer arranjos de conteúdos inventados como materiais didáticos e práticas educativas, mas que a própria escola eleve seus interesses a partir do olhar local e do desejo de se relacionar. Não quero conectar saberes alheios sem permissão de suas ideias. Mas faz diferença mostrar essa gente, nossa vivência, e dar significado às coisas locais. Quero dar títulos às plantações do milho, arroz, mandioca de tamanha riqueza, das práticas culturais, dos rituais, e das festanças vividas pelas comunidades quilombolas pesquisadas.

Vejo-me pensar que as fases de plantação do milho, talvez sejam mais importante para um agricultor, que ocupar uma cadeira de escola. A roça é sua escola, suas culturas, suas toadas, seus versos é uma escola. Uma escola não formal. Não quero aqui enfardar os quilombolas com as mesmas máscaras. Mas tentar propor outro pacto, para uma educação

diferenciada, onde todos tenham participação na formação do currículo escolar, e abraçar seus saberes e conhecimentos não válidos nos campos escolares. Quero aqui incorporar junto aos quilombolas as formas como eles querem sua escola e sua educação. Escutar suas ideias é respeitar seu modo de pensar e agir.

O saber local é deixado de lado, aqui nessa terra de quilombolas (Território do Formoso), temos saberes que vão além de uma escola. Temos uma educação, onde os filhos dos quilombolas sabem plantar e colher. Onde a escola está inserida na comunidade mas não se comporta como a comunidade exige. Uma comunidade quilombola, em que os conteúdos não são dos quilombolas, e, por cima, uma escola que não para quilombolas. O que é escola, então? Aquela que possui um alicerce, que dita regras e nos determina a escolha de nossas profissões. Que não estabelece diálogos com a comunidade local, onde a comunidade se autofine quilombolas, filhos, alunos, quilombolas são quilombolas, e a escola não exerce o exercício do quilombola. Será que o papel da escola esse é? Que todos estejam plenamente matriculados numa ficha com históricos escolares, apenas para representar ao IBGE a quantidade de alunos estudando. Ou será que têm outros significados que ainda não descobrimos?

Esta também é uma forma como pensa Tônico Benites (2012, p. 33), a estratégia que é educar, é apenas ensinar a ler e a escrever, isto é, alfabetizar os índios Kaiowá? “onde era obrigado a viver e a se comportar conforme as regras padronizadas, o que incluía o uso frequente da língua portuguesa”, para ele, esta educação não servia a sua comunidade indígena. Assim é de se pensar quanto a Chinua Achebe (2012, p. 76) onde os livros infantis não expressavam a realidade de suas filhas, o livro com a educação do outro, com a educação ocidental embrulhada de desigualdade, formas pejorativas ao negro. Para ele, a mudança seria escrever o “livro que fosse seguro para minha filha, [...] escrevê-lo eu mesmo”.

Os autores acima nos mostram qual modelo de educação queremos para nossa comunidade, esta é uma maneira de pensar a educação do Território do Formoso, a partir destes saberes, narrativas dialogados aqui, e que sejam discutidos em amplo contexto pedagógico. Os fascículos, os mapas e croquis a serem também adotados como conteúdos em ambas as escolas citadas acima.

4. 1 - Terras quilombolas: Lagoa Mirim e Olho D'água

O engenho São Luís já existia antes mesmo dos primeiros moradores da comunidade quilombola Lagoa Mirim, segundo seu Fabrício Nabate. Muitos vieram de outros

municípios para trabalhar no engenho, e acabavam construindo famílias próximas ao engenho. Este engenho do qual falo está situado à frente do campo natural e à direita da comunidade Lagoa Mirim. Ao visitar o engenho em 2012, eu estava na companhia do presidente da associação da comunidade Roque Soares, seu Fabrício Nabate, o neto de Roque Soares e da aluna Jhulyenne de Ciência Sociais da Uema, atualmente, aluna do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Ao entrar pelos caminhos da mata fechada, até chegar à antiga casa do engenho, passamos pelo poço mais antigo da comunidade, onde seu Fabrício nos contou sobre ele: era aonde os escravos iam encher potes de água para as fazendas. No poço do engenho existe o invisível, que cuida do espaço, por isso que é perene. E, também, não podemos caminhar só neste lugar, podemos nos perder dentro da mata, pois os invisíveis desviam a gente do caminho. E falo sobre isso, mesmo estando duas pessoas conhecedoras do caminho, ficamos perdidos dentro da mata, só saímos de lá depois que o senhor Fabrício Nabate passou a comandar o percurso. Em primeiro momento, não acreditei, pois seu Roque Soares que estava à frente não tinha encantado para liberar o caminho, apenas seu Fabrício, que é doutor do mato.

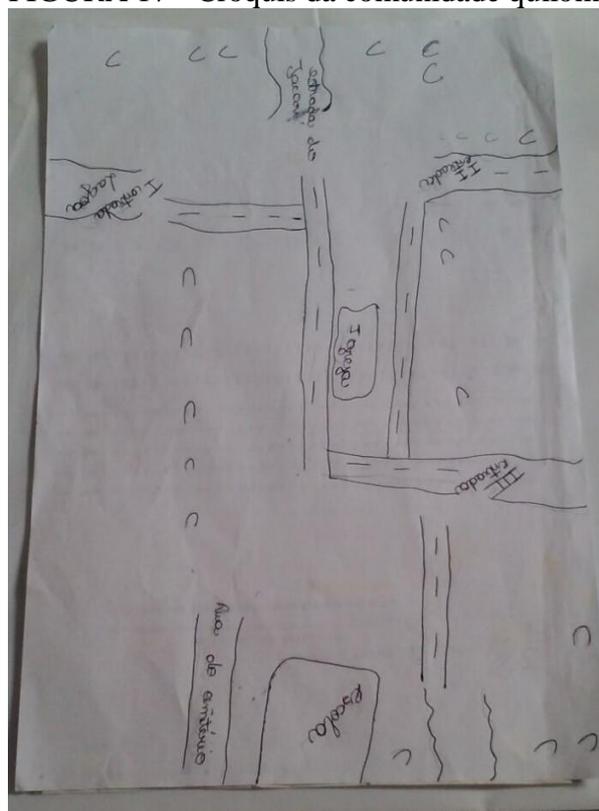
Depois de longo tempo, ele passou a mensagem quando conversávamos sobre os invisíveis do engenho Enseada da Mata, na residência de Maria Nice. Para Roque, “os invisíveis determinam sua passagem de ida e volta e, se ele não gostar de ti, não tem quem faça tu chegar perto de alguma coisa. A gente conhece muita história braba nesse caminho de mato”.

Segundo Fabrício Nabate, do engenho ainda restam pedaços de tijolos e os invisíveis que existem lá. Quem consegue ver esses invisíveis são apenas os encantados. Falarei mais adiante deste assunto. Mais adiante, permanece a mangueira do tempo que o engenho funcionava. Como diz Roque Soares: “essa mangueira tem mais de cem anos, tinha outra mais antiga que essa, só que o fazendeiro tocou fogo nisso tudo aí, acabou com muita coisa aqui. Aqui já foi um lugar muito bonito”. Mesmo havendo a degradação vivenciada durante uma caminhada de meia hora da comunidade Lagoa Mirim até ao engenho, passamos a reconhecer a luta dos quilombolas pela regularização da terra e pela reserva extrativista, onde as florestas estão sendo ateadas fogo, os animais selvagens sendo capturados e campos naturais sendo extintos pela desestruturação do próprio município.

A referência deste engenho, segundo as falas dos moradores é a mangueira, e o poço foi um lugar que os escravos trabalhavam na cana de açúcar, cachaça e mel. Diante da fartura, e da venda da produção, muitas pessoas de outros municípios como: São João Batista,

São Vicente de Ferrer, Zé Doca, Viana vinham comprar mercadoria. A partir destas transições de compradores de outros locais e até mesmo ex - escravos foram formando o povoado Lagoa Mirim. Atualmente, Lagoa Mirim está identificada em dados de 2016 com 480 habitantes e a maioria vive em casa de taipa⁴⁰, cerca de 75%. Totalizam cerca de 80 famílias centralizadas em cinco ruas e uma travessa com sentido ao cemitério que fica atrás da única escola Cosme Almur Dequeixes. Para o morador Fabrício Nabate Maranhão, de 76 anos, a história de Lagoa Mirim começa com a vinda do senhor Tabajaco Reis, o mesmo veio pra região morar com a família, e, posteriormente, trouxe os irmãos Rufino dos Reis, Januário dos Reis, a família dos Reis. “Aqui na região existia uma Lagoa, hoje ela é um açude. Essa Lagoa, na época, os animais como onças, bebiam água, comiam peixe, tinham muito peixe, a lagoa era funda, no decorrer do tempo ela secou, foi destruindo, fizeram o povoado, cemitério, quem fez o cemitério foi Cândido, chamava de Candão. Toda a família Reis está toda enterradas em Lagoa Mirim”.

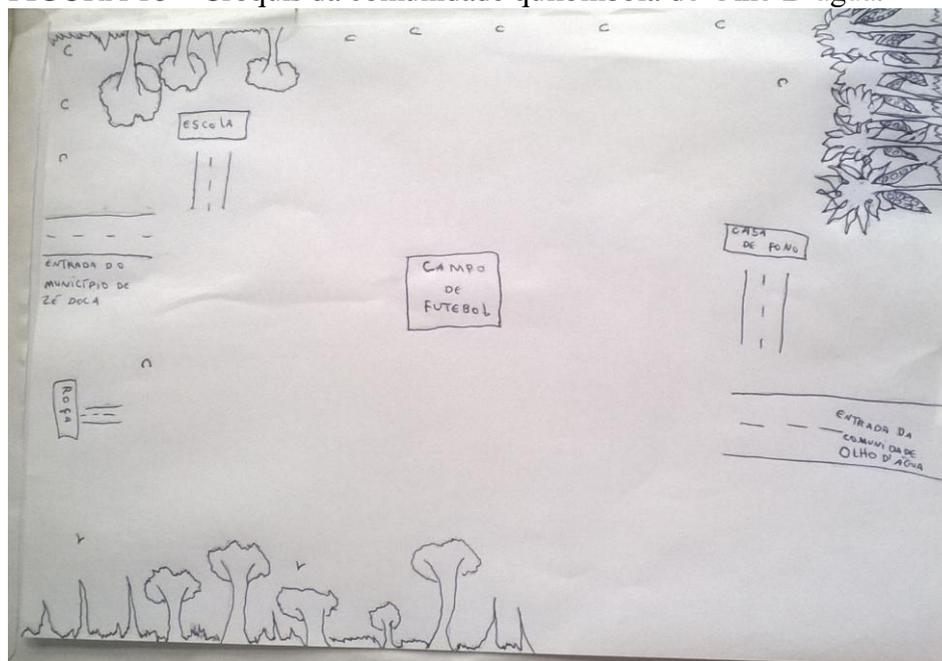
FIGURA 17 - Croquis da comunidade quilombola Lagoa Mirim.



Croquis feito por Geovania Machado Aires. 2016.

⁴⁰ São moradias feitas de barro e cobertas de palha de palmeira brava.

FIGURA 18 – Croquis da comunidade quilombola do Olho D'água.



Croquis feito por Geovania Machado Aires. 2016.

Quando estive na comunidade Lagoa Mirim em 2016, estive observando os fazeres de roça do senhor Carlos Pereira Coelho e Arnaldo Meireles em Lagoa Mirim. Neste dia, também tive a presença do seu Roque Soares, que fez questão de me levar a um lugar onde parecia que tudo estava seco, e percebo, na fala dele: “Olha, Geovania, aquela Lagoa de 2012 que estava seca, hoje reaparece como fonte cristalina que dá até pra beber como era antigamente. Uma pureza essa água”

Com destino para as rocas, caminhamos devagar, eu, Roque Soares, Maria Nice e seu Carlos Pereira Coelho, ao redor da Lagoa para não atolar os pés no barro mirim. Bem que eu queria sentir, mas seu Roque Soares achou que não, devido aos protetores invisíveis, desta Lagoa.

Segundo as falas dos moradores, a região tem mais 100 anos.

Lagoa já foi um povoado grande, mais de 100 casas, já teve Juiz, casamento, tabelião, a primeira sessão eleitoral e a delegacia foram em Lagoa Mirim. O primeiro delegado da região foi João Reis. Foi chegando gente de outros locais como de Capivari, Boa Vontade, São Vicente de Ferre, São João Batista, muitos vinham fazer compras (açúcar, ferro, café). Na época só existia Penalva e Lagoa. Foram indo para o Formoso. Iam formando outras comunidades em Lagoa e hoje vivemos, trabalhamos e continuamos na luta com fazendeiros que querem acabar com nossas culturas, tradições da região. Em Lagoa Mirim tinha o engenho São Luís, faziam ferro, açúcar, tinha muito índio, aqui era um lugar onde tinha tudo. Hoje só restam poucas casas, uma escola, uma casa de forno, uma igreja de taipa e nossa Ilha do Formoso. (ANEXO U, 2013, p. 57).

Arnaldo dos Santos Meireles, aos 59 anos, relata sobre o engenho São Luís, onde ainda se encontra resto de cerâmica, não se sabe qual o seu século. Neste momento de entrevista, estavam presentes a professora Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Portela e a moradora, Maria Nice Machado.

A esta compreensão sobre Lagoa Mirim e um pouco dos índios, os moradores da região, seu Matias Soares⁴¹, ex- professor da escola municipal Cosme Almur Dequeixes, Roque Soares, primo de Matias, Filho de Cosme Almur Dequeixes e Presidente da associação da comunidade quilombola Lagoa Mirim e seu Arnaldo dos Santos, vigia da escola municipal Cosme Almur Dequeixes, concedem uma entrevista realizada dia 22 de janeiro de 2013, no qual diz o seguinte:

Arnaldo - Nesta ilha aconteceu, nessa época, mais de trinta (30) anos. Os povos que vinham, os caçadores, as pessoas que queriam atravessar pra outro lado, eles passavam nessa ilha. Porque era difícil acesso de embarcação. Então, eles aproveitavam quando ela encostava, e as pessoas entravam pra dentro, ela levava eles. E lá eles soltavam pra onde eles queriam ir. Então, era coisa muito importante.

[...] Cynthia - E de quem eram essas coisas seu Arnaldo?

Arnaldo - A gente analisa assim que pela fé e, pois, talvez assim de índio, de pessoas assim, moradores muito antigos de lá que nós não achamos outra coisa pra comprovar se podia ser mesmo de seres humanos, de cristãos, digamos assim né. Então, nós analisamos que pudesse ser de índio ou coisa assim. Inventaram essas peças e deixaram lá.

Cynthia - E esses índios o senhor disse que também passaram aqui?

Roque – Passavam índio era canaguinhas. Eles passavam, visitavam. Tinha época que eles visitavam. Bem que tinham um que era Zé Boneco que era um Timbira que atravessava pro Bom-que-dói. E tinha aqui no Pau do Maranhão Naldir. Tinha muito piqui, bacuri. Eles visitavam esses lugares de vezes em quando. Eles passeavam.

Cynthia? O senhor chegou a olhar?

Roque – Olhei. Ainda cheguei a ver os índios. Passavam aí. Tinha um caminho que passavam aí de vezes em quando, assobiavam, se não tem ninguém aqui por perto, então, já passava pra cá.

Arnaldo - Aqui é muito importante, aqui.

Seu Matias - Passava por aqui pra avisar pro os outros não ficar nervoso.

Roque: Ter cuidado no mato.

Cynthia - Foi aonde essa festa?

Seu Matias - Pro rumo de Matinha, lá onde tem o açude. Onde tem aquele igarapé passa bem perto onde eles fizeram a festa. O finado Felipe Gama morava lá em baixo.

Cynthia: Eles ficaram na festa junto com vocês?

Matias: A festa era deles. A gente ia olhar.

Seu Roque: Há! Passa muito índio aqui.

Cynthia - Lá pra onde?

Roque - Daqui eles atravessavam, vindo aqui, atravessavam pra Penalva, Bom-que-dó. Vinham do rumo de Sansapê, essa região aí, Caru.

Arnaldo - Eles passavam em Sansapê e procuravam um destino. Como aqui ficava o refúgio. Aqui era beira do lago. Existia muita caça, coisas que atraíam eles, né. Eles ficavam naquela região um tempo e aí passava por aqui e procuravam o destino deles. (ANEXO N, 2013, p. 41/42).

⁴¹ Só capitulando que Matias Soares não é o fazendeiro, é morador da comunidade quilombola Lagoa Mirim. Pois, existe dois Matias Soares em Lagoa Mirim, Penalva, Maranhão.

Ainda nessa condição, o trio de depoentes colocaram suas visões, os problemas enfrentados na região, devido à acumulação de moradores que foram se deslocando para o Formoso e outros dilemas com fazendeiros. A Ilha do Formoso está desaparecendo aos poucos, segundo Arnaldo. Eles não preservam a área e estão estragando com a roça que eles fazem.

Sem terra, as comunidades quilombolas não constroem sua vida e seu plantio com autonomia, pois sempre estarão sujeitos a serem deslocados pelos ditos dona da terra, fazendeiros.

FIGURA 19 - Filho de Cosme Almur Dequeixes, Roque Soares.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

Com essas preocupações dizem,

Arnaldo - Mora gente sim.

Roque - Em redor dela quase toda mora gente, Jutai, Tororama, Caqitu, Ilha das Pacas. Tenho uma irmã minha que mora lá. Mora gente tudo da mulher dele, lá na Poça mora gente lá. Tudo é cercado. Tem aqui onde o poço, aí mesmo que tem um fazendeiro Wilson.

Arnaldo - É a maior devastação. Quando era do outro, do primeiro dono, vendeu e nunca devastou nada. Dentro dessa área aqui de Formoso, bem na beira desse lago, tem uma ilha chamada Costela Branca. Nessa ilha ninguém mexia. Vem um dono e mexeu nessa ilha, tirou quase que tudo. Mais na frente a ilha da Pindoba, esta Wilson mexeu com essa ilha, tocou fogo, devastou. Beira do lago que existia jussaral, bem na frente e no lado da casa de Zé Maria. Esse perto, o rapaz era meu compadre. Hoje está um aterrado, hoje não vê mais lago, não tem mais nada lá. Ele devastou tudo. Hoje só a fazenda e o pasto.

Geovania - Quem era o fazendeiro de lá? Arnaldo - O maior fazendeiro da região é o Wilson e o maior devastador, isso eu garanto. Nós fala das coisas e do que acontece. (ANEXO N, 2013,p. 43).

Nesse contexto, a escola surgiu através do morador e ex-vereador Cosme Almur Dequeixes, que casou com Amastina Dequeixes, onde teve Emilio Dequeixes, Luner Dequeixes, Maria Raimunda Dequeixes, Anedina Dequeixes e, de outro romance, teve Roque Soares que, segundo moradores, era o grande comerciante, farmacêutico da região. Para seu filho Roque Soares foi o primeiro comerciante, primeiro vereador da região, farmacêutico, tinha casa de tecido, tropa de burro, barbearia, gostava muito de política. Vale lembrar que seu filho Emílio herdou a farmácia.

Em Lagoa Mirim é comum os moradores criarem galinhas e porcos nos galinheiros montados nos quintais. Parte das criações é servida na alimentação da casa. Outras são vendidas com preço de quinze a vinte reais, mas dependendo da criação. Por exemplo: existem na comunidade pesquisada alguns moradores que participam do projeto para criação de galinhas, financiada pelo AGEP - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão⁴², onde os moradores fazem um empréstimo e passam a criá-lo. Nesse caso, as produções são vendidas de vinte a vinte cinco reais cada.

Há todo um investimento. São feitas pequenas casinhas de madeiras cobertas com palha ou telha para agregar a criação durante os meses de produções. De fato as criações não saiam para ciscar fora deste estabelecimento. Saíam apenas para sua comercialização. Existe também a criação de galinhas soltas, voltam apenas ao anoitecer para seu dormitório feito do mesmo processo citado anterior.

⁴²A Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão – AGERP, criada pela Lei Nº 8.562 de 28 dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA no dia 28/12/2006, página 17 (<http://www.agerp.ma.gov.br/lei-de-criacao>), é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), através da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 187, DE 02 DE JANEIRO DE 2015, publicada no DOEMA no dia 02/01/2015, página 18. O órgão objetiva abranger a agricultura familiar, a pequena e a média agricultura, socializando as novas tecnologias e proporcionando assistência técnica intensiva e continuada, visando a diversificação, a integração, o aumento da produção e produtividade do setor agropecuário. Sua atuação é baseada na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), instituída pela Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, a Lei de Ater, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e que define, ainda, os princípios e os objetivos dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Fonte: <http://www.agerp.ma.gov.br/agerp/>. Acesso: dia 23 de maio de 2016, 10:50: 01.

FIGURA 20 - Galinheiro feito para criação de galinhas



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

Com as observações, volto no tempo de infância, quando meus pais faziam esse último processo. Criavam galinhas e porcos, apenas para alimentação ou algum momento de festança. Assim mesmo é narrado pelos meus informantes das comunidades de Lagoa Mirim e Olho D' água. Muitos desses “bichos”, como chamam seu Roque Soares, “serve pra servir também uma visita”. Nesse caso, penso que ele se referiu a mim. Muitas e muitas vezes quando cheguei em sua residência, ele pedia a sua esposa Margarida que matasse uma ave para fazer o almoço. Isso quando não tem carne ou peixe.

Nas conversas com seu Roque Soares, as criações “é um prato cheio para as paridas” nesta fala, as mulheres que parem na comunidade, suas alimentações é o “prato de parida” galinha caipira e pirão feito com farinha seca. Como pude perceber os quilombolas de ambas as comunidades são unidas e quando falta alimentação em alguma residência, até mesmo de uma mulher que deu a luz, eles compartilham o arroz, a farinha, galinha pra aquela família necessitada.

Não só o compartilhamento da alimentação, mas qualquer impacto que venha afetar a comunidade, ambos se ajudam. Um desses momentos são as festanças de bumba meu boi, rituais de curas ou aniversário de algum morador. É comum observar essa prática em quintais das casas, que são cercados com talos secos tirados da palmeira brava ou é utilizado o arame farpado, este é um modo de proteger as criações e arvores frutíferas dos grandes animais criados soltos, por exemplo: boi e búfalos. São raros os casos relatados pelos quilombolas que suas plantações foram devoradas por búfalos ou bovinos. É preciso cercar, senão, a destruição está feita.

4. 1. 1 - Olho D'água do Formoso

Olho D'água está de fronteira com o município de Zé Doca, última comunidade quilombola do Território do Formoso e do município de Penalva. Situada com 3.400 hectares de terra, com 80% floresta em pé. Na visão dos moradores seu Zequinha e seu Pereira, em dados de 2016, a comunidade está com mais de noventa anos. Tem como atual presidente da associação de moradores de Olho D'água, José Conceição Barros, que relatou que há 60 famílias mais ou menos, 360 habitantes. O primeiro presidente da associação foi Genialdo Serra.

Na comunidade, as casas são todas de taipas. Possui uma escola de taipa, casa de farinha de taipa. As casas ficam a redor de um campo de futebol. Na entrada da comunidade está situada a casa de forno, e, no final da comunidade, está a escola Tomaz de Aquino Souza. As famílias vivem e sobrevivem da roça, quebra de coco e pescaria. O processo da farinhada ganha destaque na produção. É comum realizar a farinhada nesta comunidade do Olho D'água.

Esta já passou por grandes conflitos de terra, os quais narro mais adiante. As práticas culturais estão presentes, o tambor de crioula e o bumba meu boi. São poucos pajés e doutores e benzedores na comunidade. Fazem de tudo para que a ilha do Formoso permaneça intacta guardando seus segredos e encantarias. Para o atual presidente da associação da comunidade, seu Zequinha, um apelido mais conhecido do que seu próprio nome e sobrenome, relata que os direitos foram poucos, mas esse pouco direito está sendo concretizado para outros direitos. O direito à terra e à educação.

4. 1. 2 - Ocupação da terra formosa

Na floresta dos invisíveis, seu nome Formoso surgiu com os mistérios ali vistos pelos moradores dos arredores da Ilha do Formoso. Alguns moradores, como seu Zequinha, em conversas paralelas, ele me afirma que existiam aldeias e muitos negros que povoavam aquela margem do lago. Naquele tempo, nenhum sujeito que não era morador chegava perto do lago, e quem comandavam eram os próprios moradores que viviam naquelas localidades. Quem colocou o nome Formoso, ninguém sabe. Apenas sabem que era formoso, o povo chamavam formoso.

O nome se concretizou mais ainda, porque existe uma Ilha grande que rodopia o lago do Formoso. Sua função é misteriosa, ela visita todos os portos ao seu redor. Com o

tempo, ela se move para o meio do lago. Em outro tempo, está atracada nos portos. Muitos moradores dizem que existe um mistério dentro desta Ilha. Outros falam que é devido à correnteza do lago ser muito forte. Mas, para Maria Nice, não existe apenas esta ilha-mãe. Mas existem outras ilhas menores que, em determinada época, se unem à Ilha Mãe. Por outro lado, tem período que só as pequenas ilhas se movem, enquanto a Ilha Flutuante maior está ancorada em algum porto ou mata fechada que não dá como identificar a mesma. As ilhas menores são fáceis de identificar.

Segundo Seu Fabrício, são dezoito ilhas ao redor deste lago do Formoso. O Formoso é justamente o lago que está localizado no Território do Formoso.

Para reafirmar esta terra e águas de mistério, o senhor Arnaldo defende seu lugar de vida e luta. Uma luta pela terra, pelos mistérios e pela floresta.

Então, eu sempre botei na minha cabeça que existe um mistério sim. Agora, com o tempo com a devastação, as coisas vão dificultando esses mistérios, vão desaparecendo. São visíveis também e eles não são de se habitar em coisa. Tem o lugar deles. Este lugar precisa ser preservado. Aqui é nossa ocupação. Formoso que as pessoas tomam competência, toma conhecimento do caso e vamos ver se dar pra recuperar alguma parte, mas pra que pudesse aumentar mais nossa reserva e despreocupar a gente aqui. A preocupação da gente que tem dinheiro lá na beira, não tá preocupado, ele está preocupado é em tocar fogo, fazer pasto, e preservar o que é dele. E nós que precisamos tirar um açai, um buriti e nós não temos - porque eles devastam e nós não temos força, não temos lei que possa proibir esta queima definitiva pra não ter mais. Não é só povo que resolve os problemas. Podemos resolver o problema do fogo, podemos plantar nossa roça que nós fizemos sem devastação, que água lá nós temos. Então, vamos plantar e não destruir, é isso que nós queremos aqui. (ANEXO N, 2013,p. 45/46).

Vejo o quanto nos reafirma nossa luta pela identidade quilombola através destes relatos. Não me vejo contar estas narrativas apenas por relatos, mas pelas imagens e sujeitos envolvidos na luta. Trazer, sobretudo, a contribuição da vivência e da intelectualidade local que representa força maior, e os quais lutam por políticas públicas. Nessa ocupação, não existem apenas carne humana, mas existem também os produtos da floresta: buriti, juçara, bacaba, palmeirais, babaçuais, manguezais, bananais e outras espécies como: pássaros, animais silvestres: onça, paca, viado, maracajá, cobras, jacaré, tatu. Desta Ilha, os moradores quilombolas passam a nos contar no trecho abaixo:

Arnaldo - Exatamente! Período do inverno, porque quando a água dá até lá, dá pra navegar. Aonde chega no começo de maio, na baixada, ela volta pra um determinado lugar, fica paradinha e só no outro ano. É importante pra você vê como ela é uma coisa de mistério. Eu acho que sim, porque bem aqui é um porto e esse porto ele é terraço. Como aqui, não atola, só areinha, e ela chega e tem possibilidade de tampar o porto. Mas ela não tampa. Ela fica do lado, você pode entrar e ver tudo bem. Toda vez que ela sai e anda por andar, anda por determinado lugar, mas ela não

tampa esse porto, isso é coisa importante. A gente vai pensar na mente da gente que é um mistério de Deus. Ela encostava, tampava aonde fosse. Ela não ia a qualquer lugar, onde ela encostava ela ficava, mas ela tem o lugar dela. Em todos esses portos ela anda, encosta. Antigamente tinha pessoas que moravam lá, tinha comércio e se enraivava porque ela tampava o porto e só sai quando queria. Então, ficavam bravos porque ela tava lá, não saía e tal, mas ela queria. Ela saía deixava o porto livre para passar. Tem coisas importantes que nós achamos lá e não fui nascido lá, mas cheguei lá menino e me criei lá. (ANEXO N, 2013, p. 43/44).

Os problemas como criação de búfalos destruindo os campos, desmatamento da floresta e cerca elétrica precisam ser resolvidos, antes que esses moradores desapareçam do local. Sem terra, as comunidades quilombolas não constroem sua vida e seu plantio, o que torna seu alimento de subsistência. O que também pode ser reafirmado segundo trecho abaixo:

A violência classificada como de base ambiental está diretamente relacionada às devastações empreendidas por fazendeiros, criadores de búfalos, que desmatam as áreas para plantio do capim. Eles impedem as *quebradeiras de coco* de adentrar nas áreas para coletar o coco e, recentemente, estavam utilizando a cerca elétrica em suas fazendas. (MARTINS *et al.* 2015, p. 160).

4. 1. 3 - Os invisíveis

Quando me refiro dos invisíveis narrados pelos quilombolas do Território do Formoso, estou situando a proteção, a divindade e a aceitação desses sujeitos. Esses sujeitos invisíveis estão diretamente ligados às matas, às terras, ao ar, e às águas.

Em cada engenho, segundo os informantes, existem de fato um ou mais invisíveis; no engenho São Luís e na ilha do Formoso, segundo moradores da localidade, os invisíveis moram lá. Há invisíveis “bonzinhos” e Invisíveis maus. No poço do engenho do Formoso, existe o invisível. Para seu Fabrício, ele acredita que seja um antigo dono do engenho, sua alma de maldade ainda peregrina dentro do Poço. Para acompanhar estes relatos, trago as conversas do seu Roque Soares, Arnaldo e a esposa de Roque para falar sobre o assunto.

Arnaldo - Esses mistérios são coisas invisíveis, coisas de outro mundo, coisas que ficaram do outro mundo, eles é que dominam essa ilha, navegam nessa ilha. Os mistérios que a gente fala são assim.

Uma das pesquisadoras? Tem algum invisível que guia essa ilha?

Arnaldo - Que guia essa ilha, com certeza!

Roque - Dizem que tinham um senhor Manoel Homão, que era Manoel Homão. Fundo, num tal de come no fundo. Fala muito nesse come no fundo, no dia que ele queria. Que lá é assim: no dia que ele batesse todo mundo apanha. Tem dia que o caboclo soa o dia todo e não apanhava uma piaba pra comer. Lá tem um mistério,

um mistério mesmo, só deus. Esposa do seu Roque, Margarida - Vi dizer que ele era chamado cara de pinto... (ANEXO N, 2013, p. 45).

Percebendo pelo relato o que foi reafirmado posteriormente pelo seu Roque Soares, que este invisível era um homem que morreu há muito anos e fica povoando nesta Ilha. Este era muito mal. Tinha dia que ninguém pegava nenhum pescado por conta de sua maldade. Para seu Arnaldo, muito desses invisíveis não existem mais. Com as queimadas, devastação florestal e a poluição, eles vão sumindo, desaparecendo. Os invisíveis vivem abaixo das águas, das terras, do ar e das florestas. Para darmos firmeza sobre esses saberes, Maria Nice, nos diz o seguinte sobre terra e água.

[...] Olha, na terra, têm várias coisas, primeiro tem as pedras brilhantes, tem o brilhante verde, tem o brilhante azul, o brilhante preto. Pra quem vê em algum lugar alguma coisa, você vê aquelas pedras, aquilo é uma coisa rica, aquilo é abaixo da água, já entendeu? Pra quem tem experiência, querer acabar com isso aí? É riqueza! Se tem a terra, tem a pedra, tem essa riqueza que eles querem também tirar, se aproveitar, porque eles já encontravam ali. Tem o ouro verde, tem outro preto. Isso aqui é no fundo, abaixo. (In: VALLE *et al.* 2016, p. 75).

Na fala do seu Arnaldo existe a curupira: “elas ficam mais é dentro do mato, a gente não vê, mas quem tem a carne aberta, e quem é curador, olham. A gente aqui sabe de tanta coisa, eu contando pra você, você não acredita”. Principalmente na Ilha do Formoso, “esta ilha é uma encantaria”. Assim, seu Roque nos conta que eles são representados por animais como cavalo, porco espinho, ou por pessoas mais velhas falecidas.

Arnaldo: Porque lá sempre fala de um mistério. Me falam de história muito antes que não conheço. História que passou, que eu não conheço, mas essa parte eu vi, eu conheço também. Gente, pessoa ligada a ele fala pra gente quanto essa pessoa faleceu essa outra pessoa não morava perto, essa pessoa era chamada de Pedro Pinheiro. Ele tinha um comércio lá, nessa Tororama aqui. Então ele queria botar um babaçu e nessa época ela encostou lá. Ele se indignou de raiva, porque queria botar o babaçu daqui pra Penalva, que ele ia fazer um mal com ela, que ela ia ver. Ele pega uma corda muito grande grossa, amarrou no butizeiro. Ela no outro butizeiro, no seco. Se ela sai o butizeiro quebra. Se ela não tiver força pra sair ela não vai sair mais. Ele fez a varadinha que assim mesmo começou a carregar babaçu na cabeça e botou lá na beira do lago, porque tinha que passar por dentro dessa ilha. Foi, botou o babaçu pra lá e quanto chegou, faleceu. Adoeceu. Adoeceu. Aí, as pessoas ligadas a ele se lembraram: - ah, isto é a ilha que ele afogou. Foram lá cortar a corda. Não teve mais jeito. Ele faleceu. Isso foi coisa acontecida, coisa do tempo da minha história. Roque - Coisa séria. (ANEXO N, 2013, p.44/45).

O conhecimento local se abrange quando torna aprendizagem para os próprios filhos de quilombolas, quebradeira de coco e agricultor. O que nos afirma Maria Nice no seu livro: *Nice guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta*:

Conhecimentos nós temos, estamos lutando com as aprendizagens nas universidades estadual, federal: todos nós que não conseguiu, mas nossos filho estão chegando lá. Entao é isso, os impactos são esses. E quando eu falo em mistério são os lagos ricos em peixes que vem da natureza, pra nós que somos religiosos, disse que é criado por Deus. Quando se fala de em mistério, tem o babaçu, é uma riqueza que você tira pra sua sobrevivência sem comprar de ninguém. Cada vez que se tira, mais tem. Quando se fala também da floresta, é que todos nós só vive se tiver floresta. Se não tiver floresta, não tem água, e se não tiver água, ninguém vive, se não tiver água, não vai ter vivente. (VALLE *et al.* 2016, p. 62).

Pela sua reflexão, os mistérios não estão inseridos apenas nos contextos dos encantados, dos invisíveis, mas toda uma bagagem de conhecimentos produzidos, organizados e estabelecidos dentro do Território do Formoso. A passagem de encantados de curador para seu servente não é muito comum presenciar. Neste ano de 2016, haverá a passagem de encanto de avô para neto. Será a entrega do terreiro de cura e o encantado do curador Zé Maia ao seu neto de 13 anos. Não sabemos a data exata, mas que acontecerá neste ano.

4. 2 - Trabalhos do dia a dia: os tipos de roça no Território do Formoso

Para iniciar esta forma de trabalho, o seu “Cabeça”⁴³ escreve no livro *Resistência e Fé: narrativas de um quilombola*, organizado por Dorival Santos em 2015, mestre em Cartografia Social e Política, e também conterrâneo de Cabeça. Dorival nos dispõe de uma frase que representa esta reflexão, nesta passagem que “para produzir não precisa ser escravo⁴⁴”. O que o autor quis dizer com estas palavras, que o negro só cultivava/produzia porque eram escravos. E, ele responde que mesmo depois que da família “Viveiros” saíram de suas fazendas, o negro continua plantando e coletando, aliás, é mais que isso, além de plantar seu milho, seu arroz, sua mandioca, ele produz conhecimento e livros com saberes locais. E as variadas formas de fazer roça também é uma forma de saber que a comunidade aprende todos os dias.

Foram identificadas três tipos de roça: **a roça coivara ou roça de toco, a roça com cerca ou de verão e roça de quintal.**

Todas elas, observei em algum momento seu processamento. E como esse produto é feito para chegar à mesa do consumidor ou do próprio sustento das famílias das comunidades do Território do Formoso.

⁴³Ednaldo Padilha, quilombola e militante na luta, morador da comunidade quilombola de Camaputia, do município de Cajarí, Maranhão.

⁴⁴SANTOS, Dorival dos. Ednaldo Padilha, *Resistência e Fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola*. Rio de Janeiro: Casa 8/ PPGCSPA-UEMA, 2015, p. 18.

Quando estive no final do mês de março, pude observar os plantios e tirada do milho verde para fazer pamonha, já iniciava a semana santa, onde as famílias se reúnem na preparação da comida. Nestas comunidades, ainda encontrei as trocas de pratos com comida entre parentes ou vizinhos. Esta é uma tradição que ainda vemos em algumas comunidades. A troca da comida significa união entre as pessoas, no período de semana santa.

Para as comunidades do Território do Formoso, essa união seja bem vinda na hora da luta, hora das conquistas. E as práticas dos roçados prevalecem a união e o companheirismo entre os quilombolas.

Assim, me deparo com os conhecimentos dos plantios nas roças.

4. 2.1 - Roça coivara ou Roça de toco: processamento do roçado

Para iniciar um novo plantio de uma roça coivara, são realizados seguintes procedimentos. O primeiro passo é dado pelo dono da roça, onde ele convida de dez a quinze homens nos períodos de outubro a novembro para a preparação da terra na feitura da roça. São exatamente de três a cinco dias coivando os tocos e capinando as pequenas plantações de daninhas até que os matos fiquem debaixo da terra. Os horários de trabalho são consolidados. Pela manhã é de 06 horas às 12:00 horas. Já, pela tarde, são das 14 horas às 17 horas. No período do roçamento não permanece a vigilância da área, apenas depois do plantio. Mas isso depende também do local da roça.

Nas rotinas de trabalho, são utilizados patachos para capinar os capins, o machado para roçar os tocos maiores, a foice utilizada mais para derrubar paus mais finos, a enxada que tanto serve pra capinar quanto para fazer as covas e cobrir as covas de milho, arroz, feijão. Existe também a cavadeira que serve para abrir as covas e abrir buracos para fincar as estacas para o cercamento das roças.

Só ressaltando que não é qualquer machado para roçar, existe um modelo específico, estes são mais compridos com a boca mais larga. É diferente do machado da quebra do coco babaçu que tens variados modelos, seja achatado, comprido, pequeno ou grande, mas só os agricultores e quebradeiras para diferenciar suas utilidades.

Quando é apenas o roçamento, as esposas e filhos não estão presentes, vão aparecer apenas no processo de plantação das sementes e caroços de milho, arroz, feijão e demais produtos, a batata doce, a vinagreira, maxixe, quiabo, abobora, ou são vistos na hora de retirar os plantios. Esse tipo de roça dificilmente é cercado, pois são pequenas linhas de cultivo. Segundo seu Zequinha é um tipo roça que dá muito trabalho, “hoje tem muitos que

não querem fazer esse tipo de roça, dá muito trabalho, mas essa é a maneira mais correta. A gente aqui faz vários tipos de roça”.

Numa visita à roça de Zequinha, percebo que todo o mato, folhas e resto de tocos do roçado são deixados para virar adubos às plantações. Algumas árvores grossas não são devastadas, são usadas como sombra para os trabalhadores fazerem suas refeições, ou serve para descanso. Observei também a não construção do rancho, pois suas plantações ficam próximas a suas residências e dá para vigiar todos os dias.

Depois destes plantios, a terra permanece em repouso no máximo três meses. Essa também é uma forma de compor seu sustento dos quilombolas, um meio alimentar da vida local, mas que, em certo período, abrange o pequeno mercado da cidade de Penalva e demais regiões da Baixada ocidental⁴⁵. Para o informante, Arnaldo Meireles.

Arnaldo - Vim daqui da Ricoa – Viana. Daqui minha família se mudou pra cá, aqui eu me criei. [...]. Nós somos da roça. Lá tem tudo de mato. A gente faz nossas roça e nunca intervi. Nós preservamos e só estragávamos com nossa roça, então, não existia fazendeiro lá. Então, depois que foi chegando essas habitações e esse pessoal aí foram devastando. E hoje está no que tá: nós com 70% da área terrível. (ANEXO N, 2013,p. 44).

Há também a roça feita pra vender. Ou seja, existe agricultor apenas para plantar a roça e depois dela pronta, ele vende em torno de trezentos reais a mais, dependendo da linha botada por roça. Para Maria Nice que já fez esse compromisso com seu irmão Antônio de Apolônio, agricultor, que colocou duas linhas de plantação de mandioca, a mesma comprou uma linha de trezentos reais. São mais ou menos quinze “paneiros” de farinha. A compra só é feita quando estiver no preparo da colheita. São poucos agricultores que fazem essa técnica de plantar e vender suas roças.

4. 2. 2 - O que se planta na roça

Depois do roçado, começam as plantações. É reunida toda a família durante dias para plantação. Primeiro, são feitas as covas, depois são jogadas dentro da cova as sementes de feijão, milho, o arroz, mandioca e sementes de abobora.

⁴⁵São totalizados 21 municípios, são estes: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.

Cada produto fica separado por linha, ou seja, não são misturados na hora das plantações. Existe uma divisão de plantios, quem será plantado primeiro, quem serão colhidos primeiro ou por último. São divididos por etapas.

Existem plantações que precisam mais do sol e menos chuva, e outras mais da sombra e bastante chuva. Por exemplo, mandioca precisa mais de sombra e chuva, assim torna mais grossa, acessível pra arrancar e mais qualidade na produção da farinha; já o milho em qualquer época ele nasce, com o sol torna mais rápido para o consumo. Já as outras plantações necessitam mais da chuva.

Sobre os dias e horários das plantações, pergunto ao Seu Carlos, se existe diferença de tempo, o verão ou inverno para plantar? Ele relatou que melhor é pela manhã, mas se acaso não termina o serviço, eles continuam pela tarde. São cerca de quatro dias, havendo uma roça de seis linhas. Qualquer dia é dia de plantação. “Já as plantações que são de chuva são mais fáceis de nascer primeiro, mas depende também do tempo da lua. A lua, às vezes, interfere, e dá mal nas plantações, dá bicho no quiabo, no milho. Mas, esse ano foi roça boa. Daqui a pouco vou tirar o milho”. (ANEXO L, 2016, p.37).

No período de chuva, segundo seu Arnaldo a colheita é boa. “A colheita é boa. O milho e o arroz precisam muito de chuva se não eles morrem, agora a mandioca se torna mais forte no sol. A mandioca também é plantada no período chuvoso.”(ANEXO L, 2016, p. 37). Os alimentos que são plantados primeiro são aqueles que necessitam de chuva, nem sempre os que são plantados primeiros, serão colhidos primeiro. O exemplo, a mandioca que é plantada primeira, mas é a última a ser colhida, existe também uma durabilidade para seu crescimento.

De início, as plantações começam pelo arroz e a mandioca, posteriormente o milho e o feijão. Depois é plantado o maxixe, o quiabo, a abóbora, a melancia e vinagreira. Ou podem ser semeados no meio das plantações, dificilmente afeta os outros cultivos. Os plantios são divididos por grupos: duas pessoas vão cavando as covas, cinco vão plantando e três vão cobrindo as covas. Da mesma forma, as plantações são divididas por linha, por exemplo, ao meio se planta arroz, ao fundo da roça se planta feijão, aos lados, planta-se milho e mandioca. É, de certo, um aprendizado conhecido por poucos.

Os intelectuais locais conseguem aplicar uma regra de trabalho que se fundam também uma rede de relações familiares. Pude perceber que as maiorias dos trabalhos estão engajadas num laço familiar, esposo, esposa, filho, tio, compadre e vizinhos considerados parentes distantes.

Essa plantação de roça orgânica é pouco que fazem na comunidade do Olho D'água, já na comunidade quilombola Lagoa Mirim é mais comum perceber. A diferença é também da roça cercada com arame e talo, segundo seu Roque Soares que a cerca com talo é utilizada quando existe criação de suínos, para que não traga prejuízos. Já a de arame, quando não existe por perto criação destes suínos. Este caso é visto muito na roça de quintal, no qual abordarei com consistência a seguir.

4. 2. 3 - A colheita da roça

As colheitas destes produtos se iniciam no mês de março. O milho, por exemplo, começa a ser colhido na segunda semana de março, o maxixe, quiabo e a melancia, quando há plantação.

Na roça do seu Carlos Pereira Coelho, por exemplo, a colheita é coletiva, pois suas plantações são de três donos, todos da mesma família (pai, filho e sobrinho).

Na realização da colheita, como eu tinha visto que o milho pode ser colhido por parcelas, mas o arroz e a mandioca precisam ser arrancados em torno de uma linha, ou seja, o suficiente para fazer a farinha, cerca de quarenta alqueiro, quando a terra é eficiente (fofa) para plantação. São mais ou menos mil e duzentos quilos de arroz. Um paneiro de arroz é trinta quilos. Quando é plantado consorciado com o arroz, milho ou mandioca são cerca de vinte alqueires, em torno de seiscentos quilos. Já em lugares altos e de pedra são cerca de dez alqueires de arroz, já farinha de trinta quilos. A mandioca plantada unitariamente dá quarenta alqueires de farinha.

Para melhor compreensão, seu Carlito nos diz no seguinte sobre essa atuação.

Geovania - Como é feita a roça seu Carlito?

Carlito – Primeiro queima o terreno e limpa a queimada. Depois que começa plantar. São de 3 a 5 dias coivando os tocos no horário das 08h às 12h e de 14h às 17h, mas é melhor pela manhã, o chão está mais frio. Esse preparo começa em outubro, novembro. Já em dezembro começa a plantação. No período de roçamento, a gente - alguns homens - faz um mutirão pra ser mais rápida a limpeza do terreno.

Geovania - É pago pra eles ajudarem vocês?

Carlito - Às vezes. Não porque a gente dá milho, até um alqueiro de farinha pra eles.

Geovania - Esse alqueiro, são quantos quilos?

Arnaldo - É trinta quilo.

Geovania - Por que coivara?

Carlito - São ciscos que não queimam São os restantes de cisco arrumado.

Geovania – Ah tá.

Geovania - O que se planta na roça de toco?

Carlito - Arroz, feijão, milho, mandioca, jerimum ou abobara, batata doce, maxixe, quiabo, melancia e vinagreira. A gente planta tudo.

(ANEXO L, 2016, p. 35).

Durante nossas conversas no quintal do seu Roque sobre os instrumentos utilizados na feitura da roça, os entrevistados me falaram que se não houver esses instrumentos não têm como realizar os primeiros procedimentos de uma roça. Haja vista que esses materiais são comprados em mercados do município de Penalva, e até mesmo no município de Viana. Os únicos materiais fabricados são os cabos das enxadas, dos machados e foices. Madeira é tirada do próprio lugar onde vivem. Para isso, abaixo, seu Carlito nos cita os seguintes materiais para feitura da roça.

Geovania - Quais materiais são utilizados na roça?

Carlito - A gente usa patacho para capinar; o machado para roçar os tocos maiores; a foice para derrubar paus mais finos; a enxada que serve pra capinar, serve para fazer as covas, cobrir as covas de milho, arroz, feijão; a cavadeira para abrir as covas e abrir buracos para fazer o cercamento da área. (ANEXO L, 2016, p. 35).

Nesse percurso para conhecer as roças do seu Carlito e seu Arnaldo, eles foram contando a cronologia do tempo como era feito os afazeres da roça. Essa é uma contagem feita pelos próprios informantes das comunidades do Formoso. O calendário agrícola citado abaixo foi feito a partir de seus saberes e experiências. O mesmo me faz pensar a partir dos saberes dos agricultores do Médio Mearim, onde a pesquisadora Cynthia Carvalho Martins consolidou em sua pesquisa e que mais tarde concretizou no livro: *Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança*. Em pesquisa, ela tem abordado a partir de seus informantes a estrutura e as etapas para se fazer uma roça. Estruturas que foram levadas pelo tempo da chuva e da estiagem, e também pelos meses que antecedem cada etapa. Aqui disponho um dos trechos que representa muito bem as faces da roça.

Apesar dos informantes se orientarem pelo tempo das chuvas e da estiagem, as etapas são explicadas a partir de uma sequência de tarefas que se estruturam de forma que a próxima etapa só é realizada após o término da antecedente. A referência à categoria mês, útil para organizar a exposição do calendário não é recorrente na representação dos agentes sociais que classificam o tempo consoante às atividades – *tempo de broque, tempo de capina, tempo de colheita*. (MARTINS, 2012a, p. 138).

Observando sua pesquisa em relação à roça, e pensando sobre os procedimentos feitos no Território do Formoso, igual em alguns aspectos. Um deles é usado mais a roça queimada ou roça coivara. O outro são meses da colheita. No território do Formoso são utilizados diversos modos de plantio da roça já citado acima.

Na cronologia dos meses, por exemplo, de **dezembro** -Tira o milho; Produção da farinha; tirada da batata doce e abobora; **março, Abril e maio** - Corte de Arroz, melancia, milho,a colheita do maxixe, quiabo e milho verde; **junho** - Final do corte do arroz; limpamento da mandioca e **junho, julho e setembro** - melancia e milho.

Para tal compreensão apresento um quadro demonstrativo resumido à síntese da roça, dando suas características organizativas a partir da fala dos agricultores, seu Zequinha, Fabrício Nabate, Antônio de Cotinha, Mauro Leite e Maria Nice.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO DO FORMOSO

Di as	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubr o	Novem bro	Dezembro
1 a 31	Plantações de arroz, milho, quiabo, maxixe, abobara,batata doce, melão, mandioca e macaxeira, melancia.	Plantações de arroz, milho, quiabo, maxixe, abobara, batata doce, melão, mandioca e macaxeira.	Colheita do maxixe, quiabo e milho verde.	Corte de Arroz. Melancia		Final do corte de Arroz; Limpamento da mandioca	Limpamento da mandioca; Plantações de melancia, feijão;	. A roça de verão;	Colheita da melancia e Feijão.	Preparação do chão para feitura da roça	Preparação do chão para feitura da roça	Colheita do milho; Produção da farinha; tirada da batata doce e abobora; limpeza e cercado da roça;

4. 2. 4 - Roça com cerca ou de verão

Esse tipo de roça é a mais utilizada, devido à facilidade que leva para concluir o roçado queimado. Esta roça tem uma extensão de linha maior com relação às outras, mas, em compensação, o solo tem sua durabilidade comprometida. . “Esse solo precisa ter passado por um período de *pousio* de aproximadamente cinco anos, necessário para a regeneração de suas propriedades”. (MARTINS, 2012a, p. 140). É o que nos afirma também os quilombolas do Formoso, com o ateadado do fogo são mais ou menos de quatro a cinco anos para que a terra retorne e volte ao bom uso para plantios.

Segundo seu Antônio de Cotinha, são cerca de um dia para a queimação do roçado, “ali escolhido pela gente”. Passam mais de três dias de repouso para que façam a limpeza dos pequenos tocos arrancados com uma foice e restos da queimada da pré-roça.

Depois deste processo, seu Antônio de Cotinha começam a cercar toda a roça com os talos das palmeiras brava queimada. Os talos são entrançados uns aos outros até chegar numa altura de um metro e meio ou mais. A segunda opção torna-se a compra do arame farpado.

Isso também não quer dizer que toda roça cercada é queimada. Foi uma dúvida em que seu Antônio de Cotinha e seu Fabrício me informaram.

[...] depende também do cara cercar ou não a roça. Agora que é perigoso deixar a roça aberta. É porque pode vir um porco, um boi e comer tudo o que se plantou. A gente sabe que quando a gente planta já é com medo de acontecer alguma coisa. Eu mesmo, no ano passado botei uma roça que deu tanta lagarta que acabou com o milho. Esse ano graças as Deus está dando tudo certo. (ANEXO R, 2016, p. 53/54).

As roças desse tipo ficam longe de moradias, mas, para isso, são feitos ranchos para agregação dos trabalhadores. De todo modo, os ranchos servem como moradia, onde o dono do cultivo permanece até os últimos cultivos ficar bom para a venda ou alimentação do dia do dia.

4. 2. 5 - Roça de quintal

Roça de quintal é um tipo de roça que não se queimada. É feita mais no período do verão. Esse tipo de roça é parecida com a orgânica, a única diferença que é feita nos fundos dos quintais. Com os restos das folhas caídas no quintal serve para adubar o chão onde serão plantados os produtos.

Posterior ao cercamento e o roçamento sem qualquer queimada, são esperada mais ou menos um dia pra poder realizar a plantações. Este preparo de roça (orgânica) é de quatro a cinco anos de repouso, mas pode plantar quanto vezes quiser após o repouso. A roça de quintal são plantadas em pequenas quantidades, apenas para manter o sustento das famílias. Geralmente são plantados o arroz, feijão, milho, mandioca, cheiro verde e cebola verde e limão. O período de plantar e colher seguem os mesmos períodos das outras roças citadas acima.

Nas minhas observações, percebi que este tipo de roça pode ser feita por apenas um individuo. É o que acontece com o morador seu Zequinha, onde muitas das vezes fez uma roça individualmente, sem pagar dias ou ajuda de terceiros. Quase todos os moradores das comunidades pesquisadas já fizeram ou fazem continuamente roças em seus quintais.

4. 3 - Pescaria

A ação da pescaria no Território do Formoso é uma prática comum na região. Nas conversas com pescadores da região, percebi que alguns tinham técnicas de pescaria. São poucos os profissionais em pesca. Cerca de 50% das comunidades pescam apenas para a comilança do dia a dia.

Existem três diferentes tipos de pescadores: aqueles pescadores que vão pescar apenas o peixe para o almoço e o jantar. O outro é o pequeno pescador. São pescadores que pescam pra vender nas comunidades vizinhas. Estes também vendem na feira da cidade de Penalva. E outro é o pescador profissional – estes vendem pra fora do município, e em feiras de outras cidades.

Os pescadores profissionais passam dois dias direto no campo, e só voltam quando o total de quilos de pescados chegou à meta encomendada. Eles pescam nos lagos do Formoso, Igarapé Grande e Ponta Grande. São fortes correntezas que deságuam nas comunidades de Lagoa Mirim e Olho D'água. A pesca, ainda é um elemento fundamental na vida dos familiares do Território do Formoso.

No Território do Formoso, os moradores utilizam diversas armadilhas para pescar. Nas conversas aleatórias com Roque e Arnaldo, me falaram que há varias maneira de pescar: Socó, anzóis, redes de pescarias, tarrafas e cofo. Todos esses tipos de instrumentos são utilizados pelos quilombolas das comunidades de Lagoa Mirim e Olho D'água.

Na região, o peixe mais comum de se pescar com o socó é o muçum, traíra e jej. São pegos outros tipos de peixes, mas são raros. Mesmo porque com o socó se pesca mais no campo raso, na beira do campo.

FIGURA 21 - Soco do senhor Arnaldo Meireles.



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

O Socó é feito de talas de ripa bem pontiaguda e embira⁴⁶ de nó. É tirada da floresta quantidade suficiente desses nós⁴⁷ para produzir os socos.

Já as redes de pesca são compradas linhas de nylon 4 polido fino e agulhas de tecer redes ou tarrafas. Alguns pescadores costumam fazer e costurar suas próprias redes e tarrafas. Para ter redes e tarrafas são gastos dias e noites para concluir. As redes são mais fácies de tecer. Já as tarrafas precisam de meses para ser feita.

Os pescadores realizam seus ranchos às margens, ou à beira dos portos da Ilha do Formoso. Os portos mais concentrados de pescadores são de Catitu, Mormorana e Tororama.

Recentemente, nos dias 03 e 04 de abril do presente ano, a autora e sua orientadora neste trabalho, Professora Camila do Valle, a moradora Maria Nice e a pesquisadora e astrofísica Professora Patrícia Spinelli estivemos no Porto Tororama para realizar algumas entrevistas com pescadores da região para saber essa proximidade das muitas práticas tradicionais locais da pesca com relação ao céu, inclusive a pesca. E realizamos algumas perguntas a este respeito.

Para chegar até a região, precisamos da cooperação de João Carlos, Alberto, Zacarias Filho e Joelson para nos acompanhar no trajeto da pesquisa. Além de observar os caminhos estreitos, alagados, com lama, campos naturais, floresta nativa, babaçu, áreas desmatadas, áreas de fazendas e ladeiras, conversamos com o pescador Domingos que relatou e mostrou seus instrumentos de pesca (a rede, a canoa que serve tanto para pescar quanto para travessia das pessoas para outro porto de Catitu). Mais adiante, nos conta que o lago é cheio de coisas e mistérios. Um dos artefatos que ele já encontrou refere-se a este abaixo, que veio junto com a rede de pesca quando pescava. Joelson, filho de Dona Maria Domingas, da comunidade quilombola do Igarapé Grande, também nos falava que é comum as pessoas encontrarem objetos “estranhos dentro do lago”.

⁴⁶São justamente fios ou cordas para amarrar algo.

⁴⁷Nós é uma planta nativa que pode ser encontrada facilmente no Território do Formoso.

FIGURA 22 - Artefato encontrado na Ilha do Formoso pelo pescador seu Domingos.



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

Este artefato parece ser uma cunha de cerâmica. Para seu Domingos, esse objeto foi feito pelos índios que habitaram aquele lugar nos tempos passados. O objeto é segurado pela Professora Pesquisadora, Camila do Valle.

Lá, segundo Joelson, filho de Dona Maria Domingas, que naquela Ilha do Formoso alguns moradores já encontraram objetos, eles acham que eram produzidos por Indígenas e Negros. Alguns artefatos são imagens de santos. Ele informa também que na comunidade do Igarapé Grande tem uma mulher que já encontrou três imagens de santos que estão guardadas em sua residência.

Para seu Zequinha, esta Ilha do Formoso representa uma proteção. Ela tem suas vantagens, mas muitos fazendeiros, madeireiros e até mesmo moradores não respeitam o lugar dela. Em trecho pequeno, ele diz sua reivindicação em proteção a Ilha.

O grande problema, como já falei, é que os fazendeiros e os madeireiros estão acabando com as belezas naturais. Tem muitas coisas boas nessa ilha. Temos o peixe que é retirado da Ilha do Formoso para ser vendido em Zé Doca, Penalva e outros lugares perto daqui; temos animais dentro desta ilha; temos frutas, só que os fazendeiros querem acabar com tudo.

Por isso os moradores fazem de tudo para que não ocorra mais destruição por parte de fazendeiros e até mesmo pessoas adjacentes que querem devastar. (ANEXO I, 2015, p.28).

A pesca também é ritual que revela mistérios. Mistérios contados apenas para quem vive e convive nos lagos da pescaria. O importante desta pesquisa também é que às vezes os próprios pescadores são os próprios patrões de bumba meu boi, brincantes de bumba meu boi, bambaê, tambor de crioula e demais práticas culturais envolvidas nas comunidades quilombolas de Lagoa Mirim e Olho D água. Que produzem suas próprias fantasias para os festejos e festividades. São também aqueles que fazem suas roças anuais.

Estes saberes não agregam apenas uma face, mas diversas faces incorporadas de aprendizagens e transportadas para gerações posteriores.

O cofo é um elemento comum no Território do Formoso. Aqui, percebi as variadas funções que ele exerce dentro de uma comunidade quilombola. Talvez, não só no território do Formoso, mas nos quatro territórios quilombolas de Penalva, há essa multiplicidade de utilidade com o cofo.

Um instrumento usado atualmente para carregar as redes de pesca, mas também já houve período que serviu para carregar os pescados antes de existirem as caixas de isopor. Os pescadores eram colocados dentro e depois posto o sal pra dar durabilidade no pescado. Que antes de fato não existia eletrodomésticos para criar gelos como hoje. O cofo têm outras funções como transportar o babaçu, pra colocar o carvão depois de pronto e a retirada do plantio da roça.

FIGURA 23 - Cofos feitos por seu Arnaldo Meireles, morador de Lagoa Mirim.



Foto: Geovania Machado, 2015.

Este, por exemplo, é usado para colocar a mandioca mole já no ponto para ser descascada. Para este tipo de atividade, eles precisam ser bem grandes e largos. Quanto maior, melhor para comportar a mandioca. E os menores, identificados ao lado dos grandes, são utilizados para pesca, assim nos afirma seu Arnaldo, dono dos cofos. Na região do território do Formoso, tanto os homens, as mulheres e as crianças têm suas criatividade de produzir o cofo. O mesmo é feito com palha de palmeira nova verde. Sua produção é feita ainda verde, mas com o tempo ele fica amarelo.

Com a produção da caixa do isopor e os eletrodomésticos para produzir os gelos, os pescadores profissionais deixaram de usar esse tipo de utensílios. Já os moradores das comunidades de Lagoa Mirim e Olho D'água ainda utilizam tanta pra pescar quanto para outros tipos de tarefas.

Na farinha, é comum o uso do cofo. Para Zequinha, Pereira e Raimundinho, quilombolas da comunidade do Olho D'água, a farinhada acontece no período do fim de ano, quando a mandioca está no tempo de fazer a farinha. Um grupo de pessoas da comunidade ou até mesmo familiares se juntam para realizar essa tarefa. E, quando completar um período de um ano ou onze meses começa o preparado da farinhada. No “poção”⁴⁸ ou dentro de uma geladeira antiga, sem uso. O poção fica um pouco distante da casa de forno. A mandioca passa de dois ou três dias de molho. Nesses dias, é trocada a água e depois de trocada, tira a mandioca da água, deixa escorrer e, posterior, descasca para que não fique resto de casca. Depois de descascado é espremido no tipiti e passado numa peneira fina. Logo após, fica a massa dentro do cocho para depois colocar no forno, e, em seguida, mexer com o rodo de ferro ou madeira. Assim, vai se concretizando a farinha.

Enquanto vão realizando todo o processo da farinhada, as pessoas retiram a farinha já escaldada para comer com peixe assado. Outros ficam no “grode” de cachaça. Esse tipo de atividade é o dia todo. São mexidas cercas de 20 paneiros de farinha ou mais por dia.

No total de pessoas, somam mais de 30 realizando as tarefas. Cada pessoa realiza uma função ou fica reservada uma ou outra atividade. As mulheres ficam mais na raspagem da mandioca e no peneiramento. Já os homens ficam no amassar da massa no tipiti e no meximento da farinha no forno. Outros ficam responsáveis pela preparação da alimentação. Segue abaixo o relato do senhor Pereira sobre estes saberes.

⁴⁸ Segundo Nice, é uma Lagoa pequena que vem da natureza. Porção é uma lagoa pequena coberta de mato, que às vezes tem até peixe.

Pereira - É conhecimento que a gente tenta passar pra essa gente nova. Aqui é muito bom. A gente se junta, traz um peixe, o outro a pimenta, o limão. Ah! É muito bom minha filha. A farinha quando está escaldada é muito boa. Pau rola solto aqui, dali no peixe. É uma zoeira só.

Geovania - Vocês mexem quantos quilos de farinha?

Pereira - Ah! Se mexe muito, 20 paneiro, 30 paneiro. .(ANEXO E, 2015, p.18).

Toda a farinha mexida às vezes é só de um dono. Raras vezes são de vários donos. Como se fosse troca de dia. As pessoas vão ajudar porque já é de costume. O dono da farinha que realiza a festa da farinhada. Por exemplo: no fundo do quintal do seu Arnaldo fica sua casa de forno, e, na maioria das vezes, quando acontece a farinhada por lá, a farinha é toda dele, já que a mandioca foi tirada da sua roça. Mas a comida quem oferece nem sempre é o dono da farinhada. Já a bebida são os ajudantes e as pessoas que levam.

Quando a roça é feita em janeiro, a farinhada começa no mês de outubro a dezembro. Quando é roça de verão, a farinha é feita em período de março a maio. Na chegada do mês de junho, já está pronta para os festejos juninos. Como se percebe, as comilanças nas festas fazem partes de um calendário agrícola. O preparo da roça e das festas é realizado em suas proporções significativas. Os agricultores sabem exatamente o período que está bom pra fazer a farinha, no ponto de tirar o milho pra cozinha, fazer pamonha e fazer bolo. Sabem com quantos dias se retira arroz, a *baje* do feijão. Todo esse preparo é uma forma de saber fazer ensinado.

[...] na roça é ensinado o que é plantar e como fazê - lo, em que época, levando em consideração o clima local, a previsão do tempo, a fase da lua, a direção do vento etc. Na margem do córrego, de lagoas e rios, aprendem como se deve ter boa interação, respeitosa, com os donos dos seres que vivem nas águas (*ujara*), para liberar seus *rymba* (os seres de sua posse), para não espantar os peixes, podendo ser chamado nenhum ser vive nas águas antes de ir e durante a pescaria. (BENITES, 2012, p. 70).

Este saber aprofundado pelos quilombolas representa forte luta de viver e saber administrar seu lugar, sua terra e seu sustento. Sujeitos que estão alimentados de saber local, que conduzem todo um ritual de manejos nas roças, associam suas práticas culturais para que se mantenham forças máximas para viver como quilombolas. Este conhecer dos saberes entrelaçados pelos informantes, a escola local poderia incorporar.

4. 4 - Prática de ritual de Cura

Os rituais de cura são realizados anualmente por diversos donos de terreiros. Suas jornadas são realizadas a partir do momento em que o encantado solicita que faça seus rituais para representar suas oferendas. Nesta conversa, trago o trabalho realizado através do ritual de cura do senhor Zé Machado, que liberou seu terreiro para que eu pudesse filmar todos os seguimentos da cura.

Nos Terreiros de cura ou umbanda que entrei e assisti aos rituais, percebi a diferença a partir das vestes. Dos rituais que assisti, o único autorizado para filmar em detalhes foi o terreiro de cura do senhor Zé Machado. Sobre os outros, apenas citarei breves conversas.

Assim, o ritual começa com o preparo da comida. Para este dia, a comilança iniciou no período da tarde pela sua esposa Maria Antonia, sua filha Preta e a vizinha dona Marinalva Trindade. Na pequena casa feita no quintal realizaram-se os preparos da comida. No cardápio, foi incrementado assado de porco, carne de boi cozida, galinha caipira ao molho pardo, sarrabulho, peixe cozido e frito, dois caldeirões de arroz, feijão branco e farinha d'água ou farinha de mandioca. Depois do preparo, a comida começa a ser distribuída aos brincantes e convidados a partir das 17: 00 horas da tarde, antes de começar o ritual de cura. Segundo o dono da festa, assim, todos podem se alimentar e assistir a todo o ritual. Depois que começa o ritual, não se distribui mais a comida, só após o término da cura, pois o dono da festa não aceita.

FIGURA 24 - Dona Maria Antonia e dona Marinalva Trindade nos afazeres da comilança.



Foto: Geovania Machado. 2015.

Aqui nesta foto está a esposa do seu Zé Machado e sua vizinha que tratam os preparos da comida. Esta é uma casa feita no quintal justamente para abrigar esses momentos de festa. Dentro dela são feitos os fogões de barro, a carvão, para cozinhar os alimentos. Antes da iniciação da “brincadeira”, o terreiro de cura passa por uma limpeza e defumação com incenso no ambiente. O seu filho mais velho, Netinho, é o único que entra para fazer a “varrição” do seu terreiro e defumação. Após a limpeza, começa o ensaio dos tambores tocados pelo seu filho Netinho, os curadores Leleco, Severino e, no violão, fica seu filho mais novo, Dedeco. Durante os ensaios dos tambores, o senhor Zé Machado se prepara.

Antes de entrar no salão de cura, seu encantado já se manifestava no quartinho de segredo ou quartinho de consulta. Para entrar no terreiro, ele se alimenta apenas de mingau de milho, essa é a alimentação que seu encantado permite. O seu servente é seu filho, Netinho. O servente fica atento aos seus curadores. Ele está ali para guiar o curador ou doutor do mato antes, durante e após o momento do ritual. O seu papel está entrelaçado no cuidado com o brincante, com a alimentação e com as vestes.

Durante o momento do ritual, quando o encantado baixa no corpo do brincante, é capaz do mesmo cair até o chão. O servente deve estar atento para levantá-lo. Esse é o momento mais conduzido, onde o encantado começa a falar e descobrir coisas. Alguns choram, outros reclamam de alguma coisa errada e outros começam a soltar espuma pela boca. Os encantados começaram a se manifestar fortemente após a meia noite.

FIGURA 25 - Curadores no terreiro de cura de Zé Machado.



Foto: Geovania Machado Aires.

Esta foto mostra o momento em que os encantados começaram a encantar nos curadores presentes. Nesse momento, Zé Machado estava trocando de vestes.

FIGURA 26 - Zé Machado em seu Terreiro de cura.



Foto: Geovania Machado Aire. 2015.

Zé Machado retorna com a vestimenta pelas cores roxas, a cor do seu encantado. O rapaz de camisa preta e boné vermelho é seu servente, seu filho, Dedeco. No manifesto do encantado de Zé Machado, ele apenas começa a falar com os seus colegas dentro do terreiro, ou fala com alguém da plateia. Em alguns momentos, ele parou na minha frente enquanto gravava e dizia: você não, você não. Naquele momento, não me dava conta da responsabilidade do trabalho que estava fazendo ali. Depois da festa, ele pediu todas as minhas gravações, assim, autorizou que eu escrevesse sobre elas.

Outros brincantes pediram que eu apagasse, mas Zé Machado me falou que a responsabilidade da festa era dele. Depois os outros brincantes aceitaram. Seus convidados brincantes vinham de variadas comunidades locais e de outro município. Da lista dos convidados estavam os curadores: Zé Machado, dono da cura, Selma - Comunidade de Enseada grande, Severino - comunidade do Ouro, que hoje é assentamento, Silvina - Comunidade do Ouro, Leleco - Comunidade do Ludovico, Edividio – Município de Matinha, um grupo de mais de vinte curadores entre jovens e adultos da casa de umbanda de Penalva. Este grupo é uma associação de Umbanda do município de Penalva. E outros curadores que foram chegando de outras comunidades.

Outros convidados sem serem doutores do mato ou curadores vieram de diversas comunidades. Pela curiosidade de saber da existência de tanta gente ali presente. Perguntei para a maioria em quais comunidades residiam, os dados foram estes: comunidades do Ouro, Ludovico, Enseada grande, Saubeiro, Lagoa Mirim, Jacaré e alguns do município de Matinha. Durante o ritual, percebi também que algumas pessoas que se encontravam ali, acompanhavam os curadores de suas comunidades. Eles são parentes e vizinhos próximos dos curadores.

Vale salientar que, naquele momento, eu estava atuando de dois lados, uma como pesquisadora e outra estava ali como moradora, mas muitos presentes não me conheciam. O dono da festa me pediu que eu filmasse todo o ritual e entregasse a ele. Esta é uma lição de aprendizagem e saberes sobre o senhor Zé Machado que pretendo convocar essa troca de diálogos desses saberes às escolas Cosme Almur Dequeixes e na Tomaz de Aquino Souza. Para isso, fiquei atenta 24 horas. Alguns moradores que presenciavam a festa me perguntaram se eu era jornalista? “Você não dorme, né?” Fiquei sem ação, simplesmente respondi: “não, sou sobrinha dele”. Por instantes, esqueci meu ato de pesquisadora, acho que eu conhecia toda aquela gente. Antes, os moradores ficavam meio ressabiados com meu comportamento de pesquisadora. Agora, me convidam até para almoçar em suas residências.

Em outros rituais de cura na comunidade de Lagoa Mirim, percebo que procedem aos mesmos processos de cura. Sobre isso, durante todo esse contexto, o ritual começa às 19 horas com a entrada do dono da festa, e posterior, os restantes dos brincantes. Nos primeiros momentos entram todos os brincantes no salão com suas roupas e espadas coloridas⁴⁹, como se estivessem apresentando os brincantes à plateia.

Depois, se os brincantes casarem, eles não saíam todos de uma vez. Pelo que observei, sai de um a um, e aqueles que já descasaram retornam ao centro do salão. É assim a noite inteira, essa troca dos brincantes e trocas das vestes. O dono da festa só saiu do salão apenas para trocar as vestes. Ele permanece no ritual. O mesmo faz seus convidados, trocam de roupas. A diferença que eles descansam cerca de 5 minutos e seu Zé Machado só saiu depois que encerrou o ritual.

As vestes, segundo Zé Machado, quem decide são os encantos. No caso dele, é calça e jaqueta. Com respeito às cores das vestes, também quem decide pela cor é o encantado. As principais cores do seu encantado são roxas e amarelas. O seu corpo está

⁴⁹As espadas como se fosse um cachecol. Ali, carrega toda força do encanto. É com a espada é que eles colocam os versos para o encantado de frente aos tambores. Se a espada cair, o servente deve juntar imediatamente e dar ao mesmo. Além da espada, existe o penaço que serve para benzer antes ou após o ritual. No ritual do senhor Zé Machado, ele não utiliza penaço em seus rituais. Utiliza apenas para benzer fora do ritual.

curando, mas quem comanda é seu encantado. O momento que ele começa “*tuar*” é quando o encantado incorpora no seu corpo, assim começa assumir os versos colocados de frente para os tambores.

Nesse ritual, todos os brincantes têm que colocar versos ao dono da festa ou ele chama pelo encantado no momento do verso. Mas, no caso do Zé Machado, é mantido em segredo seu encantado. Algumas pessoas da família ou vizinhos próximos que sabem. Eu particularmente tentei descobrir perguntando pra ele quem era seu encantado, o mesmo não respondeu. Depois, em conversas com minha irmã Célia, ela me falou, mas aqui neste trabalho não posso divulgar sem permissão do mesmo. Existe um segredo entre ele e seu encantado que faz questão que passe de geração a geração e permaneça em segredo.

Existem, de fato, saberes que, divulgados, às vezes podem ser um perigo para aquela tradição, costume aprumado na região. Segredos de santidade que não querem que divulgue. Por exemplo, a entrada dos sujeitos em seus quartos de segredos. Muitos eles não aceitam que entre.

Por outro lado, fiquei satisfeita de pelo menos ter permissão de entrar no quartinho de segredo. É nesse espaço que, segundo os curadores, é que eles realizam as curas dos enfermos, ou coisa ruim encarnada no corpo humano, os remédios e também um lugar onde se aplica o ato de benzer. É também um respeito ao seu patrimônio: o que eu narro aqui foi autorizado tanto pelo Zé Machado, quanto pelo encantado.

Por isso, têm coisas de rituais que não irei mencionar, a exemplo, o nome do seu encantado. Faz parte de sua cultura, de sua criação, e, às vezes, nos colocamos numa posição de pesquisadora na qual nos achamos no direito de colocar tudo que vemos e tocamos, e que este seja exposto. Mas não me parece que deve ser assim se queremos respeitar as fronteiras étnicas de outras identidades culturais. A minha posição é entender como dinamizar essa interlocução entre espaços formais e informais de educação, a relação educacional que envolve tantos saberes que precisam ser incorporados no currículo escolar.

Para seu Zé Machado “encantados têm uma chama para os tambores”. Os ritmos dos tambores são dados pelos tocadores que a cada hora fazem a troca, não permanecem os mesmos tocadores, exceto seus filhos, que ficam se revezando no violão ou num dos três tambores. O interessante é que além dos três tambores, a cura é acompanhada com violão e caixa de som. Perguntei sobre os outros instrumentos? Dedeco respondeu: “Pro som ficar mais alto e assim chamar mais gente pra cura”. O som dos tambores é também uma forma de avisar que está acontecendo alguma cura. Foram mais ou menos 35 curadores que se encontraram no dia 05 de setembro de 2015.

Dentro da brincadeira, existem regras. E elas são identificadas assim: quando o encantado baixa no dono da cura, ele começa a interrogar todos que estão dentro do terreiro. Pergunta se alguém está com cigarro, bebidas ou armamentos. Assim, são recolhidos todos os objetos. Se acaso estiver alguém com um desses objetos, que entregue ao seu servente. Senão, o encantado percebe quem ainda está portando esses objetos e faz questão que sejam entregues.

O exemplo visto foi do senhor que escondeu seu facão, mas o encantado o mandou buscar e só entregava depois da cura. Assim, seu encantado responde: “e olha lá se eu entrego”. Nesta festa de cura só era permitido bebidas alcoólicas fora do terreiro. A cura só encerra quando o dono da festa sai do salão. Quando sai do salão é com destino a sua casa, o encantado permaneceu uns 20 minutos incorporado no seu corpo. Depois disso, ele pode consultar, passar remédios ou benzer.

Durante sua saída, eu o acompanhei até sua residência. Logo em seguida, se senta no sofá e começa a conversa com outro curador. Mais isso não quer dizer que, nos dias sem o momento do ritual de cura, ele não possa consultar, passar remédios ou benzer. O ato de curar é quando o encantado pede para seu sucessor realizar uma cura. Ou, às vezes, são realizadas em santidade a algum santo.

Os santos mais frequentes para a festividade são Santa Barbara, São Benedito e São Sebastião. As curas são realizadas anualmente. As únicas datas que são marcadas todos os anos são os três santos citados acima. Praticamente, nestas datas, todos os curadores fazem esse tipo de ritual. E quando não acontecem no terreiro de algum curador devido às condições, eles são chamados para brincar em outras comunidades próximas ou distantes. São práticas recorrentes nas comunidades de Lagoa Mirim e Olho D' água.

Durante o ato da cura, Zé Machado não faz quaisquer consultas ou remédios. Assim, começa a realizar suas atividades de dia, vai à roça, pesca, e, já pela tarde, passa a descansar. Depois da tarde, se alguém chegar para ser atendido, ele atende. Mas nesse dia não apareceu ninguém enquanto eu estava lá. Com o término do ritual, retornei já no anoitecer do dia 6 de setembro.

Quando participei do encontro dos quilombolas em Penalva, na sede da associação do Bairro Novo, no dia 15 de janeiro de 2016, numa sexta feira, o dia todo, os participantes presentes realizaram, antes de começar, o ritual da ladainha cantada e rezada. O puxador naquele momento era Zé Machado, mas havia outros puxadores como: Fabrício,

Zequinha e Carol. Na ocasião, tiveram mais de cinquenta lideranças. Além das ladainhas, existem os versos colocados durante o ritual das rezas.

As ladainhas têm todo um contexto passado por dons e aprendizagens de geração a geração. Na comunidade de Lagoa Mirim, os dons das rezas estão com Fabrício Nabate e estava com o finado Zé Maia. E a passagem de geração está com seu Matias Soares, que também participava de várias ladainhas com seus familiares. Com o tempo começou realizar as rezas. Atualmente, seu Matias Soares não está à frente das ladainhas: ele se encontra debilitado e aos cuidados do seu sobrinho, Roque Soares. Para dar continuidade ao seu trabalho, seu sobrinho, Alesson Douglas, filho de Roque Soares, realiza de vez em quando, as ladainhas na comunidade junto com Paulinho, Filho de Zé Maia.

4. 5 - As toadas e os versos

As toadas são tiradas antes de iniciar a festa de bumba meu boi. Estas são feitas pelos patrões de bumba meu boi. Suas variadas toadas são representadas a partir de uma manifestação de conflitos, realizações de promessas, algo que acontece no meio social do nosso país ou até mesmo coisas sobre suas vidas ou reivindicações não concretizadas. Os versos são retirados no momento da dança, cantoria da boiada. Estes são retirados por qualquer pessoa que queira se manifestar no momento. É de livre e espontânea vontade a participação dos brincantes e até mesmo patrões de boi. Os patrões de boi são responsáveis pela turma de bumba meu boi. Nas festas, são cantadas as toadas tiradas pelos patrões e puxadores (cantadores) de bumba meu boi. Vale lembrar que meses antes de junho existe o ensaio das toadas entre os patrões e puxadores. Fui até convidada pelo seu Antônio de Cotinha pra ver o ensaio no dia 22 de abril, mas por motivo de doença, não pude comparecer.

Uma de suas toadas foi essa, cantada no dia 19 de junho de 2015, no encontro da ACONERUQ - Associação das Comunidades Quilombolas Negras Rurais Quilombolas: “Mas eu falei pra esse povo da comunidade”:

Mas eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedir pra presidenta me ajudar;
 Mas eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedir pra presidenta me ajudar;
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar.
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar.

Mas eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedi pra presidenta me ajudar;
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar. (ANEXO P, 2015, p. 47).

A toada cantada pelo seu Antônio de Cotinha é a reação à situação vivenciada no dia a dia da comunidade. A partir desta toada, percebo suas intenções para adquirir a terra que é dita do fazendeiro. Terras que precisam ser desapropriadas para os quilombolas morarem e realizar seus plantios. O mesmo é da água encanada que ainda não chegou às comunidades quilombolas. Então, sua ação é chegar até o presidente com essa toada e acreditar que um dia seja possível desapropriar e haver água encanada no seu território. O mesmo percebo nas toadas do seu Zé Machado, quando me coloca essas aflições não concretizadas pelo poder público e pelos políticos que querem apenas ganhar o voto e depois esquecer que existia gente de carne e osso para votaram neles. Em sua toada abaixo reflete muito essa situação. O abandono dos direitos não garantidos.

Toada: O prefeito de Penalva só lembra de mim no tempo da eleição. Nunca me ajudou com nada na minha profissão e ainda foi na minha casa me enganar. Só parece que tu não tem coração. Esse povo ganancioso. Eu te pedi e tu não me deu. A minha precisão já se passou, agora que eu tou te esperando. O meu voto boto fora e não te dou. Eu te pedi e tu não me deu. A minha precisão já se passou. Agora que eu tou te esperando, O meu voto boto fora e não te dou. (ANEXO C, 2015, p. 13).

Esta toada ele compôs quando o ex - Prefeito de Penalva, N, ofereceu ajuda para a comunidade onde residia, mas até hoje fica na espera. Não só este político local, mas diversos outros se manifestam da mesma maneira. Às vezes, e além de não contribuir com propostas positivas ao município, ainda prometem o que não se pode cumprir. Com tantas angústias, resolveu produzir essa toada pra reivindicar o não cumprimento do Prefeito. Abaixo, trago, numa entrevista concedida por ele, seu relato sobre essa questão.

Eu falo assim quando tem alguma coisa que incomoda a gente. Eu faço em homenagem pra alguém e também da luta da gente. A música que eu fiz sobre o prefeito porque ele foi lá na minha casa e disse: - Zé Machado, eu vou ti ajudar. Vou fazer estrada pra vocês. Aqui é seco demais. Eu vou fazer o poço pra vocês; colégio, pro filhos de vocês estudar, e vou te dar uma ajuda na tua casa. Eu vou fazer tua casa. Eu disse: - é mesmo ? O prefeito: - é, vou fazer tua casa. Chamei a família pra voltar em E e a gente tinha amizade tal. Conseguimos trinta e seis voto pra ele. E cheguei na casa dele. Soube porque ele ganhou e estava agoniadinho de gente. Eu tá lá e ele me chamou lá dentro e me agradeceu e disse: - de janeiro pra frente pode me procurar e tudo. O que eu prometi eu vou fazer pra ti. Eu vou fazer pra ti porque tu me ajudou em cima da hora e te agradeço muito. Só nesse dia que vi ele. Andei que cansei. Nunca que achava ele em casa. Eu não posso dizer que esse mentiu pra mim,

foi lá em casa me enganar. Eles falam que essa toada não roda perto deles lá. Eu quero é ver ele tapar minha boca pra eu não cantar.. (ANEXO C, 2015, p. 10/11).

Mas, de outro modo, suas toadas são reatadas, em memória, aos seus antepassados. É o que apresenta seu Zé Machado nas seguintes palavras, que fazem lembrar a infância e histórias vividas com seus familiares. Sua família é um exemplo nas manifestações e práticas culturais realizadas anualmente nas comunidades quilombolas do município de Penalva, há várias gerações.

Toada - Eu tenho saudade do meu povo que morreu. E já faz muito tempo e eu ainda não me esqueci. Eu tenho saudade do meu povo que morreu. E já faz muito tempo e eu ainda não me esqueci. Brincadeira que meu pai gostava eu pelejei e aprendi. Papai foi embora pro céu e eu fiquei aqui cantando pro povo se divertir. Brincadeira que meu pai gostava eu pelejei e aprendi. Papai foi embora pro céu e eu fiquei aqui cantando pro povo se diverti. (ANEXO C, 2015, p.14).

Esta também representa forte lembrança do lugar onde nasceu e hoje resta guardado na toada de bumba meu boi. Seu modo de pensar ao fazer as toadas é uma busca para fortalecer sua identidade. Sua vivência, sua comunidade, seus costumes são inseparáveis quando cantados em suas toadas.

É isso que é fundamental abordar nas escolas quilombolas: conhecimentos de sua terra, de sua resistência de luta, da sua prática produtora pelas toadas, pelas músicas, pelos versos quanto pela produção da farinha, do arroz, dos animais criados e a ser servido nos dias de festança, dos afazeres dos instrumentos e artefatos do bumba meu boi. São bagagens desconhecidas até então pelos espaços escolares do Território do Formoso.

Passo a interpretar as entrevistas do seu Zé Machado, na sua atuação, a cantar suas toadas, versos e músicas para o povo ouvir e sentir que existe. Assim, nos fala no seguinte relato:

É minha filha, todo tipo de cultura em cima da terra, se precisar de mim eu sei fazer qualquer uma delas. Eu vi meu pai fazendo e do jeito que ele faz eu sei fazer. Única coisa que eu pai fez em cima da terra, que ele sabe fazer, e eu sei fazer é guiando e tocando. Tem um monte de cantor que não sabe fazer. Eu fiz um Baile de São Gonçalo em Pindaré, foi preciso passar a corda assim pra poder deixar eu apresentar o Baile. Eu tava guinado e tocando. Tem uma porção de tocador e guiador. Aposto fazer... Primeiro toca e depois vai guiar. Eu faço os dois de uma lapada. . (ANEXO C, 2015,p. 13).

Além de cantador de bumba meu boi, se movimenta em outras práticas culturais. Práticas transmitidas de geração a geração. O que de certo modo ajuda a seguir na luta são

esses saberes e fazeres locais. Este relato a seguir é visto como aprendizagem para seus sucessores.

Quando Zé Maia era vivo nós tocamos bambão no Zuquinha. Zé Maia, disse: - Vamo embora no bambão. [Eu perguntei]: - Onde é? Zé Maia: - Na casa de Zuquinha. Fui, chegamos lá. Maria Barros e Maria de Cazí quando me olharam não deixaram eu dançar nenhuma parte que elas não deixaram. Comigo é tudo. Divino Espírito Santo, tudo eu levo. (ANEXO C, 2015 p.11/12).

Além do mais aprendeu a fazer toadas e outras práticas culturais a partir do seu pai, Domingos Avelar Machado, que antes também era patrão de boi. Aprendeu a tocar violão na vivência junto com seu pai desde 10 anos. Sua lembrança era voltada ao seu pai e do tempo de criança onde aprendeu a tocar violão abaixo do pé de tamarineiro. Em determinada entrevista, realizada no dia 2 de agosto de 2015, ele me falou que este pé de tamarindo ainda existe Do mesmo modo, agradece o dom recebido por Deus. Apesar de não saber ler, mas sabia cantar, e isso é o que ele mais gosta de fazer. As toadas aqui descritas estão no primeiro CD:

Toada - Me lembro da terra que eu nasci e me criei e lá eu não moro mais e de lá eu me mudei. Me lembro da terra que eu nasci e me criei e lá eu não moro mais e de lá eu me mudei. Tem um pé de tamarineiro onde eu apanhava tamarino pra comer. E tenho o olho d' água onde mamãe lavava e nós enchia água pra beber. Tem um pé de tamarineiro onde eu apanhava tamarino pra comer e tenho o olho d' água onde mamãe lavava e nós enchia água pra beber. (ANEXO C, 2015, p.14).

Mas, também, por outro lado, realça tristeza em falar dos desmatamentos da floresta que resta. Assim, explana suas toadas sobre a proteção da Ilha do Formoso. Esse arranjo de pensar as toadas lhe deixa resistir e progredir na luta. Seu espaço de luta está nessas reflexões de reivindicar, de produzir e fazer suas denúncias através das toadas, das músicas e versos. A letra produzida sobre a Ilha do Formoso é um exemplo de denúncia: estão acabando com a floresta em pé, com os animais e os mistérios envolvidos dentro dessa Ilha.

FIGURA 27 - Zé Machado no quintal de sua residência.



Foto: Geovania Machado. 2015.

Foto tirada no momento que o senhor Zé Machado começou a cantar a toada descrita abaixo. Com chapéu e violão de longa data, este era um arranjo para sua cantoria. No dia 2 de agosto de 2015, às margens do seu quintal, inicia a conversa contando primeiramente a vivência e história de luta da família. Após seus relatos com resistência do território, introduz uma toada sobre a Ilha do Formoso e, posteriormente, as demais.

Com as queimadas da floresta, pra onde vão esses pássaros, esses animais e esses mistérios e encantados expostos nas históricas narradas pelos quilombolas.

É a partir desses saberes que esses intelectuais locais possam estão contribuindo na educação dos seus filhos e netos quilombolas. Dando espaço nas práticas culturais, à realizar oficinas nas escolas sobre esses conhecimentos. Fortalecendo os espaços escolares e introduzindo conteúdos de nossa gente, da nossa terra e de nossos costumes. Como diz Maria Nice, a escola precisa estar atenta às “nossas sabedorias” para poder aprender os nossos saberes. Deste modo, explana sua contribuição:

Qualquer tipo de pessoa que não se formar de baixo para cima, não vai saber se formar direito. O pessoal que está sendo formado de dentro das reservas vai dar certo, sim. A escola também contribui, e temos que lutar para a escola valorizar nossas sabedorias. Se ele não falar da nossa cultura, da nossa comunidade, ela não contribui, serve só para afastar o que estudou dos que estão do lado dele. (In: VALLE *et al.* 2016, p. 37).

Assim, me vejo pensar a partir da toada de bumba meu boi de Mauro Leite. Como ele apresenta sua comunidade e sua riqueza que é o peixe, o babaçu e o açaí, através de uma toada. E além do mais, este é o território que ele defende, protege para que não seja destruído pelos fazendeiros ou pelos próprios moradores ao redor desta comunidade. Pois é nesse sentido que nos dispõe sua toada abaixo.

A reserva de Sansapé tem uma riqueza, uma beleza;
 Se acreditar todo mundo pode ver;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açaí pra comer; é a reserva que eu quero defender;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açaí pra comer; é a reserva que eu quero defender;
 A reserva de Sansapé tem uma riqueza, uma beleza;
 Se acreditar todo mundo pode ver;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açaí pra comer; é a reserva que eu quero defender. (ANEXO P, 2015, p. 47).

É o mesmo de se pensar sobre o doutor do mato, benzedor Fabrício Nabate, que introduz em seus versos a agradecer seu encantado. Seus versos invocam e reafirmam forças positivas para sua luta em defesa do seu território-terreiro. O ritual de cura é seu ponto forte. A Rosalina é o nome do seu encantado. Passo aqui a compartilhar alguns dos seus versos, no qual cita o nome do seu encantado que protege a comunidade quilombola Lagoa Mirim.

Oh dona Rosalina, Rosalina da Lagoa;
 Oh da Lagoa, Oh da Lagoa;
 Oh dona Rosalina como é grande da Lagoa;
 Oh dona Rosalina;
 Rosalina grande da Lagoa.
 Oh da Lagoa, Oh da Lagoa.
 Rosalina é a encantada do seu terreiro (ANEXO P, 2015, p. 48).

Partindo dos saberes transmitidos pelos intelectuais locais, também agentes sociais, passo a questionar o fato dos saberes não estarem incorporados dentro do espaço escolar quilombola. Mas, por outro lado, é preciso pensar diferente, que a comunidade é uma escola. Uma escola com saberes diversificados de aprendizagem.

5 - Centro de Ciências e Saberes como fonte de contribuição para educação dos quilombolas do Território do Formoso

FIGURA 28 - Exposição na casa do Maranhão.



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

Na foto acima, feita na inauguração da exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís, vemos representantes das comunidades quilombolas que se localizam em Penalva que lutam com suas expressões tradicionais para reproduzir culturalmente o significado de suas vidas. Como diz Nice: cantar e dançar também pode ser uma forma de luta. E é. Da esquerda para a direita: Gil Aires, mestre do bambaê, um dos líderes da juventude do grupo de Bambaê do Bairro Novo, no qual se reúnem diversos jovens de comunidades vizinhas. O grupo vem se reunindo desde 2000 até o presente momento.

Através da dança do bambaê, os pais desses jovens frequentadores agradecem a organização e formação do grupo de jovens dessa tradição que, mais tarde, deu origem a uma associação. Este também é um reconhecimento constituído na fala de Maria Nice, militante quilombola:

O Bambaê tem levado muitos jovens dentro da sociedade. Hoje, muitos deles conseguiram ficar no grupo, hoje, já são presidentes de comunidade, já estão representando jovens de outros municípios, tentaram resgatar algumas culturas como o tambor de crioula, por exemplo, o que acabou de falar (...), tendo apresentação só de jovens, também começamos por lá. A gente os trazia para dentro do bambaê e, no

bambaê, a gente conseguiu fazer um tambor só de jovens, um tambor só da juventude para eles se sentirem bem dentro da cultura e saberem que a cultura é uma organização. A cultura é também capacitação, é também inteligência, ela é aprendizagem. (In: VALLE *et al.* 2016, p. 48).

Atualmente, o mestre do bambaê, Gil, meu irmão, se apresenta também como Secretário da Fetraf - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. E consolidado em resultados positivos com os jovens que saíram do mundo das drogas e passaram a dinamizar a dança como forma de resistência às suas vidas. Ao lado de Gil, está Andrea Cristina Sousa Pinheiro, moradora da comunidade quilombola Campo do Pouso, membro do conselho fiscal da Fetraf e componente do grupo de jovem do bambaê. A senhora Maria Domingas Correa é presidente da Associação da comunidade quilombola de Boa Vontade do Território do Formoso. Quebradeira de coco babaçu e membro do bambaê da terceira idade.

Fabrizio Nabate Maranhão que, na foto, está entre Domingas Correa e Maria Nice, usando sua indumentária de cura de cor amarela, com capacete colorido, rosários e colares grandes: este é um exemplo de como os curadores se vestem antes de uma iniciação de bênçãos ou um ritual de cura. Para esta ocasião, aconteceu uma iniciação de bênçãos. O mesmo é morador da comunidade quilombola Lagoa Mirim do Território do Formoso. Seu Fabrício aplica seus saberes através da cura com ervas medicinais, exercendo atividades agrícolas, realizando garrafadas e bênçãos ao benzer. Além disso, faz parte dos meus informantes na pesquisa.

Na exposição citada acima, estiveram expostas algumas de suas vestas de cura: indumentária usada no lançamento do Fascículo *Quilombolas, Agricultores (as), Quebradeiras de coco, Pescadores do Território do Formoso*. Em seguida, temos a senhora Maria Nice Machado Aires, militante quilombola, caixeira e quebradeira de coco babaçu. Esta, muitas vezes introduziu informações formidáveis para este trabalho que se encaminha. A própria tem em jogo a responsabilidade de atuar e evocar relações formativas ao contexto expositor do Centro de Ciências e Saberes. Põe confiança e colaborações de lideranças associativas ao fazer esse reconhecimento, o pertencer quilombola por meio desta interlocução das representações identitárias. À direita, a senhora, Maria Das Dores Machado é quilombola, caixeira, parteira da comunidade quilombola de Boa Vontade do Território do Formoso. Além de exercer as tais categorias, é também quebradeira de coco e agricultora.

O primeiro passo ao formar esse acervo de objetos foi pensar o acesso, que eu, como pesquisadora e moradora, tive facilidade de ir aos locais e ser recebida. Estive em algumas comunidades quilombolas, como: Bairro Novo, Boa Vontade, Lagoa Mirim, Retiro,

Ludovico, Bairro da Campina, São Benedito, Ponta D'areia, Oiteiro, Beira do Lago, para receber as peças que os próprios moradores selecionaram para que estes fizessem parte do Centro de Ciências e Saberes. Na minha chegada às comunidades, e com o objetivo de trazer os artefatos até a comunidade quilombola Bairro Novo, onde está localizada a sede do Centro de Ciências e Saberes, as comunidades, por exemplo, de Boa Vontade, Território do Formoso, os moradores se reuniram primeiro para discutir no coletivo quais objetos seriam importantes doar. Com relação às outras comunidades, elas ainda estavam se mobilizando e selecionando peças a serem entregues, e, assim, integrarem as outras peças a serem expostas no Centro de Ciências e Saberes das comunidades quilombolas de Penalva.

Nesta comunidade citada anteriormente se concentrava um acesso bastante cumulativo de peças, a própria comunidade se dispôs a fazer a entrega de algumas peças pesadas, por exemplo: os pedaços de tacho do engenho, o serrote, a máquina de costura, o pilão, o pote, os tijolos de engenho. As outras peças como: machados, foices, vestimenta de bumba meu boi, Baile São Gonçalo, vestimentas de caixeira, vestimenta de parteira, indumentária de curadores, fotos de pessoas importantes que construíram a comunidade e, dentre outros objetos, em conversação com as comunidades, as outras peças me encarreguei de levar até a comunidade do Bairro Novo.

Na comunidade de Bairro Novo, Território de Enseada da Mata, o deslocamento das peças se tornou mais fácil devido à proximidade com o Centro de Saberes. O próprio local do Centro de saberes já é um centro de memória, especialmente para minha família, pois ali era a casa da minha família em gerações passadas, e o local foi doado à comunidade por decisão da minha mãe, que via a necessidade de um local para reuniões da associação de moradores. Para receber as peças, a moradora e presidente da associação, Maria Nice Machado realizou reunião colocando em pauta sobre por quem e que objetos seriam doados. Ao recebimento das mesmas, alguns moradores se dispuseram a entregar no local onde se instalaria o Centro de Saberes, e outros tivemos que ir às casas dos moradores receber os objetos. Os objetos mais recebidos nesta comunidade foram imagens de santos, e, tivemos ainda, vestimentas de bumba meu boi, tambor de crioula, bambaê e tambor de mina, dentre outros.

Já em Retiro, comunidade mais distante, que se localiza no Território de Enseada da Mata, os moradores se reuniram na escola para discutir as peças a serem entregues. Das peças que foram entregues pelo presidente da associação, seu Raimundo Nonato Mendes e alguns moradores, foram vestimentas de caixeira. Nesta comunidade, existe um grupo de caixeira do divino espírito santo que, todos os anos, em data combinada com a comunidade,

realizam em maio a festa de Santa Maria. Fazem parte do ritual cerca de 20 a 25 caixeiras vestidas de branco e vermelho, uma bandeira com o símbolo da santa com a pomba do divino, a santa e a pomba do divino. Elas começam a tocar suas caixas a partir das 14 horas. saindo da casa de um devoto até o barracão feito de taipa para realizar a festa. Antes de chegar até o barracão, elas percorrem toda a comunidade local. Suas performances ora estão certada ora estão dançando em volta da santa. A santa sempre está no centro ou sendo carregada por algum devoto. São mais ou menos cinco horas de toque do divino. Além de festejar a suas santidades em comunidade local, as caixeiras também são convidadas por outras comunidades a tocar em outros festejos, como de Santa Barbara, São Bendito, São José e dentre outros. Descrever fatos como estes nos faz pensar quais interesses são importantes para que a comunidade construa e defina seu próprio modo de festejar suas santidades sem determinação ou ser coagido, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, 2004.p. 18) “a partir do ponto de vista de agências do Estado (e parcialmente assumida pelos próprios devotos)”.

Assim, como a comunidade Açoriana, abordada por José Reginaldo Santos Gonçalves, (2004, p. 12), em seu texto “*Patrimônio, Memória e Etnicidade: reinvenções da cultura açoriana*”, um patrimônio que circula, manifesta e parte ao interesse das comunidades de reunir, mediar, lutar e transmitir da forma como lhes interessa, e que são formas que afirmam mais ainda seu pertencimento através de uma memória identitária e simbólica de objetos representativos a contar suas histórias de vivências e resistências. E pensar que além as posições açorianas contadas por Gonçalves podem ser relacionadas com posições caras para o Território do Formoso. E que “nessa concepção, o patrimônio cultural é, antes de tudo, uma ‘representação’ e circula no espaço público e político da identidade e da memória açoriana, devendo ser preservado, exibido, reconstruído, usado como defesa dos interesses dessa comunidade”. (Gonçalves, 2004, p. 12). Assim, continua.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos para “agir” e não somente para se “comunicar”. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: Ele é bom para agir. Ele faz mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (Idem, 2004, p.5).

Em Lagoa Mirim, Território do Formoso, meu local de pesquisa há mais tempo, desde a graduação, retornei em vários momentos em que os moradores discutiam as seleções das peças, quando pude observar e receber os objetos dos doutores do mato, curadores e

benzedores, e utensílios de pescaria. O meu diálogo com esta comunidade teve maior mobilização a respeito do Centro de Saberes, devido ao meu acesso de ir e vir e conversar com os moradores, tanto da minha pesquisa quanto do recebimento das peças: percebi que para mim e para eles essas duas ações ficaram interligadas. As reuniões aconteciam no quintal do presidente da associação da comunidade, seu Roque Soares, ou na casa de algum morador.

Os artefatos recebidos da comunidade de Ludovico concentravam-se nas vestimentas de cura, bumba meu boi e baile de São Gonçalo. Ao chegar à comunidade, a presidente da associação, Neuriene Jansen Machado já tinha organizado em conversa com a comunidade as peças selecionadas. Porque antes de chegar às comunidades para buscar os artefatos, ocorria antes, no Galpão, sede da associação do Bairro Novo, reuniões com todos os presidentes de associações e lideranças das comunidades sobre a importância dos objetos para fortalecer seus territórios. As comunidades já apresentavam seus saberes através da guarda destes objetos. Lembrando que visitei outras comunidades para trazer as peças, mas que as comunidades, por exemplo, de São Braz, Território de Sansapé, Ponta Grande e Sossego, Território de Enseada da Mata ainda iam ver quais objetos seriam importantes para representar suas memórias e lutas do presente.

No Bairro da Campina, Território de Enseada da Mata, comunidade próxima do Centro de Saberes, aconteceu o mesmo com a comunidade do Ludovico, os moradores já tinham selecionados as vestimentas e utensílios de cura. O presidente da associação de moradores Luís Antônio Oliveira ficou de deixar na sede do Centro de Saberes utensílios de roça e machado de quebra de coco babaçu.

Em São Benedito, Território de Enseada da Mata, uma comunidade com mais ou menos 100 habitantes, eles selecionaram peças como: utensílios de pescaria, machado de quebra de coco babaçu. A presidente da associação da comunidade, Celitânia Machado, minha irmã, ficou responsável de levar o restante dos objetos doados por outros moradores. Meu trajeto até as comunidades foi de moto táxi, exceto à Beira do Lago, no qual o transporte foi de Canoa.

Ponta D'areia, Território de Sansapé, as doações foram feitas por Maria José Morais, que doou um dos três tambores de mina, já bem antigo, e vestes de cura. Já dona Maria de Jesus Leite Jansen doou um pedaço de tacho de engenho. Mauro Leite, presidente da associação da comunidade, doou uma mala que era de sua mãe guardar suas vestimentas de caixeira. Já as outras peças como caixa de divino e outras vestimentas de cura, a prima do presidente da associação, Ana Rosa Jansen Morais ficou responsável de levar os restantes das doações.

Na comunidade do Oiteiro, Território de Enseada da Mata, quem se dispôs a me entregar as peças foi o presidente da associação, Joaquim Silva, que tinha conversado com as pessoas para ver quais objetos seriam importantes para representar suas histórias de vida, de lutas e de resistências. É nesta comunidade que está localizado o engenho de Enseada da Mata. Alguns dos objetos foram entregues: peças de tachos de engenho, machado de quebra de coco. Os utensílios de produção de farinha viriam depois, já que eram instrumentos pesados.

Em Beira do Lago, Território de Enseada da Mata, o trajeto da vinda das peças até a sede do centro de saberes foi de canoa. Quando cheguei na comunidade, a presidente da associação estava numa quebra de coco coletiva dentro dos babaçuais, aonde não tive acesso. Tive que esperar por várias horas o término da quebra. Posterior a isso, fomos, eu e a presidente da associação, até as casas de alguns moradores onde eles já tinham selecionados objetos para doações. Recebi utensílios de pescaria, máscara de cazumba antiga e machado de quebra de coco. A canoa foi conduzida pelo morador da comunidade, Ednaldo Sousa, e sua esposa, Gracilene dos Anjos Reis. Os mesmos me ajudaram a levar os objetos até a sede. Neste dia, tínhamos também a presença de Maria Nice, que me deixou até o porto, onde se localiza a passagem por canoas até as comunidades de Enseada da Mata, mas ela não foi até a comunidade, devido a outros compromissos.

Antes de trazer os objetos até a sede do Centro de Saberes, os moradores iam contando os usos realizados por cada peça na hora da entrega, de quem era o dono, um ano de uso e quais os saberes praticados pelo dono da peça. As escolhas dos objetos pelos quilombolas das comunidades são de inteira integração e respeito a sua identidade. A forma como eles depositaram confiança de entregar sua história contada num pedaço de tacho ou no pilão, e seu modo de viver com tantos saberes, que de certa forma estabelece uma rede de confiança entre pesquisador morador e morador não pesquisador.

Contar as históricas de recebimentos dos objetos nas comunidades quilombolas requer também olhar cuidadoso nas redes de relações, nos quais está interligado o saber ver e saber conhecer, saber ver as formas que cada peça representa para as comunidades, quais sujeitos estão envolvidos nesta rede de relações coletivas e, em que lugar está mantido este saber. Por exemplo, na entrega de um dos pedaços de tacho que estava no quintal do seu José Vitorino Nabate, morador da comunidade quilombola Boa Vontade do Território do Formoso, esse objeto era do seu bisavô que trabalhava no engenho São Luís. E vários outros pedaços de tachos se encontravam nas proximidades das residências. E, saber conhecer cada objeto explicados pelos moradores, a forma como se constrói suas histórias de lutas, residência e fé

através destes artefatos. A memória dos antepassados, lembrado pelos seus descendentes também foi muito importante para contar a história de alguns objetos. Após este momento, e a partir dos saberes e conhecimentos informados pelos quilombolas que tive acesso, é que foi possível construir estas informações nas etiquetas.

Dependo da abrangência de informações disponibilizadas pelos quilombolas que eu, a professora pesquisadora Cynthia Martins passamos dias na Casa do Maranhão para organizar as etiquetas em seus variados tamanhos. Estes momentos curtos, eu ia contando e descrevendo com a pesquisadora Cynthia a alegoria que representa cada peça, mas isso mantendo os saberes colocados numa conversa coletiva aos doadores e empréstimos dos objetos. Para esta construção tivemos a colaboração dos mestrandos da terceira turma de Cartografia Social e Política da Amazônia, Laís e Tacilvan Silva. Ao término da formação das etiquetas, outras equipes de pesquisadores, incluindo Laís, Talcivan, foram até Centro de Ciência e Saberes de comunidades quilombolas de Penalva até a Casa do Maranhão, onde foi exposta uma seção deste centro, no referido mês citado acima.

Até chegar a exposição houve, de fato, outra seleção das peças ainda no seu lugar de origem, selecionadas por Maria Nice Machado, além dessas expostas, existem outras peças que ficaram e que poderiam danificar no trajeto da viagem. Todos os citados acima foram atores sociais que se dispuseram à doação de alguns objetos. Além deles, outros membros quilombolas participaram desta coletividade de saberes ainda em construção. Durante a exposição, estiveram os artefatos que contam toda uma trajetória de resistência, levando em conta suas histórias de luta, narrativas, músicas, versos, toadas dos intelectuais locais, práticas e manifestações culturais, suas esculturas religiosas, peças esculpidas (pilão, potes, machados, maceta, cunha, cabaça); vestes de bumba meu boi, tambor de crioula, tambor de mina, bambaê; vestimentas de caixeiras, parteiras, benzedeiras e curadores (as); artefatos de pedaços dos engenhos, serrote, tijolos, pedras, foice, máquina de costura, mala de guardar vestimenta de caixeira; demais santos e outros artefatos. Estes objetos podem ser pensados também para além da linguagem da comunidade, a partir de um ponto de vista antropológico:

Muitos estudos enfatizam corretamente o fato de que os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico, mas deixam em segundo plano o fato de que eles existem na medida em que são usados por meio de determinadas 'técnicas corporais' em situações sociais e existenciais (e não apenas em termos conceituais e abstratos). Eles não são apenas 'bons para pensar', mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana". (GONÇALVES, 2004. p. 9).

Os objetos expostos na seção intitulada “Quilombolas de Penalva” foram selecionados pela comunidade e classificados em interação com pesquisadores do PNCSA que há muito trabalham conjuntamente com os sujeitos sociais pertencentes a essas comunidades. Eu mesma interagi tanto como pesquisadora quanto como quilombola no intuito de classificar esses objetos de forma que eles pudessem contar um pouco de nossas histórias. Gonçalves (2014, p.33) nos ajuda a perceber que a experiência etnográfica “está intimamente ligada à interpretação”. Ele chega a esta conclusão após retomar Dilthey, para quem

[a] “esfera comum” (...) deve ser estabelecida e restabelecida, a partir da construção de um mundo de experiências partilhadas, em relação ao qual todos os “fatos”, “textos”, “eventos” e suas interpretações serão construídos. Esse processo de se viver a entrada num universo expressivo estranho é sempre subjetivo, por natureza, mas se torna rapidamente dependente do que Dilthey chama de “expressões permanentemente fixadas”, formas estáveis às quais a compreensão pode sempre retornar. (Idem).

Destaco a palavra “estranho” para considerar que o universo que interpreto aqui me é familiar, o que traz para minha experiência etnográfica uma característica pouco comum nos trabalhos etnográficos acadêmicos. Este duplo pertencimento, ao universo acadêmico e ao universo quilombola pesquisado e vivido, faz emergir conotações que talvez não surgissem aos olhos de estranhos. A familiaridade que tenho com os entrevistados, em muitos casos, é prévia à minha construção como pesquisadora. Mesmo aqueles que venho a conhecer por causa da pesquisa me são familiares pelos laços em comum com o território, com os costumes e com afetos dirigidos a pessoas em comum. Escolhi este capítulo de James Clifford, intitulado “Sobre a autoridade etnográfica” para problematizar meu duplo pertencimento, já que autoridade e autoria são conceitos muito aproximados. Mais adiante, isso será mais perceptível, falarei mais sobre isso, quando estiver tecendo considerações sobre as etiquetas referentes aos objetos oriundos dos quilombolas de Penalva exibidos na exposição já mencionada.

À medida que caminho nessa pesquisa para a dissertação de mestrado, que converso com outros membros de minha comunidade quilombola de origem e com outras comunidades próximas, além das leituras e pesquisas de meus colegas e professores, a escola foi deixando de ser aquela construção de paredes, localizada aqui ou ali, tal qual visitei e fotografei, e foi passando a ser todo o território e suas muitas formas de realizar a vida e construir saberes. A escola passou a ser uma forma de relação com aqueles que habitam o território: uma “prática de interlocução”, portanto. No entanto, as entrevistas realizadas no

âmbito desta pesquisa com membros das comunidades revelam que essa dimensão relacional da escola não está presente para todos. Cito e analiso aqui alguns entrevistados. Primeiro, a fala da professora da escola localizada na comunidade Olho D'água:

G - O que tem mais na comunidade do Olho D'água?

I - Tem muita floresta que a gente preserva. A Ilha do Formoso, você já conhece?

G - Sim, já estive lá. O que mais?

I - As danças de tambor de crioula, tambor de mina. Essas coisas aí que o povo daqui gosta dessas coisas aí. Tem dia que eles amanhecem. Mamãe não perde uma. Em tudo, lá ela tá.

G - E o bumba meu boi, não tem?

I - Não. Tem mais no Jacaré, Lagoa e perto aqui, no Mormorona.

G - Você não gosta?

I - Eu não. Fico mais é em casa vigiando minhas coisas. Vou pra igreja daqui a pouco. A gente vai fazer uma igreja e uma associação. Quando você vier, já tá pronta.

G - Igreja Católica?

I - Não, é da evangélica, Assembleia de Deus. Meu tio aqui também já é evangélico.

G - Ah, tá! Você conhece algum curador que é evangélico?

I - Não. Não tem evangélico com essas coisas. Eles não gostam disso. Faz as coisas dele. Eu não vou muito pra isso.

G - O seu tio Zequinha vai na cura?

I - Vai. Ele é o presidente, trabalha aqui. Custa é ter cura, mas quando tem cura ele sai é convidando os parceiros dele. Passa a noite toda pra lá. Tem vez que só voltam de manhã. Eu que não tenho paciência pra aguentar a noite inteira.

G - Você não acha importante pra escola?

I - Pra mim não. Acho que não. Quem vai querer ver? Até os alunos ficam vendo falando que não gosta. Eles chamam de macumba. Um monte de coisa que não presta. E traz muita gente aqui. Tem gente que passa dias no corpo dele. (ANEXO F, 2015, p. 21).

Como vemos na fala da professora, o entendimento do que seria a escola e seus conteúdos não se relaciona com os saberes e a reprodução cultural do território. Seria importante poder dinamizar esta relação com os espaços da escola permitindo um diálogo com as construções políticas e simbólicas das comunidades ao redor, o que colocará um desafio para os conteúdos padronizados que predominam na escola, passando a permitir que uma sensibilidade diferenciada predomine no processo de escolarização. Como exemplo de riqueza entre os conhecimentos locais. Reproduzo aqui trechos da entrevista com alguns membros da comunidade envolvidos na farinhaada.

Geovania - Esse preparo da farinha leva o que mais?

Pereira - A gente bota primeiro no poção ou uma vasilha de geladeira. Pra farinha ficar boa, a gente troca a água duas vezes ou mais, até ela ficar mole, pra poder descascar, tipo aqui, tu senta e tira a pele com a mão mesmo. É tudo uma questão de sabedoria. Tu senta e passa o dia todo nessa posição e não cansa. Aqui nessa comunidade, não tem um pra não saber fazer isso. Depois que tu descasca ela, a gente bota nesse tipiti e espreme. Aqui que a gente faz força. É preciso tirar toda água da massa pra depois passar nessa peneira. A peneira serve pra separar o grosso que tá dentro da massa. Você tem que mexer tudo, até ficar só os talos, como esses. Segura pra ti ver como é nosso trabalho.

Geovania - E esse aqui serve pra quê?

Pereira - Esse ai é pra colocar a massa já pronta. O cocho é como se fosse uma mala de roupa; a massa pronta coloca dentro dele pra ir jogar no forno. Essa parte aqui fica longe das pessoas pra poder não cair sujeira dentro. Depois dela pronta, a gente começa a mexer com esse rodo sem parar. Se parar, a farinha queima.

Geovania: Isso que é sabedoria?

Pereira - É conhecimento que a gente tenta passar pra essa gente nova. Aqui é muito bom. A gente se junta, traz um peixe, o outro a pimenta, o limão. Ah! É muito bom minha filha. A farinha quando está escaldada é muito boa. Pau rola solto aqui, dali no peixe. É uma zoeira só.

Geovania - Vocês mexem quantos quilos de farinha?

Pereira - Ah! Se mexe muito, 20 paneiro, 30 paneiro. (ANEXO E, 2015,p. 18).

Vemos, na fala desses entrevistados, um conhecimento tradicional relacionado à produção de farinha, um conhecimento que é material e imaterial a um só tempo. Por exemplo: falam tanto do processo de fabricação da farinha quanto dos objetos tradicionais necessários a essa fabricação, como o tipiti, e demonstram, também, a necessidade de interação harmônica entre os membros da comunidade para que esteja garantida a farinha. Garantem, dessa forma, a manutenção de fronteiras étnicas e culturais que caracterizam este território e transmitem, reproduzindo, para as novas gerações, suas formas tradicionais de vida, que contemplam atividades econômicas que são, também, formas de demonstrar e reproduzir afetos. “Consideramos que qualquer espaço pode ser lugar para educação, inclusive na feira pode ser um espaço para aprender e ensinar, demonstrando que a educação além de cultural pode existir sob várias formas e aspectos e que a escola não é o único lugar reservado para a aprendizagem”. (SANTOS, CARDOSO, 2015, p. 193). Quando algumas autoras lidas afirmam a feira como espaço de educação no mercado Ver- o- Peso, no estado do Pará, é uma educação que faz saber atender, saber medir, saber pesar e saber calcular. É o saber integrar os espaços numa interação educativa. Além disso, estas autoras nos dizem ainda que “[...] na construção do saber e na sua transmissão, nos faz ver que o ver está para além da escola, não é apenas dela que nos construímos enquanto sujeitos, mas é nela e no dia a dia fora dela”. (SANTOS, CARDOSO, 2015, p. 208). E segundo a fala de Maria Nice: “na hora que você pega sua história, você vai saber aonde você se coloca, quando você não tem a história, que não tem transparência, você fica nadando sem saber pra que lado fica”. (*In*: Nunes *et al.* 2016, p. 37/38).

FIGURA 29 - Casa de Forno da comunidade quilombola Olho D'água.



Foto: Geovania Machado Aires. 2015.

A imagem acima é uma casa de forno construída pelos próprios moradores da comunidade do Olho D'água, feita de taipa, coberta com palha de palmeira nova. Na porta da casa de forno está seu Zequinha, de camisa verde, e apresenta o espaço, e, ao fundo, seu Pereira. Uma estrutura em forma de salão, onde estão engajados todos os objetos para a feitura da farinha. Dentro, são encontrados o tipiti, a peneira, o cocho e o rodo. Atrás da casa, o poção. Cada um com funções diferentes. Deste dia, da tirada da foto, os mesmos estavam mexendo farinha. A farinha mexida era do senhor Pereira. O seu Raimundo estava apenas para auxiliar.

FIGURA 30: Tipiti pendurado na casa de Forno da comunidade Quilombola do Olho D'água.



Foto: Geovania Machado. 2015.

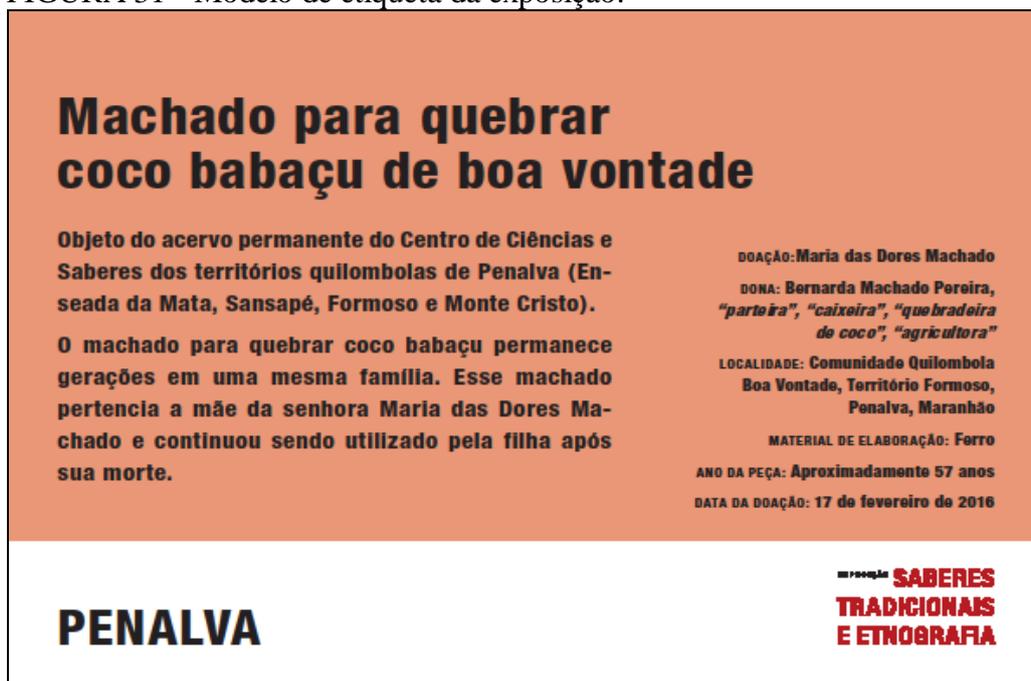
Assim, nos fala um dos moradores presente no momento da entrevista.

É tudo uma questão de sabedoria. Tu senta e passa o dia todo nessa posição e não cansa. Aqui nessa comunidade, não tem um pra não saber fazer isso. Depois que tu descasca ela, a gente bota nesse tipiti e espreme. Aqui que a gente faz força. É preciso tirar toda água da massa pra depois passar nessa peneira. A peneira serve pra separar o grosso que tá dentro da massa. Você tem que mexer tudo, até ficar só os talos, como esses. Segura pra ti ver como é nosso trabalho. (ANEXO E, 2015, p. 18).

Agora, passo a descrever e comentar alguns dos objetos tal qual foram expostos e classificados na mostra “Saberes tradicionais e etnografia”, demonstrando um processo de autoria-autoridade coletiva pela comunidade ao construir as etiquetas que traduziam para o público a importância deles, objetos, para os sujeitos das comunidades envolvidas. Numa forma meio preliminar, as etiquetas tornam a autoria dos quilombolas, representadas no contraste de resistência, sabedoria e fé. Em momento posterior, algumas vezes, um a prática de diálogo com o saber acadêmico através de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia, há muito tempo em contato com a comunidade, se fazia necessário e desejável.

Ao descrever os saberes informados em cada etiqueta, legitimada a autoria quilombola, busco analisar com base teórica as interpretações evocadas por Alfredo Wagner Berno de Almeida, a partir das referências de moradores das comunidades em conjunto com pesquisadores. Assim foram construídas essas etiquetas: em conjunto. Saberes tradicionais e saberes acadêmicos em diálogo.

FIGURA 31 - Modelo de etiqueta da exposição.



Fonte: Editora: casa 8, Rio de Janeiro. 2016.

Esta etiqueta é um exemplar entre aquelas que acompanhavam os objetos expostos na seção da exposição dedicada a Penalva. Aqui vemos claramente a forma designada a partir da fala dos quilombolas informando seus saberes a outras redes de relações. Por outro lado, vemos que cada etiqueta representa uma forma de pensar, agir e falar. Além do objeto exposto, mostra um movimento abstrato, onde as pessoas possam imaginar a real grandeza do lugar da fala de cada um. Pelo nome do objeto "Machado", podemos imaginar toda sua estrutura e alguma *performance* da sua utilização. Por vezes, essas etiquetas trazem uma compreensão dos sujeitos da pesquisa. Esse interesse em descrever cada artefato partiu dos moradores de territórios que se autodefinem quilombolas com base em pesquisadores que se envolveram inteiramente aos conhecimentos exibidos.

Este machado foi doado pela moradora Maria das Dores Machado, da comunidade quilombola de Boa Vontade, numa tarde de quarta – feira do 17 de fevereiro de 2016, no quintal de sua residência. Em pouco tempo, nos informou sua importância e o seu pertencimento, que datas passadas eram de origem da sua mãe e que, atualmente, tem lhe servido para a quebra do coco babaçu. Para além da existência do machado para a quebra do coco, há também um específico para roçar.

Machado de roça

“Objeto do acervo permanente do Centro de Ciências e Saberes dos territórios quilombolas de Penalva (Enseada da Mata, Sansapé, Formoso e Monte Cristo). Esse machado é utilizado no momento do “roçamento”, quando as famílias procedem à retirada de árvores e arbustos para plantar o “roçado”. Esse machado pode ser emprestado ao contrário do machado utilizado para quebrar o coco babaçu. Doação: Domingas dos Santos Machado. Do: Domingos Avelino dos Santos Machado, “doutor do mato”, “quilombola”, “curandeiro” ou “curadeiro”/“curador”, “benzedor”, “guia do baile de São Gonçalo” e “guia de baile de rebeca”. Localidade: Comunidade Quilombola Boa Vontade, Território Formoso, Penalva, Maranhão. Material de e Laboração: Ferro, Ano da peça: 102 anos, Data da doação: 17 de fevereiro de 2016”⁵⁰.

Este machado, como vemos em suas funções, não serve para quebrar coco babaçu segundo a narração de Domingas dos Santos Machado, que mantinha utilidade do uso do objeto. Depois da morte do seu pai, Domingos Avelino dos Santos, então, a filha, passa a se ocupar para produzir seu plantio na roça.

Ao chegar a sua residência para buscar o objeto doado, dona Domingas se encontrava nos fundos do quintal com sua quebra do coco. Este doado estava localizado no palhô ao lado da casinha da quebra de coco. Além de expor suas fontes primeiras sobre a utilização, passa conta à trajetória do pai como lição de vida aos familiares e demais moradores do território. A mesma é irmã de Zé Machado e Prima de Maria das Dores Machado.

⁵⁰Esta descrição foi tirada da etiqueta presente na exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís.

FIGURA 32 - Pilão



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

“Objeto do acervo permanente do Centro de Ciências e Saberes dos territórios quilombolas de Penalva (Enseada da Mata, Sansapé, Formoso e Monte Cristo). O pilão servia para socar arroz retirando a palha que envolvia o grão. Doação: Domingas Silva, Dona: Silvina Correa, “quebradeira de coco”, “agricultora”, “coureira de tambor de crioula” Localidade: Comunidade Quilombola Boa Vontade, Território Formoso, Penalva, Maranhão Material De elaboração: Madeira de marasaranduba, Ano da peça: Mais de 100 anos, Data da doação: 17 de fevereiro de 2016”⁵¹.

O pilão que representava a feitura do arroz serviu por anos à família de Domingas Silva. A dominação do pilão nas comunidades quilombolas serviu para mostrar o consumo e produção deste lugar. Não é difícil encontrar ainda essa maneira de produzir arroz, as famílias se beneficiam da monocultura e garantem seu sustento. Este foi doado, mas existe outra quantia suficiente para continuar a socar e dominar a produção do arroz. Este trabalho, por vezes, é realizado com frequência pelas mulheres, onde a militante Maria Nice reafirma o não isolamento deste instrumento de trabalho, o que também reafirma através dos fascículos publicados em conjunto com o Projeto Nova Cartografia. Talvez esta seja uma reafirmação mais consistente, quando ela coloca que este é “[o] trabalho das companheiras socando o pilão e tem gente que diz que não tem mais pilão nas comunidades, isso tudo os companheiros do cartografia olharam. De ter tem, os olhos dos que querem nos dominar que não olham e diz: vai sumir”. (VALLE *et al.* 2016, p. 33).

⁵¹Esta descrição foi tirada da etiqueta presente na exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís.

É coerente apresentar que a consistência deste trabalho demonstrar a resistência dos quilombolas pela função que exerce produtor que planta, colhe e transforma essa colheita em produção de consumo e venda. Um artefato que representa a luta pelo alimento da casa e do mercado. Assim, “[o] pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução”. (ALMEIDA, 2011, p. 60).

O mesmo pode ser definido na descrição desses artefatos, quilombolas que inserem suas opiniões e saberes pelos quais querem expor. A forma como dizem seus saberes são formas que representam seu quilombo. É o mesmo como foram feitas as “narrativas quilombolas” onde, nestas coleções, os agentes demonstram autoconfiança, com autoridade sobre o que dizer, o que pensam e o que está envolvido suas trajetórias de lutas. Estes caminhos pela busca da autonomia dos quilombolas aparecem em suas narrativas contadas a partir de sua fala e escrita, assim, seus encaixes de ideias, relatos e narrações podem ser reproduzidos para os leitores:

[...] as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas” de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputia; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinha; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatua”. (ALMEIDA, 2016, p. 9).

A forma de pensar o diferente já demonstra mudança para esses agentes sociais, é o mesmo que pensar numa nova fórmula de produzir conhecimentos, e esta nova fórmula é ouvindo as palavras ditas por estes agentes, talvez, este seja, segundo Almeida, (2016, p. 7) “[...] num gênero literário popular, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados”.

Estas narrativas não querem espalhar apenas contextos de suas vidas, mas, sobretudo, trazer outros saberes a serem interpretados como defesa do seu lugar e de sua memória, revelando os conflitos que precisam ser enfrentados. Nas quais são colocadas para aprofundar as lutas, as resistências e o direito de ir e vim.

As narrativas míticas e territorialidades específicas apontam para uma autonomia produtiva e produção da memória atrelada a um saber profundo sobre o uso dos recursos naturais. Esse saber produziu um tipo de manejo que garantiu a preservação, décadas a fio, campos naturais, das *matas velhas*, buritizais, juçarais, madeiras raras, caças, peixes e pássaros. (BOLETIM INFORMATIVO, 2014b, p. 2).

Cada ação representativa destes artefatos envolve o observar diferente. O observar que dá autonomia aos quilombolas de expor suas opiniões na maneira que desejam ser publicadas em suas narrações. Um instrumento que apresenta variadas interpretações seja no uso comum ou na história do lugar. E “[...] quando você não conhece, você não respeita, não defende, mas quando você começa a conhecer, você começa também a defender, começa se ampliar e lutar por aquilo”. (In: VALLE *et al.* 2016, p. 59).

A esse respeito, de uma observação diferente, que seria participante, disponho aqui essas palavras:

A observação participante serve como fórmula para o continuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, pela empatia: de outro, dá passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. (GONÇALVES, 2014, p 31).

Patuar ou Tuar Sagrado

“Objeto do acervo permanente do Centro de Ciências e Saberes dos territórios quilombolas de Penalva (Enseada da Mata, Sansapé, Formoso e Monte Cristo). Cedro, pintura feito por Fabrício Nabate Maranhão. Esta peça tem forte ligação com o encantado do “curandeiro” ou “curadeiro” “curador”, e serve para benzer os pacientes e também para colocar toada em frente ao altar e demais tocadores de tambor. Doação: Fabrício Nabate Maranhão. Dono: Fabrício Nabate Maranhão, “quilombola”, “doutor do mato”, “benzedor” e “agricultor”. Localidade: Comunidade Quilombola Lagoa Mirim, Território do Formoso, Penalva, Maranhão. Material de elaboração: Cedro ano Da peça: Aproximadamente 51 anos Data Da Doação: 25 de fevereiro de 2016”⁵².

Uma das peças mais importantes no ritual de cura. Além dele, tem a espada onde carrega a força do encantado. Com eles, os curadores reagem a mando seus encantados. Por isso que é

⁵²Esta descrição foi tirada da etiqueta presente na exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís.

levado o nome tuar, ou seja, o encantado está toando, reagindo no corpo do curador. O Fabrício carrega consigo as utilizadas das ervas medicinais, que este exerce confiança em seus trabalhos pelo bem da cura dos enfermos.

Cartografar, aqui, enquanto um recurso de descrição etnográfica, significado geo – referenciar as informações, disciplinando a dispersão geográfica das práticas religiosas e dos agentes sociais que as executam. O ato de mapeamento como demanda dos afroreligiosos se dispõe, neste sentido, numa situação de passagem e de reforço de uma identidade coletiva, com fundamento religioso, objetiva em movimento social. (ALMEIDA, 2012, p. 8).

Por outro lado, os encantados, segundo meus informantes, eles só vivem em lugares que sustentam suas forças, lugares limpos, rios sem poluição e matas fechadas, sem esta permissão da pureza da natureza, ou eles morrem ou se mudam para outras áreas verdes e limpas. Estas afirmações podem ser observadas na fala de Maria Nice, abaixo.

As pessoas, que tem essa experiência espiritual, dizem que os encantados gostam é da floresta, das águas limpas e que nas águas poluídas eles não ficam. Eles são contra poluição que onde tem poluição, os seres da floresta não aparecem. Vivem nos rios, tucua, igarapés, lagoas. E às vezes a gente que não sabe, não acredita. (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 9).

Roupa branca da parteira

“Objeto do acervo permanente do Centro de Ciências e Saberes dos territórios quilombolas de Penalva (Enseada da Mata, Sansapé, Formoso e Monte Cristo). As parteiras são mulheres que possuem o dom de “amparar a criança no momento do nascimento”. Elas possuem um saber que envolve fazer o parto, a manipulação de ervas, o benzimento dos utensílios utilizados no parto, rezas e cuidados com a água do primeiro banho da criança. As parteiras ocupam posição de prestígio nas comunidades e podem conciliar essa atividade com a de “benzedeira”, “curandeira” ou “curadeira” ou “doutora do mato”. As parteiras possuem muitos afilhados nas comunidades. Doação: Alaíde Sousa. Dona: Alaíde Sousa, “curadeira”, “parteira”, “benzedeira”, “quebradeira de coco”, “agricultora”, “brincante de bumba meu boi”, “bambaê” e “tambor de crioula” costureira: Alaíde Sousa Localidade: Comunidade Quilombola Boa Vontade, Território do Formoso, Penalva, Maranhão Material De e

Laboração: Algodão e renda, Ano da peça: Aproximadamente 40 anos, Data da doação: 17 de fevereiro de 2016⁵³.

FIGURA 33 - Dona Alaíde com suas roupas de cura e parteira.



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

Esta é dona Alaíde Sousa, que nos recebeu no dia 17 de fevereiro de 2016, em sua residência. Além da doação de vestimenta de parteira, nos doou também suas roupas de ritual de cura. Dona Alaíde iniciou seus primeiros rituais de cura no terreiro de cura de Zé Maia, e durante anos foi servente dele. O seu terreiro está localizado ao lado de sua residência, na comunidade quilombola de Boa Vontade.

Vestimenta de Caixeira

“Objetos do acervo permanente do Centro de Ciências e Saberes dos territórios quilombolas de Penalva (Enseada da Mata, Sansapé, Formoso e Monte Cristo). As “caixeiras” são mulheres que detêm saberes sobre diferentes rituais como o “bambâê”, “dança do caroço” e o “divino espírito santo”. Elas tocam as suas “caixas” em grupo e dependendo do ritual realizam um determinado tipo de toque. Elas tocam também em festa de santidade como no festejo de Santa Maria, São Bendito, São Sebastião e Santa Bárbara. A festa de Santa Bárbara que ocorre nos “terreiros” e nas residências das caixeiras, entre os dias 3 e 4 de dezembro, reúne “caixeiras” de diferentes comunidades. Doação: Maria das Dores Machado, Dona:

⁵³Esta descrição foi tirada da etiqueta presente na exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís.

Bernarda Machado Pereira, “parteira”, “caixeira”, “quebradeira de coco”, “agricultora” Costureira: Bernarda Machado Pereira (apenas a saia) Localidade: Comunidade Quilombola Boa Vontade, Território do Formoso, Penalva, Maranhão Material De e Laboração: Saia (cetim), blusa (malha), Ano da peça: Mais de 40 anos, Data da doação: 17 de fevereiro de 2016,⁵⁴.

FIGURA 34 - Dona Maria e a roupa de caixeira.



Foto: Geovania Machado Aires. 2016.

Atualmente, a filha de dona Maria das Dores Machado segue como caixeira e membro de bambaê de crianças de sua comunidade quilombola de Boa Vontade, Território do Formoso. Esta foto foi tirada em frente a sua residência, feita de taipa. Esta foi uma das vestimentas mais usadas nas festas do bambaê, caroço, e, principalmente, divino espírito santo, por Bernarda Machado Pereira.

Através destas informações, aponto as diversas maneiras do aprender diferente no Território do Formoso. Interligando o saber do Centro de Ciências e Saberes com a integração escolar. E pensar de certa forma, que a escola vai interagir com o conhecimento que estão fora do seu convívio disciplinar. Um espaço de conhecimento que as próprias comunidades quilombolas planejaram e ajudaram a compor, basta observar atentamente a forma como cada elemento está exposto no Centro de Saberes, que está localizado na comunidade quilombola do Bairro Novo. O educar para os quilombolas deste território se baseia nesse conjunto de ideias ditas até aqui. E que nossas histórias não sejam vistas apenas no Centro de Ciências e

⁵⁴Esta descrição foi tirada da etiqueta presente na exposição “Saberes tradicionais e etnografia”, em abril de 2016, na Casa do Maranhão, em São Luís, MA.

Saberes, mas que se espalhem em outras narrativas quilombolas contadas pelos agentes sociais, e ensinadas pelos professores e aprendidos pelos estudantes, ou vice-versa.

A história é sobretudo produzida a partir de silenciamentos pelos quais os muitos atores sociais e a diversidade cultural são reduzidos aos fatos e aos personagens mais importantes. Cabe no nosso ofício docente, enquanto professores – pesquisadores, buscar os caminhos pelos quais a multiplicidade dos processos sócio - históricos possa ser restituída e confrontada com os processos atuais pelos quais passam muitos de nossos estudantes. (OLIVEIRA, s/d, p. 23).

Cabe dizer também que a comunidade é o palco dos saberes, que a roça, as toadas, a farinha, os relatos dos intelectuais locais são conhecimentos que estão fora da escola. E que agora tudo isso passa a ser mostrado dentro desse novo espaço não formal de educação, o Centro de Ciências e Saberes. E dar vida ao novo espaço que é o Centro de Ciências e Saberes, que é um lugar também de conhecimento, é fortalecer os laços através da reunião dos saberes locais, mantidos pelos moradores. Essa é uma educação informal que fornece o aprender diferente. O saber se relacionar diferente. Talvez seja uma nova forma de “prática de interlocução” com os saberes formais que já estava sendo gestada há mais tempo, quando os mias sábios guardavam objetos, saberes e histórias para serem repassados. Ou recriados em uma nova função, em um novo espaço de construção de memória, que é a “ligação entre os dados”, como já foi dito.

[A]s narrativas orais e trajetórias de agentes sociais que figuram como lideranças importantes para os diferentes grupos sociais, a partir de seu ponto de vista, da linguagem usada na comunidade e dando todo protagonismo e autonomia ao dono da sua história é de fundamental importância em uma sociedade marcada pela perpetuação de genealogias das elites. É reconhecer a importância dos sacrifícios de mártires das lutas travadas por esses grupos por uma sociedade mais justa, que reconheça e repete as diferenças. É também de certa forma garantir referências futuras para os grupos e suas lideranças. (PEREIRA JUNIOR, 2016, p. 14).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais novo de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve nas narrativas ora apresentadas e os riscos que ocorrem os que persistem defendendo a sua identidade quilombola. (ALMEIDA. 2016, p. 11).

Soma-se a tudo isso um conflito na área da educação. Sendo que há um código de leis já aprovado que deveria estar regendo a implantação das escolas em áreas das assim chamadas “comunidades tradicionais”. A não implementação de determinações contidas na lei que rege a educação no país, Lei de Diretrizes Bases 9.394 de 1996, que prevê esses direitos, que as escolas deveriam incorporar os saberes locais nos currículos escolares gera uma outra forma de violência. Uma violência que explicita a não consideração e o não desejo do estado na reprodução social e cultural dessas comunidades.

Esta “educação a céu aberto” da qual falo é o próprio quilombo que compõe. Significa um conjunto de saberes que já existe e já educa, há várias gerações, os moradores do quilombo. E esses saberes poderiam estar contemplados e em diálogo com os conteúdos da escola institucionalizada na comunidade. O espaço escolar reforça esse conflito de não reconhecimento dessas comunidades ao não reconhecer os saberes que se reproduzem entre os quilombolas por autodeterminação destes.

Apesar dos números de quilombos e das leis existentes, as políticas governamentais são ineficientes e os conflitos constantes e crescentes. A problemática da invasão das terras quilombolas por pretensos proprietários arrasta-se ao longo dos anos como resultado de uma política fundiária inadequada que permite a grilagem de terras ocupadas pelas comunidades tradicionais, e privilegia o interesse dos grandes grupos econômicos, como empresas madeireiras, siderúrgicas, termoeletricas, fazendeiros, grupos políticos locais e, ainda, por projetos governamentais pouco planejados e que ignoram as especificidades e modos de vida desses povos e comunidades. (MARTINS, 2012. p. 64).

A partir das narrativas faladas pelos meus entrevistados, e a partir de minha própria experiência, tudo que está inserido nessa educação a céu aberto é o quilombo. E os alunos e professores que são, inclusive, moradores desse quilombo, precisam saber que fora e em volta dessa escola a céu aberto, há outra escola, a que vem de fora, que pode se instituir preocupada com o aprender diferente, que pode aprender com o quilombo e se colocar em diálogo. Cabe desenhar estratégias para essas novas “práticas de interlocução”⁵⁵ desejáveis.

Este trabalho sobre uma educação a céu aberto nos aponta a importância do reconhecimento dos saberes e conhecimentos inseridos nas comunidades quilombolas, aqui, especialmente, no Território do Formoso, e nos aponta também como o não reconhecimento pela escola desses elementos acaba por agravar as situações de conflito e a escola acaba não cumprindo seu papel de fortalecimento de seus alunos.

⁵⁵ Expressão do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida na epígrafe deste trabalho.

Referências Bibliográficas

ACHEBE, C. **A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AIRES, G. M. “Bambaê: A história que encanta: a dança e a cultura dos jovens no Bairro novo”. *In*: MARTINS, C.C.; FILHO, A.C.; PEREIRA JUNIOR, D. (Orgs.). **Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilizações**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 135 - 136.

ALMEIDA, A. W. B. de. *et al.* **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luis: MIQCB/Balaios Typhografia, 2000.

ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.). **Histórias do padrinho Domingos: o doutor de ossos de Canelatiua/ Domingos Ribeiro**. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. *In*: O’Dwyer, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43 - 81.

_____. “Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais’ como fator essencial de transição econômica - pontos resumidos para uma discussão”. *In*: **Somanlu**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, v.4, n. 1, jan/jun, 2004.

_____. “Biologismo, Geografismo e Dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual”. *In*: NORONHA, N. M. de.; ATHIAS, R. (Orgs.). **Ciência e saberes na Amazônia: indivíduo, coletividades, gêneros e etnias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008a, p. 71 - 96.

_____. “O mapeamento social, os conflitos e o censo: uma apresentação das primeiras dificuldades”. *In*: SANTOS, G. S. (Org.). **Estigmatização e território**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008b. p. 19 - 33.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas: Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**. Manaus: PPGSCA - UFAM, 2006.

_____. **Quilombolas e Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

_____. “O mapeamento social”. *In*: VALLE, C. do. *et al.* (Org.). **Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará - religiões afro - brasileiras e ameríndias da Amazônia: afirmando identidade na diversidade**. Rio de Janeiro / Brasília: Casa 8, IPHAN, 2012. p. 7 - 9. (Apresentação de livro).

_____. “Apresentação das coleções: ‘narrativas quilombolas’ e ‘luta e resistência quilombolas’”. In: VALLE, C. do. *et al.* (Org.). **Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta/ Maria Nice Machado Aires**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. p. 7 - 12. (Apresentação coleção).

ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações Indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

BOURDIEU, P. **Razões praticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. “A força da representação”. **A economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 107 – 116.

BOURDIEU, P.; CHABOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOLETIM INFORMATIVO. **Guerra do Carvão / Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA Edições, v.1, jun. 2014a. 13p.

BOLETIM INFORMATIVO. **Território de Sansapé, Território de Formoso, Território de Monte Cristo / Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA Edições, v. 2, jun. 2014b. 15p.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dez. 1996; 175º da Independência e 108º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 31 de julho 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Regulamenta o processo de certidão do tambor de crioula. Brasília, DF, 20 de nov 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tambor%20de%20CrioulaCertidao.pdf> – . Acesso: 08 de agosto de 2016.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA Edições, v. 2, jun, 2014. 15p.

CARPENTIER, A. **O reino deste mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COSTA, R. de. C. P. **“Como uma Comunidade”**: formas associativas em Santo Antônio /PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade. 2008. 253f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Pará, Belém - PA.

DOMINGUES, H. M. B.; ALMEIDA, A. W. B. de. (Orgs.). **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FABIAN, J. “A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação”. *In: Mana*. Rio de Janeiro, v. 12, n.2, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000200010>. Acesso em: 3 de mar de 2016.

FABIAN, J. “Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar”. *In: Mana*. Rio de Janeiro, v. 16, n.1, 2010. Artigo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000100003>. Acesso em: 3 de mar de 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GÓES, M. **De pé no chão também se aprende a ler**. Civilização Brasileira. 1994.

GONÇALVES, J. R. S. “Patrimônio, Memória e Etnicidade: reinvenções da cultura açoriana”. *In: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseReginaldoGoncalves.pdf>. Acesso em: 08 de jul de 2016.

GONÇALVES, J. R. S. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.11, n. 23, jan/jun, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a0v1123.pdf>. Acesso em: 08 de jul de 2016.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. (Org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX / James Clifford**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

LEACH, E. R. **Repensando a antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LASK, T. (Org.). **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas / Fredrik Barth**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, C.C. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu, nossa poupança**. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2012a.

_____. *et al.* “Dossier dos conflitos e ameaças de morte contra quilombolas do Maranhão”. *In: ALMEIDA, A. W. B. de. et al. (Org.). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2012b.

_____. *et al.* “Diferentes modalidades de violência em contexto de afirmação étnica”. *In: BARBOSA, V. de. O.; MELO, A.da. S. (Orgs.). Mulheres rurais e violência: algumas abordagens*. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 153 - 169.

_____. *et al.*(Org.). **Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial / Leonardo dos Anjos**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

_____. **Cartografia Social e Política da Amazônia**. Palestra realizada no Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro - RJ, (1 jul. 2016).

_____. “É encontro”. *In: VALLE, C. do. et al. (Org.). Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará - religiões afro - brasileiras e ameríndias da Amazônia: afirmando identidade na diversidade*. Rio de Janeiro / Brasília: Casa 8, IPHAN, 2012c. p. 11 - 15. (Prefácio de livro).

NUNES, P. M. P. *et al.*(Org.). **A história das ciências e os saberes na Amazônia / Heloisa Maria Bertol Domingues**. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8, Coleção Aulas Inaugurais, 2016.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Os Primeiros Brasileiros**. Rio de Janeiro. Museu Nacional/UFRJ. s/d.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense**. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade federal da Bahia, Salvador - BA.

PEREIRA JUNIOR, D. “Esboço da trajetória de uma liderança quilombola de Alcântara”. *In: MARTINS et al.*(Org.). **Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial / Leonardo dos Anjos**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. p. 13 - 17. (Prefácio de livro).

RANCIÈRE, J. “O Descenso”. *In: NOVAIS, A.*(Org.). **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, H. O. **A educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais**. São Luís: EDUFMA, 2011.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SANTOS, D. dos. (Org.). **Resistência e fé: o “cabeça”, narrativas de um quilombola/ Ednaldo Padilha**. Rio de Janeiro: Casa 8/ PPGCSPA - UEMA, 2015.

SANTOS, S. N. dos.; CARDOSO, D. M. “Na feira também se aprende: transmissão de saberes no setor de farinhas no complexo Ver - o – Peso”. *In*: LEITÃO, W. M. (Org.). **Ver - o - Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015. v. 2, p 191 - 208.

SOUSA, J. (Org.). “Da Redistribuição? Dilemas da Justiça na Era Pós Socialista - Nancy Frazer”. **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALLE, C. do. *et al.* (Org.). **Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará - religiões afro - brasileiras e ameríndias da Amazônia: afirmando identidade na diversidade**. Rio de Janeiro / Brasília: Casa 8, IPHAN, 2012.

VALLE, C. do. “Àqueles que escapam a todas as tentativas de aprisionamento”. *In*: MARTINS, C.C.; FILHO, A.C.; PEREIRA JUNIOR, D. (Orgs.). **Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilizações**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 13 - 15. (Apresentação de livro).

VALLE, C. do. *et al.* (Org.). **Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta/ Maria Nice Machado Aires**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

VALLE, C. do e MARIN, R. E. A. “O estudante negro e a negritude em Paris nos anos 20 e 30 do século XX”. *In*: SISS, A. e MONTEIRO, A. **Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações**. Rio de Janeiro: Edur e Quartet, 2011.

ANEXO

Entrevistas realizadas por Geovania Machado Aires

ANEXO A - Entrevista consolidada com Maria Nice Machado Aires, 2015.

No contexto das conversas ocorridas durante o evento Quilombolas do Brasil, promovido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2015, lembramos da conversa com Joaquim Silva e Mauro Leite no sofá do hotel Portas da Amazônia, às 14:00 horas, na Praia Grande, Centro Histórico. A senhora Maria Nice nos contou sobre a luta nesses territórios e, posteriormente, sobre a trajetória de seu pai, Apolônio Machado, que a influenciou desde a juventude, nos movimentos.

Geovania - Na forma de abraçar as causas dos movimentos e defesa dos territórios do Município de Penalva, responde-nos a seguinte pergunta: Como se deu a formação desses territórios, nesse espaço? Como as pessoas aceitam ou defendem como território?

Nice - Primeiro é a questão do território. Em 1970, eu tinha pouca experiência sobre território, aí, meu avó Pedro Celestino Costa, ele falava que essas áreas pertenciam aos negros. Era terra de preto, que falavam. A terra de preto que é a área dos quilombolas, e pertencia a eles. Ele foi dizendo que o avó dele, e o avô dele era escravo, ele trabalhava nessa região. Ele foi dizendo o nome dos engenhos. Ele falou do engenho da Enseada da Mata, do Engenho Sansapé, Monte Cristo e São Luís. Então, esses engenhos eles eram do grupo igual às fazendas agora. Tem um fazendeiro aqui, um em Viana outro em Cajarí, em Penalva, assim que era. Ele disse que tinha uns donos de engenho que era melhor que os outros, e tinha outros que eram maus, mais que o outro, né. Como eles falavam, esse da Enseada da Mata que é justamente aqui, no Bairro Novo, era o mais perverso de todo mundo. O de Sansapé ainda dava açúcar, dava mel, garapa para os trabalhadores escravos, dava por filhos. Esse de Enseada da Mata não dava, né. O de Monte Cristo, ele disse que era um pouco cruel; E o de São Luís, ele disse que não era muito bom, mas que era parcial. Ele falou que era só um grupo que trabalhava nas quatro fazendas, que era o engenho. Aí, desse engenho, o de Sansapé, construiu um elevador. O elevador era um motor que pegava lenha e jogava debaixo do tacho. Por isso, os outros fugiam da Enseada da Mata e os outros de Monte Cristo fugiam e iam por Sansapé, porque tinha essa melhora. E não forcejavam pra jogar dentro do tacho porque o fogo era mais forte do que tudo. Tinha uma briga entre eles, porque esse de Sansapé, quando o povo chegava pra trabalhar ele aceitava, né. E esse outro não tinha elevador. O povo fugia e dentro da razão tinha mais gente trabalhando no de Sansapé do que no de Enseada da Mata. Eles mandavam bilhete um para o outro, brincavam. Um negro de

um levava para o de outro, o outro vinha deixar, e era aquela confusão.

Eles, pessoal todo que era do engenho foi ficando: meu avô, meu bisavô, meu pai, eu, tá entendendo. Aí, depois que começamos a trabalhar no movimento, aí, fomos compreendendo o que era escravo; o que era engenho o que era quilombola; o que era território! Então, território é aquela área que era o tamanho do engenho todinho; esses quatros engenhos que contam na carta régia, é que esses quatros engenhos, têm duzentos mil hectares. Aumentou mais gente. Já temos cinco mil e duzentas famílias e 31 mil e 100 habitantes ou talvez 34 mil, que às vezes não são conferidos certos dentro dos quatro territórios. A gente acha até que diminuiu. Já têm outras áreas de assentamentos que já pegou um pedaço do território, mas o que nós estamos falando tá inteiro. É só que vão ser criadas as reservas extrativistas quilombolas. Então, quando se fala em reserva extrativista quilombola, porque você preserva, conserva e respeita as tradições, as culturas, os costumes e tem a preservação ambiental é porque muita gente, se não tiver uma capacitação ambiental, eles não vão preservar, vai ajudar a destruir. Então, a reserva é dar um curso de formação para que a água seja sadia. Que a floresta seja viva; que tenha os animais na floresta; que nós tenhamos uma saúde digna, de qualidade; não ser humilhado, que vivemos do nosso extrativismo e de nossa agricultura. Então, os dois projetos se unem e se juntam em só um e nós já temos experiência de algumas reservas extrativistas quilombolas que deram certo. Continuam ainda com as tradições, continuam ainda com os costumes, continuam com as suas culturas e com a preservação. Inclusive, a reserva de Frechal quando eles receberam a área desapropriada só tinha capim, não tinha nenhum pé de pau. Hoje virou floresta, já tem rio com água e muito peixe, tem as lagoas, tem os igarapés, tem os olhos d'águas, muita paca, muito tatu, tudo da floresta tem. Tem muita Jussara, muito babaçu, madeira, tem tudo. Nós não precisa comprar nada, porque lá tem tudo.

Então, nós seguimos a experiência dessa reserva quilombola extrativista porque tem os dois lados que segura o direito. Essa é a questão do território. E para trabalhar melhor, a gente dividiu a regional da baixada em territórios, né. Cada município tem seu território e dentro do território divide em núcleo. Aqui um território só é dividido em quatro núcleos. O núcleo de Enseada da mata tem 54 comunidades, mil e seiscentas famílias, onze mil hectares de água e setenta e quatro mil hectares de terra e forma oitenta e cinco mil hectares entre terra e água. Tem mais terra do que água. O Território do Formoso tem 86 mil hectares, o de Sansapé tem 23 mil hectares e o de Monte Cristo são 18 mil entre água e terra. Tudo somado dá só um território completo. Nós

dividimos em núcleos pra melhor organizar as comunidades, tá. Aí, tem 18 comunidades em Sansapé, tem 28 no São Luís e 12 no Monte Cristo. Nós dividimos em núcleos e conseguimos formar em um grupo só. Então, a nossa ideia é fazer a desapropriação, a titulação, a demarcação e a sinalização de toda área completa. Que todo mundo seja beneficiado, que não saia só um projeto e que os quatro núcleos sejam formados em só um. Nós dividimos não pra separar, mas para melhorar, articular e conscientizar as pessoas. Agora, todo mundo formou um livro que nós chamamos de cartografia, tá, com todo detalhe da história do trabalho.

Assim é que era. Então, com as informações que eu tinha do meu avó, tinha do meu pai, eu já nasci com aquela ideia de trabalhar. Então, eu não trabalhei só aqui. Eu trabalhei na região do Cajari, que é outro município, na região de Monção, Pedro do Rosário, da Matinha, de Viana, de Cururupu. Trabalhamos também na reserva do Ciriaco. A gente é um grupo que não trabalha só no território da gente. Trabalhamos nos outros territórios para somar. Então, esse é meu trabalho. Faço no Maranhão todo e no Brasil também. E tem outras reservas em outros estados que também fazem parte do trabalho. Quando comecei a trabalhar no CNS todas as reservas nacionais que a gente faz parte... A ideia da gente só no Maranhão têm 60 reservas extrativistas, no momento tem só quatro trabalhadas e queremos ver se nós passamos pra 56 pra ser trabalhadas. No momento a gente está indicando 15 pra ser prioridade, que estão mais organizadas. Nossa ideia é essa. Estamos participando dos trabalhos de base do município, das regiões, do estado, interestadual, nacional e internacional. Porque já fizemos essa discussão não só no Brasil, mas em outros países, que a gente tem feito essa discussão da criação da reserva extrativista dos quilombolas e trabalhando na agricultura. Porque todos os trabalhos, um contribui com o outro. Porque a agricultura está ligado ao extrativismo. O que você trabalha pra sobreviver é chamado de agricultura familiar.

Geovania - Na formação dos territórios, quem foram as pessoas envolvidas pra formar esses territórios?

Nice - Olha, primeiros nós fomos envolvendo os presidentes de comunidades para tirar o documento do povo todinho, que não tinha documento. Algumas pessoas com 40 anos não tinham identidade, né. Depois de tirar os documentos das pessoas nós fomos organizar, criar as associações pra poder ter força jurídica. Sem associação não tem força jurídica. A associação também é uma entidade jurídica. Porque ela dá alguns direito de trabalhar a questão social e as

questões políticas que precisam ser trabalhadas nas áreas de todo mundo. Primeiro a gente criou, com a documentação, e trabalhou com as mulheres. E mulher nesse tempo não saía, ficava na cozinha ou pra parir, não se engajava nos movimentos. Depois de trabalhar com a juventude, né... A juventude precisa porque 60% da população do Brasil é jovem. Se eles não estão envolvidos a gente enfraquece. E fomos trabalhar nesse sentido, dessa capacitação e informação; e que eles também se envolvessem. E, hoje tá todo mundo envolvido e preparado pra criação da reserva extrativista. E dentro do movimento, das associações tá todo mundo, e não tem ninguém pra dizer, hoje estou fora. Aí, têm umas pessoas que não têm documento, porque nem todo mundo é só de um jeito. E nós estamos trabalhando pra que todo mundo seja igual.

Geovania - Como era essa relação da senhora junto com seu pai nessa interação dos trabalhos com os movimentos sociais?

Nice – Eu primeiro tenho uma experiência do meu pai negro assim - aliás, preto na cor e negro na raça, né - muito assim, inteligente. Era criado dele mesmo né. Ele sabia falar bem, ele entendia as coisas rápido, né. Eu era a única pessoa que compreendia ele, né. A primeira pessoa que foi em São Luís, dessa região, foi ele e foi sozinho. Nesse tempo existia uma lancha chamada Ribamar. Ele entrou em contato com o dono da lancha e pediu que levasse ele na casa do governador. Era Pedro Neiva de Santana. Não lembro nem que ano foi. Eu tava bem pequena. Ele foi e passou um mês. Todo mundo já tava dizendo que ele tinha se acabado ou morrido lá. Aí, não foi. Porque ele fez uma roça e a roça deu um mal nesse tempo que acabou com todo arroz. E ele foi lá no governador pra poder ver o que se poderia fazer. Aí, o governo contribui com ele e com os outros, né. Aí, ele já começou desse tempo, já direto com o governo fazendo empréstimo, trabalhando e pagando, já entendeu. Nem pensava nisso. Foi a primeira pessoa. Aí, ele foi lá e todo mundo pensava e chorava por que ele não chegou. Ele nunca tinha ido, não sabia ler, mas ele era muito inteligente pra compreender as coisas. Foi a primeira pessoa que usou rádio. Ele escutava rádio e compreendia tudo o que o rádio dizia e através do rádio ele aprendeu a ir em São Luís. Eu nem sabia. Eu era bem pequena e nem pensava nisso. Ele me incentivava muito. Primeiro na questão da igreja. Eu gostava muito de cantar. Ele dizia: é bom tu ir pra igreja. E nego cantava! E depois veio um chamado pra ter participação na igreja. Eu tinha 11 anos. Ele foi o primeiro a indicar o meu nome. Ele achava que eu dava conta do trabalho. E daí nós fomos. Começou primeiro pela articulação da Igreja Católica: treinamento que eu fazia. E daí com 14 anos eu já começava a

coordenar, a fazer reunião da base. Aquela coisa toda. Já começamos a trabalhar e depois foi criando os movimentos. E quase todos esses movimentos eu ajudei a criar. Eu era bem nova quando começou. Aí, eu estou até hoje e nunca larguei, e é assim que é. E aí veio a CPT [Comissão Pastoral da Terra], a Cáritas - que trabalhava com a Igreja Católica. Primeiro tinha o movimento CCN [Centro de Cultura Negra], tinha monte de movimentos antes desses que tem agora e que é voltado pra negro - da conscientização do negro pra respeitar as culturas, nosso trabalho e todo trabalho da gente fosse respeitado. No passado, pessoas que trabalhavam como doutor do mato tinham que trabalhar escondido porque ele podia ser preso, já entendeu? Então, assim que era depois essa liberdade. Foi trabalhando com os direitos pra que tivesse uma liberdade pra ser feito isso, entendeu. Esse é o direito que nós estamos lutando até hoje. O que está aprovado nós estamos brigando pra sair do papel, né, e que seja na prática.

Geovania - Ok, Maria Nice, obrigada pela compreensão.

ANEXO B – Entrevista com Maria Nice Machado Aires. Dia 03 de janeiro de 2016.

Nos dias 03 de janeiro de 2016, na sala de sua residência, fiz algumas perguntas referentes à roça.

Geovania - Mãe, qual é mês que eles fazem as roças?

Nice - Minha filha, eles começam a fazer no período de janeiro, tem comunidade que passa o ano todo fazendo roça. Zequinha, se tu perguntar pra ele, ele vai dizer que faz o ano todo.

Geovania - Eu perguntei pra seu Fabrício.

Nice - Pergunta pra ele também.

Geovania - Existe alguma diferença se fazer em outro mês?

Nice - Tem minha filha. Só que o mês de janeiro é o melhor mês pra plantar, é o período de chuva, a terra fica boa pra plantar, tem uma serie de coisa pra se plantar nesse mês de janeiro. Só que também existe a roça de verão do mês de agosto pra frente, essa aí dura mais tempo, essa é mais pra ficar com alguma coisa plantada. A roça de verão se plantada mais a mandioca, cheiro verde, pimenta, limão, cebola verde. Mas se planta mais a mandioca, porque a mandioca segura no verão. Se plantar melancia, arroz, milho, pode até nascer, mas não vai vigar direito, porque esses tipos de plantação precisa mais é de chuva.

Geovania - Esse tipo de roça eles vendem alguma coisa?

Nice - Tem gente que faz a farinha pra vender, só que às vezes fica mais pra consumo de casa.

Geovania - Ah tá. Como que é feita a roça, eles plantam tudo junto, ou existe algum período que é plantado cada um no seu tempo? Como que é?

Nice - Tem gente que gosta de plantar separado: mandioca pra um lado, milho pra outro, arroz pra outro lado, assim vai. Também tem aquele que planta misturado. O misturado que eu falo é aqueles que eles plantam o arroz junto com o quiabo, a mandioca com a melancia, mas cada um na sua cova, não os dois na mesma cova. Cada um tem sua cova, só que eles ficam perto um do outro.

Geovania – Ah tá. E não tem problema misturar?

Nice – Não. Só que ele separado fica melhor de tirar quando fica bom.

Geovania - Tem muita roça nesse período?

Nice – Tem. Mas, tem muita coisa que afeta a gente ainda. Os fazendeiros estão aí pra acabar com tudo. Os ditos donos das terras cercam até os campos naturais e toda população da zona rural são proibidas de tirar seus sustentos no ato da pescaria. As pessoas deixam seu lugar de plantio, de sua roça, onde eles produzem seu arroz, sua farinha, sua horta em casa pra vir pra cidade.

Eu vejo esse povo que vai pra São Paulo, Santa Catarina pra arranjar emprego e quando chega lá não tem onde morar, dormir. Eles ficando aqui, eles ganham muito mais do que lá.

Aqui, se faz uma roça de mandioca, depois faz a farinha dar mais dinheiro que lá. Tudo pra lá é caro. Aqui não. Aqui você pode fazer uma roça, pode pescar, pode fazer uma casa de taipa e viver melhor. Aquele meu afilhado foi trabalhar pra São Paulo e não quis mais voltar, por isso. Lá, eles exploram o pobre.

Geovania - Esse seu afilhado está aonde agora?

Nice - Ele voltou pra Boa Vontade. Lá na comunidade, ele vive melhor. Lá ele planta, faz as casas que sabe fazer. É um bom pedreiro.

Geovania – Voltou.

Nice – Que esse povo acha que a cidade é melhor. Ver esse povo que vem pra cidade que não tem estudo, emprego e vive ai atoa. Lá em São Luís eu vejo aquele bairro do Coroadinho. Muita gente que tá ali é de Penalva. Passei por lar conheci muita gente daqui.

Geovania - Vixe

Nice – Se eu não tivesse fazendo esse trabalho de ir nas comunidades pra eles permanecerem lá, em Penalva não tinha mais comunidade. Meu trabalho é fazer com que os moradores fiquem

fazendo sua roça, quebrando seu coco. Minha filha, bom de morar é na zona rural, tem gente que gosta de morar na cidade, eu não. Prefiro minhas coisas naturais, minha natureza é a zona rural. Penalva não me orgulha. O que me orgulha é o povo que luta pra suas comunidades. Essa atitude pra mim não é nada, tão tal quem sustenta a cidade grande é aquele agricultor que está na roça, aquele da horta, isso tudo eles não querem enxergar como coisa boa.

Primeiro porque você vem pra cidade não tem casa pra morar. Às vezes fica dependendo do parente, do vizinho, passa fome e fica desse jeito.

Geovania - Então, a zona rural tem de tudo e as pessoas não sabem?

Nice - Aqui a gente faz de tudo. Eu quando chego desses lugares fico a vontade. Aqui eu faço tudo. Lá fica só meu corpo, aqui não, fica tudo. (risos).

Geovania - A senhora se sente bem?

Nice - Aqui é tudo. Tem a natureza, tem o peixe, têm as frutas naturais, têm as pessoas que são meus companheiros de luta. O grande problema aqui é que não temos a terra sinalizada, demarcada e titulada. Quando nossa terra for titulada será tudo nosso e os fazendeiros vão tudo embora. E tem outro problema: os conflitos que envolvem nós quebradeiras, agricultores, quilombolas. Tudo por causa dos fazendeiros. O fazendeiro compra um pedaço de terra e ao cercar sua área cobre toda parte designada aos herdeiros. O fazendeiro compra as terras só pra retirar as famílias das comunidades. Eu vejo muito acontecer. Os presidentes das comunidades chegam na minha casa pra saber o que fazer. Acontece muito na região de Enseada da Mata. E outros também. Na região do Formoso se a gente passar por lá a gente vai ver o tanto de palmeiras derrubadas. Tudo ação do fazendeiro.

Geovania - A grande questão é a desapropriação da terra?

Nice - A terra sendo nossa, a gente pode plantar a vontade que o fazendeiro não vai colocar a gente pra fora. A terra será preservada, cuidada e tratada. Nós lutamos por uma vida mais digna onde quilombolas também quebram coco babaçu, quilombola é extrativista, é agricultor. Aqui nós vivemos do bom e do melhor. Aqui não se preocupa com comida. Aqui tem de tudo. Tem limão, tem farinha, o arroz, o peixe. A gente vive é assim.

ANEXO C - Entrevista com José Ribamar dos Santos Machado, realizada no dia 02 de agosto de 2015.

Na manhã do dia 02 de agosto, acompanhada da minha sobrinha Hanna Gabriele Machado de 11 anos e o motoqueiro Antônio estivemos na residência do senhor José Ribamar dos Santos Machado de 52 anos, filho de Domingos Avelino Machado e Januaria Bispo dos Santos Machado.

Geovania - O senhor lembra da primeira música que fez?

Zé Machado – Não. Lembrei. Acho que foi em toda brincadeira que meu pai gostava. Tinha outra que não lembro agora, todas tá no cd.

Geovania - Quem é Zé Machado?

Zé Machado - Ah minha filha, sou um homem feliz, negro com orgulho, que trabalha com algumas coisas aí. Sou agricultor, pescador, tocador de tudo, patrão de boi, guio baile de São Gonçalo, toco caixa, toco seresta, tambor de crioula, mina, guio ladainhas. Tudo.

Geovania - Essas coisas aí é o quê?

Zé Machado - Não gosto de dizer, mas faço minhas coisas quando fica alguma criança doente por aí. Faço garrafadas, remedinho pra curar eles, né.

Geovania - O senhor é benzedor?

Zé Machado - Faço minhas coisas. Tenho meu barraco aí do lado.

Geovania - Terreiro?

Zé Machado - Você sabe né. É meu terreiro onde faço minhas curas. Você está convidada pra no dia 05 de setembro desse ano pra vê o que eu faço. Mas vem mesmo. Estou te esperando. Só assim tu vai saber quem é Zé Machado.

Geovania - Vou fazer o possível pra vim. Pode ser?

Zé Machado - Minha filha resolve.

Geovania - O Senhor Nasceu aonde?

Zé Machado - Segundo meus pais, eu nasci na comunidade de Saubeiro, aqui mesmo em Penalva, onde tua mãe nasceu também - minha prima bem pertinho. Meu pai era primo do teu avó. Hoje tou aqui morando com minha esposa e esses aí.

Geovania - Aqui é Ludovico, mas porque o senhor saiu de lá?

Zé Machado - Por causa de algumas coisas. Minha irmã ficou mal com meu filho. Depois ficou doida, queria me matar. O filho dela pegou uma faca e me furou. Ela apoiou o que o filho dela fez. Então, vim pra cá. Foi questão de família. Era uma coisa muito doida minha filha. Foi isso.

Eu não gosto de contar.

Geovania - Com quantos anos o senhor começou a cantar e a tocar?

Zé Machado - Eu toco violão desde 10 anos. Minha lembrança que tenho do meu pai e do tempo de criança era um tamarineiro onde aprendi toca violão. Esse pé de tamarindo ainda existe. Ele fez uma música que tá no primeiro CD. Depois canto pra minha filha. Eu agradeço o dom que Deus me deu. Não sei lê, mas sei cantar, tocar, e sei fazer o que eu gosto. Vou eu contar uma história aqui. Eu tinha uma professora que ela fazia de tudo pra mim aprender, mas até hoje eu não consegui aprender. Fazia atividade e nada, mas sabia cantar desde criança; esse era meu dom. Eles ficam perguntando como que eu consegui gravar as musicas, se eu não sei ler? Tinha uma mulher que me viu cantando, aí ela ficou me olhando, achou admirado. E, quando eu terminei de cantar ela veio até onde eu tava. E pediu que eu escrevesse a letra da musica que ela achou muito bonita. Só que eu fiquei parado olhando pra ela. Eu peguei a caneta que tava no meu bolso da camisa. Ela pensou que eu ia escrever. Eu disse pra ela: escreve pra mim eu não sei lê. Ela me olhou e disse: o senhor não sabe escrever? Eu respondi: não sei escrever e nem ler, mas se você quiser que eu cante pra você escrever, eu canto quantas vezes você quiser. Ela escreveu. Essa mulher era de outro estado. Eu fui verdadeiro com ela. Minha filha o que é importante pro homem e pra mulher é a verdade. Fale a verdade que você será bem sucedida. Eu moro com minha mulher até hoje por causa disso. Tenho respeito e falo a verdade. O casamento é feito de verdade.

Geovania - Essa professora que o senhor falou, era da escola onde estudava?

Zé Machado - Sim, ela queria que eu aprendesse a força. Mas não entra nessa cabeça e não adianta. Eu já fiz de tudo. Acho que é melhor assim porque se não eu não tinha esse saber que eu tenho. Esse dom que Deus me deu. Todo mundo que me encontra fala que eu sou o melhor cantor e tocador de bumba meu boi dessa região. Se o povo tá falando!

Geovania - Como era o nome da professora?

Zé Machado - Minha filha não lembro. Se eu lembrar te digo.

Geovania - Você é orgulho para seu pai?

Zé Machado – Sim. Toda minha família é um orgulho. Aqui todo mundo canta, e meus filhos tocam. Nessa terra onde nasci tem uma família de cantador de bumba meu boi. Aqui todo mundo faz tudo. Ele tá agradecendo lá o que eu tou fazendo, seguindo as coisas que ele deixou pra mim, tou cuidando.

Geovania: Eu ouvir falar da família que cantava e hoje estou diante dela. É uma oportunidade está entrevistando você.

Geovania - Quantos filhos o senhor têm?

Zé Machado - Tenho quatro filhos: três homens e uma mulher.

Geovania - Quais os nomes deles?

Zé Machado - Dedeco - Edmilson Janse Machado - 21 anos; Netinho - Domingos Avelino Machado Neto - 24 anos; Papudo - Erenilson Janse Machado- 26 anos; Pretinha - Neuriene Janse Machado - 28 anos.

Geovania - Quais brincadeiras que seu pai gostava?

Zé Machado - Ele gostava de tudo e fazia tudo. Era curador, benzedor; tinha seu terreiro, tocava tudo; cantava muito; era patrão de boi; guiava baile de São Gonçalo. Tinha uma sabedoria de botar orgulho. Tudo que eu sou, devo a meu pai. Eu tou aqui fazendo o que ele gostava: guio Baile de São Gonçalo, sou tocador de rabeça, violão, teclado, sanfona, toco tudo minha filha. O que botar pra mim fazer eu faço. Sou patrão de boi, canto com orgulho meu bumba meu boi. Toco caixa, tambor de crioula, tambor de mina, sou tocador e cantor de seresta. Tudo o que tu imagina de cultura eu faço.

Geovania: Eu pensei que o senhor fosse apenas cantador de bumba meu boi e doutor do mato.

Zé Machado - Não minha filha. Eu faço tudo. Se tu me colocar pra apresentar qualquer cultura eu faço ao vivo pra você vê.

Geovania - Conte um pouco sobre a produção de suas toadas?

Zé Machado - Eu falo assim quando tem alguma coisa que incomoda a gente. Eu faço em homenagem pra alguém e também da luta da gente. A música que eu fiz sobre o prefeito porque ele foi lá na minha casa e disse: - Zé Machado, eu vou ti ajudar. Vou fazer estrada pra vocês. Aqui é seco demais. Eu vou fazer o poço pra vocês; colégio, pro filhos de vocês estudar, e vou te dar uma ajuda na tua casa. Eu vou fazer tua casa. Eu disse: - é mesmo ? O prefeito: - é, vou fazer tua casa. Chamei a família pra voltar em E e a gente tinha amizade tal. Conseguimos trinta e seis voto pra ele. E cheguei na casa dele. Soube porque ele ganhou e estava agoniadinho de gente. Eu tá lá e ele me chamou lá dentro e me agradeceu e disse: - de janeiro pra frente pode me procurar e tudo. O que eu prometi eu vou fazer pra ti. Eu vou fazer pra ti porque tu me ajudou em cima da hora e te agradeço muito. Só nesse dia que vi ele. Andei que cansei. Nunca que achava ele em casa. Eu não posso dizer que esse mentiu pra mim, foi lá em casa me enganar. Eles falam que

essa toada não roda perto deles lá. Eu quero é ver ele tapar minha boca pra eu não cantar. O vice dele tava lá no Santeiro: -- Ei Zé Machado? Como tá, Zé Machado? Tá bom. O vice: - Cadê o CD que tu fez uma musica pro prefeito? Zé machado: - É pra ti também. Comprou o CD e levou. Minha filha! Nunca mais dou meu voto pra ninguém; eu joga fora, mas não dou. Esse povo aí fica enganando a gente pobre aqui. Essa musica tá aí rodando. Essa Baixada, tudo aqui. O melhor CD de boiada é o meu! No Jacaré faz é dizer: - o homem é o melhor. Se conforme o melhor que tem aqui é ele, nós tudo são cantador, mas o melhor é ele. Eles ficam brabos comigo. Teve uma reunião em Santeiro, de patrão de boi, e falaram em patrão de boi e, Zé Ribeiro, também patrão de boi, disse: - Criança, eu vou dizer uma coisa aqui. Eu não sei se vocês concordam comigo, o tanto de conhecimento que eu tenho. Vocês concordam? Olha, todos que estão aqui somos patrão de boi, todo mundo canta bem, bota toada, mas o melhor que tem aqui, de nós tudinho, é Zé Machado. Eu disse: - Não diz isso. Ele disse: Eu sei que tu é o melhor, Zé Machado. Eu [disse] não tou dizendo, mas você tá dizendo, então é. É minha filha, todo tipo de cultura em cima da terra, se precisar de mim eu sei fazer qualquer uma delas. Eu vi meu pai fazendo e do jeito que ele faz eu sei fazer. Única coisa que eu pai fez em cima da terra, que ele sabe fazer, e eu sei fazer é guiando e tocando. Tem um monte de cantor que não sabe fazer. Eu fiz um Baile de São Gonçalo em Pindaré, foi preciso passar a corda assim pra poder deixar eu apresentar o Baile. Eu tava guinado e tocando. Tem uma porção de tocador e guiador. Aposto fazer... Primeiro toca e depois vai guiar. Eu faço os dois de uma lapada.

Geovania - O senhor é preparado?

Zé Machado - Eu faço mesmo, e tudo. Bambê se tiver. Eu tava tocando ai em Santa Rita, era eu, Dedeco e Netinho, era nove da noite, aí, anunciaram vai ter o Bambê, aí, ensaiei e os pequenos gostam demais. Aí, chegou uma caixeira. Quando chegou mais tarde ela disse: - não vai ter o bambê. Aí, eu disse: - o que foi? A caixeira não veio. Não vai ter o bambê porque a caixeira não veio. Só tem uma. Eu perguntei cadê a caixa, tá ai? A dona da festa disse: - tá. Eu disse: - vai buscar. Ela perguntou: - pra quê? Eu disse: - eu toco a caixa. Ela disse: - o que senhor? Eu disse: - eu toco. Aí, ela foi buscar a caixa e eu me empresei com a caixeira que tava lá e quando toquei bambê todo mundo queria tocar mais eu.

Quando Zé Maia era vivo nós tocamos bambê no Zuquinha. Zé Maia, disse: - Vamo embora no bambê. [Eu perguntei]: - Onde é? Zé Maia: - Na casa de Zuquinha. Fui, chegamos lá. Maria Barros e Maria de Cazi quando me olharam não deixaram eu dançar nenhuma parte que elas não

deixaram. Comigo é tudo. Divino Espírito Santo, tudo eu levo.

Geovania - Qual o período do Baile de São Gonçalo?

Zé Machado - Minha filha é o verão todinho. Eu já toquei um no mês de maio em monção. Dia 22/08 tou em Penalva apresentando e tocando e depois do Baile vou dançar tambor de Mina com Edi Padilha. Aí, vai indo até o final de dezembro. Começo de janeiro tem Baile de São Gonçalo.

O Baile de São Gonçalo de três noites dá mil quinhentos entre guia e tocador. Uma vez fui tocar pro cara e ele já queria me pegar logo. Eu disse: Não, deixa pro dia da festa. Já viu no dia da festa tou lizinho. Se o senhor já sabe que é meu, então deixa guardado lá.

Geovania - Faz muito tempo que não vejo Baile de São Gonçalo.

Zé Machado - O primeiro Baile que apresentei dentro de Penalva foi com aquele pessoal de Euzamar. Os filhos dela nunca tinham dançado Baile. Com a promessa que ela fez, eu que fui apresentar e ensinar o baile pra aqueles pequenos tudinho. Hoje, eles são tudo orgulhoso. Nunca mais me contrataram por baile. Outro dia eu disse pra Vaguinho: - olha, vocês aprenderam a dançar baile de São Gonçalo foi comigo; eu que ensinei vocês. E hoje vocês estão orgulhosos. Até pra me contratar pro baile vocês não me contratam. Contratam Bobocha que tem condição. Eu, vocês não contratam porque eu não tenho condição. Ele disse: - Ah não. Eu disse: - é sim. Eles tinham que lembrar de mim. Ninguém sabia dar nenhum passo. Eles tudinho, fui agarrando no braço pra ensinar dançar. Eles fizeram baile bem aí e não me convidam. Dia 23 de julho teve um lá. Esse primeiro baile eles fizeram um DVD, dizendo eles que é o melhor DVD que tem nessa Baixada. E sempre eles prometem que vai me dar um e nunca me deram.

Geovania - O senhor já foi convidado pra tocar em alguma escola?

Zé Machado - Eu tenho uma rabequinha, tu conhece né?

Geovania - Sim.

Zé Machado - É nela que eu toco Baile de São Gonçalo. Uma escola me convidou pra tocar o hino do Brasil e dentro de Penalva não tinha quem tocasse. Me mandaram chamar lá. Ainda ensaiei. Nesse tempo cobrei uma besteirinha e eles despacharam.

Geovania - Quanto foi?

Zé Machado - Cinquenta reais. Daí, nunca [mais] me convidaram. Esse prefeito aí nunca fez nada e Nauro fazia todo ano, mas nunca me convidou.

Geovania - E isso tudo faz parte da educação. É o que deveria ser!

Zé machado - O primeiro Bumba Meu Boi que apresentei foi em Viana. E nesse tempo o prefeito era Riva Luís, nesse tempo. Quando disseram que era Zé Machado que ia cantar, foi preciso o prefeito vim e afastar o povo pra poder eu cantar. Eram três toadas pra cada patrão de boi. E quando cantei as três ele mandou repetir todas três. E quando saí de lá, aquele montão de gente foi me carregando.

Geovania - O senhor canta bem.

Zé Machado - Deixa eu cantar pra você agora.

Toadas cantadas por Zé Machado.

Toada: Me deram uma informação que Ilha do Formoso faz mais de dois anos que nunca mais viajou; que Antônio de Apolônio me contou; Me deram uma informação que Ilha do Formoso faz mais de dois anos que nunca mais viajou; Que Antônio de Apolônio me contou. Tocaram fogo na Ilha que todos os passarinhos voou, o jacaré não gemeu mais e a buritizeira queimou. O marinho da ilha se zangou, foi embora e não voltou. Tocaram fogo na Ilha que todos os passarinhos voou, o jacaré não gemeu mais e a buritizeira queimou. O marinho da ilha, se zangou, foi embora e não voltou.

Toada: O prefeito de Penalva só lembra de mim no tempo da eleição. Nunca me ajudou com nada na minha profissão e ainda foi na minha casa me enganar. Só parece que tu não tem coração.

Esse povo ganancioso. Eu te pedi e tu não me deu. A minha precisão já se passou, agora que eu tou te esperando. O meu voto boto fora e não te dou. Eu te pedi e tu não me deu. A minha precisão já se passou. Agora que eu tou te esperando, O meu voto boto fora e não te dou.

Música:

Até hoje eu ainda sou apaixonado. Quando eu vou me lembrar que eu não aprendi ler e nem meu nome eu sei assinar. Meu pai sem ter condição de botar pra estudar.

Todo dia vamos pra roça e meu filho aprende a trabalhar!

Todo dia vamos pra roça e meu filho aprender a trabalhar!

Também não sou garimpeiro, e nem fazendeiro eu não sou.

Mais só que eu posso provar que sou filho de um trabalhador.

Nasci com uma grande paixão.

E pra mim consolar eu conseguir meu violão!
E pra mim consolar eu conseguir meu violão!
Vou sentar na praça. Ahaha, que é meu melhor jeito.
Vou sentar na praça. Ahaha, que é meu melhor jeito.
Pra mim sentar na praça, tocar violão e tomar cerveja.
Pra mim sentar na praça, tocar violão e tomar cerveja.

Toada: Eu quero cantar, mas não posso, porque meu coração ainda está cheio de dor. Eu me lembro de quem eu era e hoje em dia quem eu sou. Cantava pra São João e vaquejada. Eu dava show. Ah! Meu Deus do céu, quando eu cantei na fazenda o gado já levantou.

Toada: Quando chegar mês de junho, mandei dizer pra Dedeco, oh, vai avisando os companheiros. Quando chegar mês de junho, mandei dizer pra Dedeco, oh, vai avisando aos companheiros. Batatão e Domingos Velho são dois tangedor. Diga aí. Eu telefonei pra Netinho falar com papudo, pra ele vim tanger boiada mais eu.

Toada - Me lembro da terra que eu nasci e me criei e lá eu não moro mais e de lá eu me mudei. Me lembro da terra que eu nasci e me criei e lá eu não moro mais e de lá eu me mudei. Tem um pé de tamarineiro onde eu apanhava tamarino pra comer. E tenho o olho d' água onde mamãe lavava e nós enchia água pra beber. Tem um pé de tamarineiro onde eu apanhava tamarino pra comer e tenho o olho d' água onde mamãe lavava e nós enchia água pra beber.

Toada - Eu tenho saudade do meu povo que morreu. E já faz muito tempo e eu ainda não me esqueci. Eu tenho saudade do meu povo que morreu. E já faz muito tempo e eu ainda não me esqueci. Brincadeira que meu pai gostava eu pelejei e aprendi. Papai foi embora pro céu e eu fiquei aqui cantando pro povo se divertir. Brincadeira que meu pai gostava eu pelejei e aprendi. Papai foi embora pro céu e eu fiquei aqui cantando pro povo se diverti.

ANEXO D - Entrevista com Maria Barros, no encontro da Aconerug no dia 18 de Junho de 2015,

no Encontro da Aconerug no Sítio Pirapora, São Luís, Maranhão, às 16: 52.

Geovania - Estamos aqui com Maria Barros, uma cantora de Bambê que incentiva crianças, jovens, adultos e idosos a cantar o Bambê. Sim, seu ponto de vista sobre sua iniciativa de cantar?

Maria Barros - Eu comecei a cantar desde 12 anos, daí não parei mais.

Geovania - Conte um pouco da sua experiência no bambê?

Maria Barros - Eu gosto muito do Bambê. Se eu não gostasse, desde os 12 anos já tinha parado. De lá pra cá tou continuando, continuando. E, é assim.

Geovania - Esse incentivo de cantar foi de quem? De você? De sua mãe?

Maria Barros - Eu mesma, porque nem minha mãe eu conhecia. Foi uma tia que gostava de cantar, né. Eu dizia pra ela - eu era pequena - eu dizia pra ela me ensinar. Ela dizia: - Ah, eu não vou te ensinar. O que tu sabe? Tu vai apanhar no meio de gente. Eu dizia não... Ela não quis me ensinar. Eu ficava bem pertinho dela e olhava pra mão dela. Ela ficava batendo e eu ficava olhando, olhando. De depois eu pedi pra eles fazerem uma caixa pra mim. Meu pai de criação que me criou, disse: - Eu não vou gastar dinheiro pra fazer caixa que tu vai é apanhar. Tu não sabe tocar caixa nada. Eu dizia: - não, eu chamava ele de padrinho, eu dizia: - Não. Padrinho faz uma caixa pra mim? Ele disse: eu vou fazer. Tirou esse pau de tambor e fez. Derrubou o pau, cavou e fez a caixa. E quando ele saía eu ficava batendo sozinha. Fui batendo, batendo, fui crescendo e aí fui experimentar bater eu sozinha; e eu bati. E quando ela viu que eu dava conta eu já estava mocinha. Ela queria me levar. Quase eu dizia: - não queria ir com a senhora. A senhora não quis me ensinar. Ela: - Não minha filha, vamos embora. Aí, vamos bater nós duas. Ai, ela morreu; ai, eu parei, tá vendo. Aí, ficou a filha dela, minha prima. Ela ainda tá viva. Mora no Castelo. Ai, eu disse: - Dijá vamos bater caixa nós duas. Batia só numa. Até que ela fez uma pra ela. A gente bate até hoje. Então, vamos! disse ela. Eu batia de um lado, ela batia de outro.

Geovania - Qual nome da sua tia e o de seu padrasto?

Maria Barros - Inês Benedita, Janselan Costa.

Geovania - O que representa esse momento pra senhora?

Maria Barros - Esse momento vale. Graças a Deus estou satisfeita com esse momento, com vocês, nesse dia maravilhoso que Jesus abençoe e nos dê saúde. Enquanto eu puder tocar eu tou vindo.

Geovania - Esse espaço, que vocês fazem e vem, tem cultura?

Maria Barros - Eu já tava na cultura com Zuquinha, mas só pra vim né, mas eu toco mesmo assim. Cultura é uma coisa que tem valor né, a gente pode aprender muitas coisas que a gente não sabe né. Eu por mim é assim.

Geovania - A senhora tem filhos?

Maria Barros - Eu tenho filhos. Tem um que mora comigo, outros moram no Pará, Viana. Meus filhos gostam do que eu faço.

Geovania - O que a senhora faz para contribuir para educação da sua comunidade?

Maria Barros - Sim, muitos querem pra mim ensinar. Por esses tempos eu estava ensinando as filhas de Carlito de finada Siríaca. Vieram pra cultura pra mim ensinar elas.

Geovania - A senhora acredita que é uma educação que senhora está passando de geração a geração?

Maria Barros - Sim, claro.

Geovania - A senhora acha que em sua comunidade seria um benefício ensinar o que a senhora está passando?

Maria Barros - Sim, na hora que eles procurarem eu ensino. Da minha família mesmo, não tem nenhum pra bater comigo. Agora mesmo estava batendo com o marido de Cansinha. Depois não agradaram a Maria. Eu já estava batendo com um menino lá do Ouro. Aí, comecei a bater com Sabino na casa de Dona Nice, e vamos bater hoje.

Geovania - Já que estamos falando de educação: o que é educação quilombola pra senhora?

Maria Barros - Pra mim vale tudo. Eu podendo eu acompanho né, e quando Dona Nice puder ir eu vou com ela.

Geovania - E seu pai apoiava a senhora?

Maria Barros - Sim, meu pai apoiava tudo que eu fazia. Eu tenho orgulho de cantar o bambê. E, é isso que eu sei fazer e mostrar pra vocês.

Geovania - A senhora acha que está contribuindo pra nação brasileira, o que faz?

Maria Barros - Sim.

Geovania - Isso é importante, que a sociedade reconheça seu valor.

Maria Barros - Sim, minha filha, é verdade. Eles gostam que eu toque. Às vezes eu digo que não vou. Eles dizem que é eu que vou tocar. E quando eles veem que não sou eu que estou tocando, todo mundo vai embora.

Geovania - A senhora poderia cantar uma música do Bambê?

Maria Barros - Agora, aqui? Canto sim.

Musica do Bambê

Hehe ,hehooooo

Hehe,hehooooo

Eu dou boa noite meu povo, quem não foi dormi presta atenção;

Já está chegando a hora;

Eu vou cantar com emoção;

Heoh, hehooooo

Heoh, hehooooo

Boa noite a esse povo que estão para mim ver;

Porque é uma grande obrigação;

Que eu vou mostrar o meu saber;

Heoh,hehooooo

Heoh,hehooooo.

Música do Bambê de Gil Machado e Maria Barros.

Jovem do Bairro Novo é só jovem considerado;

Eu já chamei Gil, eu já cheguei, eu vi atender teu chamado;

Companheiro vou te dizer, companheiro vou te contar;

Quando precisar de mim mande logo me chamar;

Eu venho de penalva para fazer diferente;

Defender a reforma agrária e lutar pelo meio ambiente;

Coroa minha história de vida e meu momento de glória.

ANEXO E - Entrevista com Zequinha (presidente da Associação de moradores da comunidade Olho D'água), Raimundinho (morador) e seu Pereira (morador) - Casa do forno, onde se faz a

farinha e a farinhada, 24 de fevereiro de 2015.

Geovania - Seu Zequinha, como é feito o processo da farinhada?

Zequinha - A gente faz a farinhada mais no final do ano. A gente arranca a mandioca boa e bota na água; depois dela mole, a gente se junta pra descascar ela. Nessa rolagem toda, a gente se junta pra mexer a farinha do outro.

Geovania - É um grupo de pessoas?

Raimundinho - Umas 10 pessoas. Se junta amigo, família, todo mundo pra tá lá ajudando, batendo papo, bebendo um grode.

Geovania - O senhor bebe seu Zequinha?

Zequinha - Não. Só eles mesmos. Mas quando eu era novo, não perdia uma.

Geovania - Esse preparo da farinha leva o que mais?

Pereira - A gente bota primeiro no poção ou uma vasilha de geladeira. Pra farinha ficar boa, a gente troca a água duas vezes ou mais, até ela ficar mole, pra poder descascar, tipo aqui, tu senta e tira a pele com a mão mesmo. É tudo uma questão de sabedoria. Tu senta e passa o dia todo nessa posição e não cansa. Aqui nessa comunidade, não tem um pra não saber fazer isso. Depois que tu descasca ela, a gente bota nesse tipiti e espreme. Aqui que a gente faz força. É preciso tirar toda água da massa pra depois passar nessa peneira. A peneira serve pra separar o grosso que tá dentro da massa. Você tem que mexer tudo, até ficar só os talos, como esses. Segura pra ti ver como é nosso trabalho.

Geovania - E esse aqui serve pra quê?

Pereira - Esse aí é pra colocar a massa já pronta. O cocho é como se fosse uma mala de roupa; a massa pronta coloca dentro dele pra ir jogar no forno. Essa parte aqui fica longe das pessoas pra poder não cair sujeira dentro. Depois dela pronta, a gente começa a mexer com esse rodo sem parar. Se parar, a farinha queima.

Geovania: Isso que é sabedoria?

Pereira - É conhecimento que a gente tenta passar pra essa gente nova. Aqui é muito bom. A gente se junta, traz um peixe, o outro a pimenta, o limão. Ah! É muito bom minha filha. A farinha quando está escaldada é muito boa. Pau rola solto aqui, dali no peixe. É uma zoeira só.

Geovania - Vocês mexem quantos quilos de farinha?

Pereira - Ah! Se mexe muito, 20 paneiro, 30 paneiro.

Geovania - Como é dividido as tarefas?

Raimundinho - A gente troca muito as coisas: um tá no tipiti, outro mexendo a farinha, outro só colocando broca. A minha mulher e as outras ficam aqui na peneira e na raspagem da mandioca. Eu coloco a mandioca na água, meu compadre espreme ali, vai se misturando. É assim.

Geovania - Quem cozinha?

Pereira - A mulher

Geovania - Vocês não cozinham?

Pereira - A gente cozinha, mas elas preparam mais.

Geovania - Depois vocês vendem essa farinha?

Pereira - Vende, mas a gente costuma guardar pro verão, pra festa que tá chegando. É bom guardar o que tem né? A farinha fica só com uma pessoa.

Geovania - Não é dividida entre vocês?

Pereira – Não. Desse jeito não. Só quando é de meia.

Geovania - A de meia é dividida?

Pereira - É.

Geovania - O senhor já fez esse ano?

Pereira – Hurrum! Um monte de vezes.

Geovania - Que bom! Vamos pro Formoso?

Zequinha - Vamos.

ANEXO F - Entrevista com a professora Izeni Pinto Costa da Escola Tomaz de Aquino Sousa. No dia 24 de fevereiro de 2015. Casa de seu Zequinha.

G - Queria que você falasse um pouco da escola, da comunidade, desse espaço aqui?

I - Meu nome é Izeni Pinto Costa, moro na comunidade desde criança. Tive um tempo em São Luís. Minha família é daqui. Eu estou morando aqui nessa comunidade e gosto de estar aqui.

G- Você vive com seus pais?

I - Tenho minha família. Moro aqui perto, depois da casa de Biarina.

G – Fica tudo perto.

G – Seu Zequinha falou do conflito que teve aqui, você lembra disso?

I - Foi um conflito muito grande na comunidade. Eu não era nascida, mas meu pai sabe direitinho

da história. Pergunta pra ele que ele te diz. Todo mundo saiu daqui pro Jacaré. Foi bem assim.

G – O Olho D’água era pequeno assim como agora?

I - Não. Era maior de gente, de casa... É. Primeiro não existia esse campo todo. Foi tudo mato derrubado. Queimaram casa, fizeram tudo. Aí fizeram pra jogar bola. eles nem joga bola mais. Mais tarde, dá um sol danado.

G - A casa dos seus pais era no mesmo lugar?

I - Eu me lembro que era perto da casa do meu tio Zequinha. Eles foram pra lá porque a terra era pequena. E aí ele foi pra lá.

G - E a escola era onde?

I - Perto daquela mangueira ali. Bem do lado.

G – Depois daquela então...

I – É. Um pouco depois dessa.

G - Quanto tempo você ensina na escola?

I - Comecei no ano passado. Dou aula pela manhã. Essa é a hora que eu trabalho. Nela tem pouquinho aluno.

G - Quantos?

I - Tem 10.

G - São de qual idade?

I - São pequenos, na faixa de 4 a 12 anos. É tudo educação infantil.

G - Quem é a diretora da escola?

I - Até agora ainda não chegou nenhuma. A prefeitura que manda uma pessoa. De vez em quando, meu tio vai lá e pergunta se não vão mandar alguém. Pra ti saber, faz muito anos que não tem diretora. Até o Marinaldo veio aqui, prometeu que ia mandar, que ia mandar algumas coisas pra cá pra escola. A gente tá esperando.

G - O que são essas coisas?

I - Cadeira, lápis, borracha, giz.

G - Você compra algum material escolar?

I - Não. A prefeitura manda todo ano.

G - O que tem mais na comunidade do Olho D’água?

I - Tem muita floresta que a gente preserva. A Ilha do Formoso, você já conhece?

G – Sim, já estive lá. O que mais?

I - As danças de tambor de crioula, tambor de mina. Essas coisas aí que o povo daqui gosta dessas coisas aí. Tem dia que eles amanhecem. Mamãe não perde uma. Em tudo, lá ela tá.

G - E o bumba meu boi, não tem?

I - Não. Tem mais no Jacaré, Lagoa e perto aqui, no Mormorona.

G - Você não gosta?

I - Eu não. Fico mais é em casa vigiando minhas coisas. Vou pra igreja daqui a pouco. A gente vai fazer uma igreja e uma associação. Quando você vier, já tá pronta.

G - Igreja Católica?

I - Não, é da evangélica, Assembleia de Deus. Meu tio aqui também já é evangélico.

G - Ah, tá! Você conhece algum curador que é evangélico?

I - Não. Não tem evangélico com essas coisas. Eles não gostam disso. Faz as coisas dele. Eu não vou muito pra isso.

G - O seu tio Zequinha vai na cura?

I - Vai. Ele é o presidente, trabalha aqui. Custa é ter cura, mas quando tem cura ele sai é convidando os parceiros dele. Passa a noite toda pra lá. Tem vez que só voltam de manhã. Eu que não tenho paciência pra aguentar a noite inteira.

G - Você não acha importante pra escola?

I - Pra mim não. Acho que não. Quem vai querer ver? Até os alunos ficam vendo falando que não gosta. Eles chamam de macumba. Um monte de coisa que não presta. E traz muita gente aqui. Tem gente que passa dias no corpo dele.

G - Você acha então que é um mistério?

I - Não sei. Não.

G - Você vai no Formoso com a gente?

I - Não. Não tem outra pessoa de moto.

ANEXO G - Entrevista com Zequinha, no dia 09 de julho de 2015

Geovania - O senhor poderia falar sobre a escola da sua comunidade? Como surgiu?

Zequinha - Essa escola nasceu na faixa de um dezesseis anos. Surgiu aí na época que eu não era

presidente da associação. Sempre estava em caso de polícia, e no tempo de Marinaldo e Nauro consegui trazer essa escola pra cá. Tinha uma professora, Edilene, que veio pra cá, e na época ela morava em São Luís. Ajeitei ela como professora e daí ficou por aqui na associação. Agora tem outra professora aqui, minha enteada, ela tá até os dias de hoje. A escola é de barro, coberta de telha de brasilite. A secretária de educação veio aqui há pouco tempo. Veio ver um terreno pra fazer a escola. Nós damos uma área de 30 metro de largura e 35 de comprimento. Aí, vamos ver se vai sair o colégio agora para as criança se sentirem mais a vontade pra estudar. Estamos com esperança, e a tendência é que o prefeito traz o projeto e faz isso. A gente se sente mais a vontade.

Geovania - Esse projeto é da prefeitura?

Zequinha - É da prefeitura e do governo do estado. O secretário falou pra gente aqui e mediu a área que eles iam fazer essa escola aqui - com 35 de comprimento e 30 de largura. Esse projeto, a gente já conversou com a associação e a prefeitura. Pediram o terreno e nós aceitamos. Agora não sei se a prefeitura vai fazer, mas estamos esperando aqui.

Geovania - A escola tem quantos alunos?

Zequinha - Essa escola aqui é doze alunos mais ou menos. É na faixa de doze alunos. Quando era a primeira escola, de taipa, tinha mais aluno: uns 40 alunos. Só que a escola caiu e estamos fazendo outra.

Geovania - Esses alunos foram pra onde, seu Zequinha?

Zequinha - Pra outra região vizinha que tem escola.

Geovania - Em qual turno ela funciona?

Zequinha - Pela manhã.

Geovania - Quais séries a escola trabalha?

Zequinha - Olha, até onde eu sei é educação infantil. A escola é pequena. Aqui Geovana pra conseguir essa escola foi muita luta. Não tinha terreno, não tinha nada. Esses pequenos iam lá pro Jacaré, Lagoa porque não tinha escola. Hoje que a gente vem lutando, vem lutando e só assim consegue alguma coisa, né.

Geovania - São quantos professores?

Zequinha - É só uma

Geovania - Qual o nome dela:

Zequinha - Izeni Pinto Costa

Geovania - Quais matérias são ensinadas na escola?

Zequinha - As matérias são aquelas: português, matemática, ciência, história, geografia. São essas aí.

Geovania - Os livros didáticos são oferecidas pela Prefeitura, ou ela que compra?

Zequinha - A prefeitura que manda aqui. Ela (prefeitura) deu, mês passado, a farda pra eles também.

Geovania - Qual a idade desses alunos?

Zequinha - De 04 a 10 anos.

Geovania: Então quer dizer, seu Zequinha, que existe um projeto pra construir a escola de alvenaria que foi reivindicado por vocês e agora a secretária de educação do município foi até o local para realizar a obra. É isso seu Zequinha?

Zequinha: É verdade, pois é.

Geovania – Esse projeto da escola, a prefeitura que tomou iniciativa?

Zequinha - Não, foi a gente. Agora chegou cadeiras novas aqui. A gente vai conseguindo de pouco, Geovana.

Geovania - Quem é o diretor ou diretora da escola, seu Zequinha?

Zequinha - Não tem diretor. A gente fez aqui essa escolinha pra vê se eles olham pra gente. Aqui nessa comunidade já lutamos de mais Geovania. Só pra ver uma coisa, eu já moro há muito tempo aqui e todo mundo me respeita. Agora, se eu não fizer nadinha, ninguém mais faz. Eu acho que eles confiam em mim. Senão, eles não elegia eu pra sair pra reunião pra representar todo mundo. A escola foi construída pela gente.

ANEXO H - Entrevista com seu Zequinha na residência de Nice, em 2015.

Geovania - O senhor tinha falando naquele dia, em sua casa, do conflito que aconteceu em 97. O senhor poderia falar um pouco mais, só pra eu entender melhor?

Zequinha - Nesse tempo eu já gostava de participar de reuniões, me envolvia com as coisas. Eu lembro que dona Nice foi na nossa região, fez uma reunião e não ficou ninguém em casa. Todo mundo queria saber, se informar. Foi assim que eu comecei a trabalhar com a comunidade. A comunidade do Olho D'água tinha muita gente morando, quando começou os conflitos de terra todo mundo foi se mudando. Quando foi em 1997 houve um conflito muito grande nessa terra,

aqui no tempo do prefeito L. Era o grande fazendeiro daqui. Nesse tempo, foi o maior conflito de terra que já teve em Penalva. Nesse ano, eles queriam invadir nossas terras que ainda nos restam. Derrubaram nossas casas, tocaram fogo nos babaçuais. Foi aquela loucura minha filha, mas a gente teve a força da justiça. A gente fez um mutirão e formos pra frente do Fórum e denunciámos várias vezes as maldades dos fazendeiros. Mas dona Nice sempre apoiou a gente.

Geovania – Foi uma luta grande?

Zequinha - Tivemos uma batalha muito grande. Vencemos todas as audiências que à época era feitas na prefeitura. Nesse tempo o Fórum era na prefeitura. Tinha tempo que a gente não pisava na cidade de Penalva, não vendia nossas coisas na feira no dia de sábado com medo de pisar e ser morto. A gente ia consultar em Zé Doca. Tudo era pra lá, porque a gente sentia que ia ser rejeitado lá.

Geovania - E o ano de 2000 foi mais grave?

Zequinha - Mais grave foi daquele tempo de 1997. Nossa comunidade não teve mais sossego. Brigas constantes, muitas denúncias. O Genialdo era nosso companheiro. Ele vendeu a terra. Ainda estava a frente desse conflito de 1997. Ele também não gostava que ele derrubasse as palmeiras, mas ele fazia de mal, só pra bater de frente com a comunidade. E não era fácil a vida da gente que é pobre. Lembro também quando esse ex - prefeito se candidatou pra prefeitura de Penalva, só falava em ajudar a gente, que ia fazer isso, ia fazer aquilo. Depois que ele se elegeu virou a costa pra nós. Só quer saber de acabar com a gente.

Geovania - O senhor lembra mais ou menos quantas audiências foram feitas?

Zequinha - Teve várias. Só duas deu mais trabalho. A Dona Nice que falava na audiência. Em todas, ela foi.

Geovania - Por que ela?

Zequinha - Ela que era a pessoa certa pra defender a gente. A gente elegia quem ia defender a gente, e sempre ela ganhava. A gente foi pra rua, tinha mais de 300 pessoas nesse movimento. Todo mundo ajudava. Só assim, conseguimos a terra pra morar. Muita gente saiu com medo de enfrentar o prefeito, com medo de morrer. Foi difícil nesse tempo. Mas conseguimos ficar na terra. Essa briga não começou desde agora, já veio de muito tempo. Antes era pior. Não podia nem colocar o pé dentro da área cercada que os capangas mandados pelos fazendeiros vinham fazer as coisas de ruim com a gente. Nas audiências que era loucura, o povo lotava a câmara dos vereadores pra apoiar a gente. Até hoje me lembro do vice-prefeito que era do lado da gente.

Agora nem olha pra cá. Pra ti ver as coisas. Quando morava aqui era uma beleza. Não sei nem pra onde ele foi. Nunca mais vi ele na prefeitura.

Geovania - Esse total de pessoas era só a comunidade do Olho D'água?

Zequinha- Não, tinha gente de todos os lados. Veio gente de Viana, Cajari, Monção.

Geovania - E o ex=prefeito, continua na cidade?

Zequinha - Sei não. Acho que deve tá atentando outros por aí. Não chegando na nossa comunidade, que fique pra lá mesmo. Esse aí é um mostro vestido de santo.

Geovania - Eu nem.

ANEXO I - Entrevista com Zequinha, no dia 24 de fevereiro de 2015, em sua residência.

Geovania: Quem é Zequinha?

Zequinha: Eu sou Jose da Conceição Barros. Nasci na terra penalvense, chamada Ricoa. Quando eu saí da Ricoa foi pro lugar onde eu vivo aqui. Eu já tenho quarenta e oito anos só aqui. Eu fui crescendo e com a idade de dezesseis anos me casaram porque eu tinha que casar. Não deu certo a vivência. Eu era adolescente. Meus pais ficou com eles. Na faixa de uns vinte anos, eu convivi com uma dona há catorze anos. A gente teve um casal de filhos. Mas com a perca da mulher, eu fiquei assim meio perdido, comecei a fazer coisas que não devia, comecei a beber bastante. Com a ajuda de Deus, consegui me recuperar. Em 97, tinha uma associação aqui que comecei a trabalhar. Sou evangélico da Assembleia de Deus. Fui eleito a primeira vez, tive doze votos. Aí consegui ajeitar a associação. Estava com seis anos com CNPJ atrasado, aí eu conseguir botar em dia. Teve outra eleição, tive vinte e dois votos, assumi mais quatro anos. A nossa associação está de parabéns, está elevada nacionalmente. Eu tenho uma companheira que é Nice, uma mulher que admiro bastante. Parabenizo muito ela, por me levar pra esse conhecimento. E, hoje, a associação da região daqui não é melhor de Penalva, mas eu considero que ela está entre as melhores de Penalva, até porque a gente aprendeu a conviver mais com as pessoas. Temos vários amigos, e a gente vai levando. As coisas aqui são boas. Vocês já deram muita força pra gente e a gente só tem a conhecer. A minha vida não é das melhores, mas também não é das piores. Pelo menos eu me sinto feliz, eu tenho várias pessoas, meu amigos, os conhecimentos que eu não tinha. E eu, há

dois anos, resolvi muita coisa nesse povoado. E sou uma pessoa feliz aqui. Tem uma família que mora aí em São Luís me convida pra morar, aí eu nem gosto quando eles falam isso. Eu amo aquele povo onde eu moro no Olho D'água, pois não pretendo deixar eles. Só Deus é quem sabe. Eu amo todo esse povo aqui. Convivo com outra pessoa aqui, que minha esposa, Maria de Nazaré, uma pessoa que amo bastante.

A minha vida é isso aí. Eu não pretendo sair.

Geovania - Quanto tempo o senhor trabalha na comunidade?

Zequinha - Eu tenho uma faixa que trabalhei como presidente de comunidade, quatro anos. Teve uma eleição, aí, fizeram outro grupo. Eu recorri à eleição e ganhei. Ganhei uma diferença de vinte e dois votos do adversário. Agora é eu me manter mais quatro anos. Como membro de associação, já vivo uns doze anos. Mas na luta tenho mais de vinte.

Geovania - O que é educação para o senhor?

Zequinha - A educação, para mim, é muito fantástica. A educação traz uma coisa muito importante. Ela traz respeito, caráter da gente. Quando a gente usa a educação, a gente tem um caráter de alto nível. A educação é muito importante. E nada favorece a gente se não tiver caráter. A educação eu aprendi muito. Nem todo mundo é educado, mas eu aqui tenho que ser educado com as pessoas, pois é dando que se recebe. Nesse grupo aqui eu dou o máximo de mim. Nem sempre a gente tem acesso a isso, mas a associação tem uma demanda muito grande. E a gente passando a educação pra outro, então, às vezes, a gente faz um sorrir e outros chorarem. Nem sempre se pode agradar a todo mundo. Aí, a educação tem que ficar no meio pra gente poder passar. Se não tiver educação, passa a ser vingativo.

Geovania - Como o senhor deseja a educação de sua comunidade?

Zequinha - Senhora, a educação que a comunidade deseja que seja de acesso pra todos. Antes, a gente não tinha acesso de maneira nenhuma. Agora a gente mesmo que vai passando as informações pra eles, aí, eles vão compreendendo. A gente tenta passar pra eles o que a gente sabe. Como você sabe aqui na comunidade tem de tudo, tem cultura, cultura do bumba meu boi, o tambor de mina, o tambor de crioula. Aliás, as culturas que têm em Penalva, a gente têm.

Geovania - Essas diversas culturas faladas pelo senhor é uma das fontes de conhecimento para a escola?

Zequinha - Acredito que sim, com essas coisas, acredito que tem mais aprendizagem, é o que todos desejam.

Geovania - O senhor acredita que serviria de conteúdo pra escola?

Zequinha - É uma meta a conseguir, né. Mesmo porque a professora não tem esse lado, criatividade de ensinar isso ainda não. Ela não vai muito nesse ponto, ainda não.

Geovania - Qual a formação da professora?

Zequinha - Magistério.

Geovania - Ela mora na comunidade?

Zequinha - Sim. Ela passou um tempo em São Luís, mas voltou.

Geovania - Fale mais um pouco do que o senhor faz, o que o senhor gosta de fazer?

Zequinha: Trabalho de roça; faço minhas coisas na comunidade. Vivo da roça, da pesca. Aqui a gente vive assim. Coloco minha roça todo ano.

Geovania - Qual tipo de roça?

Zequinha - Eu faço a roça de toco, faço minha roça orgânica. A gente se vira por aqui.

Geovania - Como é a Roça orgânica?

Zequinha - Ela é feita no quintal. A gente limpa debaixo dos paus toda a folha, resto de terra, mistura e depois espalha no quintal todo. É um tipo de roça que dá muito trabalho, hoje tem muitos que não querem fazer esse tipo de roça, dá muito trabalho, mas essa é a maneira mais correta, né. A gente aqui faz vários tipos de roça.

Geovania - O senhor faz todo ano a roça no quintal?

Zequinha - Muita gente tem aqui. Pra ti ver, plantei mandioca o ano passado, até hoje tem. O povo faz muita roça na comunidade, eu tenho uma pra ir. Do jeito que der pra fazer, a gente faz. No meu quintal se planta e se colhe de tudo. Eu tenho uns pés de limão que bota todo ano, e todo ano a gente vende na feira de Penalva. Assim mesmo são uns pés de acerola, bota que fica vermelhinho em cima.

Geovania - Essa sua outra roça, fica longe daqui?

Zequinha - Fica um pouco, quase perto da fazenda de L . Dá uma três linhas de roça.

Geovania – A que horas o senhor sai pra roça?

Zequinha - Cedo, as 5:00hs da manhã saio com minha comida feita, água. Vocês tiveram sorte, voltei cedo porque não tinha levado a comida hoje.

Geovania - O senhor volta que horas?

Z: A gente sai às 5:00hs e volta 17:30h.

Geovania - O senhor vai sozinho?

Zequinha - Não, têm os companheiros que vão com a gente. Só que cada um pega seu destino. Uns vão depois da fazenda de L, outros já ficam aqui na ponta da fazenda de Wilson. Eu já fico antes de L.

Geovania - Essa roça que o senhor faz pra aí é aquela que é queimada?

Zequinha – Sim. É a mesma roça de toco, roça de coivara que eles chamam. A gente costuma chamar os companheiros pra ajudar a limpar o baixo. Eles começam a cercar toda a roça com os talos das palmeiras brava queimada. Os talos são entrançados uns aos outros até chegar numa altura de um metro e meio ou mais. Agora tem a outra que a gente compra o arame farpado pra cercar. Quando a gente passar pelo caminho do Formoso, dá pra ver todo trabalho e o risco de passar por lá. Na parte de cima, fica a casa do fazendeiro Wilson de Ratinho. O dono da residência é um dos grandes fazendeiros da região.

Geovania - Fica longe daqui a Ilha do Formoso?

Zequinha: Fica. É 1h30min. quando a estrada é boa. Mas, quando você chegar lá é aquela riqueza muito grande. O vento falta derrubar a gente. Você vai gostar. O grande problema, como já falei, é que os fazendeiros e os madeireiros estão acabando com as belezas naturais. Tem muitas coisas boas nessa ilha. Temos o peixe que é retirado da Ilha do Formoso para ser vendido em Zé Doca, Penalva e outros lugares perto daqui; temos animais dentro desta ilha; temos frutas, só que os fazendeiros querem acabar com tudo.

Por isso os moradores fazem de tudo para que não ocorra mais destruição por parte de fazendeiros e até mesmo pessoas adjacentes que querem devastar.

Nice - Lá é muito visitado.

Geovania - A gente vai agora? Quero conhecer. Vamos?

Zequinha - Vou chamar o rapaz pra levar a gente. Essa parte toda ele cercou dizendo que é dele. Essa porteira foi construída há pouco tempo.

Geovania - A gente pode passar pra ver a Ilha?

Zequinha – Pode. Lá naquela direita fica o porto Tororama. Do lado direito do Tororama fica o outro Porto. Dessa banda daqui, da esquerda, perto de Zé Doca, Olho D'água.

Geovania - E aqui, qual é o porto?

Zequinha: Aqui faz parte do Tororama. Na redondeza desse lago tem dezoito Ilhas. No mês de maio tu vê a beleza delas rodando nesse lago.

Geovania - Qual é o mês que sai aquela maior?

Zequinha - Essa sai depois de maio. Essa daí não é todo mundo que vê ela rodando. Dentro dela existe um mistério. Com um tempo ela fica no porto, depois fica em outro. Ela é tão importante que ela visita todos os portos. Depois ela fica localizada bem ali, no meio do lago, “paradinha”. Quando chega no outro dia ela não está mais no lugar que tu viu. É uma beleza que preservamos. Fico muito feliz quando falo desta ilha. Uma riqueza que Deus deu pra nós.

Geovania - O seu Roque falou que a prefeitura está com um projeto de turismo dentro ilha.

Zequinha - Se isso acontecer acaba com a gente. Dessa parte daqui pra cá foi toda desmatada pelos fazendeiros. Tu está vendo? Aqui tem muita coisa boa. Parte dessa madeira arrumada foi tirada desse pedaço desmatado. Pode tirar foto.

Geovania - Tem cobra?

Zequinha: O que mais tem é cobra. É só pisar onde a gente pisa. Elas ficam debaixo dessas folhas. Vem por aqui.

Geovania - Ai meu Deus.

Zequinha - Toda essa área é cercada com cerca elétrica. Antes o mato era muito fechado. Só vinha de cavalo pra cá. Agora eles querem acabar com tudo, com o lago. Tocam fogo, faz tudo pra destruir.

Geovania – Ganhei meu dia. Olha os pássaros voando no lago! Que coisa linda! Vou tirar uma foto.

Zequinha - Acho que os invisíveis gostaram de ti.

Geovania - Será?

Nice - Não diz isso minha filha.

Geovania - Esses invisíveis vivem onde?

Zequinha - Muitos falam que eles vivem na mata, debaixo das águas e, principalmente, dentro da Ilha. Formoso é um caso histórico. Quando conheci o Formoso era uma coisa maravilhosa. A gente vê muita coisa ainda. É uma riqueza muito imensa. Tem uma tradição que é o símbolo daqui: é a ilha que flutua. Uma ilha muito bonita. Ela gira no período do inverno. Agora ela tá trancada. Aqui é ainda muito bonito. Tem a parte do jussaral, muito bonito. Campo coberto, é uma grandeza de coisas. A gente encontra muita coisa que dentro de Penalva tu não encontra. Tem vários tipos de animais ainda. Aqui tem um animal chamado Capelão. Quando vem gente de fora, eu digo pra não matar esses animais. E se matar um desses animais aqui vai dá cadeia. Aqui tem muito Capelão. Quando é de manhã, a gente escuta eles por aí. A gente fica todo contente

porque nesse trecho de Penalva e Monção não tem mais. Só aqui que tem.

Geovania - Esse capelão é o quê? Pássaro?

Zequinha – Não. É um macaco. Ele é grande, todo preto. Não é o macaco prego, desse também tem aqui. Esse é maior.

Geovania - O senhor já viu esses invisíveis?

Zequinha: Já. Eu, quando era pequeno, costumava ir encher água no poço bem de “tardinha”. Os mais velhos costumavam dizer que a gente não pode ir pro poço depois desse horário. Como a gente era teimoso... Aí, foi eu, meu irmão e o filho de Durval. Chegando na “boca da noite”, eu ouvi um assovio longe. Eu sentia que vinha alguém atrás de mim. Parecia que cada vez que eu tapava o ouvido, vinha chegando mais perto o assovio. Nós três saímos correndo, como daqui no lago. Também desse dia nunca mais queria encher água. Até de manhã eu ficava com medo. Meu pai me levou pra benzer lá na Lagoa, na casa de Zé Maia. De lá pra cá, ainda não vi. Meu avô dizia que eu tinha a “carne aberta”. E a pessoa que tem a carne aberta vê muita coisa. Assim mesmo é o curador, esse que vê coisa.

Geovania - O senhor tinha carne a aberta?

Zequinha – Tinha. Eu tinha muito medo. Na faixa de 10 anos que aconteceu. São mistérios que rodeiam essa ilha. Todo mundo tem alguma história pra contar sobre esta ilha.

Geovania - Percebi.

Nice - Pescador que sabe de coisa.

Geovania - Dona De Lourdes falou que na Enseada da Mata tem um invisível também?

Nice - Um não, vários. Lá existe uma lenda que o curador pede permissão pra entrar. Geovania - Por que?

Nice - Porque às vezes o encantado do curador não bate com o invisível, não gosta dele; mas, também, quando o invisível entra no corpo da pessoa, só o encantado do curador que resolve.

Geovania - É mesmo?

Zequinha - Aqui dificilmente um curador vem aqui nessa ilha.

Geovania - Será que foi por isso que Fabrício não quis vir?

Zequinha - Pode ser, não sei. Quem é o encantado dele dona Nice?

Nice – Não sei, é uma mulher.

Geovania – A gente vai agora pra casa de seu Roque.

Zequinha - Vocês vão dormir lá?

Geovania – Sim, pela manhã, vamos pra Penalva. Até outro dia, seu Zequinha.

ANEXO J - Entrevista com seu Fabrício Nabate Maranhão. Dia 06 de janeiro de 2016, pela tarde, em sua residência, no bairro Pissareira.

Geovania - Seu Fabrício como está Lagoa?

Fabrício - Pequena, as coisas vão indo. As coisas vão caminhando devagar, mas estamos chegando lá.

Geovania - Esse ano o senhor fez roça?

Fabrício - Pequena, esse ano só fiz no meu quintal. Aconteceu alguns problemas pra mim resolver em Santa Inês, mas fiz uma lá na casa das plantações de ervas. Tu não que ir lá. Geovania - Vamos.

Nice: Ê Fabrício, tu sabe dizer quem fez roça esse ano na Lagoa?

Fabrício - Nice, eu sei que todo ano Carlito e Arnaldo faz. Tem outros. Paulo também fez, o marido da minha filha. Em Lagoa o que mais tem é roça.

Geovania - Seu Fabrício esses lugares que eles fazem a roça fica perto de suas casas?

Fabrício - Não menina, fica um pouco distante. Onde Carlito faz a roça dele fica como daqui na casa de Nice. A roça fica atrás do cemitério perto do campo de futebol.

Geovania - Atrás da escola?

Fabrício - Depois e muito da escola, já chegando no campo. Tu lembra aquele dia da caminhada por engenho.

Geovania - Lembro.

Fabrício - É naquele sentido.

Geovania - Vixe.

Fabrício - Pra tu ver aqui. Isso tudo plantei em janeiro, olha como tá grande.

Geovania - Qual o senhor plantou primeiro?

Fabrício - O milho.

Geovania - Como é o processo do plantio?

Fabrício - Primeiro tu tem que esperar chover, depois limpa o quintal, faz as covas um pouco pequena e vai colocando os caroços de milho, bagé do arroz. Já pra mandioca, a gente corta da

roça anterior os pedaços de maniva, a gente faz um buraco um pouco maior e vai colocando de um ou dois pedaços de maniva, porque se tu encher as covas, as mandiocas vão nascer muito tortas. Aqui eu tenho milho, mandioca, arroz, batata doce, vinagreira e limão.

Geovania - O senhor plantou tudo separado, foi mais fácil assim?

Fabrizio - A gente planta assim. Só que pode plantar junto também.

Geovania - O senhor plantou só, ou chamou os filhos, a esposa?

Fabrizio - A parte do milho e arroz foi eu. A mandioca foi meu filho e meu enteado. Geovania - E sua esposa não plantou?

Fabrizio - Ela planta mais é a vinagreira, o limão, o cheiro verde, essas coisas mais leves.

Geovania - O seu quintal é grande?

Fabrizio - É. Eu já plantei muita coisa nele. Essa parte é das ervas e essa outra eu fiz essa roça.

Geovania - O senhor vende alguma coisa depois que fica bom?

Fabrizio - Não. É só pra comer em casa. Fazer canjica, pamonha. Tá chegando a semana santa, a gente aproveite pra tirar.

Geovania - Já está bom para tirar?

Fabrizio - Só o milho. A mandioca só em junho, ou julho.

Geovania - E o arroz?

Fabrizio - Em maio eu já começo tirar.

Geovania - É bom ter uma roça no quintal?

Fabrizio - É bom demais. Eu faço também em Lagoa. A minha roça eu faço de duas linhas pra frente e dá muita coisa boa logo, porque eu gosto de plantar.

Geovania - Como que o senhor faz a roça lá?

Fabrizio - Do mesmo jeito dessa, só que a terra maior.

Geovania - O senhor consegue fazer sozinho?

Fabrizio - Não. A gente chama os companheiros, troca os dias com eles. E quando a roça fica no ponto a gente divide meio a meio.

Geovania - Como é essa troca de dias?

Fabrizio - A gente chama eles pra capinar, roçar; e esse é um serviço mais trabalhoso que tem. A gente chama, por exemplo, três pessoas pra fazer a roça com a gente. Esses três que ajuda a gente quando o serviço é muito a gente faz mutirão, com os moradores, pra limpar e cercar a roça.

Geovania - São quantas pessoas mais ou menos no mutirão?

Fabrcio - A gente chama oito, dez e doze pra frente. Depende muito do tamanho da roça.

Geovania - Essa roça que vocs fazem fica na terra comprada por fazendeiro?

Fabrcio - Aquela regio toda aqui é comprada por fazendeiros. Pegando a roça de Arnaldo até perto do Jacaré é vigiada por fazendeiros. Lá onde é minha casa perto do campo, cansei de botar roça lá e o búfalo comeu tudo. Até fico pensado em sair de lá, mas lá que está minha casa, meus filhos, parente, tudo tá lá.

Geovania - Como é a negociao da terra pra vocs fazerem a roça?

Fabrcio - Lá, como a gente sabe, tem vários fazendeiros. Pegando a banda de Queimada, Tororama, Lagoa e Jacaré eles dizem que é deles a terra. Estou esperando aí se dá algum resultado, que falamos pro Doutor Breno sobre nossa situao da terra lá. Do lado de Lagoa tem um fazendeiro que é “bonzinho” que deixa a gente produzir nossas roças. A gente costuma dizer que quando é bom não se perde tempo. Quando é tempo de fazer a roça a gente vai na fazenda deles e pede pedao de linha de terra pra fazer uma roça. Alguns até deixam ficar com a roça toda. Eu fico feliz quando é “bonzinho”: eles deixam a gente plantar nossas roças, colher nosso arroz pra dá de comer pra gente de casa. Entao, isso é bom pra gente, ter essa fortaleza de um fazendeiro bonzinho, não é?

Geovania - É. O senhor está achando bom. Quem são os bonzinhos?

Fabrcio - Esse tem uma fazenda na Lagoa. Ele não é de lá. Os capangas que tomam conta. Como é Nice, o nome do caboclo?

Nice - Canindé.

Fabrcio - Não pequena, é um nome parecido. A fazenda dele fica na direao de Lagoa, aquele lado que a gente atravessa pra Lagoa.

Nice - É esse. Canindé.

Fabrcio - Não. É Wilson. Só que é o C, M. R, M Rosário é o que queria destruir a ilha do Formoso, e L, que são os mais perigosos da regio. Que acabam com toda natureza. O Wilson de Ratinho, JM, Durval Oliveira e Edvaldo são os mais “bonzinhos”. Esses são “bonzinhos”. Agora os outros, nem chegue perto. Se chegar, eles tocam os cachorros em cima de ti. Aquele de Tororama que é o capeta, não é Nice?

Nice - É.

Fabrcio - C, que fez a maior destruio de babaçu de lá. Se tu passar por lá, tu vai ver o tanto de palmeiras que está no chão. Ele fez uma safadeza muito grande. Um cara desse não era nem pra

tá aqui nesse lugar. É um devastador. Não respeita ninguém. Se tu ver ele, parece o bicho do mato. Dar um nojo olhar pra cara dele. E ainda passa na porta da minha casa. Em Lagoa a coisa tá feia. Ninguém faz nada. A gente fica revoltado com uma coisa dessa. Não sei mais nem o que fazer. A comunidade já denunciou e nada. E fica por isso mesmo. A gente vive com a graça de Deus.

Geovania - Seu Fabrício, quantos meses dura uma roça?

Fabrício - São seis meses. A gente começa a plantar em janeiro e fica tirando até o final de agosto.

Geovania - Qual desses aqui o senhor tira primeiro?

Fabrício - Com certeza o milho.

Geovania - Por que ?

Fabrício - O milho ele crescer mais rápido. Com três meses já pode ser retirado. Ele, se for plantando por último, é capaz dele ser retirado primeiro. O milho nasce muito rápido. E mesmo porque, em qualquer lugar que você semear ele nasce.

Geovania - Que bom! Qual deles se tira por último?

Fabrício - A mandioca. Esse custa ficar bom. Só vai ficar bom pra fazer farinha só no mês de junho pra frente. Um tanto desse dá muita farinha.

Geovania - Quantos quilos mais ou menos?

Fabrício - Uns vinte quilos.

Geovania - O senhor vende?

Fabrício - Não. Minha filha, depois de pronto saio distribuindo pra família inteira. Não dá pra todo mundo.

Geovania - Divisão familiar. Que bom!

Fabrício - É bom ter nossas coisas em casa, uma hora vai servir pra todos nós.

Geovania - É verdade.

Nice - As pessoas gostam de trabalhar.

Fabrício - Eu fico até doente se não tiver algum serviço pra fazer. Eu tenho que plantar alguma coisa. Essa foi uma lição dos meus pais.

Geovania - Que bom seu Fabrício!

ANEXO L - Entrevista com seu Carlito e seu Arnaldo, Lagoa Mirim. No dia 22 de Março de 2016. Neste dia, eu estava na companhia do presidente da associação da comunidade, seu Roque Soares e Maria Nice.

Geovania - Como é feita a roça seu Carlito?

Carlito – Primeiro queima o terreno e limpa a queimada. Depois que começa plantar. São de 3 a 5 dias coivando os tocos no horário das 08h às 12h e de 14h às 17h, mas é melhor pela manhã, o chão está mais frio. Esse preparo começa em outubro, novembro. Já em dezembro começa a plantação. No período de roçamento, a gente - alguns homens - faz um mutirão pra ser mais rápida a limpeza do terreno.

Geovania - É pago pra eles ajudarem vocês?

Carlito - Às vezes. Não porque a gente dá milho, até um alqueiro de farinha pra eles.

Geovania - Esse alqueiro, são quantos quilos?

Arnaldo - É trinta quilo.

Geovania - Por que coivara?

Carlito - São ciscos que não queimam São os restantes de cisco arrumado.

Geovania – Ah tá.

Geovania - O que se planta na roça de toco?

Carlito - Arroz, feijão, milho, mandioca, jerimum ou abobara, batata doce, maxixe, quiabo, melancia e vinagreira. A gente planta tudo.

Geovania - Quais materiais são utilizados na roça?

Carlito - A gente usa patacho para capinar; o machado para roçar os tocos maiores; a foice para derrubar paus mais finos; a enxada que serve pra capinar, serve para fazer as covas, cobrir as covas de milho, arroz, feijão; a cavadeira para abrir as covas e abrir buracos para fazer o cercamento da área.

Geovania - Existe diferença de machado, na quebra do coco e roçar?

Nice - Existe minha filha. Cada um tem um modelo específico. Um possui a boca mais larga e outro que é achatado, comprido, grande. E pode ser pequeno. O específico é pra roça. A gente sabe qual que usa na agricultura e na quebra do coco. Agora quem nunca viu, não sabe.

Geovania - Vocês falaram que fazem mutirões de homens, os filhos e as esposas não participam também?

Carlito - Eles participam na plantação das sementes e caroços de milho, arroz, feijão, a batata doce, a vinagreira, maxixe, quiabo, abobora; e na colheita do milho e do arroz. A gente costuma deixar essas partes pra eles. Esse tipo de roça, às vezes, é cercado, como é pouca linha, é melhor deixar assim.

Geovania - Existem outros tipos de roça?

Arnaldo - Sim, roça de quintal ou orgânica. Essa é um tipo de roça abafada, ou seja, capina e deixa o mato em cima da terra, e depois planta. Esse tipo de roça pode fazer até três no ano, porque não é queimada. Ela é mais orgânica. Eu, quando não faço roça grande, eu faço é no meu quintal. Aqui a gente também faz roça pra vender.

Geovania - A Roça no aberto?

Arnaldo - São roças pequenas feitas em terrenos perto das casas. Desse tipo precisa de muito cuidado, porque pode entrar porco, boi e comer toda plantação. A roça de verão ou “rocinha”, essa se faz todo ano. Também é queimada. Nela se planta mais a mandioca. A mandioca gosta de sol, e a se desenvolver melhor, cresce mais rápido.

Geovania - Quanto é?

Arnaldo - Uns trezentos reais ou mais.

Geovania - O senhor vendeu esse ano seu Arnaldo?

Arnaldo - esse ano não, já pra trás eu fiz isso.

Nice - Eu já comprei do meu irmão. Quando eu não tenho muito tempo, eu compro. Essa linha que comprei foi de mandioca. Tem gente que faz só pra vender. Na Enseada eu vejo muito isso.

Geovania - Quantas linhas a senhora comprou?

Nice - Ele fez duas: uma eu comprei e ele ficou com a outra.

Geovania - Quanto que dá em farinha?

Nice - Dá uns quinze ou mais paneiros de farinha. Depende da qualidade da mandioca. Só é comprada quando está pronta pra arrancar.

Geovania - Como é plantado? É junto? É separado?

Carlito – Não. Existe todo um processo. Primeiro faz as covas e sai jogando as sementes de pouco: um tanto de 3 a 5 sementes numa cova, sempre separados. Eu faço assim, mas tem dono de roça que não faz assim. Eu planto o maxixe, melancia, abobora primeiro. Depois planto a mandioca, o milho, arroz assim vai.

Geovania - O que o senhor colhe primeiro?

Carlito - Sempre o milho, maxixe, melancia. A mandioca, por exemplo, é tirada por último. A mandioca precisa de muita água pra ficar no ponto certo. Ela precisa mais de água que sol.

Geovania - Por quê?

Carlito - Ela fica mais consistente. Fica boa pra fazer a farinha. Fica bem amarelinha a farinha. De tudinho aí, o que eu mais gosto de plantar é milho. Em qualquer época do ano ele nasce. A gente fala de roça, mas não é fácil. Eu passo é quatro dias pra roçar seis linhas de roça. Só pra fazer a farinha, a mandioca passa quase doze meses pra ficar boa.

Geovania - Quais são os dias que o senhor planta seu Carlito?

Carlito - Qualquer dia eu planto. Pra mim não tem dessa. Lá são de três donos a roça. Eu vou, faço meu serviço e volto pra casa. Já as plantações que são de chuva são mais fáceis de nascer primeiro, mas depende também do tempo da lua. A lua, às vezes, interfere, e dá mal nas plantações, dá bicho no quiabo, no milho. Mas, esse ano foi roça boa. Daqui a pouco vou tirar o milho.

Arnaldo - A colheita é boa. O milho e o arroz precisam muito de chuva se não eles morrem, agora a mandioca se torna mais forte no sol. A mandioca também é plantada no período chuvoso. A gente planta primeiro. São aqueles que mais necessitam de chuva e os que costumam brotar: a mandioca, o arroz. Depois, chego a plantar o milho, a melancia, o arroz, o quiabo. Essa serie de coisas, às vezes, eu planto, né.

Carlito - Eu prefiro plantar logo o arroz, a mandioca e depois vou plantando as outras coisas.

Geovania - Existe separação na hora de semear as sementes?

Arnaldo - A gente planta misturado e nunca prejudicou as outras. Agora é melhor separar. Só que isso custa demais. São duas pessoas que vão cavando as covas, cinco vão plantando e três vão cobrindo as covas.

Carlito - Na minha eu separo. Eu semeio na frente o arroz; no fundo, o milho e; do lado, a mandioca. Tem outra coisa: a mandioca precisa ser arrancada em torno de uma linha - cerca de quarenta alqueire, quando a terra é suficiente para plantação. São mais ou menos mil e duzentos quilos de arroz. Um paneiro de arroz é trinta quilos. Quando é consorciado com o arroz, o milho ou a mandioca são cerca de vinte alqueire. São em torno de seiscentos quilos. Já em lugares altos e de pedra são cerca de dez alqueire de arroz ou mandioca. Já farinha é de trinta quilos. A mandioca plantada é a única a dar quarenta alqueire de farinha. Olha só o que acontece: a gente costuma tirar mo mês de março e vai até setembro.

Geovania - Aí, começa tudo de novo?

Arnaldo - É. Tem ano que eu faço só no quintal.

Carlito - A gente vai passar pelo cemitério ou vai rodeando por aqui.

Geovania - O senhor é que sabe o caminho.

Roque Soares - Vamos pelo cemitério e voltamos pela igreja.

ANEXO M - Entrevista com Gonçalo, na residência de Dica Leite, na comunidade quilombola do Jacaré. 2013.

Entrevista com Gonçalo Araújo Soares, seu Gonçalo, no dia 23 de janeiro de 2013 pela manhã, comunidade de Jacaré. Na conversa estava presente Cabeça (morador de Lagoa Mirim), Dica Leite (moradora de Jacaré, já foi professora da escola de Lagoa Mirim) e a Graduanda em Ciências Sociais, pela UEMA, Jhulliene Santos.

Geovania - Qual é seu nome?

Gonçalo - Gonçalo Araújo Soares. Eu nasci e me criei em Lagoa. Estudei com Rita Pimenta. A primeira professora foi Rita Pimenta. A gente chamava de Rita Macaca e esses meninos mais velhos Valdevino, Bernardino, esses meus irmãos tudo estudaram com ela. O gênio era Cosme, pai de Emílio, Roque Soares. Cosme era um carta mão, ele só trabalhava por povo. Era um político que nunca perdia uma eleição aqui. O que ele arranjava era por povo. Bem onde é esse colégio era a casa de Cosme. Uma casa de assoalho, de comércio grande que tinha lá. Ele vendeu essa casa pra fazer o colégio. Antes da igreja, do lado direito, ele fez a casa dele. O nome da casa dele era Ursinha. Lá que veio esse colégio. Daí, depois de Rita Pimenta veio outros professores como Faustino Sá, Joana Melo e esses outros professores eram de Penalva. Joana Melo ainda está viva em Penalva. É mãe de Rosalana. Rosalana já faleceu.

Geovania - Cici foi secretária de educação?

Dica Leite - Ela foi secretária de educação.

Gonçalo – Também, Afonso Bandeira.

Geovania - Como era o nome da escola que o senhor estudou?

Gonçalo - Estudei no Darcy Vargas, o primeiro nome da Escola. Depois fizeram o Colégio colocaram o nome de Presidente Kennedy. Há 70 anos veio surgindo esses nomes mais novos. Tinha a professora Edinéia. Foi embora! Tinha muitos alunos nesses tempos, o primeiro lugar era

Lagoa, depois que era Jacaré. Agora que Jacaré cresceu. Neto de Roque Soares (conhecido por Cabeça) - Lagoa era Comarca.

Gonçalo - Tinha Cartório, até casamento fazia em Lagoa. Valdevino e Oswaldo Serra eram os juízes daqui que faziam os casamentos. Todo ano o finado Cosme fazia festa. Festa de maio. Festa de Santa Terezinha, era padroeira de lá. E, em maio era de Santa Maria.

Geovania - E os materiais didáticos?

Gonçalo - De material escolar não tinha nada. O que tinha era uma palmatória desse tamanho.

Dica Leite - Ou aprendia, ou respeitava.

Gonçalo - Desse tempo os alunos respeitavam. Ela batia em cima da mesa com a Palmatória e tudo ficava silêncio. Não é como agora: é uma gritaria que nem escuta nada. Desse tempo era estudo mesmo.

Dica Leite - Quem tava em uma cartilha quando se chamava antigamente, quem saía de uma carta de ABC, antigamente, lia qualquer coisa, lia qualquer carta, pegava qualquer livro e lia. Não era Gonçalo?

Gonçalo - Estudei até o quarto ano. Nesse tempo era até o quarto ano. Eu faço conta de somar, dividir, eu sei que faço. Primeiro era do ABC, Cartilha 1º, 2º, 3º e 4º ano. Não era quarta série. Rita Pimenta que ensinava. Era até o quarto ano. Depois não tinha mais. Já estava grandinho, já queria era namorar.

Cabeça - Quem tinha o quarto ano já era doutor.

Gonçalo - Ia pra roça trabalhar com o pai. Não tinha emprego mesmo. O mais importante era aprender a ler e fazer conta. Eu e Matias, a gente sabe fazer conta bem.

Geovania - Quem era Darcy Vargas?

Gonçalo - Getúlio Vargas eu sei que era o Presidente da Republica. Agora Darcy, não sei. Lagoa tinha uma lagoa que não secava. Quando meus pais chegaram aí, eles São de São Vicente de Ferre, quando chegaram aí, amanhecia que parecia cachorro, mas era rasto de onça na lagoa. E índio que tinha de mais. Eles vinham, faziam festa, andavam tudo nu só com aquela tanguinha. Eles vinham, as pessoas se juntavam, davam roupas pra eles. Eles ficavam contente. Tinha muito índio aqui. Eles passavam aqui bravos, iam lá pro campo.

Geovania - Tem algum índio aqui?

Gonçalo - Aqui tem descende de índio, seu Honório. Mataram muitos índios. Nastácio irmão de Tônico, eles mataram muitos índios.

Geovania - Existia algum engenho na região?

Gonçalo - Existia o engenho aí na Concórdia. Ele fica depois da Barreirinha. Quando eu nasci não existia mais. Nesse engenho existia ferro, pedaço de tijolo. Era um engenho de moer cana, açúcar, cachaça.

Dica leite - Era difícil ter o engenho e não ter café.

Gonçalo - Eu não sei se não tinha café. Aqui na Lagoa minha mãe era rezadeira, Maria Araújo Soares. Era rezadeira desse trecho todinho, era só ela. Ela curava. Eu que não sou curador, não quis mesmo. Depois que ela morreu, eu fiquei rezando e benzendo. Eu ajudava ela. E fui aprendendo.

ANEXO N - Entrevista com Arnaldo dos Santos Meireles, realizada em Lagoa Mirim no dia 22 de janeiro de 2013. Estavam presentes, Cynthia Martins, Geovania Machado Aires e Jhulliene Santos.

Cynthia - Você morou 30 anos lá? Como é lá, nessa Ilha?

Arnaldo – Lá é muito bonito. Lá tem tanta beleza que se as pessoas forem lá, provavelmente vão se encantar pelo resto da beleza que existe. Tem várias coisas que chamam atenção: tem o lago muito bonito, mas também uma coisa eu lhe digo, toda essa boniteza, toda essa coisa que lá existe precisa ser preservada. Porque lá perdeu 70% das reservas, está perdida através do fogo. Através de quê? Dos fazendeiros que toca fogo na beira do aterrado, que eles têm terreno lá, tem propriedade. Eles tocam fogo pra fazer pastagem, nos prejudicam. Nós que somos de classe pobre não temos força pra combater esse ser que tem lá. É preciso chamar atenção das autoridades, tomar conhecimento da área e vir resolver esse problema.

Cynthia - O senhor estava mostrando aqui onde fica esses povoados que não tem nesse mapa? A gente pode colocar depois? Aqui está o lago. O senhor apontou que aqui está Tororama.

Arnaldo - Torourama.

Cynthia - Aqui tem outros lugares que não aparecem aqui. Tem uma área que está preservada, é Jutaí.

Arnaldo - Aqui do outro lado tem o Porto do Cedro. Lá na frente, depois daqui do Cedro tem Ilha

das Pacas. É uma Ilha que eu não sei como ela está, mas ela está preservadinha. Roque - Ela é preservadinha.

Arnaldo - No meu conhecimento dentro desta área de pouca reserva tem porto, tem o resto da reserva. Eu conheço essa área lá. Tirante, estou te falando 70% da área, tá devastada pelo fogo. Eu conversei com um amigo meu que ele trabalha também lá na área. Ele é uma pessoa muito comovente sobre isso aqui, sobre queima. Ele defende aquelas coisas que existem no Formoso.

Roque - O meio ambiente.

Arnaldo - Então, eles me disseram que tava com três semanas que pegava fogo. E tá com três semanas que eu falei com ele. Então, ele disse que era um incêndio quase sem fim e sem poder combater. Então, como que vão ficar sem Formoso, sem ter as coisas que existem lá? Sem ter a reserva? E sentir só com a água do Formoso?

Cynthia - Lá tem umas ilhas? Como é? Fale um pouco dela? Se é só uma, são várias, como é?

Arnaldo - Ela é só uma ilha que flutua. Esta ilha como eu lhe falei, ela é tão importante que se você vê ela navegando você se encanta, porque ela na altura da água, no mês de abril, a gente sabe aqui, ela sai flutuando neste lago e você na beira você está observando tudo. Pra onde ela vai, pra onde ela não vai. E como eu lhe falei, no determinado momento que ela se sente que a água não dá mais pra ela sair, ela volta por determinado lugar dela. Isso que é importante: que a beleza que a gente olha lá as coisas que não se termina. Então, dentro desse trecho que nós estamos conversando, eu lhe peço a senhora que está aqui, que nós estamos conversando, que leve isto aqui às autoridades competentes para que nós temos uma solução; para que nós não fique de braços cruzados como estão nossos companheiros aqui. De braços cruzados. Vamos combater esse incêndio. Então, pra nós só resta este pouco de reserva, e a lembrança na nossa mente. O que não era Formoso há 30 anos? E hoje, como está Formoso.

Roque - Daqui mais uns anos pode secar, queimar tudo. O caminho é secar e acabou. Arnaldo - E nós não queremos que ele seque. Não queremos que seque.

Cynthia - Me diga uma coisa, o senhor estava falando que o pessoal atravessava de um lado pra outro?

Arnaldo - Nesta ilha aconteceu, nessa época, mais de trinta (30) anos. Os povos que vinham, os caçadores, as pessoas que queriam atravessar pra outro lado, eles passavam nessa ilha. Porque era difícil acesso de embarcação. Então, eles aproveitavam quando ela encostava, e as pessoas entravam pra dentro, ela levava eles. E lá eles soltavam pra onde eles queriam ir. Então, era coisa

muito importante.

Cynthia - O senhor falou também que no passado vocês ainda encontram resto de cerâmica?

Arnaldo - Se encontra sim. Se encontrou resto de cerâmica, não sei. Pode ser do século passado, eu não sei. Há quanto anos existe lá? Foi achado em fundo de lago. O lago ficou muito raso, altura de um metro e meio.

Roque - Aquele potinho de ervinha que chamava de primeiro de bota água. Tudo a gente achava tarrafeando. De balsas feito de barro, tudo a gente encontra, daqui pra li eles encontram uma coisa.

Cynthia - E de quem eram essas coisas seu Arnaldo?

Arnaldo - A gente analisa assim que pela fé e, pois, talvez assim de índio, de pessoas assim, moradores muito antigos de lá que nós não achamos outra coisa pra comprovar se podia ser mesmo de seres humanos, de cristãos, digamos assim né. Então, nós analisamos que pudesse ser de índio ou coisa assim. Inventaram essas peças e deixaram lá.

Cynthia - E esses índios o senhor disse que também passaram aqui?

Roque - Passavam índio era canhaguinhas. Eles passavam, visitavam. Tinha época que eles visitavam. Bem que tinham um que era Zé Boneco que era um Timbira que atravessava pro Bom-dói. E tinha aqui no Pau do Maranhão Naldir. Tinha muito piqui, bacuri. Eles visitavam esses lugares de vezes em quando. Eles passeavam.

Cynthia? O senhor chegou a olhar?

Roque - Olhei. Ainda cheguei a ver os índios. Passavam aí. Tinha um caminho que passavam aí de vezes em quando, assobiavam, se não tem ninguém aqui por perto, então, já passava pra cá.

Arnaldo - Aqui é muito importante, aqui.

Seu Matias - Passava por aqui pra avisar pro os outros não ficar nervoso.

Roque: Ter cuidado no mato.

Cynthia - O senhor viu também?

Seu Matias - Uma vez eles fizeram uma festa aqui que era índio demais, uma festa medonha.

Cynthia - Foi aonde essa festa?

Seu Matias - Pro rumo de Matinha, lá onde tem o açude. Onde tem aquele igarapé passa bem perto onde eles fizeram a festa. O finado Felipe Gama morava lá em baixo.

Cynthia: Eles ficaram na festa junto com vocês?

Matias: A festa era deles. A gente ia olhar.

Seu Roque: Há! Passa muito índio aqui.

Cynthia - Lá pra onde?

Roque - Daqui eles atravessavam, vindo aqui, atravessavam pra Penalva, Bom-que-dó. Vinham do rumo de Sansapê, essa região aí, Caru.

Arnaldo - Eles passavam em Sansapé e procuravam um destino. Como aqui ficava o refúgio. Aqui era beira do lago. Existia muita caça, coisas que atraíam eles, né. Eles ficavam naquela região um tempo e aí passava por aqui e procuravam o destino deles.

Uma das pesquisadoras - E hoje lá? Essa ilha do Formoso, mora gente, como é lá?

Arnaldo - Mora gente sim.

Roque - Em redor dela quase toda mora gente, Jutai, Tororama, Caquitu, Ilha das Pacas. Tenho uma irmã minha que mora lá. Mora gente tudo da mulher dele, lá na Poça mora gente lá. Tudo é cercado. Tem aqui onde o poço, aí mesmo que tem um fazendeiro Wilson.

Arnaldo - É a maior devastação. Quando era do outro, do primeiro dono, vendeu e nunca devastou nada. Dentro dessa área aqui de Formoso, bem na beira desse lago, tem uma ilha chamada Costela Branca. Nessa ilha ninguém mexia. Vem um dono e mexeu nessa ilha, tirou quase que tudo. Mais na frente a ilha da Pindoba, esta Wilson mexeu com essa ilha, tocou fogo, devastou. Beira do lago que existia jussaral, bem na frente e no lado da casa de Zé Maria. Esse perto, o rapaz era meu compadre. Hoje está um aterrado, hoje não vê mais lago, não tem mais nada lá. Ele devastou tudo. Hoje só a fazenda e o pasto.

Geovania - Quem era o fazendeiro de lá?

Arnaldo - O maior fazendeiro da região é o Wilson e o maior devastador, isso eu garanto. Nós fala das coisas e do que acontece.

Cynthia - Mais ela flutua só no período do inverno?

Arnaldo - Exatamente! Período do inverno, porque quando a água dá até lá, dá pra navegar. Aonde chega no começo de maio, na baixada, ela volta pra um determinado lugar, fica paradinha e só no outro ano. É importante pra você vê como ela é uma coisa de mistério. Eu acho que sim, porque bem aqui é um porto e esse porto ele é terraço. Como aqui, não atola, só areinha, e ela chega e tem possibilidade de tampar o porto. Mas ela não tampa. Ela fica do lado, você pode entrar e ver tudo bem. Toda vez que ela sai e anda por andar, anda por determinado lugar, mas ela não tampa esse porto, isso é coisa importante. A gente vai pensar na mente da gente que é um mistério de Deus. Ela encostava, tampava aonde fosse. Ela não ia a qualquer lugar, onde ela

encostava ela ficava, mas ela tem o lugar dela. Em todos esses portos ela anda, encosta. Antigamente tinha pessoas que moravam lá, tinha comércio e se enraivava porque ela tampava o porto e só sai quando queria. Então, ficavam bravos porque ela tava lá, não saia e tal, mas ela queria. Ela saia deixava o porto livre para passar. Tem coisas importantes que nós achamos lá e não fui nascido lá, mas cheguei lá menino e me criei lá.

Cynthia - O senhor nasceu aonde seu Arnaldo?

Arnaldo - Vim daqui da Ricoa – Viana. Daqui minha família se mudou pra cá, aqui eu me criei. Muito bom graças a Deus! Nós somos da roça. Lá tem tudo de mato. A gente faz nossas roça e nunca intervi. Nós preservamos e só estragávamos com nossa roça, então, não existia fazendeiro lá. Então, depois que foi chegando essas habitações e esse pessoal aí foram devastando. E hoje está no que tá: nós com 70% da área terrível.

Cynthia - Gravou Gil. Jully tem coisa gravada aqui? Jully- tá limpinho de novo.

ANEXO O – Entrevista com seu Arnaldo dos Santos Meireles, no quintal da residência do seu Roque Soares, no dia 22 de Janeiro de 2013. Estavam presentes para entrevistar seu Arnaldo, Geovania Machado Aires, Cynthia Carvalho Martins e Jhulienne Santos.

Geovania – Pode gravar? O barulho tá grande.

Roque – Barulho das galinhas né. Geovania - O senhor sabe o quê? Jhulienne - Estávamos conversando com seu Roque aqui. Disse que ele morreu. O senhor sabe o por quê?

Arnaldo: Porque lá sempre fala de um mistério. Me falam de história muito antes que não conheço. História que passou, que eu não conheço, mas essa parte eu vi, eu conheço também. Gente, pessoa ligada a ele fala pra gente quanto essa pessoa faleceu essa outra pessoa não morava perto, essa pessoa era chamada de Pedro Pinheiro. Ele tinha um comercio lá, nessa Tororama aqui. Então ele queria botar um babaçu e nessa época ela encostou lá. Ele se indignou de raiva, porque queria botar o babaçu daqui pra Penalva, que ele ia fazer um mal com ela, que ela ia ver. Ele pega uma corda muito grande grossa, amarrou no butizeiro. Ela no outro butizeiro, no seco. Se ela sai o butizeiro quebra. Se ela não tiver força pra sair ela não vai sair mais. Ele fez a varadinha que assim mesmo começou a carregar babaçu na cabeça e botou lá na beira do lago, porque tinha que passar por dentro dessa ilha. Foi, botou o babaçu pra lá e quanto chegou,

faleceu. Adoeceu. Adoeceu. Aí, as pessoas ligadas a ele se lembraram: - ah, isto é a ilha que ele afogou. Foram lá cortar a corda. Não teve mais jeito. Ele faleceu. Isso foi coisa acontecida, coisa do tempo da minha história.

Roque - Coisa séria.

Cynthia: Ele morreu cedo?

Arnaldo - Ele morreu a gente não sabe a causa, a gente imagina que a causa foi essa. Ele amarrou a ilha. Lá existe mistério, esse mistério que existe matou ele.

Cynthia - Como são esses mistérios?

Arnaldo - Esses mistérios são coisas invisíveis, coisas de outro mundo, coisas que ficaram do outro mundo, eles é que dominam essa ilha, navegam nessa ilha. Os mistérios que a gente fala são assim.

Uma das pesquisadoras? Tem algum invisível que guia essa ilha?

Arnaldo - Que guia essa ilha, com certeza!

Roque - Dizem que tinham um senhor Manoel Homão, que era Manoel Homão. Fundo, num tal de come no fundo. Fala muito nesse come no fundo, no dia que ele queria. Que lá é assim: no dia que ele batesse todo mundo apanha. Tem dia que o caboclo soa o dia todo e não apanhava uma piaba pra comer. Lá tem um mistério, um mistério mesmo, só deus. Esposa do seu Roque, Margarida - Vi dizer que ele era chamado cara de pinto...

Roque - O que a gente vê a gente não diz.

Arnaldo - Bem aqui no porto, perto desse pau, existe uma reserva também. É uma casa lá na beira, só uma casa. Eu conheço a pessoa que morava lá. Eu era moleque. Não que eu conheço a história, mas eu morava bem perto. A pessoa era ligada a minha família e sempre passava e conversava. Esta ilha, a mulher desse rapaz pediu que desse uma coisa pra ela, uma riqueza pra melhorar a vida dela, que ela era muito pobre, tal. E, só ela podia dar essa riqueza pra ela. Quando foi de noite ela chegou lá, encostou na beira e ela olhava perto um buraco de palha, ela olha tudo claro dentro dessa ilha e o movimento de gente dentro dessa ilha, gente falando alguma coisa. Ela ficou nervosa e não saiu mesmo. Ela teve lá, bateu alguma coisa como se fosse ferro e foram embora. Deram uma volta e voltaram pro porto de novo. Bem perto da casa dela, chegaram lá, tudo iluminado como se fosse um navio e ela nervosa nunca saiu. Ela foi embora e não veio mais. Então, eu sempre botei na minha cabeça que existe um mistério sim. Agora, com o tempo com a devastação, as coisas vão dificultando esses mistérios, vão desaparecendo. São visíveis

também e eles não são de se habitar em coisa. Tem o lugar deles. Este lugar precisa ser preservado. Aqui é nossa ocupação. Formoso que as pessoas tomam competência, toma conhecimento do caso e vamos ver se dar pra recuperar alguma parte, mas pra que pudesse aumentar mais nossa reserva e despreocupar a gente aqui. A preocupação da gente que tem dinheiro lá na beira, não tá preocupado, ele está preocupado é em tocar fogo, fazer pasto, e preservar o que é dele. E nós que precisamos tirar um açai, um buriti e nós não temos - porque eles devastam e nós não temos força, não temos lei que possa proibir esta queima definitiva pra não ter mais. Não é só povo que resolve os problemas. Podemos resolver o problema do fogo, podemos plantar nossa roça que nós fizemos sem devastação, que água lá nós temos. Então, vamos plantar e não destruir, é isso que nós queremos aqui.

ANEXO P – Entrevista com Sabino Correa, Antônio de Cotinha, Mauro Leite e Fabrício Nabate Maranhão. No intervalo das reuniões da Aconeruq no dia 19 de junho de 2015.

Sabino Correa – canta sua toada de Bumba Meu Boi, no Encontro da ACONERUQ.

Eu sou quilombola e moro dentro da reserva de Lagoa Mirim e Formoso;
 Eu sou quilombola e moro dentro da reserva de Lagoa Mirim e Formoso;
 Tem uma paisagem bonita; e na verdade, é visitada pelo povo;
 É um lago bonito de se ver, na verdade, ele é maravilhoso.
 Tem uma paisagem bonita; e na verdade, é visitada pelo povo;
 É um lago bonito de se ver, na verdade, ele é maravilhoso.
 Eu sou quilombola e moro dentro da reserva de Lagoa Mirim e Formoso;
 Eu sou quilombola e moro dentro da reserva de Lagoa Mirim e Formoso;
 Tem uma paisagem bonita; e na verdade, é visitada pelo povo;
 É um lago bonito de se ver, na verdade, ele é maravilhoso.

Toada de Bumba Meu Boi, feita e cantada por Antônio de Cotinha, no Encontro da ACONERUQ.

Mais eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedir pra presidenta me ajudar;
 Mais eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedir pra presidenta me ajudar;
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar.
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar.
 Mais eu falei pra esse povo da comunidade;
 Eu vou em Brasília vou pedi pra presidenta me ajudar;
 Eu vou adquirir terra por quilombolas trabalhar;
 Vou pedir pra que puxe a água encanada;
 Pra quando eu chegar da roça eu me banhar.

Mauro Leite - canta sua toada de Bumba Meu Boi, no Encontro da ACONERUQ.

A reserva de Sansapé tem uma riqueza, uma beleza;
 Se acreditar todo mundo pode ver;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açáí pra comer; é a reserva que eu quero defender;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açáí pra comer; é a reserva que eu quero defender;
 A reserva de Sansapé tem uma riqueza, uma beleza;
 Se acreditar todo mundo pode ver;
 Lá tem muito peixe pra pescar; tem babaçu pra se quebrar;
 E açáí pra comer; é a reserva que eu quero defender;

Fabrcício Nabate - Verso feito e cantado em seu ritual de cura.

Oh dona Rosalina, Rosalina da Lagoa;

Oh da Lagoa, Oh da Lagoa;
 Oh dona Rosalina como é grande da Lagoa;
 Oh dona Rosalina;
 Rosalina grande da Lagoa.
 Oh da Lagoa, Oh da Lagoa.
 Rosalina é a encantada do seu terreiro.

ANEXO Q - Entrevista com Mauro leite no dia 19 de junho de 2015, no prédio histórico Casa do Maranhão, Encontro da ACONERUQ.

Geovania - Sua contribuição no evento? o que gostaria de dizer nesse momento?

Mauro - É, a gente tá aqui pra somar com os companheiros através dessa caminhada. Desse comércio que a gente está construindo agora. Era um comércio que a gente tinha pouco acesso. A gente está implantando essas coisas aqui, que a gente tá vendo, é cultura nossa; nós agricultores familiares. Então, é produção da gente. Uma qualidade que a gente está começando a construir. E abri o comércio e através desse comércio dar chance para outras comunidades que estão fora do comércio. Então, a gente está trazendo pra fortalecer mais. É coisa tradicional, não tem veneno. Uma coisa que você pode usar, que não afeta ninguém. É coisa do agricultor, de nossa comunidade.

Nós vendemos isso tudo, porque é coisa importante. A gente tá aqui pra abrir o comércio, pra ver se tem saída. A gente sabe que tem muito estoque que precisa sair. Hoje, a gente tá aqui trazendo pra outras entidades conhecer que a gente é agricultor, que tá cultivando alimentação. A gente trabalha com farinha, limão, arroz, macaxeira, banana.

ANEXO R - Entrevista com Antônio Carlos da Paixão, na casa de Nice. Pela manhã.
 03/02/2016.

Geovania - Como é sua relação com na comunidade, entre você, a sua família também? Me conte um pouco?

Antônio Carlos - Bom, meu nome é Antônio Carlos da Paixão, mas as pessoas me conhecessem como Antônio de Cotinha. Nasci em 1975. Vou completar cinquenta anos em maio. Presidente da associação. Tenho quatro filhos, tenho meu pai, minha mãe. Graças as Deus estão vivos. Somos uma família unida. Sobre nossa relação, é boa. Quero dizer pra você que sou muito feliz por isso, né. A família seja melhor que tenha união. Porque tem que ter mais prosperidade. A gente está em cima dessa terra vivo e ter pai, mãe unido é melhor coisa do mundo, não é? A relação com meus filhos graças as Deus, eu tenho Antônio Carlos da Paixão, Selma Regina e Larissa. Eu graças as Deus como uma pessoa pobre, da zona rural, trabalhador, agricultor familiar, tenho uma honra desse tipo de trabalho, a gente trabalha adquire as coisas, a gente encontra as coisas fáceis.

Comecei no Centro dos Caboclos, depois coloquei meus filhos pra estudar no Jacaré e se formaram todos os três, até onde eu tive a condição de dar educação pra eles. Eu tenho o costume de dizer que a família tem prosperidade se tiver sabedoria. Bato na tecla das pessoas jovens lá não ter educação cedo. Isso pra mim é uma dor que infelizmente a gente não pode acolher todos, nem tudo é igual. As minhas filhas não estão trabalhando pelo estudo, mas graças as Deus pra mim é uma honra. Os que eles poderem alcançar e a oportunidade que eles queriam alcançaram.

Geovania - Qual é nome do seu pai, sua mãe?

Antônio Carlos - Ah tá, meu pai é Domingos Barros Viegas e da Minha mãe Maria dos prazeres da Paixão - Cotinha.

Geovania - Então, e de sua esposa?

Antônio Carlos - Maria Elzebia Serra.

Geovania - E as culturas como que é lá? Tem alguma brincadeira?

Antônio Carlos - Em relação a comunidade todo mundo carrega sua vida, mas não agrupado. Um dia eu convidei eles: gente vamos se agrupar no Centro dos Caboclos pra gente arrumar um tipo de trabalho. Primeiro a gente começou lavoura, roça né. E se ajuntava. Um dia eu disse: - vamos fundar uma comunidade pra gente, que hoje tudo é associação. A gente começamos, até que mesmo, chegou o dia 02 de setembro de 2004, a gente fundou nossa associação. Nessa associação até hoje estamos reunidos, unidos e graças as Deus. Uma hora se ajeite, se espalham e outros vão embora. A gente está lutando com os projetos. As pessoas não esperam. Acham que não vai acontecer. Eu chego dou uma reunião. A gente tem uma cooperativa, graças as Deus eles me respeitam até hoje. Eu tenho um compromisso e repeito os meus companheiros.

Em relação a cultura, nem todos da comunidade, mas a maioria do nosso povoado do Centro dos

Caboclos fomos e temos uma estrutura. Lá a gente canta tambor de mina, os orixás, a gente tem um grupo de tambor de crioula que a gente tem o material. A gente hoje pra fundar a associação do nosso bumba meu boi a gente fez um levantamento com três crianças na época - e eu sempre curioso de gostar de cantar bumba meu boi, eu vinha cantando a muitos tempo - e eu consegui com meu cunhado dar uma ajuda pra eles. Conversar e sair de casa em casa, que me ajudasse a levantar essa cultura. Então, eles gostaram porque eles não tinham essa cultura. Sair. Eles achavam que a gente podia fazer e a gente conseguiu fazer esse grupo, graças as Deus.

Hoje nós temos cadastrados, temos 105 nesse cadastro novo. Nós chegamos a 200 componentes, mas não é só de uma área. Outras pessoas de outras comunidades participam com a gente. Dentro da nossa área são umas oitenta pessoas. Estamos seis anos de gravação e agora estamos lutando pra gravar de novo.

Geovania - Quais os nomes desses grupos de tambor de crioula, bumba meu boi?

Antônio Carlos - O tambor de crioula. Até porque a gente não fez grupo ainda. Faz parte de outro grupo, não sei agora o nome dele. Dos orixás tem pessoas que brincam, mas não tem terreiro ainda. Então, a gente lá estruturadamente, nós temos o aparelho do tambor de crioula, a gente têm três tambores. Agora, culturalmente que a gente tem é o bumba meu boi. Esse é todo ano, não pára. Carnaval a gente brinca, mas não tem escola.

Geovania - Como é o nome do bumba meu boi?

Antônio Carlos - Bumba Meu Boi Nova Geração

Geovania - Tem mais ou menos quantos terreiros?

Antônio de Cotinha - Olha, para nosso terreiro, era pra ter dois, mas meu sobrinho foi embora. Tem outro lá. Até que a gente tem uma relação antiga. Um rapaz jovem. Sabe aquelas pessoas que não tem um plano? Hoje ele mora em Bolsas no município de Monção. E uma menina que mora lá no local.

Geovania - Quais conflitos persistem na comunidade? De terra, das quebradeiras, sobre você?

Antônio Carlos - Veja bem, agora não temos, quando eu cheguei na área sempre achei cada qual no seu lugarzinho.

Geovania – Quando você chegou mais ou menos na comunidade?

Antônio Carlos - Eu cheguei em 1983. Quando eu cheguei achei eles no lugarzinho. Aqui é meu e graças as Deus são umas pessoas obedientes e não tiveram conflitos pra brigar. Nunca acompanhei por causa de terra, por causa de mato e por causa de nada. Cada qual respeita o lado

seu. Então, eu sempre achei naquele lugarzinho. Eu cheguei lá onde eu moro em 83, sendo fundado por Chico Vaqueiro, e meu cunhado Francisco das Chagas me acolheram lá, graças as Deus. Eu também não sou de brigar e tá com zoada com meus vizinhos. Então, estou até hoje. A gente respeita. Aqui é meu, aqui é de fulano, embora seja possível como ele diz: - terra hoje, quem tem? Mas, hoje caímos na reserva do Formoso. A gente está esperando o resultado que chegue pra ter o direito da gente. Nunca fui pessoa - mesmo Presidente da associação chegavam, diziam: rapaz tem umas terras devolutas, porque vocês não entram, invade, coloca tua comunidade pra lá e, tu ganha a causa. Eu disse que não. Se Deus achar, um dia adquire um pedaço de terra pra morar, trabalhar e dar o jeito da gente. Mesmo comprado a gente quer ter o direito da gente. Hoje temos companheiros. A companheira Nice, que estamos trabalhando aqui de longas datas, confio muito nela. Por isso, a gente tá trabalhando, que a gente chega numa coisa sem conflito, sem violência, porque hoje em dia a violência tá muito.

Geovania - O mundo oferece muita coisa, vai quem quer, né.

Antônio Carlos - Até agora no meu alcance sobre família, sobre comunidade, até agora, sou feliz por isso.

Geovania - O que tem de mais na sua comunidade, escola, se tem?

Antônio Carlos - Tá lá sobre floresta. Lá tem uma parte que a gente tira pra trabalhar, pra devastar, pra criar os animais da gente: cavalo, burro, porco. Eu crio, mas é preso, né. Eu não posso soltar porque tem gente que faz sua devastação e a gente não tá atentando ninguém. A respeito do caso de colégio, nós temos uma casa, até de uma menina que foi botar uma roça e fez um ranchinho pra ela trabalhar e a professora ensina de baixo. Até porque, inclusive, ela tá toda peneirando água por cima, porque ainda não cobriu.

Geovania - É feita de taipa?

Antônio Carlos - De barro, de taipa, não tem casa de alvenaria. Não temos colégio de alvenaria, não temos estrada botada com piçarra, bueiro, ponte. A ponte na comunidade, foi nós que fizemos. Nós não temos água encanada; não temos posto de saúde; não temos telecomunicação. Nós não temos casa de forno boa, mesmo assim, nós temos duas no Baixo da Onça e outra no Centro dos Cabloco. De campo de futebol, nós temos no Centro dos Cabloco, nós temos também. Clube da associação não tem, eu sou presidente das três comunidades, sempre se reúne pra fazer.

Geovania - Fica de lado, sei.

Antônio Carlos - Fica de lado. Então, a reserva tem. Tem o lado que a gente trabalha e tem o lado

que tá lá o mato grande. A gente fica colocando um pedacinho de roça. Veja como agora a gente botou um pedaço de roça e outro rapaz pegou outro pedacinho lá. A gente tá regando, porque é pequeno pra uma porção. Nós somos seis ou sete que trabalha. Algumas pessoas já levantaram suas casas de alvenaria, mas a maior parte é de taipa também. A gente tá esperando o projeto, esperando que chegue. As crianças que veem estudar no Baixo da Onça. No inverno é muito pesado, na lama muito grande. Os meus estudam na escola do Centro dos Cabloco, quando eles cresceram eu coloquei pro Jacaré. Eu reuni e falei para os pais de família: - olha, essa escola aqui não pode deixar ela acabar, que a gente consiga pra nossos filhos não andar longe, os pais achavam que não tinha... e não tá tão difícil, como está hoje. Então, no alcance, até agora pra falar alguma coisa da nossa comunidade, não. Tudo era comum, com era antigamente.

Geovania - Essa zoada grande, vamos pra cozinha, tem menos barulho.

Antônio Carlos - Ele veio fazer zoada justamente, agora.

Geovania - Pelo menos, eles estão limpando a escola, que isso já estava demais. A escola cheia de lixo, o mato quase cobrindo a calçada.

Antônio Carlos - É mesmo.

Geovania- O senhor estava falando das roças. Fale mais um pouco?

Antônio Carlos - A roça, a gente faz o seguinte: a gente chega bota a picada no mato, e, muitos pra agricultor que trabalha em maquinário, ele se forma hectare, e a gente considera linha, né, que é um quadrinho, é uma linha. A gente conhece no interior como braça, colocar 25 braças, um quadro é uma linha. Lá, a gente forma o grupo, pega as foices e roça. Quando tá 40 a 60 dias de roçado, a gente pega o machado e derruba, faz a derrubada com três, dois meses. A gente queima, vai juntar coivara, planta o arroz, capina. É a mesma coisa. Se reúne, o mesmo mutirão, e planta. No tempo da capina a gente se reúne, vai e capina.

Geovania - São quantas pessoas mais ou menos no mutirão?

Antônio Carlos - Às veze, lá a gente costuma botar dez, onze. Quando não está muito bem, a gente bota cinco. Aí tem um limite. Às vezes, a pessoa que trabalha hoje, amanhã precisa fazer outra coisa. Ainda se chama roça no toco, dentro da minha comunidade. Tudo ainda é roça de toco. A gente planta a linha que a gente fala: às vezes, quando está bem estruturado ela chega trinta alqueiro de arroz. Mas, quando dá barata também, uma mazela que está perturbando muito a gente lá é a barata no arroz, é chupado de cacho, é o percevejo que a gente chama. Agora, inclusive, na safra da mandioca a gente plantou ela, pequena assim, lagarta já matou toda. Milho,

graças as Deus elas não mexeram, mas a mandioca elas deram um prejuízo muito grande. A gente agora está se prevalecendo com um remédio pra barata, pra plantar o arroz. Uma mandioca lá chega dá até cinquenta alqueiro de farinha numa linha. Lá, vai chegar com as mazelas da lagarta, ela não nunca recupera, ela sempre fica degenerada naquela palha. A gente fica com o prejuízo de vinte e vinte cinco alqueiro de farinha. Depois dela comer, ele cai de produção. O arroz, depois de dar barata também. Ela acaba com a produção do arroz. O arroz tange, fica aquele angu, quando a gente passa o fogo. Não produz de jeito nenhum. O feijão graças as Deus até agora,, eu não planto muito. Às vezes, planto na meia linha, uma linha. Esse não. Até agora não. Quando ele quer dá aquela mazela a gente bota a barragem. A gente bota e vai colher. A respeito da roça da gente lá é assim.

Geovania - Qual o mês que vocês plantam, colhem?

Antônio Carlos - A gente costuma plantar - como esse ano o verão foi muito puxado - a gente plantou no mês de janeiro. Estamos terminando de plantar, no mês de fevereiro. No tempo de colher, no de mês maio e junho. Mandioca a gente já colhe de janeiro e fevereiro do outro ano. Porque essa aí é anual. O milho, ele pode durar até outubro, novembro, a gente pode tirar. Tem safra que a gente tira todo, mas tem safra que a gente vai tirando de acordo com a vida.

Geovania - E a plantação do maxixe, melancia? É anual, não tem?

Antônio Carlos - Planta. Não é anual, porque pra gente não tem a água pra tá molhando né. Seca muito. Alguns pra lá tem açude. Os igarapés secam com a sequidão. A gente planta se for na roça. Planta novembro, dezembro, quando queima a roça. Quando dá uma chuvinha a gente planta logo. Já vai colher de fevereiro pra março. Também a safra é só uma vez. A gente não tem mais porque a gente não tem a água pra molhar. A respeito da lavoura, a gente tem só esses produtos. A gente trabalha, assim. Às vezes, anual, às vezes, noventa e poucos dias. A gente não tem estrutura, água pra gente molhar, pra trabalhar com adubo, maquinário. Essas coisas a gente não têm. É roça no toco.

Geovania - Vocês cercam as roças?

Antônio Carlos - Eu cerco. Mas, depende também do cara cercar ou não a roça. Agora que é perigoso deixar a roça aberta. É porque pode vir um porco, um boi e comer tudo o que se plantou. A gente sabe que quando a gente planta já é com medo de acontecer alguma coisa. Eu mesmo, no ano passado botei uma roça que deu tanta lagarta que acabou com o milho. Esse ano graças as Deus está dando tudo certo.

Geovania - Então, obrigada seu Antônio.

Antônio Carlos - Vamos caminhando que Deus é bom.

ANEXO S – Entrevista com Maria Nice Machado Aires, 18 de Novembro de 2013.

Pesquisadora: Geovania Machado Aires

Geovania - Sobre a contextualização de Lagoa Mirim - por que são quilombolas?

Nice - Eu tinha um trabalho de retiro da igreja católica, uma capacitação nas comunidades, e como se organizava as comunidades, em 1973. E nessa época a gente conversa com as pessoas mais velhas e elas contavam as histórias do local. Eles falavam que Lagoa era um pequeno lago que não secava e chamava de Lagoa Mirim. Era um barro que afunda, a gente pisa nele e afunda. É muito respeitado. Para sair, a gente precisa ser tirado por outra pessoa. Quando eles trabalhavam no engenho, eles fugiram do engenho e conseguiram encontrar essa Lagoa que tinha várias coisas, como peixes, água muita limpa, tinha pássaros. Eles se agradaram do lugar e foram fazendo os quilombos e atravessaram uns rios, que se chama hoje rio do castelo. Uma parte em penalva e outra no Formoso. A nascente é em formoso. E foram fugindo e foram formando quilombo. Em determinado tempo tinha muitos negros morando lá, em Lagoa. E acabou a primeira lei, de não trabalhar no engenho como escravo, a lei que dava direitos de não trabalhar como escravos. Tinha gente inteligente e a comunidade na época tinha tabelião, delegacia, escola, campo de bola, professores que nasceram na comunidade, antes de Rita Pimenta. Este local era extensível, cerca de 510 famílias. Só em Lagoa apresenta 86.500 mil hectares de terra. Já tinha benzedor, parteira, tinha farmácia, era praticamente uma cidade. A região tinha pescador, artesanato, cemitério e as culturas que atualmente se presencia.

A maior parte se mudou para o Jacaré. Na região tinha onça, engenhos - um deles era Enseada da Mata. Com passar do tempo, mais ou mesmo em 1940, meu pai tinha uma compra de cachaça pra lá. Na época criaram vários engenhocas que eram pequenos engenhos que não pertencia mais a escravatura. Tinha o engenho São Luís, que é justamente o que está localizado dentro de Lagoa Mirim, o da prata, que eles compravam cachaça e que ainda existem essas engenhocas da prata. Hoje ele funciona no assentamento do ouro que engloba doze povoados como: Prata, Ouro, Frieza, Limeira, Taquipé, Cajazeira, Tucum, Olho d'água, Tarumá, uma parte do Momorama -

onde fica o engenho. No Território do Formoso tem cerca de 28 comunidades e diversas ilhas, tem também porto de barco, voadeira e canoa. As comunidades são:

Praça da igreja	Lagoa Mirim	Ponta Grande
Ilha do Carão	Lontra	Boa Vontade
Ponta da Capoeira	Rua do Namoro	Jussarauzinho
Ilha das Pragas	Ilha do Tarumam	Castelinho
Pachiva	Santa Tereza	São João
Escorrega	São Mateus	Ilha da Bacaba
Cedro	Poleiro	Bacurizeiro
Anajazal	Água Preta	Cassote
Formoso	Ilha de Catitu	São Raimundo
Queimada	Igarapé Grande	Colônia
Lagoa do Cansado	Centro do Caboclo	Momorama
Tororama	Cajazeira	Cansado
Ponta da areia	Capoeiro	Ponta da Palmeira e Serraria

Lagoa Mirim tem mais de cem anos. As culturas: tambor de crioula, tambor de mina, cura de maracá, bambão, toque do divino espírito santo, bumba boi, tem São João - que começa de 23 a 30 de junho-, Carnaval, festejo de festa de novena em dezembro, Natal, festejo de santa Barbara - do dia 3 a 4 de dezembro. Festejo de Manto de Maria - no mês de maio, do dia 1 a 30 do mesmo mês. Tem jogo de futebol.

O município de Penalva tem um povoado maior, que é Jacaré e está em Lagoa e dentro de Lagoa tem outros povoados. Tem o povoado Jacaré - eles dizem que tem 13 mil habitantes em toda

região da Lagoa. E a delegacia, hospital, igreja foi direcionado para Jacaré, já que muitas pessoas de Lagoa e outros lugares mudaram. Lagoa é mais velha que Jacaré. Jacaré é apenas um povoado grande. Sendo que muitas coisas mudaram. Hoje tem hospital em Jacaré coisa que antes existia em Lagoa. Tinha doutor do mato. Doutor do mato consultava as pessoas, fazia remédio, benzia. Sendo que hoje existe benzedor, curador e doutor do mato:

Benzedor: não cura, e nem faz festa, só faz remédio. E tem vez que ele sabe fazer tudo.

Curador: cura, faz a festa. Não é em todo mundo que baixa o santo. Faz remédio. E tem curador que cura, mas não faz remédio.

Doutor do mato: Cura faz remédio. Benze e às vezes faz remédio, mas não cura.

Responso: Alguém rouba um celular, leva alguma coisa, ele diz quem foi à pessoa e onde tá. Em anos passados Jacaré tinha 100 família, era menor que Lagoa e hoje está maior que Lagoa. Tudo começou em Lagoa.

ANEXO T - Segunda entrevista com Fabrício Nabate Maranhão, 2013.

1 – Era uma Lagoa, tinha muito peixe, muito pássaro. Tinha onça que bebia nela.

2 – Quando comecei a estudar com o velho João dos Reis, ensinava particular. Era numa capela de Santa Terezinha.

3 – Era uma pessoa muito boa: receitava consulta. Era dono de uma galeria de fazer tijolos.

4 - Com quatro, até sete anos, eu ia atrás do meu pai; ia com ele pra roça. Com oito alunos comecei a estudar. Nessa época só estudava com essa idade.

5 – Fabrício Nabate Maranhão. Quando comecei a trabalhar eu tinha dez anos, catava milho, mandioca e outros.

6 – Nasci e sempre morei lá. Meu grau de estudo é oitava série. Fiz parte do Sindicato dos trabalhadores, fui presidente da comunidade de associação, fui professor de catecismo. Faço parte da ACONERUQ, fui secretário de organização do PT do município, já fui em congresso nacional chamado da floresta, congresso da FETRAF e do PNCSA. Em reunião do MIQCB, fui em encontro de Medicina, trabalho na criação da Reserva Lagoa Mirim, Território do Formoso ,desde de 2000.

7- Duas turmas, quatro a doze anos , seis funcionários.

8 - Porque todas moram na comunidade e são negras.

9 – ?

10 - Matemática ciência, português, estudo religioso.

11- segunda a sexta, pela manhã e noite.

12 - Bumba meu boi, festas das mães, festas dos pais, festa de ano, tambor de crioula, bambão.

13 – No passado a escola era de barro, banco de tabua de paparaúba comprido. Hoje é de alvenaria, tem cadeiras, ventilador e outros. Com a luta conquistada esta feita de alvenaria. Meus pais aprenderam a ler, os filhos também.

14 - A escola é quilombola, mora na comunidade.

ANEXO U - Entrevistado: Fabrício e Seu Cearense, sobre Lagoa Mirim e seus saberes, 2013.

Geovania – Conte sobre Lagoa Mirim?

Fabrício - Lagoa já foi um povoado grande, mais de 100 casas, já teve Juiz, casamento, tabelião, a primeira sessão eleitoral e a delegacia foram em Lagoa Mirim. O primeiro delegado da região foi João Reis. Foi chegando gente de outros locais como de Capivari, Boa Vontade, São Vicente de Ferre, São João Batista, muitos vinham fazer compras (açúcar, ferro, café). Na época só existia Penalva e Lagoa. Foram indo para o Formoso. Iam formando outras comunidades em Lagoa e hoje vivemos, trabalhamos e continuamos na luta com fazendeiros que querem acabar com nossas culturas, tradições da região. Em Lagoa Mirim tinha o engenho São Luís, faziam ferro, açúcar, tinha muito índio, aqui era um lugar onde tinha tudo. Hoje só restam poucas casas, uma escola, uma casa de forno, uma igreja de taipa e nossa Ilha do Formoso.

Aqui na região existia uma Lagoa, hoje ela é um açude. Lagoa Mirim na época os animais como; onça bebia água e comiam peixe. Tinha muito peixe. Uma lagoa com grande profundidade, mas com o tempo resta apenas o capim que alimenta a boiada dos fazendeiros. Secou. Foi destruída pela mão dos forasteiros.

Aqui é assim. Vivi assim junto com eles. Há pouco tempo eles tocaram fogo naquela parte de Tororama até perto daqui. Da queimada fizeram um estrago muito grande nessa região. Isso pra

dizer como é nossa comunidade aqui. Aqui nós somos ameaçados de morte, tocam fogo nas palmeiras e tudo isso acontece aqui e eles não estão nem aí pra gente. É assim, desse jeito. Lagoa já foi muito bonita, agora está como é, só destruição.

Geovania – A cura é o quê, Seu Cearense?

Cearense - A cura é um dom e não é todo mundo que recebe esse dom. Eu considero como dom divino. A gente faz as coisas da gente e às vezes você não sabem como a gente fez; é só a gente que sabe. Tem gente que se mete pra fazer e não sabe fazer. A cura não é pra qualquer ser. A gente é escolhido. Me lembro que inventaram uma cura numa escola de Penalva. As crianças se vestiram com a roupa de macumba, começaram a fazer os rituais de cura e entrou o diabo neles (encantado mal). Deu foi luta pra tirar o chefe (espírito) deles. Nesse dia, estava eu, finado Zé Maia, Cândida Curadeira, Severino, Gonçalo e Xita, pra retirar um espírito. O espírito entrou nesses meninos que fez horror. Eles estão pensando que cura é qualquer cultura. A cura não é reggae, é um dom que Deus deixou pra gente. E para retirar o espírito dos alunos foi feito remédio (cura) pra poder retirar o satanás que baixou. Porque a cura chama o bom e o ruim. Estou trabalhando dentro desse quarto aqui, está me atingindo e atingindo todo mundo dentro de casa.

Essa senhora que está aqui tem um encosto nela, coisa ruim que está dentro dela e eu estou tirando pra ela ficar boa. Só sai daqui depois que sair esse encosto. O mal, quando entra na gente, pra sair é uma luta. Eu faço minhas coisas, mas pouca gente sabe disso. Não sei como você me encontrou aqui. Foi coisa de Dica Leite; ela conhece o meu trabalho.

Geovania – Sim, a professora Dica Leite.

Cearense – A gente se conhece há muito anos. Ela vem aqui, eu vou na casa dela.

ANEXO V - Entrevistado: José Mauro Leite, 19 de junho de 2015, no Encontro ACONERUQ (da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão), prédio histórico Casa do Maranhão.

Pesquisadora: Geovania Machado Aires

Com esse conhecimento adquirido nos encontros nos fortalecem. Por exemplo, nós moradores de

Sansapé tivemos conhecimento de que a prefeitura de Penalva tinha verba para mandar asfaltar as ruas, e dinheiro para a cultura da gente. Só que até hoje ele disse que não tem verba. Então, Geovania, fomos à prefeitura e falamos que a gente ia denunciar no Ministério Público tudo o que tá acontecendo na nossa cidade. Agora ele tá que nem um ‘cavalinho’ em nossa mão. Tem algumas coisas que a gente pede e ele faz. Antes isso não acontecia, agora acontece. Geovania as coisas pra gente, tá mudando. E isso tudo porque a gente tá participando dos encontros, saindo pra fora. Se não sair pra conhecer outras pessoas, outras culturas, senão ele deita e rola com a gente.

Fala de Domingas Silva no Encontro da Aconerug, dia 19 de junho de 2015.

Tarde

Eu avalio que gostei muito do encontro e da criação da cooperativa, que vai mudar muito a vida do agricultor, nós quebradeiras e do extrativismo da nossa Baixada Maranhense.

Fala de Seu Januário no Encontro da Aconerug, dia 19 de junho de 2015 - tarde

Estou gostando, porque nós viemos apresentar o nosso trabalho, a nossa cultura e o sustento da família. Que o projeto possa dar assistência ao nosso trabalho quilombola. E trabalho como agricultor familiar.

ANEXO X - Entrevistado: José Mauro Leite, 19 de fevereiro de 2016, no terreiro de sua residência.

G – Eu já vim aqui duas vezes e não te encontrei. A tua tia (Maria de Jesus Leite) falou que você foi roçar no São Cristóvão.

M – o que era?

G - Foi um encontro que aconteceu e tu não foste.

M – Passei um dia bom. Eu estou botando uma roça pra lá, desde Novembro. E, se a gente deixar nossas roças ‘atoureiro’, e não ficar de vigia, eles bagunçam tudo. E, quando já está bom de arrancar a mandioca, a batata, o arroz, o milho eles roubam mesmo, eles não estão nem aí, e

quem leva o que está plantado? São os que não têm o fazer; às vezes, só pra prejudicar a gente que trabalha. Eu, quando faço minha roça, eu faço logo meu rancho e fico morando até ficar bom de tirar e levar pra casa.

G - Você fica muito tempo fora de casa?

M - Eu fico até terminar de tirar a roça toda. Enquanto não termina, eu fico limpando e vigiando. Se deixar só, não sobra nada, eles levam tudo. Já tenho experiência com roça. Eu boto roça grande de três linhas, cinco linhas e fico vigiando.

G - Você fica sozinho?

M – Sim. Nessa roça sim. Minha mulher tá pra ganhar nenê; ela fica aqui (Ponta da Areia) se não fosse. A família toda vai. Eu sempre faço um rancho que cabe todo mundo.

G - Fica perto daqui?

M – Não. Fica depois daquele campo. Atravessa toda mata até chegar lá.

G – Vamos lá mãe?

N – Outro dia. Temos que ir nas outras comunidades.

M – A gente atravessa de canoa e pega o caminho que vai sair lá.

G – Eu volto pra gente ir até lá.

M – Estou indo domingo pra lá.

G – Vou ver. Eu te ligo.

M – Tchau!

G – Tchau. Até outro dia!